

SERTÕES CONTEMPORÂNEOS

rupturas e continuidades no semiárido



Gislene Moreira

SERTÕES CONTEMPORÂNEOS



Universidade Federal da Bahia - UFBA

João Carlos Salles Pires da Silva
Reitor

Paulo César Miguez de Oliveira
Vice-Reitor

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Ninô El-Hani
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
José Teixeira Cavalcante Filho
Maria do Carmo Soares de Freitas
Maria Vidal de Negreiros Camargo



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

José Bites de Carvalho
Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Avila
Vice-Reitor

Diretora

Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Danilo Gusmão de Quadros
Darcy Ribeiro de Castro
Hugo Saba Pereira Cardoso
Luiz Carlos dos Santos
Maria das Graças de Andrade Leal
Rudval Souza da Silva
Thiago Martins Caldas Prado

Suplentes

Aliger dos Santos Pereira
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel
Maristela Casé Costa Cunha
Marluce Alves dos Santos
Mônica Beltrame
Reginaldo Conceição Cerqueira
Valquíria Claudete Machado Borba

Gislene Moreira

SERTÕES CONTEMPORÂNEOS

Rupturas e Continuidades no Semiárido

Eduneb/Edufba
Salvador
2018

© 2008, Gislene Moreira.

Direitos para esta edição cedidos à Eduneb e Edufba.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

Impresso no Brasil em 2018.

Coordenação Editorial

Fernanda de Jesus Cerqueira

Coordenação de Design

Sidney Silva

Capa

George Luís Cruz Silva

Diagramação

Rodrigo C. Yamashita

Revisão Textual e Normalização

Tikinet Edições Ltda

Revisão Textual de Provas

Maria Aparecida Porto Silva

Revisão de Diagramação de Provas

Rodrigo C. Yamashita

Ficha Catalográfica

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Moreira, Gislene

Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no semiárido/ Gislene
Moreira. – Salvador: Eduneb; Edufba 2018.

318 p.: il.

ISBN 978-85-7887-355-4

ISBN 978-85-232-1774-7

1. Ciências sociais - Regiões áridas. 2. Semiárido - Cultura.

CDD: 306.2

EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo

s/n - Campus de Ondina

40170-115 - Salvador - Bahia

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br

+ 55 (71) 3283-6160 / 6164

EDUNEB

Rua Silveira Martins,

2555 – Cabula

41150-000 – Salvador – BA

editora@listas.uneb.br

www.portal.uneb.br/eduneb

+ 55 (71) 3117-5317

Esta Editora é filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Para vovó Nair, agricultora, sem-terra e analfabeta que sequer
conheci, mas de quem herdei o sonho de aprender a ler o mundo.

A Chicó e aos sertanejos do novo milênio, que povoam
o futuro de afetos e esperanças.

Agradecimentos

Ao amor incondicional do meu santo Antônio, aos cuidados de dona Leny, aos causos das tias Lena e Calia, aos movimentos sociais que me convocaram para luta, aos alunos que me ensinam sempre e mostram que a vontade de fazer pesquisa é maior que as precariedades das periferias universitárias, aos amigos intelectuais que discutiram essas linhas e reinventaram as teorias com cantos e sorrisos e à sabedoria ancestral dos encantados que me guiaram até aqui.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	17
A FARRA DO BOI: IDENTIDADE E TRADIÇÃO NOS VELHOS SERTÕES	31
O “DESERTÃO” DO BOI	36
O SERTÃO DA ROÇA E DOS AFETOS	47
O SERTÃO FORA DE LUGAR: ALTERIDADE E DIÁSPORA	59
O SERTÃO VELHO: SECA, DISCURSO E HEGEMONIA	71
A MORTE DO BOI: MODERNIDADE E TRANSIÇÕES DO SERTÃO AO SEMIÁRIDO	81
O SEMIÁRIDO DA DITADURA E DO <i>AGROBUSINESS</i>	84
O SEMIÁRIDO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	93
O SEMIÁRIDO DAS MÍDIAS DE MASSAS	100
O SEMIÁRIDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS MÍDIAS COMUNITÁRIAS	116
IMAGENS EM TRANSIÇÃO: SERTÕES EMERGENTES NO CINEMA	127
A PARTILHA DO BOI: INOVAÇÕES DA ERA LULA NO SEMIÁRIDO	139
SEMIÁRIDO EM MUTAÇÃO	141

INOVAÇÕES NAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NO SEMIÁRIDO	151
AS CONTRADIÇÕES DO SERTÃO DE LULA	165
VELHO CHICO: IMPACTOS NA ESTRUTURA DE MEIOS?	173
Conteúdos regionalizados	187
As políticas do audiovisual e cinema	190
O sertão digital e as etapas de estruturação midiática	197
LULA E AS IDENTIDADES NORDESTINAS	203
O BOI NEON E O BOI ROUBADO: IDENTIDADES E PRODUÇÃO CULTURAL NOS SERTÕES DO SÉCULO XXI	211
PRODUÇÃO CULTURAL NOS SERTÕES	214
Radicalização	218
Reprodução	225
Reciclagem	230
Resistência	237
RAIZ DE VENTO: OS SERTÕES DAS JUVENTUDES	250
BREVES CONCLUSÕES OU SERTÕES INCERTOS	265
REFERÊNCIAS	281

PREFÁCIO

A epígrafe que abre este livro diz “Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar. Eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar”, uma estrofe da música *Disparada*, de Geraldo Vandré (1966), é deveras oportuna. Por um lado, porque o conteúdo do livro *Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no semiárido* pode realmente desagradar os setores que controlam os meios de comunicação da região, uma vez que desvenda seus mecanismos de concentração da propriedade privada e de controle sobre os conteúdos, além da circulação da informação em mãos de poucos senhores – sustentadores dos interesses econômicos e políticos das classes detentoras do capital. Por outro lado, a epígrafe também faz jus à capacidade de Gislene Moreira de enxergar o sertão – ultimamente ressignificado como semiárido – de dentro para fora.

Nesse sentido, não basta vir do sertão. É preciso estar com o coração e o olhar descolonizados, ou seja, abertos a entender além das aparências e das visões-arraigadas pela força *doxa* sobre o sertão, o nordeste e o nordestino. Visões preconceituosas emitidas por quem vê a realidade apenas pelas bordas e com lentes seletivas, turvadas por interesses de dominação e correspondentes valores discriminatórios atrasados no tempo.

Assim como Vandré continuou a canção dizendo que o mundo foi rodando e as visões clareando, até que um dia acordou, também Gislene revela que foi pouco a pouco aprendendo a descortinar a realidade, primeiro a partir da vivência e depois pela pesquisa científica, que possibilitou encurtar o caminho para destrinchar as contradições emaranhadas entre meios de comunicação, economia, política, política partidária e cultura.

Prefaciando este livro me apresentou um duplo desafio: entender minimamente o que é o sertão no entendimento da autora e evidenciar os aspectos centrais da obra. O segundo ainda me é difícil, pois, para realizá-lo, seria necessário fazer recortes e eleger aspectos em detrimento de outros – e as melhores explicações para os fenômenos do semiárido implicam visões holísticas. Com isso, quero dizer que a obra contém uma riqueza imensa de dados, elementos históricos e atuais, interpretações e análises, ancoradas numa abordagem dialética entre aparência e essência, passado e presente, particular e geral que são indissociáveis e, portanto, não factíveis a uma redução.

Toda a obra merece ser lida na íntegra por sua importância e densidade, tanto teórica quanto documental e analítica. Ela revela não só as contradições reais – econômicas, políticas, culturais, comunicacionais e territoriais – existentes na região, como também as diferentes visões que tentam explicá-las ao retratar o sertão através de produções literárias e cinematográficas, imersas nos conteúdos midiáticos, em políticas públicas de épocas diversas, além daquelas desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos alinhadas a movimentos sociais populares e por eles próprios.

Nesse contexto, a dinâmica entre o tradicional e as inovações ajuda a tecer os contrastes refletidos no agronegócio e a decorrente reprodução das estruturas de poder das oligarquias políticas e econômicas locais, às vezes em aliança com o capital transnacional ou com as iniciativas de base popular e comunitária que buscam um desenvolvimento centrado nas necessidades humanas e construído a partir das potencialidades regionais.

Em certo sentido, o sertão não é mais o mesmo. Como diz Gislene Moreira em determinado ponto da obra, nas últimas décadas vem ocorrendo rupturas que, contrastando com o cenário clássico das caatingas, cisternas e antenas parabólicas anunciam inovações.

Ao citar cisternas, ou seja, repositórios de água de chuva, evidencia-se todo um movimento de mobilização e articulação civil. Se em certo momento houve a ampliação espetacular do número delas a partir do apoio governamental, não se pode esquecer que sua origem está alicerçada na prática do fundo solidário e que é a organização civil, comunitária ou sindical, que permite a gestão compartilhada da distribuição dos serviços e dos bens.

Contudo, o sertão não é unísono: depende do lugar do qual se fala. Em sentido geral, convivem novos empreendimentos econômicos, como o agronegócio, a agricultura familiar coletivizada, as comunidades quilombolas e as famílias atomizadas do velho sertão. Existem sindicatos rurais tradicionais de trabalhadores e novos sindicatos, comprometidos com a construção da agroecologia e de sistemas coletivos de cuidado com as sementes e os fundos solidários. A seca segue implacável, mas aprende-se, diariamente, a conviver

com ela. A emigração não é mais a única saída, mas a desigualdade de classe permanece. Convivem a opulência de setores dos centros urbanos e as precárias periferias, o agronegócio e a agricultura familiar; convivem as mídias convencionais – comerciais e públicas –, que servem prioritariamente aos interesses das oligarquias antes referidas, e os meios comunitários e alternativos de comunicação, os quais acabam rompendo o cerco da concentração midiática comercial e privilegiam conteúdos comprometidos com a melhoria das condições locais, seja através da crítica, da valorização da cultura e das necessidades locais, da informação de interesse público ou da mobilização popular. Porém, se por um lado, esses meios geram antagonismos, principalmente quando parte deles não alimenta as formas de participação cidadã na programação e na gestão, nem o sentido comunitarista, por outro favorecem a expressão de vozes locais e, conseqüentemente, a democratização da comunicação.

Contudo, nem só de mídias – rádio, boletins, jornais, documentários audiovisuais, cartazes, blogs, páginas na internet etc. – vive a comunicação popular e comunitária. Nos rincões do semiárido dinâmico e criativo dos estados do nordeste, ela também se constitui a partir das relações interpessoais e grupais, no diálogo face a face, em poemas, literatura de cordel, reuniões, manifestações públicas, negociações com instituições civis e do Estado, enfim, na articulação social que desenvolve a coordenação de ações cívicas.

Em vista de tudo isso, a obra *Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no semiárido* é mais do que bem-vinda. Ela preenche uma lacuna na literatura, trazendo articulações sobre saberes populares e acadêmicos relativos à cultura, aos meios de

comunicação, à política e à economia, e, principalmente, reconhecendo que a comunicação, em suas diversas formas e meios, ajuda a fortalecer a construção histórica das sociedades, desde suas raízes até suas mudanças, que as fazem vivas e dinâmicas.

Com linguagem acadêmica, porém leve e agradável, Gislene traz conhecimentos capazes de descortinar a realidade dos sertanejos e, talvez, mudar o modo como eles veem a si mesmos e o mundo no qual vivem.

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Doutora em Ciências da Comunicação e Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores Populares em Comunicação Comunitária e Cidadã (ABPCom)

INTRODUÇÃO

*Prepare o seu coração
Pras coisas que eu vou contar.
Eu venho lá do sertão
E posso não lhe agradar.*

Vandré, 1966.

Em Gramsci (apud MARTÍN-BARBERO, 2004) “só investigamos aquilo que nos afeta”, sendo que afeto se refere não apenas aos vínculos emocionais, mas também aos incômodos que nos ferem as entranhas. Nesse sentido, a ideia de interpretar os impactos da globalização na cultura e nos sentidos dos sertões contemporâneos nasceu junto comigo, nos anos 1980, no povoado baiano da Estação Jequitibá, em Mundo Novo.

A comunidade de 200 famílias foi fundada nos anos 1930, em consequência da criação de um mosteiro. Nos anos 1950, ela começou a crescer ao redor da linha do trem e se tornou um refúgio para trabalhadores rurais, a maioria descendente de indígenas e ex-escravos, envolvidos nos muitos conflitos do campo na modernização autoritária dos anos 1960. Meus avós maternos estavam entre os agricultores que, expulsos das fazendas, ocuparam as terras devolutas próximas da estação.

Talvez tenha sido essa a razão pela qual me aproximei, desde menina, dos movimentos eclesiais de base, das lutas camponesas e das rádios comunitárias. Por mais de 15 anos trabalhei na área da comunicação em algumas das mais relevantes organizações sociais do semiárido. No mestrado e no doutorado me dediquei a análises sobre mídia, cultura e política pelos sertões nordestinos e na América Latina, sem nunca esquecer aquele pedaço de chão onde enterraram meu umbigo.

E foi da Estação Jequitibá que partiu a provocação fundamental deste livro. Ele é resultado de uma investigação independente que começou em 2011, quando regressei dos estudos no exterior. Voltei ao povoado para a celebração da “primeira doutora da família”. Os parentes analfabetos, desconfiados do título, aproveitaram o caruru para questionar: “Tu já é doutora? Doutora, doutora, doutora mesmo?”. Sem titubear, respondi que sim. Engasguei antes que eles terminassem o interrogatório: “E tu já sabe fazer parto?”. Na tentativa vã de explicar um doutoramento em Ciência Política, percebi a decepção na plateia. Só ouvi a sentença: “E isso aí serve pra que, mesmo?”.

Esse desencontro foi tão revelador que me mobilizou a olhar para o sertão com o anseio de produzir um estudo que fizesse sentido e tocasse a vida real daquelas pessoas. Ainda estava buscando esse fio condutor quando fui provocada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) a retornar aos movimentos de base para investigar os anseios das juventudes rurais e os desafios dos novos conflitos do campo.

A experiência se transformou em um grupo¹ de pesquisa-ação que, por mais de cinco anos, se dedicou a viajar pelo interior sertanejo buscando respostas para as questões culturais e comunicativas do novo milênio. Nessa trajetória, percebemos que os sertões já não eram os mesmos. Encontramos cenários e paisagens que não se enquadravam nas descrições clássicas sobre a região, baseadas na hegemonia do gado e da seca. O que imperava era uma paisagem modernizada, contraditória e plural, em que a comunicação e a cultura eram o ponto de partida para se aproximar da dialética relação entre a globalização periférica e o sertão em sua acelerada modernização tardia. Descobrimos, então, que o velho *sertão* virara *semiárido*.

A nova nomenclatura parece situar o interior do Nordeste entre dois paradigmas: de um lado, as referências do sertão como um espaço-problema, lugar de seca e de misérias; de outro, um emergente discurso de “convivência com o semiárido”, que, desde uma perspectiva mais crítica do desenvolvimento, busca recriar a imagem do território como zona de possibilidades (SILVA, 2003).

A escolha entre “sertão” e “semiárido” não se restringe a um debate apenas filosófico ou filológico. Desde que o termo passou a ser utilizado pela Constituição de 1988, a delimitação de “semiárido” vem exibindo uma série de disputas políticas que extrapolam a aparente neutralidade técnica que a palavra sugere. Com a Carta Magna, os critérios pluviométricos e índices de aridez que estabelecem a lista

¹ Grupo Com10! – Comunicação para o Desenvolvimento do Sertão, com participação de mais de 20 alunos, entre voluntários e bolsistas das regiões de Juazeiro e Seabra, a quem agradeço imensamente a cumplicidade, a partilha, o compromisso e a alegria da trajetória.

dos municípios atendidos pelo Fundo Constitucional do Nordeste já foram alterados várias vezes,² o que alerta para uma terminologia em disputa e para um termo ambíguo e permeado de significados mais amplos que argumentos técnicos.

Raymond Williams, em *Cultura e sociedade* (2011), analisou as transformações culturais da Inglaterra pós-revolução industrial e identificou que as alterações no idioma modificaram, de forma mais ampla, a vida, o pensamento e o funcionamento das instituições sociais, políticas e econômicas. Do mesmo modo, o uso da palavra “semiárido” parece indicar grandes mudanças na região nordeste e aponta para substituição de antigas práticas econômicas, políticas, sociais e culturais por novos atores e modelos. E esse processo (de alterações das práticas locais provocadas por questões globais) é um dilema além dos sertões.

Os novos cenários sertanejos, cada vez mais globalizados, parecem confirmar os anúncios do fim dos regionalismos, do nordeste e de suas identidades, ameaçados pela homogeneização capitalista (ZAIDAN FILHO, 2001). No sertão dos anos 2000, o ermo deu lugar a metrópoles densamente povoadas por sertanejos

² A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentou o art. 159 da Constituição de 1988, instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e delimitou o índice de 800 mm pluviométricos como critério gerido de inclusão na região semiárida. Em 2001, com a política neoliberal e a extinção da Sudene, os critérios passaram a ser formulados pelo Ministério da Integração Nacional. Na gestão de Lula, a Lei Complementar nº 125/2007 reestabeleceu a autarquia e fixou o semiárido em 970 mil quilômetros quadrados, com 1.133 municípios atingidos por condições climáticas que reúnem baixos índices pluviométricos, índice de aridez e índice de secas desde 1960 (ASSIS, 2009). Em 2017, o governo Temer (2016-) ampliou o conceito a partir de uma revisão “técnica”, que estendeu as benesses de apoio econômico governamental para mais 54 municípios contemplados como semiárido.

conectados. O cenário de atraso abriga agora o agronegócio com tecnologia de ponta, a sofisticada mineração de materiais raros e uma industrialização de manufaturas. Todos esses fenômenos atraem migrações reversas e permitem a constituição de novas demografias, com um sertão cada vez mais jovem – evidenciando as juventudes como categoria emergente e, até então, invisível no sertão velho e imutável. As secas se intensificaram, mas em vez de combatê-las, fala-se em conviver com elas. E essas novas ideias têm trazido inovações tecnológicas e também políticas, com apostas na participação democrática na terra dos coronéis.

Todas essas alterações estão afetando e transformando as paisagens e os homens e mulheres sertanejos de maneira radical. As inovações econômicas, políticas e culturais modificaram cenários e identidades secularmente construídos, como as figuras do vaqueiro, da rezadeira e do cangaceiro. Até mesmo as mais isoladas comunidades rurais nordestinas, ainda que por trás de uma aparente calmaria, são hoje espaços em ebulição, complexos e contraditórios, que vivenciam reacomodações, conflitos e mudanças aceleradas pela mundialização do capital.

Mas, contrariando os prognósticos, a globalização não é o fim dos regionalismos. Nem os sertões permanecem intactos a ela. O fenômeno da glocalização³ indica que o local continua vivo e se reinventando como espaço prioritário de afirmação das identidades.

³ Fenômeno no qual a internacionalização midiática se faz acompanhada de uma reorientação ao local através da imposição da regionalização dos mercados e adaptação das lógicas de consumo internacional às especificidades locais (FADUL; REBOUÇAS, 2005).

O desafio deste livro é questionar como essas transformações globais estão impactando os campos da cultura e da comunicação no sertão da Bahia. Em particular, dedica-se a perceber os novos sertanejos, híbridos, entrincheirados entre a tradição e a pós-modernidade, entre o passado e as novas tecnologias da informação, entre o de-sertão e o mundo globalizado, entre os “cabra machos” e novas configurações de gênero.

Os sertões contemporâneos interpelam, concreta e cotidianamente, os indivíduos na fronteira entre o velho e o novo semiárido a construírem novas respostas e a se reinventarem. Essa renovação dos modos de vida passa pela construção de novas práticas e estruturas comunicacionais, que provocam pesquisadores a saírem do conforto dos marcos interpretativos tradicionais para buscarem respostas inovadoras.

Nesse sentido, este livro se situa no projeto da crítica decolonial de Grosfoguel (2008) e Quijano (2000; 2005), que, além de denunciar a opressão do capital em suas hierarquias centro-periferia e suas diferenças étnicas, raciais, de gênero e de classe, tenta avançar na construção de uma epistemologia latino-americana que dialogue com autores e perspectivas de transformação da realidade local. Nessa busca, a relação entre economia, política, mídia e cultura a partir das fronteiras sertanejas é ponto de partida para emancipação das estruturas de dominação. Ela responde ao desafio de Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (2009) de desconstruir o pensamento abissal da colonização e se propõe a pensar a partir “do outro lado da linha”. No entanto, tensiona as epistemologias do sul,

ao reivindicar os sertões nordestinos como centro de produção cognitiva em um país que tem seus referenciais de construção acadêmica no sudeste.

Nessa trama, teorias de correntes diversas e distintas áreas do conhecimento foram costuradas na tentativa de estabelecer um panorama mais amplo sobre a cultura regional do novo milênio. Como recurso metodológico, a história das políticas culturais e comunicativas no semiárido foi acompanhada de análises literárias, de mapas sobre a estruturação das mídias e do cinema, mas também da releitura dos folguedos e cantorias. Tudo isso como ensaio de compreensão dos processos de ressignificação dos sentidos contemporâneos, a partir da relação entre atores e estruturas e seus reflexos na produção e recepção da cultura.

Para aterrar essa mistura, a opção epistemológica prioritária foi revisitar, no capítulo “A farra do boi: identidade e tradição nos velhos sertões”, as obras fundadoras do pensamento social brasileiro e da literatura nacional e os conceitos clássicos dos paradigmas geográfico, cultural e político sobre o nordeste e o sertão no século XX, que revelam a importância do debate regionalista nos marcos interpretativos da constituição do país, que são o principal patrimônio interpretativo sobre os sertões, e que formam um conjunto de ferramentas poderosas que ajudaram a entender a formação regional original. Mas todas elas correspondem ao sertão do século passado.

Por isso, o primeiro capítulo “A farra do boi: identidade e tradição nos velhos sertões” situa textos dos três séculos iniciais do povoamento, da acomodação e da formação das identidades

tradicionais,⁴ que ajudam a problematizar as origens sertanejas na economia, na cultura, na imprensa e na literatura a partir da identificação dos marcos fundadores impostos desde a colonização. Nesse percurso, o *boi*, a *roça*, a *seca* e a *diáspora* foram entendidos como matrizes culturais e comunicativas no sertão clássico e da questão nordeste,⁵ sintetizando imagens e conceitos-chave para a definição identitária do sertão tradicional em torno de suas matrizes econômicas e políticas e dos discursos hegemônicos produzidos ao longo no século XX.

O capítulo “A morte do boi: modernidade e transições do sertão ao semiárido” se dedica às reacomodações e transformações desse sertão tradicional e ao mapeamento dos múltiplos usos e projetos do emergente conceito de semiárido que surge com a modernização conservadora da região, transformações estas que atravessaram o processo de redemocratização do país, se consolidaram com a implantação do modelo neoliberal nas últimas décadas e provocaram uma série de ruídos e contradições.

Para uma mais completa análise, é revisado o processo sócio-histórico de consolidação de novos modelos produtivos – como

⁴ Identidade é um conceito complexo que na pós-modernidade adquiriu relevância política. Autores como Anthony Giddens e Bourdieu destacam a ideia da individualidade, ou a “representação de si”. Já nomes como Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Homi Bhabha, e latino-americanos como Martín-Barbero e Néstor Canclini apontam que as identidades são definidas coletivamente, culturalmente formadas pelo sentimento de pertencimento a realidades. Na globalização, essas identidades se tornam múltiplas, binárias, efêmeras, híbridas, líquidas etc. Neste livro usamos a noção de Hall (2005) de identidades tradicionais para destacar formatos, costumes e construções culturais matriciais, baseadas no passado e em relações com a natureza, anteriores à modernidade.

⁵ Perruci (1984), Carvalho (1987), Costa (2005), Albuquerque Júnior (2001).

o agronegócio implementado a partir do Golpe Militar de 1964. Para isso, o capítulo faz referências a uma série de leituras sobre a história e os conflitos recentes do sertão e revela o contraditório processo de desenvolvimento regional através das disputas e ambiguidades em torno da conceituação do semiárido. Em particular, evidencia a multiplicidade de atores em disputa e destaca a acelerada implantação da estrutura midiática regional, os contradiscursos dos movimentos sociais e o imaginário tensionado por todas essas inovações nas telenovelas e no cinema do final do século passado.

Situando o sertão no novo milênio, o capítulo “A partilha do boi: inovações da Era Lula no semiárido” destaca as profundas alterações provocadas pelas inovações da virada política de esquerda no país (2003-2016) e aborda os impactos socioculturais dos governos de Lula e Dilma e seus desdobramentos no nordeste e no interior sertanejo. A ênfase são as políticas de comunicação e cultura, os discursos alternativos e os imaginários emergentes das supostas rupturas com os modelos hegemônicos.

Permeado de ambiguidades, o semiárido ganhou contornos ainda mais contraditórios, e o desafio do capítulo é apontar quais são as principais alterações nas estruturas culturais e comunicativas no período, problematizando ainda o debate neorregionalista no país, a partir das disputas em torno da imagem do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e sua associação com os discursos de nordeste e sertão.

No capítulo “O Boi Neon e o Boi Roubado: identidades e produção cultural nos sertões do século XXI”, as identidades sertanejas contemporâneas são aprofundadas a partir da construção de um mapa referente à produção cultural da última década e das experiências das

juventudes da região. A abordagem utilizada foi fruto das ações de pesquisa-ação que envolveu mais de 500 jovens em “rodas de conversa” e oficinas de educomunicação. A riqueza dessa experiência se reflete na narrativa analítica sobre os sentidos do consumo e da produção cultural nos sertões contemporâneos. Nesses novos sertões, tradição e modernidade estão se fundindo em uma mutante e acelerada colcha de retalhos. A suspeita é de que essas novas configurações sejam sintomas de uma crise ainda mais profunda, que questiona um modelo de vida que já não existe mais. E para situar o marco compreensivo desta análise é importante revelar as inovações teóricas e metodológicas engendradas neste livro.

Muitos dos referenciais de leitura, principalmente a partir do capítulo “A morte do boi: modernidade e transições do sertão ao semiárido”, são frutos de um mapeamento bibliográfico sobre os sertões modernos na internet.⁶ Nessa busca, foram identificados mais de 150⁷ teses, dissertações e artigos dedicados às questões das identidades e transformações culturais dos sertões nas últimas décadas. Esses trabalhos se dedicaram a observar os sinais dessas mudanças na música, na literatura, no cinema, nas novas manifestações

⁶ Pesquisa realizada no Catálogo de teses da Capes, da plataforma SciELO e do buscador Google, a partir de palavras-chave como “identidade sertaneja”, “sertões”, “nordeste” ou “semiárido” e seleção da fonte de publicação como critério para aferir a legitimidade dos dados.

⁷ Apenas no Catálogo de teses da Capes, a palavra “sertão” remeteu a 568 obras, mais de 80% delas dedicadas a estudos de História e Linguística. Já o termo “semiárido” revelava 4.113 trabalhos, que em sua maioria pertenciam às Ciências Agrárias. Nesta área, menos de 10% eram estudos das Ciências Humanas. A partir de dados como estes foram utilizados recursos de refinamento da pesquisa, como especificação de áreas de conhecimento, período dos estudos, entre outros, que resultaram nas referências que contribuíram ao objeto deste livro.

culturais e neotradições ou nas alterações políticas e econômicas nas identidades dos sujeitos sertanejos.

A análise do conjunto desses textos permite afirmar que a maioria dessas obras inovadoras se dedicou a analisar produtos e manifestações culturais ou territórios muito localizados. O desafio deste estudo foi tentar articular todas essas contribuições e perspectivas, buscando delinear um mapeamento macro sobre os novos contextos, seus atores, as políticas culturais que as acompanharam e as produções midiáticas que resultaram de cada fase desse processo de modernização.

Um dos destaques desse trabalho de alinhavo metodológico foi o reconhecimento de Durval Muniz Albuquerque Júnior (2001) como referencial comum a muitos dos estudos sobre os novos sertões. Citado em quase todas as obras pesquisadas, com *A invenção do nordeste*, ele inaugurou uma nova etapa nas interpretações culturalistas, incorporando uma visão pós-moderna, que aposta na identidade nordestina como uma construção histórico-discursiva. De reconhecido valor teórico e metodológico, sua obra é um avanço na compreensão identitária do sertão como território imagético e vem inspirando as novas gerações de intelectuais interessados na interpretação dos cenários contemporâneos.

Neste livro, o trabalho de Albuquerque Júnior foi também fonte de inspiração. Em sua tentativa de desconstruir o Nordeste como vítima discriminada, identificou a região como espaço da saudade das antigas elites e seus descendentes. Essa percepção sofisticada provocou descobrir os sertões para além dos silêncios da dominação. Foi assim que o afeto, no sentido do estabelecimento de vínculos sociais mais

profundos, apresentou-se como categoria possível para mapear as memórias, os sentidos e as produções simbólicas subalternas, inclusive na reivindicação e resgate da *roça*, no capítulo “A farra do boi: identidade e tradição nos velhos sertões”, como marco identitário de contraponto à rígida identidade do boi no sertão.

Essa abordagem se mesclou a outras chaves interpretativas, como conceitos dos Estudos Culturais – principalmente da noção de cultura de Terry Eagleton (2005); à visão histórica da cultura e das palavras em Raymond Williams (2011); à percepção de Edward Said (2011; 2007) quanto ao poder das palavras e da cultura como instrumento de dominação; e à noção de diferença cultural em Homi Bhabha (2013). Da escola latino-americana, prevaleceu a ideia das mediações de Martín-Barbero (2004; 2015) como estratégia para perceber os sentidos e as lógicas de produção e consumo cultural; e a noção de hibridismo de Canclini (1997) como ponto de partida para entender as mestiçagens da produção periférica dos semiáridos.

Também foi importante uma aproximação com a sociologia simbólica de Bourdieu (1989; 2004); as reflexões de Thompson (1998; 2000) sobre as mídias como novos dispositivos culturais; e o conceito de estruturação de Anthony Giddens (1979). Na sociologia brasileira, além dos sertões, senti-me acolhida nas leituras sobre as mudanças do mundo rural brasileiro em visões mais antropológicas, como a de Antonio Candido (2001).

Mas, neste enredo, essas releituras culturais estão construídas dentro dos marcos interpretativos da Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC). As identidades sertanejas são compreendidas a partir da sua contextualização sóciohistórica e

da análise das estruturas econômicas e políticas que as engendraram. Essa leitura aparece no mapeamento das políticas culturais que acompanharam cada momento da modernização sertaneja. Nesse sentido, a reconstrução dos discursos sobre os sertões na imprensa, na literatura, na música, no cinema ou nas telenovelas, durante todo o século XX, foi acompanhada da identificação dos atores envolvidos na construção simbólica, seus recursos tecnológicos e as estruturas políticas e econômicas que os sustentaram. As variadas produções culturais foram consideradas para além das suas especificidades técnicas e abordadas de maneira macro na ideia de Indústrias Criativas (JAMBEIRO; FERREIRA, 2013).

Dessa mescla de saberes, nasceu uma análise cultural e política dos sertões contemporâneos que buscou integrar a investigação dos sentidos de produção e consumo cultural como transformações identitárias inseridas em dinâmicas e inovações do capital, situando-as como processo discursivo permeado de interesses e disputas concretas.

Assim, a virada de sertão a semiárido vai além das mudanças de nomenclaturas. Ela interpela a existência de vários sertões, híbridos e complexos, nos quais identidades em transição estão se rearticulando a partir dos impactos das alterações climáticas, econômicas, sociais, políticas e culturais na vida dos sertanejos do novo milênio. Em diálogo com dinâmicas globais muito maiores, os sertões emergentes apontam a ampliação das noções de fronteira (MARTÍN-BARBERO, 2004), comunidade (BAUMAN, 2003) e “sertanidade”, dialogando com mapas transnacionais.

Por isso, a relevância deste livro não se restringe ao Nordeste, nem se trata de um *neorregionalismo*. Compreender esses sertões do

novo milênio, a partir de sua dimensão cultural, extrapola a demarcação de identidades, as diferenças geoclimáticas e as distinções de sotaques. Elas remetem às redefinições de tempo e espaço provocadas pela modernidade e às crises geradas nas periferias do mundo globalizado.

No Brasil, a nova etapa sertaneja remete ao conceito da diferença, da alteridade e dos ódios históricos. Os debates em torno da identidade sertaneja do ex-presidente Lula ou das polêmicas acerca das escolhas eleitorais dos nordestinos refletem o quanto entender os sertões contemporâneos é um desafio ao debate político nacional na atualidade. Portanto, as lógicas que permeiam a discussão *sertão ou semiárido* fazem parte dos dilemas e interesses envolvidos nas disputas de poder que afetam todo o país.

Escolher tratar de sertões contemporâneos nesta obra (desde o título) antecipa a constatação de que o semiárido do século XXI, apesar de todas as alterações recentes, não fez rupturas estruturais. Mudou para continuar existindo. Mas que mudanças foram essas? Que novos sertões emergiram?

Essas são perguntas que apontam para a construção de novos rumos. Por isso, essa colcha de retalhos é, em verdade, uma tentativa de mapear esses caminhos incertos. Como os viajantes do passado, *Sertões contemporâneos* tenta descrever, entender e registrar impressões extasiadas a respeito da cultura desses sertões vibrantes e em processo de mutação.

A FARRA DO BOI: IDENTIDADE E TRADIÇÃO NOS VELHOS SERTÕES

*Quando olhei a terra ardendo,
qual fogueira de São João,
eu perguntei a Deus do Céu, ai,
Por que tamanha judiação?*

Gonzaga; Teixeira, 1947.

Sobre o significado do termo “sertão”, os dicionários o definem como terra distante das povoações ou das terras cultivadas, zona pouco povoada ou o interior semiárido das caatingas. (BORBA, 2011, p. 1278; FERREIRA, 1986, p. 1577; HOUAISS, 2011, p. 857). No Aurélio (1986) e no Houaiss (2011), o termo remete ainda ao lugar onde *perduram tradições e costumes antigos*, e o Dicionário Unesp (BORBA, 2011) o vincula diretamente com a região Nordeste.

A palavra “sertanejo” usada para designar os moradores dessa zona, nos dicionários é sinônimo de “caipira” (FERREIRA, 1986, p. 1577); “não cultivados, rude, rústico” (HOUAISS, 2011, p. 857); ou o “típico da zona rural” (BORBA, 2011, p. 1278).

Todos esses verbetes parecem ignorar que se referem ao semiárido mais populoso do planeta, habitado por mais de 24 milhões de brasileiros, o qual, nas últimas décadas, se transformou e imergiu na

modernidade tardia e nos avanços da globalização. Mas o que os dicionários revelam é a força e permanência destes conceitos, cunhados desde os princípios da ocupação portuguesa no Brasil, e que ainda continuam fixando o sertão como sinônimo de distância, vazio e atraso.

Este capítulo se dedica a revisitar os sertões dos primeiros séculos como ponto de partida para entender as origens dos termos e das relações que os criaram. Ele se refere aos três séculos de povoamento inicial, que constituíram uma sociedade marcada pelo pastoreio de gado, pela concentração fundiária oligárquica, dispersão espacial e organização familiar patriarcal e por uma visão de mundo baseada na religiosidade popular.

As leituras sobre os séculos originais do sertão se confundem com a própria fundação do país, e, como aponta Calasans (1989), as obras clássicas da sociologia brasileira se dedicam a interpretar e problematizar o sertão, ora tratando de apresentá-lo como berço da nação, ora o restringindo como local de atraso e subdesenvolvimento. Entendendo essa multiplicidade de abordagens como reflexo de divergências epistemológicas, a fim apenas de revisão didática, os estudos clássicos sobre o sertão foram agrupados em três marcos analíticos paradigmáticos: o geoclimático, o político e o culturalista.

O *paradigma geoclimático* remonta desde os relatos dos primeiros viajantes do século XVIII e até a obra clássica de Euclides da Cunha, *Os sertões*, de 1902. Em geral, eles descrevem a terra, suas condições climáticas e têm, no fenômeno das secas, a principal referência regional e linha condutora das narrativas sobre o território e os homens que aí se estabeleceram. A especificidade da hidrologia de

chuvas irregulares e a vegetação de caatinga se constituem como os principais elementos explicativos da região.

Eles influenciaram uma vasta gama de estudos posteriores, que priorizaram um discurso tecnicista que tem as questões geoclimáticas como justificativa para escolhas e práticas sociais, políticas e culturais. Foi essa linha de pensamento que baseou o debate e a argumentação relativos à criação de instituições como o Banco do Nordeste e a Embrapa Semiárido. É essa mesma linha de pensamento que, ainda hoje, influencia estudos de diferentes áreas (planejamento, engenharia, agricultura etc.) e é a principal referência nas definições políticas sobre semiárido – como na sessão sobre o tema na Câmara dos Deputados em 2014⁸ (CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS, 2014) ou na nova delimitação da região definida pelo governo do presidente Michel Temer em 2017.⁹

Sob o *paradigma culturalista* estão reunidas obras que se debruçaram sobre o homem que habitou esse território climático. *O Sertanejo*, romance de 1875 de José de Alencar, é uma das primeiras obras a apresentar e interpretar os sertões a partir dos tipos humanos e grupos sociais que o habitam, trazendo uma visão

⁸ Para discutir os impactos das mudanças climáticas e o fenômeno da seca de 2011, a Câmara dos Deputados organizou uma inédita sessão temática batizada de *Desafios à convivência com a seca*. Na apresentação dos legisladores e dos técnicos convocados são comuns referências à climatologia hostil como argumento para os problemas e justificativa para as ações de assistência. Observa-se que se usa o tema convivência com a seca, e não convivência com o semiárido, como fazem as organizações dos movimentos sociais.

⁹ “Delimitação do semiárido mantém a formação atual e inclui 54 novos municípios”, notícia publicada pelo Ministério da Integração em julho de 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/jsH3Bq>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

romantizada da vida rural no sertão. Mas é o Movimento Regionalista do Nordeste (FREYRE, 1967), surgido nos anos 1930, que fixa as bases desse modelo explicativo do sertão.

Gilberto Freyre, que se dedicou ao Nordeste da “civilização do açúcar”, no litoral, foi um dos primeiros a polemizar o sertão como produto de uma sub-raça que emergiu da vida nas zonas secas. Evocado como berço da “originalidade nordestina”, o sertão foi destacado como sinônimo de permanência das raízes do Brasil (CALASANS, 1989; CARVALHO, 1987; COSTA, 2005). Nessa argumentação, a seca e o homem estão indissociados, e a cultura do interior nordestino está diretamente relacionada aos modos de vida desdobrados da adaptação humana às condições naturais específicas e ao modelo econômico que aí se desenvolveu.

Esse pensamento influenciou o argumento e a descrição da “civilização do couro” (ABREU, 1988). Para marcar as distinções entre as zonas de exploração do couro dos outros sertões, Capistrano de Abreu, inclusive, diferenciou os “sertões de dentro” - ou seja, o interior das províncias do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte - dos “sertões de fora”. Djacir Menezes (1937) ampliou essa construção da fronteira geosimbólica da região na descrição de *O outro nordeste*.

Autores como Câmara Cascudo (2002) e Darcy Ribeiro (1997) se concentraram em descrever e caracterizar as especificidades das conformações humanas do interior nordestino. No campo das comunicações, essa interpretação culturalista dos sertões se apresentou sob a ótica da Folkcomunicação (BELTRÃO, 1971; 1980; 2004; MELO, 2008). Em comum, esses estudos entendem as manifestações

da cultura sertaneja como expressões da cultura popular assentada nos modos de vida subalternos e símbolo das origens Brasil.

No *paradigma político* estão concentrados os estudos que caracterizaram e delimitaram a região mais em função das suas relações de poder que de suas condições climáticas. Em geral, essas obras têm, na história econômica, no patriarcado e nas relações políticas, sua principal argumentação e caracterização do sertão nordestino. Victor Nunes Leal (1997), Josué de Castro (2007), Celso Furtado (2006) e Chico de Oliveira (2008) fazem parte de várias gerações de intelectuais que trataram de explicar os sertões pelas relações de poder (políticas e/ou econômicas) e de denunciar a visão determinista sobre a condição sertaneja. Eles também influenciaram estudos posteriores, como os de Inaiá Carvalho (1987) ou o de Liduina Costa (2005).

De uma maneira geral, esses autores contextualizaram a região dentro do modelo de desenvolvimento econômico do país e, com uma postura mais crítica, denunciaram as práticas das elites locais e os usos políticos da seca. Suas obras estiveram inseridas na criação dos projetos alternativos de Nordeste, sendo fundamentais na implementação de políticas e programas desenvolvimentistas para a região.

A ideia é revisitar esse “sertão clássico” e suas tradições, a partir do campo da comunicação da cultura, percebendo o modelo hegemônico de representação desse lugar como espaço-problema, mas também as experiências e as possibilidades de ressignificação e resistência.

Nesse ambiente, conformaram-se as figuras típicas do vaqueiro, do coronel, da benzedeira e da lavadeira, sertanejos que se

constituíram a partir da lógica da apropriação das terras, de modelos autoritários de poder que se firmaram em uma natureza desafiadora à adaptação humana e das relações de trabalho e gênero. Surgiu também um tipo particular de comunicação similar a todo o sertão nordestino, a qual esteve assentada na concentração das terras, das posições de mando e do discurso legítimo.

Em torno desses marcos foram construídas estruturas políticas e econômicas, modos de vida e representações simbólicas que estão sendo hoje desafiados e reconfigurados pelo cenário das mudanças dos sertões contemporâneos. Contudo, faz-se necessário voltar a essas origens, às suas tradições e aos seus modelos culturais e comunicativos, construídos ao longo de mais de três séculos, para compreender o impacto das inovações do milênio.

O “DESERTÃO” DO BOI

A primeira ideia de *sertaão*¹⁰ chegou ao Brasil com a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que, em 1500, oficializou a ocupação portuguesa no país. Relevantes obras interpretaram o uso da palavra como uma possível referência aos lugares distantes da costa africana, uma abreviatura de “desertão” e a designação de terras sem comunicação (SILVA, 1950; MORAES, 2003 VASCONCELOS, 2012).

Ainda que a seca fosse uma extensão do conceito de deserto, a revisão histórica elenca que os sertões já foram categorias muito menos áridas. Os mapas originários revelam que, até o início do século XIX, o conceito era a síntese do “vazio” da colonização europeia

¹⁰ Grafia original da Carta, a qual aparece duas vezes no documento original do Brasil, segundo Moacir Silva (1950).

no Brasil, e o sertão representava a maior parte do território nacional, incluindo a Amazônia e grandes faixas litorâneas no sudeste (FERREIRA; DANTAS; SIMONINI, 2012). À medida que o projeto colonizador foi se consolidando, as zonas fronteiriças denominadas de sertão foram renomeadas e recartografadas como freguesias, aldeias, vilas e assentamentos.

Nesse avanço civilizatório, os sertões vão se deslocando territorial e simbolicamente para o interior nordestino. E, à medida que o país organizou suas distinções regionais em função da modernização nacional no século XX, o termo passou a se restringir à zona das secas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). A ideia de sertão nordestino, tão naturalizada nos dias atuais, é uma construção recente, na qual o próprio Nordeste só passou a existir nos anos 1970 (BRASIL, 2010).

É interessante observar essas alterações cartográficas advindas com o projeto modernizador do país. Com a recém-instaurada República (1889), foi criado em 1913, com o intuito de unir o país, um mapa nacional no qual a Bahia, o Sergipe e o sertão de Minas Gerais faziam parte do Brasil Oriental. Os estados do Maranhão, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte integravam o Norte Oriental. Em 1945, Bahia e Sergipe passaram a compor a região Leste Setentrional. Foi apenas em 1970, com a ditadura militar, que se fixou o mapa do Nordeste atual (BRASIL, 2010).

Mas, apesar desse histórico de cartografias fluídas, se fixou a ideia de sertão como deserto (no sentido de ausências). Ele remete às origens do povoamento, quando as terras não mapeadas

e desconhecidas pelos portugueses estavam ocupadas por povos originários.¹¹ A Guerra dos Bárbaros¹² remete a esse lento processo de enfrentamentos e revoltas indígenas, que resultou no extermínio das populações autóctones do interior nordestino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007; AZEVEDO apud SILVA; ARRUDA, 2012; MELLO, 2011).

Logo, a primeira consequência do termo *sertão* foi o estabelecimento de uma política civilizacional de colonização que primeiro inviabilizou, exterminou e anulou os indígenas, se apropriou de suas terras e incorporou os remanescentes por meio da catequese, do trabalho e da assimilação idiomática e religiosa (CUNHA, 1992; MELLO, 2011; OLIVEIRA, 1994).

Dessa matriz ocupacional nasceu a primeira associação entre os sertões e a violência, que será posteriormente atribuída como uma característica do interior nordestino no Brasil. A colonização da região, no século XVI, se iniciou com a implantação de um sistema econômico dependente da criação de gado para abastecimento de carne, couro e lenha do litoral açucareiro e escravista (RIBEIRO,

¹¹ Não foram encontrados registros precisos das tribos originárias que ocupavam a região no processo de colonização, mas o levantamento de tribos remanescentes evidencia mais de 70 mil descendentes, em pelo menos 27 etnias. A quantidade e diversidade falam da ocupação do território em tempos mais remotos. Registram-se algumas das que permaneceram: Atikum, Carapotó, Catokin, Fulni-ô, Kaimbé, Kambiwá, Kapinawá, Kantaruré, Karuazú, Kiriri, Kariri-Xocó, Koiúpancá, Maracás, Pancararú, Pancará, Pancararé, Pankauiká, Payayá, Pipipã, Tingui-botó, Truká, Tuxá, Tumucu-Duva, Xacriabá, Xocó, Xucuru, Xucuru-kariri, Wassú-cocal.

¹² Episódio da história do país que remete a uma série de conflitos entre colonizadores e etnias indígenas no interior nordestino, que datam de 1654 até o extermínio da Confederação dos Cariris, em 1713, no Ceará.

1997), baseando-se no grande latifúndio de pecuária extrativista, no patriarcado e na apropriação violenta do poder (FURTADO, 2006; RIBEIRO, 1997; OLIVEIRA, 2008). Da hostilidade e tensão permanentes entre indígenas e pecuaristas remontam as marcas mais profundas da violência regional (MELLO, 2011).

É interessante destacar que os brancos pobres que ocupam o sertão são, em sua maioria, mouros, judeus e ciganos que “se transferiram da metrópole para aliviar as tensões das perseguições do Tribunal da Santa Inquisição” (NEVES, 2011, p. 70). Estes degradados ocupam a região utilizando, principalmente, as mulheres indígenas como base de reprodução e povoamento (BOAVENTURA, 1989); e os mais abastados, reproduzem as relações de escravidão do povo negro, fazendo dos sertanejos um povo mestiço e síntese da confluência forçada entre os rejeitados da colonização.

A base econômica desse sistema se diferenciou do padrão escravista do litoral, pois se assentou num regime de trabalho livre e remunerado com gêneros de manutenção, como sal e crias do rebanho, capaz de impelir essa massa para a vida no ermo e para a construção de uma “subcultura sertaneja” (RIBEIRO, 1997).

A ocupação diferenciada foi a base de relações sociais e culturais específicas que se estabeleceram nessa zona de economia pobre e dependente, gerada a partir da criação de gado. Na economia, o boi foi o motor do povoamento; na cartografia, gerou os mapas dos ferros e redefiniu as fronteiras; na arquitetura, moldou as casas de fazenda (DINIZ, 2015); e, até nos homens, deixou marcas profundas. Em síntese, o boi foi o elemento simbólico que forjou as identidades sertanejas tradicionais, como ilustraram Capistrano de Abreu (1988)

e Djacir Menezes (1937) na afirmação de “outro” Nordeste, diferenciado pela *civilização do couro*.

O boi aparece como elemento mítico em quase todas as civilizações da humanidade, sendo venerado desde tempos remotos como uma divindade agrária,¹³ sempre associado à fertilidade, à prosperidade e ao sacrifício. Ainda quando caçador e coletor, o homem descobriu com a criação de gado a possibilidade de armazenar comida e administrar a caça. Com a expansão da pecuária, o boi permitiu o avanço humano rumo a terras cada vez mais longínquas e desconhecidas, originando civilizações de pastoreio no oeste norte-americano e nos desertos do México, da Espanha e da Austrália, por exemplo. Em comum, essas culturas, que emergiram da relação matricial com a criação de gado, parecem evocar as características das criações originais do boi, como a valentia, a força e a virilidade como um traço cultural, como se pode perceber nas descrições dos *cowboys* nos Estados Unidos ou dos toureiros espanhóis.

No sertão nordestino, o vaqueiro personificou essas relações, incorporando no corpo e na alma os traços característicos do trabalho de pastoreio. Para Schistek (2013), essa figura foi a força de trabalho que consolidou o monopólio da terra, representando o dono da fazenda, subjugando os indígenas e trabalhadores ainda mais pobres. Junto com ele, personagens como o coronel e o cangaceiro completaram a tipologia dos sertanejos.

¹³ No Egito antigo, Ápis, o touro sagrado, foi a mais completa das divindades em forma animal. Na Suméria, o Gugalana, o grande boi do céu, deu origem à constelação zodiacal de Touro. Na Bíblia, a pecuária é a primeira atividade dada por Deus aos homens. Na Índia, a divindade Purusha iniciou a sacralização das vacas.

Em síntese, os vaqueiros eram a representação dos trabalhadores dedicados ao cuidado do gado (BOAVENTURA, 1989; CASCUDO, 1969a; QUEIROZ, 2010); os coronéis eram fundamentalmente os detentores da terra e do poder legítimo (LEAL, 1997; RÊGO, 2008; VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003); e os cangaceiros apareceram como dissidentes e perturbadores da ordem estabelecida, tendo a revolta armada e a barbárie como prática cotidiana (CLEMENTE, 2007; VILLELA, 2011; MELLO, 2011).

Para Vasconcelos (2012), esses três personagens se fundiram na figura do “cabra da peste”, síntese simbólica desta “sertanidade” que se instalou no interior nordestino sob os signos da masculinidade e da violência.

Desde a perspectiva materialista-histórica, a violência masculina do cabra da peste é um reflexo identitário de um marco fundamental da cultura sertaneja: o latifúndio. Mesmo teóricos de correntes diferenciadas, como Paulo Freire (2000; 2006; 2007) ou Ribeiro (1997), entendem a posse da terra como elemento constitutivo das identidades dos sertanejos tradicionais. Em torno da questão fundiária que se estabeleceu a divisão entre coronéis e vaqueiros, e esse modelo se fixou ao longo de vários regimes e governos políticos do país.

Por conta do interesse nas terras, os aldeamentos indígenas tutelados pela Igreja Católica foram banidos com a Lei de Terras em 1850, uma das primeiras medidas do Brasil Império. Também motivados pelas consequências da imutabilidade e violência da questão agrária, insurgiram Canudos contra a República Velha e os cangaceiros em pleno Estado Novo.

O latifúndio delimitou os papéis e assentou o modelo patriarcal e seus signos de violência e machismo. Segundo Freire (2006, p. 49), o latifúndio “proporciona ao possuidor da terra, pela força e prestígio que tem, a extensão de sua posse também até os homens”. Para o educador pernambucano, essa é a origem do silêncio e do mutismo tidos como outra característica identitária dos camponeses nordestinos.

A partir dessa referência, interpreta-se que o latifúndio, com suas cercas de arame farpado, refletiu uma estrutura rígida, vertical, fechada e violenta, de imposição pela força, que se construiu com base no isolamento cultural e em uma hierarquia de camadas sociais em que os estratos mais baixos são considerados naturalmente inferiores. Todo esse desenho se sustentou por tantos séculos sob a égide da violência.

Essa construção identitária se imprimiu nos signos do cabra-macho ou cabra da peste, tendo como modelo a arbitrariedade masculina do chefe do latifúndio, e não se restringiu às relações econômicas ou de poder. Nessa reconstrução sociocultural, que permeou todas as classes e estruturas sociais, o conceito tradicional de *família* foi um elemento-chave de constituição e reprodução das identidades individuais e públicas no sertão. Em torno do chefe e de suas alianças familiares, econômicas e políticas, organizaram-se boa parte das tradições do “sertanejo”.

Rêgo (2008), ao analisar documentos da literatura de cordel e da imprensa de Pernambuco do século XIX, observou como esses códigos estiveram presentes nas dinâmicas domésticas. Sob a ideia de família (baseada em laços consanguíneos reais e fictícios), teceram-se grandes alianças pautadas pela posse da terra e manutenção das relações de poder.

Mesmo os trabalhadores subalternos estavam atrelados a essas complexas relações familiares, através de laços de compadrio, que o vinculavam ao patrão e dono da terra onde estava sua roça de subsistência (RIBEIRO, 1997). E, no cenário de barbárie, esses laços também buscavam estreitar vínculos sociais atados pela fidelidade ao chefe como estratégia de sobrevivência (FURTADO, 2006).

Apareceu, assim, em contraposição à figura do cabra da peste, a postura apática e resignada – dada como um traço cultural – do sertanejo subalterno, em particular da massa de trabalhadores campesinos. Essa característica do silêncio ou do mutismo é aqui analisada como parte da formação histórica de uma sociedade civil desorganizada, fragmentada, vítima do medo instaurado pelo autoritarismo e repressão ou atrelada aos grupos hegemônicos locais por laços de dependência e relações de compadrio e favor (FREIRE, 2006; MOREIRA, 2007).

Na República Velha (1889-1930), essa frágil identidade política foi incorporada ao sistema eleitoral, que não previa a votação secreta (LEAL, 1997). A dependência dos trabalhadores rurais em relação aos coronéis criou o “voto de cabresto”, uma situação de manipulação política das massas, claramente associada às práticas de condução da boiada e que impactou a apropriação do Estado e das políticas públicas como mais um traço cultural do sertão, o coronelismo – entendido como

[...] uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra. (LEAL, 1997, p. 40).

Rêgo e Pinzani (2013) interpretaram, em análise sobre a pobreza do sertão do século XXI, que essa estrutura impactou a constituição identitária das camadas mais pobres, as quais, por séculos, não se reconheceram como sujeitos de direitos. As consequências na vida pessoal, ética e política foram problemas generalizados de autoestima e participação familiar e social, principalmente entre as mulheres.

A questão da opressão feminina se destaca, porque a relação de posse da terra dos coronéis se sustentou no conceito de família, no qual as mulheres são consideradas personagens fundamentais (RÊGO, 2008). Essas famílias não escaparam dos códigos da violência caracterizadora da identidade dos chefes, os quais estendiam seus traços de brabeza e machismo no trato com as mulheres e com a prole (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003). Mesmo os trabalhadores subalternos, ensimesmados e encerrados no mutismo na vida pública dominada pelos coronéis, reproduziram o comportamento de valentões em seus pequenos espaços de poder, interiorizando a violência na vida privada, como um reflexo da violência ditada pelo modelo latifundiário.

A identidade do cabra-macho que aparece nesse retrato familiar como um traço cultural não se restringiu apenas aos chefes de família, mas foi determinante na divisão sexual do trabalho. Às mulheres, em particular, destinou-se um espaço subalterno, sendo elas também símbolo de posse, exploração e ostentação das práticas de dominação patriarcal (SAFFIOTTI, 2017).

Nos relatos das memórias das famílias sertanejas é comum a menção a uma tataravó, tia ou prima distante que era uma índia “pega no mato”. Dados históricos revelam que essa memória remete a episódios concretos, como o do extermínio da Confederação Cari-

ri no século XVIII em que os homens foram eliminados, e as mulheres, escravizadas. (AZEVEDO apud SILVA, 2013).

As práticas de violação e defloramento, não apenas de indígenas ou negras, eram constantes no surgimento das famílias sertanejas, num sertão original, em que mulher era item raro e caro. A violência era legitimada pelo Estado e pela Igreja, que supostamente puniam os violadores com a ideia da reparação do dano por meio do casamento da vítima com o seu algoz. Essa construção foi tão assimilada que ainda está presente nas representações do casamento matuto das festas juninas. Essa memória conta de um povoamento em que as mulheres eram minoria populacional e entendidas como mais uma propriedade em disputa, subjugadas ao papel de reprodutoras, cuidadoras do lar e mão de obra barata.

Para Novais (2011), que fez uma releitura histórica da ação das mulheres sertanejas do século XIX, a ação feminina estendeu seus cuidados cotidianos ao trato da rede de alianças familiares. Segundo a autora, as mulheres também ocuparam um lugar relevante como pacificadoras, envolvidas nas dinâmicas de poder no sertão. Mas esse papel não significou a superação das práticas machistas impostas pelo coronelismo patriarcal, estando à sombra do chefe (pai, marido, coronel, provedor etc), em geral uma figura masculina e autoritária (SAFFIOTTI, 2017).

A elas couberam papéis subalternos, restritos ao espaço doméstico ou religioso, atuando, em geral, como donas de casa, beatas, fofoqueiras ou donzelas, personagens muito comuns no imaginário e na cultura sertaneja. Aparecem, nesse desenho subalterno, as lavadeiras, parteiras ou benzedeiças, às quais sempre se destinou o lugar do cuidado do lar,

da roça, dos filhos ou dos rituais responsáveis por trazer um pouco da sensação de ordem, paz e harmonia a um mundo ditado pela violência.

Nesse arranjo familiar patriarcal é interessante destacar que a extensão e força desses acordos políticos hierárquicos, apresentados como alianças familiares, eram demonstradas em eventos religiosos, como batizados, aniversários e casamentos, os quais se convertiam em espaços de afirmação do complexo sociocultural patriarcal (RÊGO, 2008).

Assim sendo, a postura subalterna e respeitosa das mulheres com seu senhor era parte de um jogo público de dominação, no qual a Igreja hierárquica e dogmática atuou como principal agente cultural. Nesse jogo se desenvolveu a ética feminina de opressão: a mulher passou a ser vista como guardiã das tradições, da família, da religião e dos “bons costumes” (GUEDES, 2008; HOEFLE, 1995).

E a fé católica não justificou apenas a dominação feminina. Ela esteve presente também nas relações de opressão e violência com as populações indígenas e negras que se fixaram no sertão.

Primeiramente, essa ação cultural se fixou pelo entendimento da falta de almas dos povos escravizados; depois, pela imposição e aculturação religiosa como mecanismo de inclusão dos dominados. Essa relação fez do sincretismo e da invisibilidade¹⁴ proposital as principais formas de sobrevivência das populações indígenas e afro-brasileiras nos sertões baianos. Vítima de toda essa construção perversa, a identidade dos sertanejos e sertanejas mestiços, negros, indígenas ou brancos pobres foi forjada muda e silenciada (MOREIRA, 2007).

¹⁴ A Fundação Palmares identificou, só no sertão baiano, mais de 140 comunidades quilombolas entre 2003 e 2016. Entre as comunidades reconhecidas, muitas passaram séculos isoladas, buscando não ser vistas para evitar a repressão.

Em Arruti (1997; 2006), a invisibilidade histórica das comunidades quilombolas e indígenas no sertão de Sergipe foi abordada como uma consequência da política secular que estabeleceu os verbos “extinguir” e “destruir” como estruturas discursivas e práticas do projeto colonizador na relação com os povos não assimilados. O resultado foi um “ethos do silêncio”, em que as identidades étnicas e raciais desapareceram na condição de indigência, repressão e indiferença que o Estado adotou em relação a negros, índios e mestiços que surgiram da associação entre esses dois povos marginalizados.

Uma análise das matrizes dos sistemas de comunicação e desse mutismo reflete uma estrutura de comunicação hierarquizada, rígida e extremamente autoritária, reflexo do modelo latifundiário.

Como captado por Albuquerque Júnior (2001), na leitura de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, a linguagem do nordestino foi construída na economia das palavras, na qual grita quem manda e silencia quem obedece. Se os *habitus* são as estruturas mentais que permitem aos indivíduos atuar socialmente, a qual se dá num conjunto de relações entre regras objetivas, no interior nordestino, o *habitus comunicativo* se constituiu na experimentação cotidiana do não diálogo. O que se estabeleceu foram relações familiares e trabalhistas autoritárias, nas quais os indivíduos ocupantes de posições subalternas se refugiaram nas manifestações culturais e nas inovações criativas como forma de romper o silêncio e superar os signos da dominação.

O SERTÃO DA ROÇA E DOS AFETOS

Viajante pelos sertões não tão distantes dos anos 1980, a antropóloga francesa Veronique Bulteau (2016) expressou sua surpresa com

os “outros” sentidos das populações dos sertões do Ceará e Pernambuco. Em sua tese de doutorado, ela diz não ter encontrado “os seres miseráveis, frustrados e limitados, obcecados pela sobrevivência, como descritos pela literatura ou pelas populações do litoral” (BULTEAU, 2016, p. 13), mas um sertão em festa, permeado pela inventividade e vitalidade – o que ela chama de “alegria de viver dos sertanejos”. Em sua antropologia compreensiva, Bulteau apresenta esse cenário de contrastes, tensões, ambivalência e paradoxos do cotidiano sertanejo como um reflexo corporal dos sentidos de vida e morte tão presentes nas relações da natureza e dos homens dos sertões.

Na psicologia de Jung (1964), a humanidade, como estratégia de superação dessas tensões de vida e morte, estabeleceu explicações mágicas do mundo desde a ancestralidade, introduzindo a magia e os mistérios dos símbolos e ritos como forma de representar e amenizar a existência humana e seus fenômenos concretos. Mitos, lendas e histórias narradas são exemplos dessas imagens simbólicas que, por meio da fantasia, ajudaram a minimizar as neuroses de uma vida desencantada.

Para Certeau (2000), essas reapropriações cotidianas dos discursos e sentidos, desde os marginalizados, fazem parte de uma criatividade tática, desenvolvida para estratégias de construção e manutenção da hegemonia dos grupos dominantes.

O sertanejo do sertão patriarcal e coronelista mitigou a existência árida com sentidos e encantos – construídos por meio de séculos de produção simbólica, mesmo com a rigidez do latifúndio –, fazendo da vida uma festa permeada pela alegria de viver (o que surpreendeu

a antropóloga francesa). A cultura sertaneja tradicional, marcada por expressões e manifestações de ritmos, representações estéticas e mistérios das populações subalternas, é uma porta para entrar neste universo.

Acessando a memória sertaneja secular,¹⁵ identificou-se que nem tudo foi aridez, silêncio e opressão. Os relatos, a música e o imaginário produzidos pelos sertanejos subalternos tratam de contar um sertão de afetos, encantos e fartura. Essa leitura dos signos subalternos como estratégia de comunicação simbólica permeia há décadas os estudos da folkcomunicação (BELTRÃO, 1980; MELO, 2008). O que para alguns é uma romantização do passado, ou folclore residual, aqui foi entendido como um contraponto existencial de produção e ressignificação dos sentidos.¹⁶

Obras que oferecem a releitura do corpo do sertanejo (BULTEAU, 2016), de suas manifestações comunicativas subalternas (BELTRÃO, 1980), das mestiçagens e identidades dos mocambos (ARRUTI, 2006) ou recentes estudos de micro-história dos sertões (GUERRA, 2000; SANTIAGO, 2013; SAFFIOTTI, 2017) atentam para os “sentidos” de uma memória afetiva que extrapola os conceitos e imagens estabelecidos em torno da produção cultural hegemônica¹⁷ e apontam para

¹⁵ Por meio da análise documental, revisão bibliográfica e observação participante das representações folclóricas ainda existentes, como ternos de reis na Chapada Diamantina e Sertão do Cariri, bumba meu boi no sertão do Piauí, boi roubado na Região do Sisal, São Gonçalo em Juazeiro etc.

¹⁶ Martín-Barbero (2015)

¹⁷ A questão que aqui se coloca, e que será discutida posteriormente, é que os sertões aparecem em variados clássicos que representam um dos períodos mais ricos da produção literária nacional, mas tanto o discurso midiático quanto o da literatura expressam a visão letrada de interpretação das manifestações de uma população de maioria analfabeta.

novas lógicas de percepção dos sertões a partir do ponto de vista da população excluída que lhes deu origem.

Neste estudo, considera-se que o local de produção dessa memória afetiva foi a *roça*, entendida como espaço privilegiado, no qual se teceram os principais elementos simbólicos de ressignificação e resistência popular diante da violência e mutismo da estrutura latifundiária.

A roça é uma pequena porção de terra dedicada à agropecuária de subsistência, onde vaqueiros e sertanejos trabalhavam para complementar sua renda (RIBEIRO, 1997; FURTADO, 2006). Em geral, essas porções de terra se situavam dentro de grandes latifúndios e dependiam do consentimento do patrão. O cultivo na roça representou a possibilidade de inserção produtiva e a sobrevivência da grande massa de trabalhadores livres que migrou para os sertões. Essa prática também foi responsável pela constituição de outro traço cultural fundamental do sertanejo: a sua relação com a terra como uma dimensão afetiva e de encantamento do mundo.

A roça aparece nos registros folclóricos, na música e na literatura sobre o sertão como o elemento articulador das relações produtivas e culturais da grande massa de trabalhadores sertanejos que, durante séculos, dinamizaram esse pequeno espaço de agricultura de subsistência para alimentar suas mesas, seus afetos e seus sonhos na aridez social, cultural e política da região.

No sertão do latifúndio ganadeiro, a vida na roça foi o espaço identitário privilegiado de construção dos sentidos cotidianos. Dentro dos limites desses minifúndios, cultivaram-se os principais elementos afetivos do sertão tradicional, como a gastronomia à base

de farinha de mandioca, o ritmo ditado pelas músicas de trabalho e ciclos da colheita, a religiosidade constituída pela fé na chuva e o terreiro da fartura e da alegria. Esse pequeno território de significados cotidianos teve sua ética enraizada no trabalho e no cuidado da terra como um valor e base da experiência e produziu uma série de mitos, signos e símbolos de representação.

A música de Luís Gonzaga *Lá no meu pé de serra* eternizou esse rancho que “tinha tudo que eu queria”. A saudade de Gonzaga, contrariando Albuquerque Júnior, não é da ordem e da tradição do latifúndio. Ela canta a roça e o sertão das experiências cotidianas, de vivências das dificuldades do trabalho duro e da opressão, mas também lugar de farturas e ternuras, criadas como estratégia de sobrevivência em meio à hostilidade.

Esse sertão afetivo tem o gosto da coalhada, requeijão e manteiga de garrafa, os subprodutos do gado desprezados pelas elites litorâneas. Foi cozido na diversidade de sabores como o do feijão verde, do mingau de milho, do cuscuz com ovo, do beiju, dos cortados de abóbora e da buchada de bode, produzidos pela resistência dos pequenos quintais, que contrariavam a imposição da monocultura ganadeira e garantiam um mínimo de nutrição e variedade gastronômica que não somente da parca e cara carne seca.

O estar no sítio foi arrulhado pelo som das enxadas ou das latas d'água na cabeça e das cantorias na labuta, para aliviar o peso do dia. Teve o ritmo das batidas dos pés descalços “apilando” o chão no forró do reboco. Cheirava a fogueira de lenha e se iluminava com lampião e candeeiro nos barracos sem o mínimo de infraestrutura. Fantasiava as aventuras do dia nos bancos do

terreiro povoado por porcos, pássaros e galinhas. Em contraste aos tons terrosos da paisagem, vestiu-se do colorido das chitas de algodão barato. Na cama de palha, remendou as misérias na colcha de retalhos. Em resposta aos espinhos da caatinga, o homem usou o gibão de couro e, para aplacar o rosto rachado no sol escaldante, o chapéu de palha.

A maioria dos símbolos estéticos e valores éticos dos sertanejos surgiu dessa vida no rancho. O pé de serra se tornou o refúgio da violência hegemônica, por sua localização estratégica e a possibilidade de produção agrícola assentada em minifúndios estabelecidos obrigatoriamente longe dos melhores solos, das grandes aguadas e dos olhos dos coronéis. Essa posição geográfica, social e política “da distância” estabeleceu uma relação com a terra diferenciada, na qual a fusão entre homem e natureza era uma necessidade criada em função de relações sociais injustas.

Foi essa imposição de vida no campo que gerou a imagem telúrica “[...] sertanejo é antes de tudo um forte” (CUNHA, 1995). Nessas condições, a única alternativa de sobrevivência é a força. Precisa ser forte para produzir uma terra seca com enxada e ferramentas rudimentares. Precisa ser forte para carregar a lata d’água na cabeça. Precisa ser forte para parir e alimentar mais de vinte pessoas. Precisa ser forte para resistir aos desmandos dos coronéis. Precisa ser forte para sobreviver às secas.

Mas essa força e robustez, que passaram a identificar homens e mulheres sertanejos, não foram uma consequência da vida nas caatingas. Populações indígenas autóctones conviveram com as alterações e variações climáticas do semiárido por muitos séculos antes da

chegada dos portugueses. Para os campestinos, contudo, presos nas cercas do minifúndio, as estiagens se tornaram uma questão de vida ou morte. Essa dependência gerava um elevado índice de sazonalidade da produção e impactava diretamente na qualidade de vida e vulnerabilidade social das famílias.

Dessa situação de instabilidade climática e rigidez da estrutura agrária, surgiram os outros fenômenos que caracterizaram os tipos sertanejos, como a migração, a miserabilidade e o fanatismo religioso. Foi da exclusão social da roça que se gerou a relação de dependência climática e se enraizou o caráter místico das chuvas e da religiosidade sincrética como outro traço cultural do nordestino.

Os santos de devoção no calendário do interior sertanejo refletem essa dimensão telúrica. No início de dezembro, período das “chuvas das águas”, estabeleceu-se o culto a Santa Bárbara (4 de dezembro), que no sincretismo ocupou o lugar de Iansã, a orixá dos raios e trovões. Logo depois, os Ternos de Reis (dezembro e janeiro) visitavam as casas anunciando a chegada do Deus Menino e de suas bem-aventuranças, incluindo as chuvas. No final das trovoadas, louvava-se a São José (19 de março) para agradecer as cheias ou implorar pelas últimas gotas de esperança. No mês de junho, as festas juninas celebravam a alegria e a fartura da colheita, a prosperidade e a fertilidade das alianças familiares sob o intermédio do casamenteiro Santo Antônio (13 de junho), de São João (24 de junho) e de São Pedro (29 de junho), protetor das viúvas vulneráveis e responsável por abrir as portas do céu.

Além desse panorama, muitos outros santos e devoções (as muitas faces de Nossa Senhora, o Bom Jesus da Lapa, as festas do

Divino, os carurus de Cosme e Damião, os curandeiros e as benzedeadas, as manifestações dos ex-votos ou o culto a Padre Cícero expõem traços desse misticismo sincrético e ambíguo da religiosidade popular. Os camponeses se converteram em fiéis fervorosos em uma estratégia de superar sua vulnerável produção econômica, de buscar a cura num mundo sem políticas de saúde e de pedir proteção dos vulneráveis e conforto dos espíritos cansados e impregnados de tantas batalhas pela sobrevivência.

Mas é interessante observar que essa fé e a relação do sertanejo com o divino não obedeceu à rigorosidade dos dogmas católicos. Entende-se, portanto, que a religiosidade popular, muitas vezes interpretada como misticismo pagão ou fanatismo, passa a uma dimensão cultural de ressignificação da existência no mundo rural.

Essa produção de repertórios e sentidos próprios ultrapassa a dominação da Igreja (HOEFLE, 1995). Os momentos de celebração divina tinham também um caráter de sociabilidade, de expressão e superação da situação de vulnerabilidade individual, tornando-se um dos poucos espaços de convívio e interação desses sujeitos espalhados no ermo (ARAÚJO, 1973).

Essa cultura mestiça e popular esteve impregnada pelos traços da miscigenação opressiva dos indígenas e negros livres, que fizeram do rancho seu lugar de sobrevivência. Se no litoral açucareiro de Gilberto Freyre essa miscigenação ocorreu nas cozinhas da casa-grande, no sertão ganadeiro, a mistura das tradições portuguesas, africanas e indígenas se cultivou na roça. As práticas agrícolas, por exemplo, foram orientadas por técnicas e rituais pagãos (como os ciclos lunares), e davam preferências a produtos como o milho e a mandioca,

profundamente conhecidos pelas populações indígenas, ou plantas e ervas da tradição africana. Mas falar de miscigenação e intercâmbio cultural não quer dizer que a roça era um paraíso distante dos elementos de violência e dominação expostos anteriormente.

Por exemplo, muitas dessas tradições indígenas e africanas foram garantidas pela força das mulheres negras e índias oprimidas e exploradas que, além dos serviços domésticos, atuavam na roça, com os muitos filhos, para assegurar o sustento da família como força de trabalho não remunerada. A propriedade da terra sempre foi um privilégio masculino. E nos minifúndios, onde a prole era grande e a terra era pouca, a disputa pelo pedacinho de chão e as questões de sucessão e herança estavam no centro dos conflitos familiares (ABRAMOVAY et al., 1998).

Nessas roças e quintais conflitivos e contraditórios se produziu a riqueza genética de espécies, sementes e rituais que compõem o vasto legado cultural sertanejo. E todo esse tesouro se revelava nas feiras livres, como espaços privilegiados de intercâmbio e comercialização de farinha, milho, feijão, arte e cultura.

A feira, lugar da venda dos produtos da roça, converteu-se em território e vitrine de trocas comerciais e simbólicas, zona de exibição e demarcação de uma identidade coletiva e ampla, que foi se espalhando pela vastidão dos muitos sertões. A roça e a fartura dos terreiros foram as grandes produtoras desse patrimônio cultural, em torno do qual surgiu a maioria dos núcleos urbanos, que se tornaram, depois, as principais cidades sertanejas.

De cultura prioritariamente oral, produzida por e para uma população de maioria analfabeta e excluída dos centros nacionais de

cultura, as feiras foram os palcos e plateias dos trovadores, cantadores e “cirqueiros”. Em geral, eram acompanhadas de companhias de circo e teatro que usavam do melodrama, drama sacro, a comédia e o Teatro Ligeiro como repertório e circulavam com certa regularidade na região até os anos 1990 (SILVA, 2014).

A feira e o circo se configuraram como espaços de difusão e divulgação de causos por meio das canções e da literatura de cordel. Todos esses elementos culturais fixaram e espalharam os acentos e pronúncias, sotaques e expressões que deram aos muitos sertões uma ideia de identidade coletiva comum, quase homogênea (apesar das grandes variedades e distâncias geográficas).

Esses sertanejos constituíram uma linguística própria, com modo de falar, sotaques e construção discursiva e semântica específica como expressão da realidade em que viviam. Isolados nos limites dos sertões, foram criando, ao longo dos séculos, uma lexicografia muito peculiar, marcada pelos resquícios de uma tradição medieval, presa a termos e expressões vocabulares anteriores às alterações da língua portuguesa e miscigenada.¹⁸

Essa riqueza de expressões e sentidos foi a base dos romances de Guimarães Rosa, do teatro medieval de Ariano Suassuna, da música cancionista de Elomar (ARRUDA, 2015) ou da poesia de Patativa do Assaré. De maneiras diferenciadas, esses artistas trataram de recuperar os elementos desse sertão parado no tempo através das palavras, dos ritmos e imagens como elementos estéticos

¹⁸ Essa construção estilística prioriza, por exemplo, a linguagem coloquial, os versos em moldes de Luís de Camões, poeta medieval português, como os sonetos, a poesia de rima e métrica populares como a décima e a sextilha nordestina.

que celebram a beleza sertânica do popular arcaico, mas o mantém preso às tradições estéticas seculares.

Em comum, essas obras trataram de registrar o modo de falar específico dos sertanejos que, apesar das variantes, tratavam de contar um mundo místico, permeado de elementos da natureza e da relação com a terra e com o poder, no qual prevaleciam estruturas de pensamento extremamente complexas.

No entanto, essa complexidade de relações se verbalizou em frases, verbetes, fonemas e sotaques tidos como simples, em que só a leitura do contexto pode estabelecer uma ponte para os códigos da submissão e do silêncio embutidos em expressões como “valei-me, minha Nossa Senhora!”. Nesse caso, dadas as condições de opressão, só o divino resguarda esperança de salvação. Já o dito “arre-égua”, sintetiza a brabeza das relações e o trato de pessoas como extensão da boiada.

O falar curto, de poucas e cortadas palavras, parece economizar expressões e fonemas num mundo pautado pela miséria. O silêncio foi uma opção política de quem se sabia em condições inferiores de enfrentamento com as elites (GUERRA, 2000). O falar “errado” era só mais uma evidência da distância dos espaços formais de educação e dos espaços de produção da cultura letrada e erudita. Mas diversos estudos apontam que o léxico dos sertanejos está muito mais próximo de um português arcaico, remetendo às origens medievais da língua, que, no isolamento sertanejo, continuou preservado, como registram as canções de Elomar.

O sertanejo forjado no mutismo do latifúndio é parco nos recursos, sucinto no falar, desconfiado das palavras. Tinha medo do mundo dito, porque a construção legítima da fala foi o espaço

privilegiado da dominação, da exclusão e negação dos sentidos de sua existência. Assim, até o modo de falar dos sertanejos é uma referência a uma vida mais pautada no silenciamento que no diálogo (MOREIRA, 2007).

Mas, na roça, os cantos e os causos se figuraram como possibilidade de expressar, com mais cor e leveza, esses enfrentamentos ao latifúndio. O bumba meu boi, um bailado popular organizado em cortejo contendo personagens humanos e fantásticos, como a figura do “cabra” (CASCUDO, 2002), é um exemplo que evidencia essa relação cultural dialética de apropriação e recriação dos sentidos. Mesmo com suas muitas variações, de uma maneira simplificada, a história gira em torno da morte e ressurreição de um boi, remetendo à tradição católica da morte e ressurreição de Cristo. Esse boi valente é o elemento central da cultura latifundiária, despertando a ambiguidade dos desejos de destruição e veneração do boi, que ora oprimia, ora alimentava. O cabra-macho era o homem capaz de submeter e matar esse boi. No folclore tradicional, o boi sempre ressuscitava. Para evitar o retorno dessa assombração, muitos folguedos de bumba meu boi incorporaram a partilha do animal, através de um testamento ou de uma ceia, em que os brincantes dividiam e devoraram o boi (PÁDUA, 2010).

Essa manifestação ajuda a entender as representações culturais e artísticas que surgiram de um modelo de produção econômica subalterna, baseado na vida rural, no trabalho precário, na apropriação desigual da terra e no desejo de devorar o boi como representação do latifúndio. O legado sertanejo expresso em suas manifestações culturais, na diversidade de comidas, personagens, lendas, vestimentas,

danças e expressões é uma riqueza que provém dessa posição subalterna da roça, e não do latifúndio que lhe deu origem. Ele trata da produção humana na qual os camponeses silenciados teceram, ao longo de séculos, um dos mais inventivos e fortes patrimônios culturais brasileiros.

Nesse processo de retomada e aprofundamento da compreensão sobre as origens dos sertões, parece fundamental destacar que a roça foi o motor de produção cultural popular e o principal legado identitário das populações tradicionais sertanejas.

Mas a questão é que a roça, espaço articulador dessas manifestações, era exatamente o elemento mais frágil de toda a estrutura produtiva e sociocultural sertaneja. A existência dos minifúndios, desde sua constituição, sempre esteve dependente e/ou ameaçada pelos interesses dominantes.

Apesar do fascínio e do encantamento que a cultura sertaneja exercia sobre os outros brasis, seja o das elites nordestinas litorâneas, seja o moderno do sudeste, o encontro do sertão com esse “outro” sempre foi um espaço permeado de tensões. E esses momentos de choque trataram mais de eliminar ou subjugar que reconhecer, compreender ou aprender com o sertão.

O SERTÃO FORA DE LUGAR: ALTERIDADE E DIÁSPORA

No Brasil, para Mário de Andrade (1959; 1978; 1987), o boi foi o componente cultural que representava a integração nacional. Para recuperá-lo como elemento estético, o literato recorreu à figura do bumba meu boi, presente de norte a sul do país. Para nascer o Brasil moderno, o boi de Macunaíma (1978) morreu enfermo e foi devorado

pelos urubus. Nas apresentações tradicionais de bumba meu boi, o boi morto em combate ou sacrifício tende a ressuscitar. Para evitar a maldição, o boi costumava ser esquartejado e partilhado entre os brincantes e participantes da festa. Em Mário de Andrade, esse boi mítico morre de velhice, anunciando uma modernização que tende a eliminar a ancestralidade do boi. (PÁDUA, 2010).

Tal construção literária reconhece o popular como elemento constitutivo da nação, mas anuncia sua morte antropofágica na modernidade. A perspectiva dos intelectuais modernistas é uma das marcas do romance nacional da época e extrapola a ficção. A sociologia compreensiva de Weber aponta como uma das forças da racionalidade moderna o processo de desencantamento do mundo, o qual tende à substituição das explicações mágicas e religiosas pela ciência, pela técnica e pelo progresso (PIERUCCI, 2004).

A enfermidade fatal do boi de Macunaíma, além de captar os sinais dos tempos da modernidade, refletiu o pensamento de vanguarda na cultura e na política de modernização do país. Além da literatura, Mário de Andrade integrou a equipe de Gustavo Capanema na definição das pioneiras políticas culturais inauguradas por Getúlio Vargas nos anos 1930.¹⁹

¹⁹ Mário de Andrade integrou a equipe de Gustavo Capanema (1934-1945) no Ministério da Educação e Saúde (MES), que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince) e o Instituto Nacional do Livro (INL). Este mesmo governo Vargas também estabeleceu marcos da radiodifusão incluindo a Rádio Nacional e a instalação do programa “Hora do Brasil” (1932), regulamentou mercado pela interferência direta do estado no setor. Regulamentou o serviço de rádio, autorizando a publicidade (Decreto nº 21.111/1932), normatizou a profissão de jornalista, e institucionalizou a censura através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939 (JAMBEIRO et al., 2004).

Nesse projeto nacional estava inserida a necessidade de modernização e a integração nacional a partir da cultura e dos meios de comunicação, em particular do rádio. Entender essa perspectiva de anúncio da morte dos elementos constitutivos do passado ajuda a analisar as relações de alteridade que as políticas de integração nacional iniciadas no início do século XX estabeleceram como “lugar” para a tradição, o boi e os sertanejos da roça na lógica de desenvolvimento nacional.

Franz Fanon (2008; 2010), ao tentar entender as identidades africanas como produtos da colonização, percebeu que a cultura dos povos colonizados estava permeada de “deslocamentos”. O desencaixe, segundo o autor, derivava dos antagonismos da constituição de sujeitos coloniais sobre determinados “de fora”. Essa perspectiva teórica pode ser uma ferramenta poderosa para pensar a morte do boi de Mário de Andrade como uma aposta na decadência e desencaixe dos modelos econômicos e culturais que sustentavam o Brasil, associado ao impedimento do progresso.

Nos sertões nordestinos, que nasceram com a economia gadeira (um subproduto do açúcar decadente) e estiveram por séculos isolados por uma economia estagnada, conformou-se uma noção de tempo desencaixada da modernização capitalista do país. Bosi (1992) entende que a dialética da colonização remonta a essa distorção entre o tempo das metrópoles (projeto de futuro) e a realização do projeto colonial (passado). Desse sentimento de distância e alteridade nasce o conflito entre o sertão que permaneceu preso aos referenciais da colonização original portuguesa e as regiões que buscavam se inserir nas lógicas de desenvolvimento econômico.

O resultado é que o desencaixe foi personalizado pelos migrantes sertanejos, os quais estabeleceram relações de alteridade regionalizadas e assimétricas. Do encontro entre eles e os outros brasis, no início do século XX, predominaram os interesses da burguesia paulista na definição das identidades sertanejas como “fora de lugar” perante as noções de tempo e espaço determinados pelo capitalismo (OLIVEIRA, 2008).

A economia estagnada, as estruturas sociopolíticas rígidas, o modelo de vida rural e, principalmente, a concepção de mundo mística da população iletrada contradiziam os ideais do Brasil que se pretendia civilizado (GUERRA, 2000). Essa dicotomia entre o moderno “sul” e o atrasado “norte” entrou para a história do país na Guerra de Canudos, conflito eternizado na obra de Euclides da Cunha.

Quando o Brasil letrado do Sudeste “descobriu” Canudos, ele percebeu que o sertão não era mais sinônimo do “vazio” exibido nos mapas e que o interior do país já estava ocupado – mas por uma população presa no passado. O conceito de sertão como “ausência”, portanto, precisou ser preenchido por outras definições e categorias de classificação.

Para que o sertão voltasse a ser “vazio”, como as elites o queriam, a solução foi a eliminação de Canudos. Na imprensa letrada, produzida principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi realizado um verdadeiro massacre discursivo, no qual prevaleceu o uso de argumentos científicos e cientificistas para justificar o avanço das tropas sobre a população civil sertaneja. Desse bombardeio de informações manipuladas formou-se uma

opinião pública a favor da guerra e da destruição de Canudos em prol dos republicanos. Esse Brasil produtor do discurso legítimo não apenas ignorava o sertão, mas se orgulhava de eliminá-lo (RIBEIRO, 2015).

A campanha nacional contra Canudos determinou, a partir do referencial dos vencedores, até mesmo o nome com o qual o conflito entraria para a história. Antônio Conselheiro e seus seguidores se referiam ao local como Belo Monte, nomeação que foi desconsiderada e manipulada pelas elites externas, que percebiam o sertão como um ambiente bárbaro e incompreensível – onde nenhum monte poderia ser belo (GUERRA, 2000).

A partir dessa tragédia, o território sertanejo entrou para o mapa nacional como resquício de uma era medieval, retrato do berço do Brasil original, parado no tempo, e, conseqüentemente, reduto das forças conservadoras e reacionárias, incompatível com os ideais de ordem e progresso da República instalada no final do século XIX (GUERRA, 2000).

Versos da literatura de cordel sobre o conflito, depoimentos dos sobreviventes e até mesmo as notas originais de Euclides da Cunha registraram um sertão bem diferente da imagem construída pelas elites letradas da capital (CALASANS, 1989). Por exemplo:

Espalharam mil boatos por todo aquele sertão. Em Belos Montes já estava o Rei D. Sebastião. Dos montes corria azeite, a água do rio era leite, as pedras conver-tiam-se em pão. (GUERRA, 2000, p. 15).

Esse cordel revela como a população local percebia e comunicava sua relação afetiva com Belo Monte.

Tais registros também expressam um catolicismo messiânico, que incorporou traços do sebastianismo português²⁰ e adaptou as promessas bíblicas à ideia de um sertão produtivo e rico, retratando a esperança de um Estado justo, manifestado na presença de D. Sebastião. Esse imaginário, somado à possibilidade de uma vida diferenciada, atraiu uma multidão que, através da fé e de modelos produtivos alternativos, questionavam as elites nordestinas e suas estruturas fundiárias e políticas (ARRUDA, 1993).

Essa lógica sertaneja era tão estranha - e distante - ao mundo dito “civilizado” que, ao tomar contato com ela, Euclides da Cunha (2005, p. 236) se surpreendeu: “Tivemos insurreta, em armas a nossa frente, uma sociedade velha, morta, galvanizada por um doido. Não a conhecemos, não podíamos conhecê-la” - uma expressão discursiva da incompatibilidade entre os vários interesses e projetos de Brasil.

Canudos despertou o país para a existência incômoda desse sertão e a necessidade de acomodá-lo ao projeto de modernização nacional. Com sua extinção, São Paulo e Rio de Janeiro se apresentaram como promessas de refúgio para os lamentos sertanejos.

As conhecidas estiagens de 1915 fazem parte de uma nova onda migratória dos camponeses sertanejos, a qual possibilitou o surgimento dos “retirantes”, mão de obra barata, vulnerável e farta que sustentou o acelerado crescimento e industrialização do Sudeste ao longo de todo o século XX. Com a diáspora sertaneja, então, iniciou-se um processo mais intenso de aproximação/distinção do sertanejo, mas as questões de alteridade levantadas em torno desses

²⁰ Lenda a respeito da volta de D. Sebastião, príncipe português que desapareceu em um naufrágio. Devotos esperavam o regresso dele para restaurar os tempos gloriosos do reino.

sertanejos foram muito mais complexas que a sua simples assimilação como trabalhadores de chão de fábrica.

No início do século XX, os mapas foram redefinidos, e o sertão passou a ser apresentado como “zona das secas” (FERREIRA, 2012). As estiagens se tornaram o principal argumento ético e estético de reconhecimento da “região”. E, não por coincidência, entre os anos 1920 e 1930, surgiram tanto os primeiros órgãos públicos de “combate à seca” e suas frentes de trabalho quanto o Movimento Regionalista do Nordeste, no qual intelectuais representaram e publicizaram “a seca” como o principal elemento de caracterização regional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Em termos políticos, a intervenção estatal na região tratou de incorporar as elites falidas do “norte” ao projeto político da República por meio de instituições como a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs), em 1909 e 1919, e, posteriormente, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945.

Reitera-se que, até então, Bahia e Sergipe integravam outra regionalidade, o leste setentrional, revelando que o conceito de “norte” e “nordeste” foi uma categoria que, aos poucos, aglutinou os estados falidos e desencaixados do modelo de modernização do Sudeste.

Em terras sertanejas, essas definições chegavam através da mediação política dos coronéis, os quais estenderam o poder dos latifúndios para as prefeituras municipais, assumiram o papel de grandes eleitores de deputados, senadores e governadores e, então, passaram a controlar a força de trabalho no campo e a máquina governamental (RIBEIRO, 1997). O fenômeno das secas serviu de

argumento e justificativa para a perpetuação da situação de miséria e exclusão, aprofundando a má distribuição de terras e o uso dos recursos públicos para interesses privados.

O discurso das secas por parte das novas elites foi a justificativa para a falência das antigas elites escravistas do litoral nordestino e para que mantivessem seus mecanismos de poder e acessem as ações públicas e a privilégios (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). Essa apropriação da realidade sertaneja ignorou o profundo desprezo dessas velhas oligarquias pelas populações do interior. Na Bahia, por exemplo, essas elites construíram os símbolos da “baianidade”, ignorando o vasto povoamento sertanejo no estado (VASCONCELOS, 2012). Mas, no início do século XX, quando perdiam acentuadamente seu poder decisório para o Sudeste, não se incomodaram de se vincular ao Nordeste – entendido como zona das secas – para conquistar visibilidade nacional.

As elites nordestinas, estabelecidas nas capitais litorâneas como Salvador, Recife e Fortaleza, ignoraram os limites culturais e geográficos dos mapas das terras áridas e diluíram o sertão através do conceito de “nordeste”. A ideia de *região nordestina* foi a síntese da modernização nacional baseada nas desigualdades regionais e da incorporação das elites falidas, tendo o fenômeno das secas como elemento discursivo e constitutivo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Exemplo dessa transformação foi a criação de instituições como o Banco do Nordeste, em 1952, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, que, dentro do planejamento do desenvolvimento nacional, emergiram como espaços de poder e manipulação das oligarquias nordestinas. Como

um projeto sobredeterminado, esses órgãos não significaram, desde a lógica das elites do Sudeste, a superação dos antigos problemas locais e fixaram economicamente a região como exportadora de mão de obra barata e dependente da hegemonia paulista (OLIVEIRA, 2008).

A região Nordeste emergiu, então, como um conceito mais amplo e menos incômodo que “sertão”, mas também muito mais ambíguo. Por um lado, ele remetia à antiga ideia de “desertão”, tratando de associar a miserabilidade e “irracionalidade” dos *nordestinos* como consequências do clima seco. Por outro, assegurava às elites litorâneas e falidas do “Norte” um espaço limitado de poder no projeto de desenvolvimento nacional (BURSTYN, 1985).

Com a noção de Nordeste, o sertanejo ficou ainda mais entrenchado em práticas discursivas hegemônicas que o ridicularizavam e legitimavam as práticas de dominação tanto do litoral nordestino quanto do Sudeste industrializado (SILVEIRA, 1984). A dicotomia entre o rural nordestino e o progresso industrial foi a base das desigualdades regionais que, além da geografia espacial, estabeleceram os territórios da miserabilidade e da fome (CASTRO, 2007).

Essa relação se exemplifica em uma das poucas tentativas de inserção desse Nordeste no planejamento nacional, durante a instalação da rede ferroviária. Matérias da imprensa da época revelam a manipulação desse imaginário sobre a região, que ora é apresentada como atrasada, ora é celebrada com a chegada do progresso tecnológico das linhas de trem, numa clara manipulação discursiva que dependia do interesse das elites coronelistas (ARANHA, 2001).

O conceito de Nordeste, então, se tornou mais adequado ao projeto de desenvolvimento porque diluiu o estigma do conceito de

“sertão” e atendeu aos interesses de duas elites (a falida elite do litoral nordestino e a elite burguesa do Sudeste). A dupla discriminação do entendimento da roça e do atraso nordestino fixou identidades sertanejas em condições de opressão sobrepostas.

O processo de urbanização perturbou os modos de vida rural em todo o país e gerou antagonismos entre as individualidades do campo e da cidade, como demonstrou Chauí (1993) ao revelar como a imprensa paulista, usando argumentos de peritos, contribuiu para estigmatizar os hábitos e posturas dos caipiras nos períodos de conflitos rurais no interior de São Paulo. Por exemplo, a justificativa para prisão de um dos líderes campestres foi um atestado de “loucura”, diagnosticada a partir de seu modo de falar e de seus gestos (como o modo de usar as mãos e de desviar o olhar das autoridades).

Essa negação do corpo, da fala e do comportamento dos campestres foi um elemento da crise cultural comum nos variados cenários de industrialização, como na França (BOURDIEU, 2004) e na Inglaterra (THOMPSON, 2012). Mas, em relação aos sertanejos, os mecanismos de preconceito e distinção remontam ao povoamento do país. Segundo o argumento geoclimático, a seca gerou uma sub-raça, na qual a aclimação e a mestiçagem criaram uma evolução regressiva, com tipos humanos de máxima energia orgânica e mínima fortaleza moral. (CUNHA, 2005).

Essa visão de sertanejos fortes e adaptados aos trabalhos braçais, mas com estreita inteligência e capacidades morais, serviu posteriormente para determinar os postos de trabalho destinados a essa população – seja nos grandes centros, seja nas frentes de trabalho

(OLIVEIRA, 2008) – e para justificar a ausência de condições habitacionais nas cidades/bairros dormitórios, a criminalização dos nordestinos e a sua homogeneização.

As distinções locais entre cearenses, pernambucanos ou sergipanos foram ignoradas e, no trabalho rudimentar, diluídas como traço comum. Essas diferenças foram também inferiorizadas através de nomeações pejorativas que os reduziam todos a “paraíbas” ou “baianos” (OLIVEIRA, 2008). Porteiros, empregadas domésticas, pedreiros ou padeiros foram identificados como nordestinos, miseráveis, fugidos da seca, analfabetos e ignorantes, dependentes da generosidade dos cidadãos civilizados (LOBO, 2004).

O sotaque acentuado, o gestual, os gostos estéticos, os hábitos de consumo, tudo foi motivo de ridicularização e negação. Nas festas juninas, por exemplo, apresentadas nas escolas como a grande celebração do campo e, em particular, do Nordeste, prevaleceram representações culturais carregadas de preconceitos e signos de discriminação dos camponeses, como a caricaturização dos dentes sujos, das roupas remendadas ou do uso abusivo de álcool nos personagens da quadrilha (CAMPOS, 2007).

Não por acaso, o termo “favela” designa, segundo o Dicionário do Aurélio (2010), tanto o conjunto de habitações toscas e miseráveis, geralmente em morros e onde habita gente pobre, quanto uma planta das caatingas baianas. De acordo com Cruz (1941), a origem da palavra que hoje define as periferias brasileiras é uma das principais heranças da Guerra de Canudos, devido ao fato de que as tropas que esmagaram o arraial se instalaram no “Morro da Favela” e, depois da destruição, já no Rio de Janeiro, associaram

suas próprias condições de moradia no Morro da Providência à dos habitantes dos casebres que destruíram em Canudos, cercados pela *Jatropha phyllacantha*, uma planta espinhenta, “anônima ainda na ciência – ignorada dos sábios, conhecida demais pelos tabaréus” (CUNHA, 2005), que ganhou notoriedade no massacre de Antônio Conselheiro e se tornou sinônimo das condições de vida nas periferias do país.

Contrariando os discursos que celebram São Paulo e as metrópoles nordestinas como espaço da diversidade e mestiçagem cultural brasileira, essas periferias, ocupadas principalmente por sertanejos e seus descendentes, continuam sendo o retrato do choque entre o Brasil idealizado e esses outros brasis (LOBO, 2004; VASCONCELOS, 2011). Prevalecem nessa relação mecanismos de distinção e diferença cultural, em que o simbólico foi espaço privilegiado de estabelecimento de fronteiras definidas a partir dos centros do poder (BHABHA, 2013).

A atração que os centros modernizados do país passaram a exercer sobre a periferia sertaneja influenciou milhões de nordestinos a fugirem da seca, do latifúndio e das rédeas dos coronéis. Cidades como São Paulo e Brasília, ou as novas fronteiras agroindustriais no Norte ou Centro-Oeste, representaram a oportunidade de melhores condições de trabalho e renda, de acesso à educação e à saúde e de construção de estruturas e identidades menos rígidas.

Mas, apesar de todo o estigma, para a maioria dos sertanejos desterrados, a roça continuou sendo o elemento que permeou as saudades e as utopias. Foi lá o lugar onde eles deixaram o coração e era para lá que planejavam voltar um dia.

Luiz Gonzaga captou esse sonho sertanejo e, através da música, estabeleceu-se como síntese da incorporação dessa massa de migrantes no contraditório processo de incorporação/negação dos sujeitos sertanejos na modernização nacional. Com gibão e chapéu de couro, apelou aos signos das identidades sertanejas subalternas, mas atualizou o ritmo e o discurso para atender aos interesses das mídias massivas e suas elites (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Gonzagão, mesmo sendo produto da indústria cultural da era do rádio, foi uma exceção de sucesso autenticamente sertanejo. Talvez por isso tenha sido um dos poucos a contar e a cantar o sertão dos afetos, sem rádio e sem notícias das terras civilizadas.

O SERTÃO VELHO: SECA, DISCURSO E HEGEMONIA

Desde os relatos dos viajantes do século XVIII, o sertão despertou o interesse e a curiosidade nacional, que, por meio das mais variadas linguagens artísticas, como a literatura, a pintura e o cinema, contribuíram para a invenção do Nordeste como território da seca, da saudade ou da revolta (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

É interessante registrar que a escolha do “tipo de invenção sertaneja” não reflete apenas o momento histórico em que o discurso foi construído. A opção pela lógica narrativa tem a ver com o lugar de fala dos autores em relação a esse sertão. Por exemplo, o Nordeste como território da seca foi, em grande medida, construído e justificado por descendentes das elites ruralistas ou viajantes a serviço dos interesses do Sudeste. Já o território da revolta foi romantizado por estudantes e/ou militantes nordestinos vinculados aos movimentos revolucionários dos anos 1960 e 1970. E só o território da saudade

foi cantado e contado por um sertanejo migrante incorporado pela então nascente Indústria Cultural.

Mas, de uma maneira geral, as imagens e declarações hegemônicas sobre o sertão não foram construídas por e para os sertanejos. A maioria dos produtores culturais e enunciadores sobre os sertões era aliada ou representante letrada das antigas oligarquias, que utilizaram sua influência na literatura e na imprensa para enunciar discursos que atendiam aos interesses dos grupos dominantes (PERRUCCI, 1984). Eles teceram ao longo do século, a imagem do sertão do passado, atrasado, medieval, rústico, seco e miserável (ALVES, 2007). Na imprensa, o imaginário e as representações nordestinas também não fugiram a essa ideia do clima árido como fator determinante das vidas secas no sertão (PAIVA, 2006; LEITÃO, 2013; SILVA, 2013).

Retomando o papel da imprensa na Guerra de Canudos (RIBEIRO, 2015) – ou o seu uso pelos coronéis do século XVIII (RÊGO, 2008) – e no caso da construção das estradas de ferro, já no século XX (ARANHA, 2001), evidencia-se o histórico processo de manipulação discursiva que inventou e justificou, na mídia impressa, o sertão da miséria. É importante ressaltar que uma das características do período é de que a maioria dos escritores das obras canônicas atuava como jornalista nos grandes centros urbanos.

Para Said (2007; 2011), a literatura e a imprensa nunca foram ingênuas ou passivas ao processo de colonização. Ao contrário, elas atuaram ativamente na construção do discurso legítimo, obedecendo às lógicas do poder, reproduzindo e alimentando os códigos e equipamentos simbólicos de dominação, segundo o autor.

No Brasil, Bosi (1992) revisou a construção desses discursos e mitos revisitando as obras literárias clássicas de fundação do país. Entre elas, os romances indianistas e regionalistas de José de Alencar, principalmente *O sertanejo*, considerado um dos primeiros livros que abordam, na literatura, os sertões. Para Bosi, é evidente que o choque civilizacional é anulado pelo imaginário do autor, que reflete o período da independência do Brasil. O indígena do texto não se rebelou, nem se estabeleceu como antítese ao processo de colonização. Ao contrário. O índio e o sertanejo de Alencar entraram em íntima comunhão com o projeto colonizador através da adesão à fé católica e de suas promessas civilizatórias.

Um dos pilares do argumento de Alencar foi a imposição do cristianismo como política cultural. A Igreja Católica foi a principal ferramenta de cultura desde a colonização, passando pela independência do país e chegando até a República Velha, no início do século XX. Esse modelo conservador foi a base da massificação da postura resignada da população sertaneja (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003; HOEFLE, 1995).

No sertão, a Igreja conservadora ocupou esse protagonismo até finais do século XX, quando passou a dividir espaço com outros símbolos culturais, como o rádio, a imprensa e as artes. A literatura foi um dos principais instrumentos de fixação da hegemonia, ajudando a estabelecer a dicotomia Nordeste/Sudeste, em que o primeiro era sinônimo de passado e seca; e o segundo, símbolo do progresso e da modernização. Isso contribuiu com o duplo interesse das elites nordestinas e da burguesia paulista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001; PERRUCCI, 1984).

Esse histórico processo de apropriação dos meios legítimos de fala e de produção discursiva massiva contribuiu para a ideia já difundida de sertão seco, atrasado, miserável e conservador e sertanejos limitados, brutos e ignorantes. Além disso, a construção monolítica do “cabra da peste” como protagonista da maioria das obras literárias ignorou/minimizou as contribuições das mulheres, por exemplo. Como exercício que reforça essa afirmação, tomei o conceito de juventude como símbolo do novo e das transformações, que é o interesse deste livro, como ferramenta de análise da construção do imaginário em torno dos jovens em várias obras clássicas regionalistas. A ideia era ver nos principais romances e roteiros sobre o sertão do século XX como eles apresentavam o jovem e, portanto, os símbolos de possíveis rupturas e inovações da região.

Os sertões, escrito em 1902 por Euclides da Cunha, não deixou possibilidade de final feliz na sua saga por compreensão do universo sertanejo. Os últimos defensores de Canudos “[...] eram apenas quatro: um velho, dois homens feito e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (CUNHA, 1995, p. 597). Em toda a obra de Euclides, a juventude não participou da batalha nem da construção de Canudos.

Em *O quinze*, de 1930, Rachel de Queiroz narrou a tragédia e as perdas das secas a partir do seu ponto de vista, construído como uma descendente das antigas elites que percebeu a decadência das antigas estruturas oligárquicas diante da modernização (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). Nesse território falido e desiludido, o novo foi interpretado como uma ameaça.

No romance *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos, os personagens se dividem em apenas duas faixas etárias: os adultos e as crianças, além da cachorra Baleia. Esse discurso dos romances regionalistas de 1930, fundante das imagens e sujeitos do sertão como velhos flagelados, ainda hoje é tomado como referência (ALVES, 2007).

Em *Morte e vida severina* (1955), João Cabral de Melo Neto narra os sertanejos que nascem e morrem sem passar pela juventude. Por sua vez, o *Auto da compadecida*, escrito em 1955 por Ariano Suassuna, tem um discurso inspirado nas narrativas medievais e inovou ao celebrar o jovem sertanejo irreverente, que só pôde se livrar da opressão das forças conservadoras através do humor e da salvação divina.

Grande sertão: veredas (1956), de Guimarães Rosa, narra as lembranças de um velho homem do cangaço, cujas inquietações são tão contraditórias ao sertão conservador, violento e machista que não lhe restou outro caminho senão apegar-se à memória apaixonada do passado decadente.

Essa desconstrução literária é apenas um reflexo do secular processo de apropriação do discurso legítimo sobre o sertão a partir de referenciais externos. De maneira geral, o imaginário aportado pela literatura clássica sobre os sertões refletiu um território velho, sem alternativas, estigmatizado pela pobreza e pela violência. O sertão construído sobre a lógica da tradição conservadora se baseia em uma identidade essencialmente antiga, arcaica e imóvel, portanto, incompatível com as novidades, com o progresso e, conseqüentemente, sem espaço para as inovações e rupturas.

Como equipamentos privilegiados de cultura no século XX, a literatura, o cinema e a mídia de massas construíram uma representação sertaneja que atendeu à curiosidade nacional em torno desse “outro” Brasil, místico, berço da brasilidade original e repleto de personagens exóticos, e reforçaram a construção de um imaginário em que a seca se constituiu como elemento fundador das precárias condições de vida do sertanejo e alimentou a esperança da fuga dessa realidade imóvel para “a cidade grande”.

Uma vez que toda essa intensa fabricação simbólica sobre o sertão no século passado – muitas vezes produzida por atores vinculados às esquerdas, como o Partido Comunista – refletiu os valores dos centros políticos e econômicos do país e se destinou aos públicos letrados e intelectualizados das metrópoles em construção, ela não foi consumida pela maioria de sertanejos analfabetos, de cultura predominantemente oral.

Em terras sertanejas, prevaleceu o isolamento histórico secular, demonstrado na precariedade da infraestrutura do sistema de comunicação local que predominou até o final da década de 1980. Com exceção de aparelhos de rádio, era difícil identificar estações de televisão locais, jornais ou outros instrumentos de comunicação. Para anunciar alguma notícia, a população utilizava táticas de disseminação de boatos, como os recados via caminhoneiros, a literatura de cordel etc. (NASCIMENTO, 2005).

O “radinho” de pilha, que trazia notícias das terras civilizadas e tocava as canções dos sertanejos refugiados nas metrópoles, tornou-se um dos pouquíssimos equipamentos culturais consumidos pelos sertanejos sem energia elétrica. Essa proximidade com o

Sudeste, construída através do rádio, pode ser percebida no vínculo dos sertanejos com times de futebol externos, como Corinthians ou Flamengo, e não com equipes estaduais. Através das ondas sonoras, muitos sertanejos embarcaram no sonho de felicidade, fartura e progresso na capital. Em seu isolamento cultural, até o início dos anos 1990, raros núcleos urbanos contavam com eletrificação e acesso à televisão (MOREIRA, 2007).

Minimizadas em suas expressões e representações culturais, as estratégias discursivas e comunicativas geradas pelos sertanejos foram sempre entendidas como produtos exóticos. Em geral, foram descritas e estudadas pela folkcomunicação (MELO, 2008; PEDROZA, 2001) ou no universo da cultura popular (ARAÚJO, 1973; CALASANS, 1989; CHAUI, 1993), as quais ocuparam uma posição acadêmica menos privilegiada e tendiam a ser interpretadas como formas de comunicação alternativa, de romantização do popular, menos relevante e simbolicamente mais pobre e limitada, como o sertanejo que a produz.

Essa posição subalterna refletiu o predomínio de um sistema de comunicação tradicional no sertão verticalizado, autoritário, forjado numa cultura política de dominação e de silêncio, tendo a defesa do latifúndio como principal elemento simbólico-discursivo. A constituição da identidade sertaneja apática, resignada e conservadora fez parte dos processos de exclusão dos trabalhadores e da apropriação elitista da terra, da água, do poder político, da força de trabalho, da escrita e dos meios de produção simbólica.

O latifúndio foi, historicamente, o seu discurso fundador, manifestando um modelo econômico excludente que se expandiu à

apropriação da fala e dos equipamentos legítimos de produção simbólica, constituindo um sistema de comunicação precário, tecnologicamente pobre e limitado, mas extremamente eficiente porque se fez pautado no silenciamento arbitrário da grande massa de trabalhadores rurais.

Dentro da estrutura latifundiária, os grandes proprietários foram os atores privilegiados da fala. Utilizaram como instrumentos culturais e comunicativos a violência sistemática, o poder econômico e político e o discurso conservador da Igreja Católica para legitimar e perpetuar suas estruturas de dominação. Externamente, eles pautaram os conteúdos e argumentos da seca, que foram disseminados por emissores legítimos, como a imprensa de massas e a literatura. O discurso do Nordeste seco foi a identidade legitimadora de opressão e miserabilidade, e o motor das migrações massivas.

Mas a construção discursiva hegemônica sobre o sertão não foi determinada em função do poder dos coronéis. Ela foi um produto histórico das relações de poder fixadas por interesses externos. Foram os portugueses quem definiram a ocupação do “vazio” pela pecuária extensiva. As práticas do latifúndio ganadeiro e o isolamento cultural coronelista foram possíveis num cenário de estagnação econômica da cana de açúcar, que, por séculos, ignorou os sertões e suas especificidades. Com a modernidade, a necessidade de incorporação dos sertanejos como mão de obra barata inventou o discurso do sertão seco, atrasado e miserável como argumento que sustentou migrações massivas para condições sub-humanas nas grandes cidades e a manutenção das velhas estruturas de poder no semiárido.

Em síntese, os discursos e imagens clássicos de representação do sertão tradicional refletem os movimentos de acomodação do capital e das lógicas de exploração dos sertanejos, definidas em função das alianças de interesses entre as elites nacionais e as oligarquias regionais. Em torno dessa dupla sobredeterminação, estabeleceram-se a cultura do silêncio e o domínio das posições discursivas privilegiadas, como a literatura e a propriedade dos meios de comunicação.

Dadas essas constatações, parece interessante destacar que os de-sertões vazios nasceram carentes de precisão conceitual e de delimitação cartográfica, transformando-se em conceito fronteiriço e mutante. A principal característica do sertão, em sua origem conceitual, não é a seca, mas a noção de distâncias em relação ao centro. Assim, podemos inferir que a primeira definição de sertão é a de periferia.

A grande questão é que a modernidade não se restringiu aos grandes centros produtivos. Ainda que tardia, ela vem provocando ruídos e acomodações identitárias, inclusive no sertão, que está à margem desde os 1980. Esse processo de transição é o objeto do próximo capítulo.

A MORTE DO BOI: MODERNIDADE E TRANSIÇÕES DO SERTÃO AO SEMIÁRIDO

*Debaixo de água lá se vai a vida inteira.
Por cima da cachoeira o gaiola vai subir.
Vai ter barragem no salto do Sobradinho,
e o povo vai-se embora com medo de se afogar.
O sertão vai virar mar.
Sá; Guarabyra, 1977.*

Nas últimas décadas, o boi deixou de ser o único protagonista nas paisagens sertanejas, e as roças também já não são as mesmas. Contrastando com o cenário clássico das caatingas, são cada vez mais comuns os campos verdejantes da agricultura irrigada, as barragens e transposições de rios, hidrelétricas e parques eólicos imponentes. A arquitetura das casas de fazenda vem dando lugar aos prédios e fachadas de estabelecimentos comerciais, que exibem logomarcas globais em cenários cada vez mais urbanizados. Mesmo nas zonas rurais, motos tocam boiadas. E cisternas e antenas parabólicas anunciam outro tanto de inovações.

Essas alterações na paisagem apontam a uma série de rupturas muito profundas com as ideias de sertão tradicional. Elas fazem parte das representações do processo de modernização tar-

dia e imersão sertaneja na globalização. Para batizar esse “admirável sertão novo”, com o qual emerge o discurso do território de possibilidades, convencionou-se chamá-lo de “semiárido”. A nomenclatura reflete discussões técnicas bioclimáticas, a ação de movimentos sociais ou, ainda, a marca de grandes empreendimentos. O “semiárido” é cobiçado e reivindicado tanto pelo agronegócio e por mineradoras, quanto por organizações sindicais rurais, grupos indígenas e quilombolas.

Comecei a entender o sentido mais profundo dessas ambiguidades quando vivi em Juazeiro da Bahia (2011-2015). Ainda hoje me lembro da sensação de assombro e admiração diante da magnitude da barragem de Sobradinho, o maior lago artificial das Américas e uma das grandes obras da engenharia moderna. Quem me tirou do estupor celebrativo que a imensidão do lago provoca foram os meus alunos, moradores locais. Ao me guiarem pela cidade que nasceu em volta da barragem, me ensinaram que Sobradinho é uma grande metáfora da contraditória modernização sertaneja.

Quando iniciaram as obras nos anos 1970, um formigueiro humano se formou em volta. Na ocupação do espaço, esses colonos da modernidade foram segregados em três bairros: o dos engenheiros, o dos operários e o dos trabalhadores braçais.

O primeiro, o bairro dos engenheiros, era formado por homens brancos vindos do exterior ou das capitais do Sudeste para trabalhar nos postos de chefia e gerência das obras. Eles se abrigavam em casas amplas em estilo americano, com verdes jardins compartilhados e irrigados na porta. Ao redor, muitas cercas e vigilância 24 horas para garantir a segurança e afastar invasores. Ainda hoje se

mantém a mesma fachada da zona moderna e próspera, que segundo os vizinhos é “a Miami das caatingas”.

Ao lado, estava o bairro dos operários. Com casas pequenas, padronizadas, no modelo de construções populares, este conjunto era ocupado por trabalhadores contratados pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Eles eram, em geral, funcionários especializados e alfabetizados que atuavam como auxiliares contábeis, mestres de obras ou professores contratados para os filhos dos engenheiros, ou seja, uma espécie de classe média letrada e pouco organizada. A maioria deles também não era da região semiárida.

Sem nenhum planejamento urbano, surgiu o “Quebra-faca”, uma verdadeira cidade de palha que abrigava a massa de trabalhadores braçais (negros e mestiços) que atuava nas frentes de trabalho e se amontoava em barracões improvisados. O nome surgiu porque, dizem os moradores, “morria um por dia” em conflitos de facão e foice gerados pelo alcoolismo, prostituição e violência naquela terra de ninguém. Foi nesse setor que se iniciaram os trabalhos das pastorais, para organização mínima da comunidade em sua luta por direitos básicos e por uma vida mais justa.

Apresentando-se como um modelo metafórico da neo-ocupação sertaneja, Sobradinho saltou aos olhos como reflexo das origens de um semiárido mais plural, porém marcado pela divisão de classes e distinção social, e onde se estabeleceram novos segmentos para além dos coronéis, vaqueiros e peões.

Este capítulo é uma tentativa de encontrar as origens do termo “semiárido”, seus usos e (res)significados políticos – principalmente entre o período da ditadura militar, nos anos 1960, e a

redemocratização do país – e as alterações sociais, culturais, comunicativas e econômicas que o acompanharam.

O desafio aqui, é investigar a progressiva inserção do interior nordestino na modernização capitalista, na qual o avanço das mídias de massas e das novas tecnologias da informação foi uma das principais inovações que alteraram as dinâmicas de poder e as lógicas culturais da região.

Para cumprir esse roteiro, foram consultadas variadas teses e dissertações sobre a história recente do sertão e do Nordeste, bem como foram realizadas uma série de entrevistas a lideranças de movimentos sociais sertanejos.

Para auxiliar a interpretação teórica, são aprofundados os olhares do paradigma político sobre o sertão, retomando estudos sobre a modernização tardia regional em autores como Oliveira (2008), Nascimento (1993), Carvalho (1987) e Costa (2005). A partir deste marco, são ampliados os olhares para as políticas, estruturas e produtos de comunicação e cultura que se estabeleceram a partir do período ditatorial. A ideia é identificar os atores emergentes, suas inovações discursivas e como as mídias se relacionaram com as rupturas identitárias desse intenso processo de transição do *sertão* ao *semiárido*.

O SEMIÁRIDO DA DITADURA E DO AGROBUSINESS

O conceito de “semiárido” apareceu publicamente, pela primeira vez, como um discurso técnico-climático – e não como uma invenção dos movimentos sociais (SILVA, 2003; SILVA, 2006; MALVEZZI, 2007) – que justificou a criação, em 1975, do Centro

de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA), precursor da atual Embrapa Semiárido.

Ainda que com um viés mais progressista, a iniciativa e, portanto, a nova nomenclatura faziam parte do projeto de desenvolvimento do Nordeste definido pela ditadura militar, que, junto com a política ditatorial de modernização conservadora, definiu “inéditas prioridades” para as zonas de caatinga²¹ (OLIVEIRA, 2008; SILVA; SILVA, 2003).

A expansão capitalista, em busca de mão de obra barata, de novos mercados e fontes produtivas, se reapropriou do velho conceito de sertão como “vazio”, entendendo-o como um possível grande projeto nacional de modernização. Resguardados sobre a ideia de zona de miseráveis, justificaram-se as intervenções federais tuteladas, sem escuta, nem diálogo com as comunidades locais. Para facilitar o ingresso desses novos empreendimentos na região inóspita, o Estado definiu metas diferenciadas para as zonas de seca. Nas políticas da Sudene, estavam os custosos e conflitivos investimentos de infraestrutura, como estradas, telecomunicações e hidrelétricas, e medidas de “pacificação” do campo.

A tensão rural no interior nordestino, como as Ligas Camponesas de Francisco Julião em Pernambuco, foi uma das motivações para o Golpe Militar de 1964. A ditadura refletia o receio dos grandes latifundiários com o crescente movimento campesino, que se difundia em função da significativa exclusão dos direitos dos trabalhadores rurais iniciada décadas antes.²²

²¹ Dados disponíveis em: <<http://www.cpatna.embrapa.br:8080/index.php?op=historia>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

²² Os agricultores ficaram à margem do pacto populista que garantiu o desenvolvimento industrial dos anos 1930 e que restringiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT/1943) aos operários urbanos (OLIVEIRA, 2008).

Nos anos 1960, os movimentos de insurreição campesina representavam uma pressão significativa por mudanças na estrutura agrária e inclusão dos camponeses na legislação trabalhista. Eles impulsionaram a criação dos sindicatos rurais em 1962 e o início das reformas de base de João Goulart, entre as quais a reforma agrária (NASCIMENTO, 1993).

Todas essas questões justificaram a “Revolução de 1964” e forçaram o regime militar a adotar medidas que contivessem a agitação no campo e, em particular, no interior nordestino, que tinha virado “um grande barril de pólvora” (OLIVEIRA, 2008). Essa insurgência relembra o episódio de Canudos, no século passado, mas, apesar das tentativas de aniquilamento – inclusive a inundação da área do conflito nos anos 1960 –, a memória do massacre teimava em ressurgir como símbolo da revolta e das lutas por justiça social.

Os anos 1970 também marcaram a insurgência de diversos movimentos sociais incentivados pela Teologia da Libertação e pela migração de intelectuais, líderes estudantis e comunistas para as inóspitas zonas sertanejas (MOREIRA, 2007). Fugidos das perseguições nos grandes centros, eles se camuflavam nas imensidões dos sertões e nas frentes de trabalho para iniciar a organização campesina, a exemplo de Lamarca, que se refugiou em Brotas de Macaúbas, na Bahia.

Temendo a sublevação das massas de miseráveis que se espalhavam por todo o interior nordestino, e para sustentar a modernização conservadora da região, o governo passou a considerar o sertão território prioritário à segurança nacional. Em 1968, foi inaugurado o 72º Batalhão de Infantaria Motorizado de Petrolina, responsável pela formação, pelo planejamento e pelas operações especializadas na caatinga.

Nesse contexto, definiram-se as “inéditas prioridades” para o semiárido. Entre elas, a chamada “Revolução Verde” e extensão das fronteiras agrícolas, a definição do sertão como matriz energética e o estabelecimento de infraestrutura básica de transporte e tecnologias da comunicação (MOREIRA, 2007).

A agricultura irrigada fez parte dessas diretrizes governamentais, substituindo as roças e seus plantios de subsistência por agroindústrias voltadas para o mercado externo (ELIAS; PEQUENO, 2006). Em 1974 foi criada a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), com o objetivo principal de incrementar a agricultura empresarial através de projetos de irrigação (SILVA, 2013). Entre as inovações do projeto de expansão das fronteiras agrícolas, estava a definição de áreas negociais, como a fruticultura irrigada em Juazeiro, a zona do feijão em Irecê, o sisal no nordeste baiano, entre tantos outros.

Com o suporte do aparato estatal, o *agrobusiness* se estruturou no desigual acesso a financiamento e assistência técnica e na apropriação indevida da terra. Em comum, esses novos modelos de investimento impactaram a legalização e concentração das grandes propriedades. A Lei de Terras, decretada em 1972, instaurou que somente as propriedades com título concedido pelo Estado eram consideradas privadas. Em 1974, na Bahia, apenas 10% das terras estavam de acordo com a medida. Em 1984, 90% já eram latifúndios regulamentados. Esse intensivo processo de legalização da concentração fundiária foi marcado por falsificações, pela compra por preços simbólicos, na expulsão dos trabalhadores e na reapropriação da terra enquanto fator econômico, político e simbólico preponderante (NASCIMENTO, 1993).

Esses empreendimentos geraram novos arranjos produtivos, que modificaram as tradicionais relações sociais entre fazendeiros e agricultores, ultrapassando a antiga figura dos coronéis e introduzindo o proprietário agroindustrial, os bancos financiadores de investimentos e as Sociedades Anônimas (S.A.) como atores destacados no cenário agrícola sertanejo. Na sua maioria, essas novas relações combinaram as antigas práticas latifundiárias, com as exigências do capital internacional. Essa nova fração social emergente, pautada no mercado externo, se apropriou dos recursos e investimentos estatais e impulsionou o crescimento da fronteira agrícola. Aos coronéis, restou o protagonismo mais restrito à liderança política nas prefeituras municipais ou como deputados federal e estadual.

Foi também pelos braços do Estado modernizador autoritário que nasceu a organização sindical como novo ator no semiárido. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) foram regulamentados em 1965 como mediadores da nova estrutura agrária. Na tentativa de afastar os sindicatos da proposta comunista, criou o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (Funrural), que estendia a previdência social para um agricultor por família, cuja comprovação do trabalho deveria ser emitida pelos sindicatos.

Criou-se, assim, uma organização sindical conservadora e assistencialista, que atuava como braço da máquina estatal apropriada pelas oligarquias para a manutenção de práticas clientelistas, em que a representação do trabalhador era trocada por “votos” e mediavam politicamente as novas regras da espoliação capitalista (NASCIMENTO, 1993).

Com o desaparecimento da figura do coronel como patrão imediato, esses sindicatos “pelegos” se tornaram um meio de comunicação institucionalizada entre o agricultor e a regulamentação fundiária e trabalhista da modernidade. O *agrobusiness* rompeu as práticas de confiança historicamente construídas entre fazendeiros e agregados com base em laços de compadrio e de favor. A complexificação das relações no campo impôs uma lógica despersonalizada de negociação comercial, cujos preços e regras eram alheios ao sertanejo tradicional e estabelecidos por um distante e desconhecido “mercado” (MOREIRA, 2007).

Este desenho sindical conservador, com suas promessas de aposentadoria e atendimento médico, reforçou a desmobilização dos trabalhadores e aumentou a fragilidade dos camponeses diante dos novos formatos de exploração.

Mas a força dessas inovações não se restringiu ao setor agrícola. O projeto de modernização econômica iniciado pela ditadura avançou sobre outras áreas, como a mineração, ampliando as pesquisas do setor e a liberação de outorgas de exploração mecanizada de ouro, ferro, calcário, entre outras riquezas descobertas nos subso-los sertanejos. Um dos casos mais emblemáticos é Caetité, cidade a 650 km de Salvador onde a exploração de ferro iniciada na ditadura possibilitou a ativação da única mina de urânio do país, com autorização concedida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear em 1998.

Antes das extrações nucleares, foram necessárias as obras de infraestrutura rodoviária para facilitar o acesso a estas e muitas outras minas. Para diminuir as distâncias, entre os anos 1970 e 1990, foram muitas as rodovias construídas e/ou melhoradas e

ampliadas, como as BR 116 e BR 324, além da dinamização de várias rodovias estaduais.

Com a influência do governo norte-americano para a adesão brasileira ao projeto de transportes rodoviários, mais dependentes das tecnologias e insumos estrangeiros, foi criada uma malha de integração entre as cidades médias sertanejas, que desarticulou a integração ferroviária do início do século passado. Cidades como Feira de Santana, Petrolina e Crato foram convertidas em entroncamentos rodoviários. E em alguns deles, para facilitar a logística, foram também inaugurados pequenos aeroportos, permitindo o pouso e decolagem de pequenos aviões.

Outro divisor de águas no semiárido foi o advento da energia elétrica. Nos anos 1970, intensificou-se a construção de barragens para represamento dos rios – principalmente no São Francisco – com a finalidade de produzir eletricidade. A chegada da luz viabilizou a irrigação mecanizada, a operação de máquinas industriais e o acesso da população às tecnologias e bens de consumo da modernidade, como iluminação, e eletrodomésticos como geladeira e televisão.

Desde os anos 1960, só no rio São Francisco, foram construídas quatro represas – incluindo Sobradinho, que foi considerada na época o maior lago artificial do mundo – e dez hidrelétricas.²³ Juntas,

²³ As principais represas no rio São Francisco são Três Marias, em Minas Gerais; Sobradinho e Luiz Gonzaga, entre a Bahia e Pernambuco; e Xingó, entre a Bahia, Alagoas e Sergipe. Suas principais hidrelétricas são Três Marias, Sobradinho, Paulo Afonso (I, II, III e IV), Itaparica, Moxotó e Xingó. Moxotó foi construída na década de 1970 para servir de reservatório de reposição às usinas de Paulo Afonso e atualmente é conhecida como Usina Apolônio Sales, em homenagem ao idealizador da Chesf.

esse enorme complexo hidrelétrico produz cerca de 10 mil megawatts de potência, o que corresponde a 80% da energia consumida em todo o Nordeste. E para o sucesso desse gigantesco aparato da modernidade, foram inundadas cinco cidades e mais de 200 comunidades, e expulsas mais de 50 mil pessoas²⁴ na maior onda de migrações forçadas da história recente do país.

A viabilidade logística desses empreendimentos ignorou e afetou as roças, principalmente, e as zonas remanescentes de indígenas e quilombolas. As obras de modernização se sobrepujaram às antigas ocupações e povoamento da caatinga, priorizando a desterritorialização dos grupos já marginalizados (CANUTO; LUZ; WICHINIESKI, 2012). Não por acaso, muitos desses projetos apagaram (e continuam apagando) a memória ancestral desses povos, com a destruição de sítios arqueológicos e de pintura rupestre quando da escolha dos locais de instalação de tantos outros barramentos, mineradoras e usinas eólicas, como a construção da barragem que inundou Canudos.

Símbolo da modernidade recente, o semiárido nasceu se apropriando do conceito de sertão como “vazio”, prestes a ser ocupado pelo progresso. A partir de argumentos técnicos e burocráticos da modernização autoritária, mudaram os mapas sertanejos para reacomodá-los aos projetos das elites do Sul e Sudeste, que se apresentaram como novos colonizadores do “de-sertão”.

No depoimento de um dos reassentados na construção do lago de Sobradinho, é evidente a distorção de sentidos sobre o “progresso” entre os neocolonizadores e os moradores tradicionais:

²⁴ Dados do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

A gente foi tirado de lá à força. Já com as águas na porta. Ninguém acreditava que o homem tinha forças para mudar o rumo das águas daquele jeito. Mas eles fizeram e mandaram a gente pra um assentamento. Diziam que não era muito diferente de onde a gente vivia. Mas na minha casa tinha um umbuzeiro, tinha um bocado de fruta no quintal, tinha uns pezinhos de mandacaru que davam comida pros animais, tinha as aguadas. Tinha a vida da gente. Tinha o cemitério com minha vó. No terreno que eles deram, não tinha uma árvore, e uma gota d'água não passava. Não tinha mais os vizinhos de antes. Não tinha nem a energia que eles prometeram. Não tinha nada. Acho que um refugiado de guerra deve se sentir como eu me senti naquele dia quando mudei pra lá... (Tiziu, ex-diretor no Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, 2012, informação verbal).

As disputas entre neocolonizadores e moradores tradicionais sobre o sentir as paisagens sertanejas não foi apenas semântica. Com o avanço do projeto de modernização autoritária, as divergências em torno do modelo de semiárido ficaram cada vez mais evidentes e tensas, como no caso da “chacina do Salitre”, em que agricultores tradicionais enfrentaram fazendeiros na disputa por água do rio salitre (SILVA, 2010).

No final dos anos 1970, a zona foi definida como uma prioridade para a Codevasf. A política de expansão e modernização agrícola militar determinou a criação de canais de irrigação, dividiu o fundo de pasto²⁵ do salitre em lotes individuais e impulsionou a venda das terras para empresários agrícolas de outras regiões do país.

²⁵ Modelo de propriedade agrícola em que várias famílias, há séculos estabelecidas numa determinada localidade, utilizavam grandes áreas de terras comuns para a pastagem dos animais.

A tensão com os camponeses tradicionais chegou ao ápice em 1984, quando os conflitos se agravaram por conta do uso de bombas d'água pelos empresários instalados nas terras mais férteis. O episódio finalizou com a morte de dois neocolonizadores, em um escândalo midiático que exigiu ação militar.

A década de 1980 marcou o período de acentuação dos conflitos, com a elevação do número de trabalhadores mortos em confronto. Mas, com eles, vieram as lutas pela redemocratização do país e a emergência de novos atores sociais, como a aproximação sindical dos movimentos de bases à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Também se acentuaram as ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a consolidação de inovadores movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nos anos 1990, ou a ASA, nos anos 2000.

Mas esse processo de reação e ressignificação não foi imediato. Ele levou algumas décadas para se formatar e reverberar. Enquanto isso, as tensões permaneceram com o avanço neoliberal no Brasil do Estado Democrático de Direito estabelecido com a Constituição de 1988.

O SEMIÁRIDO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

A modernização acelerada do sertão não se restringiu ao período da ditadura militar, nem significou um processo linear. A ideia de semiárido como síntese da passagem do sertão a uma modernização conservadora foi marcada por contradições. As tensões na definição do termo estiveram presentes na conturbada redemocratização do país, ficando nítidos os contrastes pela definição da área na Constituição Federal de 1988.

O artigo 159, inciso I, alínea c, e a Lei nº 7.827/1989, que tratam da questão, apresentam os critérios geoclimáticos como demarcação técnica do semiárido. Mas, apesar da nomenclatura inovadora, delimitaram o mapa com o conceito de “zona das secas”, com os municípios a serem beneficiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Apesar da aparente neutralidade do conceito, desde então, esse mapa foi alterado várias vezes, seja em função de supostas mudanças climáticas, de evidentes debates políticos ou de interesses de apadrinhados. O episódio ilustrou as primeiras disputas em torno do semiárido, sendo a quantidade de municípios beneficiados reformulada convencionalmente.

Ao longo do período de redemocratização do país, o *semiárido* passou a expressar as tentativas de conciliação e pactuação entre as antigas elites nordestinas e os novos atores do capital, ambos disputando a direção das políticas estatais, que eram o motor dos dois modelos de desenvolvimento regional (o tradicional e o moderno).

Nesse processo, durante a transição democrática, ganharam força líderes do Norte e Nordeste ligados às antigas elites, como o ex-presidente José Sarney (1985-1989), do Maranhão, e o ex-ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães (1985-1989), na Bahia. Entre final dos anos 1980 e início dos anos 2000, essas antigas lideranças recriaram o conceito de coronelismo, adaptando antigas práticas de dominação com inovações democráticas e culturais trazidas pela modernização tardia.

Eles foram os grandes responsáveis por atualizar o modelo de concentração fundiária e manipulação política, incrementando seu poder através da manipulação de espaços democráticos, como

os conselhos de direitos (TEIXEIRA, 2002). Com especial destaque, esses novos coronéis se concentraram na propriedade dos meios de comunicação (CAPPARELLI; SANTOS, 2005).

Dentro do avanço do modelo neoliberal, o modelo político tradicional nordestino foi perdendo espaço para a emergência de novos grupos políticos mais articulados com os discursos de modernidade, inovação e eficiência. Conquistaram espaço no cenário nacional líderes políticos nordestinos que se apresentavam como diferenciados dos coronéis, como os cearenses Ciro Gomes e Tasso Jereissati.

Essa inovadora elite política utilizou discursos e estratégias políticas mais adaptadas aos novos tempos. Jereissati, por exemplo, foi pioneiro nos anos 1980 ao aliar um discurso progressista com campanhas eleitorais baseadas em estratégias publicitárias e no *marketing* político. O empresário cearense virou uma referência de comunicação política do país e se estabeleceu como modelo nacional (COSTA, 2005).

Seguindo a lógica, na década de 1990, espalharam-se pelo interior os *showmícios*, que fundiram indústria cultural com manipulação eleitoral e mobilizaram multidões em torno das disputas políticas locais. Em uma zona sem muitas opções de lazer e entretenimento, as campanhas políticas e a própria avaliação das gestões públicas municipais ficaram reduzidas e/ou vinculadas ao nome de artistas e espetáculos. Sem investimentos no setor, os políticos, através de verbas públicas, se tornaram os principais “mecenas” da vida cultural no semiárido, quase sempre optando pelos sucessos do entretenimento massivo. Esse modelo vinculou a precária política cultural da região ao processo de complexificação da antiga lógica do voto de cabresto.

Outra inovação da política cultural do período foi o atrelamento da cultura ao desenvolvimento econômico do turismo no Nordeste. Essa junção entre o setor turístico-hoteleiro e a cultura nordestina foi impulsionada quando, no processo de redemocratização do país, o governo de José Sarney nomeou o economista paraibano Celso Furtado para o recriado Ministério da Cultura (1986-1988), extinto pelo regime militar. Apesar da escassez de verbas e da instabilidade institucional, Furtado estabeleceu uma visão desenvolvimentista da cultura, que impulsionava planos setoriais ligados ao projeto de desenvolvimento regional. Um dos marcos dessa abordagem foi a incorporação da questão cultural pela Sudene, que em 1987 realizou o I Encontro Nordestino de Política Cultural (MATOS; RANGEL, 2014).

Essa política cultural fixou capitais nordestinas, a exemplo de Recife e Fortaleza, como marcos da identidade regional. Na Bahia, Salvador se estabeleceu como a referência de “baianidade”, definida a partir de elementos publicitários e mercadológicos que excluía o sertão da imagem de Bahia (VASCONCELOS, 2012). A homogeneização ou massificação mercantil das identidades nordestinas reduziu o sertão ao folclore estereotipado e cheio de símbolos, como o artesanato do Mestre Vitalino para souvenir ou a seleta e sazonal apresentação de repentistas.

Um dos expoentes dessa política cultural para a região Nordeste foi a Fundação Joaquim Nabuco. Criada nos anos 1950 como um projeto do deputado Gilberto Freyre, a instituição nasceu com a missão de preservar o legado histórico-cultural das regiões Norte e Nordeste (MACHADO, 2009). Com foco na documentação, pesquisas sociais e

cultura, a instituição iniciou seu trabalho com foco na “civilização do açúcar”, mas, a partir dos anos 1980, foi progressivamente incorporando debates sobre a cultura popular sertaneja. Nos anos 1990, tornou-se uma das grandes promotoras e fomentadoras da cultura do Nordeste em São Paulo,²⁶ em uma tentativa de dar visibilidade a artistas e destinos turísticos da região na grande metrópole.

Mas, para acompanhar a aposta no Nordeste como polo de desenvolvimento, era necessário ir além dos investimentos em publicidade cultural. A modernização dolorosa do interior nordestino iniciada na ditadura, estava colhendo efeitos perversos na democracia. O destaque do semiárido no cenário internacional se dava mais pelas piores posições nos *rankings* de desenvolvimento humano que pelas inovações produtivas. O mesmo semiárido que abrigava ilhas tecnológicas de prosperidade, como os perímetros de agricultura irrigada com duas safras de uvas por ano, coexistia com alarmantes taxas de mortalidade infantil, e alguns dos piores dados de miséria do mundo.

Na área da educação, o Nordeste chegou aos anos 2000 com uma taxa de analfabetismo de 24,6%, mais que o dobro da taxa nacional (12%). Segundo o Censo 2000 (BRASIL, 2000), a média de idade de conclusão do ensino médio no semiárido era de 20 anos, e a infraestrutura de educação atendia a menos de 20% das necessidades educacionais dessa população. Mais de 350 mil crianças, entre 10 e 14 anos não frequentavam a escola, e mais de 390 mil adolescentes (10,15%) eram analfabetos (BRASIL, 2000).

²⁶ A exemplo, em 1999, em parceria com o Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC Pompeia/SP), desenvolveu o projeto “Nordestes”, com a missão de levar à capital paulista uma grande vitrine da região, dando visibilidade à produção de mais de 80 artistas, intelectuais e artesãos nordestinos.

Nas zonas rurais, o número de analfabetos era superior a 50%. Com as exigências de qualificação da mão de obra, provocadas pela mecanização do campo e demais empreendimentos, as elites locais passaram a incluir a abertura de uma infraestrutura mínima de educação básica entre suas prioridades inéditas. A instalação de escolas precárias era uma resposta ao dilema de qualificação dos trabalhadores, sem que esse suposto avanço educacional provocasse mudanças nas estruturas de dominação.

Atentos a este cenário, passaram a incidir na região programas de desenvolvimento orientados por organismos internacionais, como o Banco Mundial. Este e diversos outros atores globais, como agências de cooperação e órgãos das Nações Unidas, estabeleceram novos formatos de investimentos e políticas para o interior nordestino. Se por um lado incentivaram o desenvolvimento capitalista regional, por outro exigiram o cumprimento de contrapartidas dos governos locais, como o estabelecimento de condicionalidades sociais e critérios mais eficientes de gestão e de participação, inclusive das organizações não governamentais (MOREIRA, 2007).

Para aceder ao crédito dos grandes financiadores mundiais, o Brasil se comprometeu com uma série de termos e tratados internacionais, como redução do analfabetismo e dos índices de mortalidade e trabalho infantil.

Essas práticas neoliberais que incentivavam parcerias público-privadas, incluindo a área social, eram uma tentativa de minimizar os impactos negativos do perverso processo de modernização tardia do semiárido, que nasceu imerso em um modelo de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico e à industrialização,

em detrimento das questões sociais, culturais e ambientais (FURTADO, 2006). As metas da cooperação internacional aparecem como respostas limitadas à intensificação das desigualdades e à insurgência de mais conflitos regionais.

Dessa conjuntura contraditória e da crescente pressão da sociedade civil organizada, teceram-se experiências-piloto, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Esses programas-piloto no semiárido foram fundamentais para consolidar uma série de inovações políticas e democráticas pleiteadas por movimentos sociais que tinham outra agenda que não a desenhada pela ditadura e o agronegócio.

Mas, apesar de todas essas inovações às “prioridades inéditas”, a modernização econômica do sertão foi pautada mais por continuidades que por rupturas. O semiárido chegou sem estabelecer novas estruturas fundiárias e de poder, entrando no século XXI com os piores índices sociais do país. Mas no *slogan* da Codevasf, “Transformamos o agricultor de sequeiro que depende da chuva em um empresário” (apud GARCIA, 2013), fica evidente que as mudanças não se restringiram à área econômica.

As inovações desse capitalismo periférico alteraram profundamente as lógicas produtivas e os modos de vida do sertão nordestino. A transição do sertão a semiárido impactou a tradicional pecuária bovina, a agricultura de subsistência, a política e, principalmente, as dinâmicas de comunicação e cultura. A produção mecanizada e industrializada do campo estabeleceu novas relações com o trabalho, a terra e os ritmos da vida e da natureza (GARCIA, 2013). Todas essas

mudanças produziram também transformações identitárias significativas, as quais passam pela compreensão das novas lógicas e estruturas inauguradas com os meios de comunicação de massas.

O SEMIÁRIDO DAS MÍDIAS DE MASSAS

A progressiva modernização do semiárido dos anos 1970 foi acompanhada por muitas transformações no cenário cultural e comunicativo. Uma das mais significativas foi a ruptura radical no isolamento no qual a região esteve imersa desde os tempos da colônia. Incluir o sertão no projeto de integração nacional militar e de expansão capitalista neoliberal demandou uma série de investimentos, políticas e estratégias na área das tecnologias da informação, da comunicação e da cultura. Todas essas inovações, em apenas algumas décadas, mudaram o modo de vida do sertão nordestino.

Depois de mais de três séculos de isolamento, nos últimos 40 anos os sertanejos presenciaram a instalação dos principais equipamentos midiáticos desenvolvidos pela humanidade. A instalação do rádio, da imprensa *off-set* e, posteriormente, das emissoras de TV, da telefonia celular e da internet representou uma onda avassaladora que dividiu águas entre as estratégias seculares de reprodução cultural da região e os novos rumos ditados pelo capitalismo midiático.

Essa nova onda tecnocomunicacional, com seus equipamentos e códigos culturais, fizeram parte do projeto de modernização autoritária da ditadura militar. Na área da cultura, os militares implantaram uma política cultural violenta e repressora voltada à integração e à segurança nacional que impactou diretamente os modos de vida, a cultura e a produção comunicativa dos sertanejos.

A criação do Conselho Federal de Cultura (1966), o Ato Institucional nº 5 (1968) e o Decreto-Lei nº 1.077 (1970), entre vários outros documentos-base,²⁷ fizeram parte desse projeto de estatização da cultura e instalação de uma censura seletiva, que tinha por objetivo eliminar a relativa hegemonia cultural de esquerda no país e a melhorar a imagem do governo interna e internacionalmente. A ideia principal se concentrava em implantar a logística de comunicações de massa para legitimar o discurso da modernização autoritária e fomentar o consumo (BOTELHO, 2001; ORTIZ, 1985).

Vinculados prioritariamente ao Ministério da Educação e Cultura, foram criados órgãos como o Instituto Nacional de Cinema e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em 1966, e a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), em 1969. Em 1975, a Fundação Nacional de Artes (Funarte) foi criada, voltada à celebração da cultura elitista. Sob o argumento da preservação das artes ditas eruditas, a política dessas instituições ignorou o popular e o rural e ampliou ainda mais o abismo cultural entre o sertão e os polos produtores de cultura.

O Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais foi transformado em Fundação (Fundaj) em 1973. Em 1979, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) ganhou um novo formato, tornando-se mais direcionado às questões arquitetônicas de tombamento, que a valorização das expressões culturais. De uma maneira geral, essas entidades incorporam o sertão no projeto de homogeneização e valorização das tradições do país, mantendo o discurso

²⁷ Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, de 1973, e Política Nacional de Cultura, de 1975 (COHN apud FERNANDES, 2013).

da seca e miséria, da necessidade da tutela do Estado sobre a região, e designando ao sertão o lugar de guardião do passado, das tradições e do folclore.

Também foi nesse contexto que, em 1965, surgiu a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que, junto com uma série de políticas prioritárias do Ministério do Planejamento, foi parte fundamental na instalação da infraestrutura e logística necessárias à expansão comunicativa do país.

Baseados na importação de equipamentos e tecnologias do modelo norte-americano, os militares realizaram os investimentos tecnológicos que permitiram a implantação da televisão como projeto de integração nacional e a instalação das bases de telecomunicações no interior do país (FERNANDES, 2013).

Esse modelo alterou diretamente as dinâmicas de produção e consumo cultural e comunicativa do interior sertanejo. Na área da cultura, priorizou conteúdos industrializados e homogeneizados de produção altamente controlada e concentrada no eixo Rio-São Paulo. Essa dinâmica de integração nacional conservadora era voltada à anulação das diversidades regionais e de promoção do discurso da modernização autoritária (JAMBEIRO et al., 2004).

Posteriormente, o avanço das indústrias do setor, em associação com empresários conservadores locais, permitiu a apropriação estereotipada de alguns traços e signos sertanejos da cultura popular como estratégia de massificação das audiências, bem como da implantação de equipamentos culturais comerciais aliados ao projeto modernizador.

O primeiro impacto dessa nova realidade comunicativa se produziu nas regiões prioritárias aos grandes empreendimentos da

modernização regional. Por exemplo, Juazeiro e Petrolina, que eram área de segurança nacional, leito da agricultura irrigada, centro da maior hidrelétrica regional e o mais relevante entroncamento rodoviário do semiárido. Todas essas alterações provocaram aumento da classe média e do público leitor. O aumento das tensões impôs a necessidade de construção da hegemonia conservadora e anulação dos conflitos. E a concentração de tantos investimentos provocou também maior circulação de capital e de anunciantes, que fomentaram uma relativa modernização da imprensa, como o caso de uso de técnicas mais massivas de impressão, como o *off-set*.

A melhoria das condições de acesso e transportes também permitiu o acesso da mídia impressa das capitais litorâneas no interior, fomentando o aumento da tiragem dos jornais tradicionais, como *A Tarde*, na Bahia, e o *Jornal do Comércio* em Pernambuco. Entre os anos de 1970 e 1990, a mídia impressa tradicional do Nordeste viveu o auge da sua produção. Com a modernização do semiárido, os jornais tradicionais perceberam a possibilidade de ampliar suas tiragens e verbas publicitárias, estendendo sua influência para o interior.

Na lógica mercantil de expansão de mercados, esses antigos veículos estabeleceram sucursais nas principais cidades do semiárido com o objetivo de conquistar anunciantes, distribuir assinaturas e enviar notícias e cobertura dos acontecimentos do campo. Em geral, tinham em sua composição uma sessão intitulada “interior” ou “rural”, em que cabiam todos os informes da vida fora das capitais. No caso de assuntos mais noticiosos, eles ganhavam notoriedade ocupando páginas de zonas mais nobres, como na divulgação de obras e investimentos ou dos crimes mais bárbaros dos conflitos do campo,

como no caso do assassinato do advogado de trabalhadores rurais Eugênio Lira,²⁸ em 1977, ou da chacina do Salitre, em 1984.

Reitera-se o traço conservador da modernização midiática no semiárido, a qual não significou ruptura com os códigos tradicionais da propriedade da terra e do silêncio. Desde o princípio, os comunicadores do sertão foram vítimas constantes de perseguições e censura, como no caso do colunista da sucursal do *Jornal da Bahia* Wilson Dias, que sofreu um atentado devido a reportagens em que denunciava crimes de policiais nos conflitos da barragem de Sobradinho (SANTOS, 2016).

Além da violência armada contra o exercício do jornalismo, estabeleceram-se outros códigos de censura econômica, como o atrelamento dos veículos locais às verbas publicitárias dos governos e empresas.

Essa relação entre mídia e política foi ainda mais evidente com a instalação das novas estruturas de meios eletrônicos. A complexificação do capitalismo e de suas relações de poder exigiram a melhoria da infraestrutura tecnológica de comunicação nas periferias, a qual se fez prioritariamente através do rádio.

Apesar de o rádio ter se estabelecido no Brasil desde os anos 1920, o sertão “com rádio e com notícias das terras civilizadas” só se estabeleceu depois que os conglomerados mediáticos nacionais se sentiram blindados das ameaças reformistas. O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), implantado de maneira conservadora em 1962, e o Golpe de 1964 garantiram o paradoxo de

²⁸ Em 1977, o advogado de trabalhadores rurais Eugênio Lira, foi emboscado nos conflitos de terra na região de Bom Jesus da Lapa. Os jornais de Salvador repercutiram a barbaridade do crime e o julgamento dos culpados, dando ao caso grande notoriedade na imprensa de todo o país (NASCIMENTO, 1993).

um setor pouco regulado e altamente controlado, sendo fruto do pacto entre empresários midiáticos e líderes conservadores (FOX; WAISBORD, 2002).

No semiárido, essa estrutura regulatória rígida e excludente garantiu que o rádio fosse instalado como a tecnologia mais adequada para a região, pois tinha suas concessões limitadas e controladas por pequenos grupos políticos, demandava investimentos mais baratos de instalação e manutenção, alcançava grandes distâncias e audiências a baixo custo, e a mão de obra era acessível e barata em uma terra de contadores e cantadores. O rádio também era extremamente funcional para uma população predominante analfabeta, iletrada e de cultura oral, e os microfones eram muito eficientes nas mãos de uma elite acostumada a impor o discurso legítimo. Com o argumento de que “o povo gosta é de música”, foram priorizadas as emissoras FM. Entre os anos 1970 e 1980, o rádio no interior nordestino se transformou em um dos principais mecanismos de difusão cultural e comercial, voltada principalmente ao entretenimento e à manipulação política.

Essa modernização das estratégias de dominação política ficou conhecida como *coronelismo eletrônico*, que trata da relação de clientelismo político entre gestores públicos e a propriedade dos meios (CAPPARELLI; SANTOS, 2005). Por meio do controle da concessão e licenças de transmissão, lideranças políticas se tornaram proprietárias de emissoras de rádio e TV, vinculando a programação midiática com seus interesses eleitorais, econômicos e religiosos.

Essas estreitas relações entre mídia e política atingiram seu ápice com a chegada da televisão no Nordeste. Rapidamente, o meio televisivo se tornou o de maior audiência e força política,

instalando-se nas capitais nordestinas²⁹ nos anos 1960 como consolidação da imersão de Recife, Salvador e Fortaleza na modernização do país (BARROS, 2009).

Os primeiros anos da TV na região foram marcados por certa liberdade criativa e uma programação 100% local, o que permitiu a experimentação de programas de auditório, noticiários, transmissões esportivas e até produção de novelas com departamentos próprios de dramaturgia, como na TV Ceará (SANTANA, 2007; VASCONCELOS, 2010).

Mas essa produção regional durou pouco. Nos marcos da represão política e da censura, o regime militar elegeu a televisão como sua principal política cultural, voltada principalmente ao entretenimento das massas. A chegada do videotape, em 1966, foi a ferramenta tecnológica que garantiu à ditadura uniformizar os discursos e formatos do novo meio. Essa inovação técnica provocou o desmonte da produção local e a centralização dos conteúdos no eixo Rio/São Paulo, que se fortaleceram como centros político, econômico e cultural do país.

Do pacto estabelecido entre militares, empresários da comunicação e as elites nordestinas, fixou-se na região o modelo de exploração midiática mercantil altamente conservador. Além disso, esse modelo era alinhado com o projeto norte-americano na

²⁹ As primeiras emissoras televisivas chegaram ao Nordeste pelas mãos de Chatô, que inaugurou, em 1960, a TV Ceará em Fortaleza, a TV Clube em Recife e TV Bahia em Salvador. No mesmo ano, em Recife, por um grupo político contrário, também se estabeleceu a TV Jornal do Commercio. Também em Recife, em 1972, foi criada a TV Globo Nordeste. No Ceará, a aliança entre o empresário Edson Queiroz e os militares foi anunciada diretamente da Base Aérea, quando do lançamento da TV Verdes Mares (1969), posteriormente associada à Rede Globo. Nos anos seguintes, se instalaram no estado a Educativa (1974), Uirapuru (1978) e Manchete (1984). Logo depois, a TV Pernambuco (1988), de caráter educativo.

Guerra Fria, e priorizou conteúdos, formatos e tecnologias importados dos EUA.³⁰

No Brasil, as telenovelas imperaram como principal produto de uma poderosa indústria cultural. Em sua ânsia por popularização das audiências no final da ditadura, ela ousou incorporar algumas das temáticas dos conflitos do campo e da modernização conservadora em seus enredos.

Uma das obras clássicas do período foi *O bem-amado*, escrita por Dias Gomes e veiculada pela Rede Globo em 1973. A peça original da trama foi censurada nos teatros de Pernambuco nos anos 1960. O enredo ousado se referia a tramas políticas para a inauguração do cemitério na fictícia cidade de Sucupira, no litoral baiano. No entanto, seus sotaques, enredos, cenários e personagens remetiam ao imaginário do sertão nordestino. O coronel Odorico Paraguaçu, o jagunço Zeca Diabo ou as beatas “irmãs cajazeiras” foram apresentados como personagens folclóricos de um Brasil atrasado, responsável pelo projeto do falido cemitério. Esse país ultrapassado, folclórico e caricato antagonizava com o projeto modernizador representado pelas figuras do médico, da delegada e do jornalista. Considerada um dos maiores clássicos da teledramaturgia brasileira, foi reexibida em 1977 e 2013.

Sobre a produção televisiva que se dedicou especificamente ao sertão, destacou-se *Jerônimo*, uma reedição, produzida pelo SBT

³⁰ No cenário do fim da Guerra Fria, o Fundo das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) apresentou o Relatório McBride, promovendo um debate sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e da Cultura (Nomic) e denunciou a homogeneização dos padrões culturais e comunicativos impostos pelo padrão comercial estadunidense. O debate rendeu a saída dos Estados Unidos e da Inglaterra da Unesco.

(1984), de um sucesso da TV Tupi (1972). A novela conta a história de um herói anônimo que surge da mata para ajudar a população de Cerro Bravo, uma cidade do interior paulista, onde o Coronel Saturnino Bragança pratica a violência e a grilagem de terras. A associação dos conflitos rurais paulistas ao sertão reflete o texto original, que foi ao ar na radionovela *Jerônimo, o Herói do Sertão* (1953). Em tempos de popularização da TV no Nordeste e modernização do campo, o sucesso foi tamanho que o drama foi reapresentado em 1986 e 1991.

Chama atenção que, para uma produção original dos anos 1950, o texto se refere ao interior paulista como sertão, revelando que os sentidos de sertão na produção midiática não se restringiam ao Nordeste.³¹ Esse sertão era uma analogia a todo o mundo rural, atrasado e distante, o lugar-problema, palco dos conflitos e injustiças sociais e políticas.

O sucesso de *Jerônimo, o herói do sertão*, refletia os anseios de salvação por uma população de origem rural, que em sua maioria se via obrigada a sair do campo por conta dos muitos coronéis Saturninos Bragança que se espalhavam pelo país. Mas a exploração desse conflito não é casual. Ela destaca outra característica relevante da dramaturgia televisiva: a cópia. Na concorrência pelas audiências, a tendência da mídia nacional foi a repetição de modelos já testados e aprovados pelo público, facilitando a massificação do consumo.

Nessa disputa pelas audiências (e pelo mercado publicitário), a Rede Globo lançou, em 1985, *Roque Santeiro*, considerada

³¹ Nota-se que o conceito de sertão original – zonas distantes do litoral – ainda prevalecia nesse período, sendo comum que o interior paulista, por exemplo, se identificasse com essa terminologia.

um dos maiores clássicos da telenovela brasileira. A obra foi baseada na peça de teatro *O berço do herói*, de Dias Gomes, censurada em 1963, e era um antigo projeto da emissora, também proibido na estreia, em 1975.

O projeto da Globo era uma resposta ao sucesso do SBT, com o qual disputava diretamente a liderança televisiva, e marcou mudanças no formato e no conteúdo da programação, que, com a redemocratização do país, passou a disputar os investimentos em publicidade. Para enfrentar a concorrência, a emissora – que, até então, buscava se orientar pelo “bom gosto” das classes hegemônicas, baseado nos ideais de equilíbrio, simetria e harmonia clássica – absorveu e difundiu imagens “mais realistas” do Brasil.

Com a produção de *Roque Santeiro*, a Rede Globo passou a incorporar o bizarro e o “grotesco”, associado à cultura popular, como forma de incorporar “o povo” em sua programação. Esteticamente, *Roque Santeiro* inaugura a popularização das novelas na emissora, que incorpora com cautela o *kitsch* da viúva Porcina (PAIVA, 2001).

O texto de Dias Gomes traz referências regionalizadas, construídas a partir de traços históricos, sociais e políticos das pequenas cidades do interior. Como no modernismo de Mário de Andrade, a ideia era criticar a dominação patriarcal e religiosa nas sociedades tradicionais. Através da sátira ao cotidiano regional da virgem e do lobisomem, das beatas e das prostitutas, dos repentistas e dos cineastas, dos heróis e dos vilões, buscava-se a superação do Brasil mitológico e ultrapassado.³²

³² Na trama, esse lugar do atraso é a fictícia cidade de Asa Branca (nome de um pássaro sertanejo e da música mais célebre de Luís Gonzaga, considerada o hino do sertanejo).

No processo de popularização da televisão, as massas de nordestinos migrantes se viam na telenovela, se identificavam e riam de si mesmo. Na representação televisiva, eles viam o espelho, seu mundo, suas crenças, sua moda, seu comportamento e estilo de vida. Eram eles que estavam sendo criticados – e essa crítica é aceita porque eles querem fazer parte do “novo mundo” de progresso e direitos prometidos pela modernidade.

Na novela, as inovações foram representadas pela chegada dos cineastas, que tinham a missão de narrar (e desconstruir) o mito de Roque Santeiro. Na vida real, a expansão da televisão ao Nordeste aparecia como a promessa de inserção nas tecnologias e no progresso. Esse modelo que vinculou a popularização midiática à noção de desenvolvimento das zonas subdesenvolvidas teve origem nos anos 1950, com os organismos das nações unidas que entendiam a disseminação massiva de informações como uma estratégia de superação do atraso.

Mas, enquanto a ficção televisiva criticava os coronéis e o modelo patriarcal como um processo ultrapassado e apresentava as personagens de cineastas e jornalistas como modelo de modernização e rupturas; na vida real, a redemocratização do país foi o período de consolidação do coronelismo eletrônico.

Quem autorizou a liberação para Roque Santeiro ir ao ar foi o ex-presidente José Sarney (1985-1990), do Maranhão, cujo Ministro das Comunicações era o baiano Antônio Carlos Magalhães. Juntos, eles aperfeiçoaram a relação entre propriedade midiática e política, estabelecendo a troca de concessões de rádio e TV como afiliação política (CAPPARELLI; SANTOS, 2005). Assim, a expansão midiática

no Nordeste se realizou sob a tutoria dos antigos coronéis. Desse modelo nasceram grandes conglomerados comunicativos de constituição familiar, como os Sarney, Magalhães, Franco, Alves, Collor de Melo, Jereissati, Lobão, Oliveira e Paes Mendonça, que reeditaram midiaticamente a tradição de poder familiar no Nordeste.

No sertão, as primeiras emissoras e antenas de televisão foram instaladas nas capitais litorâneas, o sinal era ruim ou sequer “pegava”. Até os anos 1990, os aparelhos de recepção eram caros e raros, e, na maioria das cidades sertanejas, ainda faltava energia elétrica.

Quando os primeiros sinais da televisão apareceram no semiárido, foi um acontecimento mágico. Concomitante com a energia elétrica, o aparelho virou símbolo do “progresso”, e, com a eletrificação do interior e barateio dos equipamentos, a TV se popularizou rapidamente. Essas novas audiências criaram estratégias e lógicas de recepção muito particulares. Por exemplo, em 2001, ainda era possível assistir à novela na praça de Nordestina, na Bahia. Mesmo já tendo equipamentos e energia elétrica em casa, as pessoas preferiam ver a trama ao modo antigo, coletivamente, aproveitando o momento para socializar e comentar o capítulo da novela e da vida local.

Como símbolo da tentativa destes sertanejos se inserirem neste novo mundo, não demorou para que os telhados dos casebres sertanejos fossem inovados com antenas parabólicas. Acompanhando a expansão de públicos, mercados e apadrinhados políticos, surgiram as primeiras emissoras de televisão instaladas no semiárido.³³

³³ Na Bahia: TV Subaé, em Feira de Santana (1988); TV São Francisco, em Juazeiro (1990); TV Sudoeste, em Vitória da Conquista (1990); TV Oeste, em Barreiras (1991). Em Pernambuco: TV Grande Rio, em Petrolina (1991); TV Asa Branca em Caruaru sinal transmitido em Recife (1991).

A novidade apontava para a desconcentração da economia midiática das grandes redes para fora dos eixos Rio-São Paulo, como fruto das necessidades do mercado de mídias regionalizadas (FADUL; REBOUÇAS, 2005).

Logo após a instalação dessas emissoras, entre os anos de 1991 e 1996, o crescimento do setor de comunicações foi de 47,8%, enquanto que o do PIB regional teria sido de 15,4%. O número apontou a diversificação industrial das atividades econômicas da região, que só em 1995 aumentou os investimentos em comunicação em 86%. Essa dinamização econômica estava relacionada com o aumento da participação do Nordeste na balança comercial e contou com a participação ativa de investidores internacionais na expansão dos serviços de telefonia, antecipando as privatizações das telecomunicações no final da década (COSTA, 2005).

A aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, nº 9.472, de 16 de julho de 1997. no mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) é um exemplo da complexificação dessas relações no setor. Por um lado, ela garantiu as privatizações da telefonia, abrindo espaço para os grandes conglomerados internacionais e a interferência direta do capital estrangeiro³⁴ (MORAES, 2009). De outro, deixou inalterada a regulamentação da radiodifusão, que continuou operando com o CBT de 1962. As licenças no setor foram ainda moeda de troca para garantir a emenda constitucional da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, que liberou repetidoras de TV e rádio no sertão para agradar seus aliados (PIERANTI, 2005).

³⁴ Como consequência, já em 1998, o rendimento do setor ultrapassou o do petróleo, tendo o Banco Inglês *Lloydes* de Londres avaliado as transações geradas como superiores a US\$ 95 bilhões de dólares.

O modelo neoliberal dos anos 1990 também se instalou na institucionalização da área cultural,³⁵ delegando o protagonismo para leis de incentivo fiscal³⁶ determinadas pela lógica das empresas privadas em ações de *marketing*. A iniciativa estabeleceu o mecanismo de renúncia fiscal como financiamento da área cultural, reduzindo as políticas do setor à lógica do mercado na definição dos rumos da produção de bens simbólicos.

Essa determinação está presente na frágil retomada do cinema brasileiro, em que o sertão vai aparecer em diferentes obras. Essa retomada mesclou traços da cultura elitista com tentativas de popularização do consumo. Sobre as produções desse período, nos dedicaremos a analisá-las posteriormente.

Da acomodação de interesses entre esses atores mercantis internacionais e os interesses políticos locais, nasceram poderosas famílias midiáticas nordestinas que refletem as contradições entre as estratégias globalizantes do mercado e as especificidades regionais (FADUL; REBOUÇAS, 2005).

Eles instalaram mecanismos de concentração horizontal e vertical dos meios, acumulando vários veículos em rede, das mais variadas mídias, cujo caso mais emblemático foi o do ex-ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. No final dos anos 1990, o

³⁵ No início dos anos 1990, o Governo Collor extinguiu o Ministério da Cultura, o qual virou uma secretaria especial. Dois anos depois, no governo Itamar Franco, o ministério voltou a existir como tal. Mas é só no final da década que a Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998, permite uma maior atuação do ministério liderado por Francisco Weffort na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

³⁶ Leis Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991) e do Audiovisual (Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993).

senador, sua família e aliados eram proprietários da Rede Bahia, com seis geradoras de TV aberta e 311 retransmissoras de rádio no estado, todas afiliadas à Rede Globo. Também possuíam emissoras de TV a cabo, operadoras de internet, duas emissoras e uma rede de rádio FM, um selo fonográfico, uma editora musical, um jornal diário, uma gráfica e uma empresa de conteúdo e entretenimento (CAPPARELLI; SANTOS, 2005).

Em Pernambuco, o grupo Diários Associados possuía, em 2010, além do jornal *Diário de Pernambuco*, 14 jornais, 3 revistas, 12 rádios, 8 redes de televisão e 16 sites de notícias espalhados pelo Distrito Federal e seis estados do Brasil. Segundo Vasconcelos (2010), há possibilidade de esses números serem ainda maiores, pois muitos políticos registram os veículos em nome de parentes ou “laranjas”, como no caso do pernambucano José Mendonça Filho (NASCIMENTO et al., 2011). O político da região de Petrolina tem registradas, em nome do pai, da esposa e outros familiares, 35 concessões de rádio e TV em diversos municípios de Pernambuco, como Petrolina, Ouricuri, Serra Talhada e Afogados da Ingazeira, entre outros, além de meios de comunicação nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará (VASCONCELOS, 2010).

Esses líderes políticos criaram verdadeiros latifúndios midiáticos, nos quais predominam a propriedade cruzada, a eliminação da concorrência e dos discursos divergentes e a imposição da economia de mercado e dos interesses políticos dos concessionários. Esses neocoronéis se sustentam pelo mandato do voto e pela propriedade da mídia, concentrando diferentes tipos de meios e serviços de comunicação, como concessões de rádio e televisão,

jornais, revistas, *blogs* e portais *on-line*, produtoras e agências de entretenimento (CONCEIÇÃO; FERREIRA, 2011).

Essa elevada concentração midiática aparece com um traço da indústria cultural brasileira, que se fixou em interações de exclusividade entre o setor mercantil e o estatal na definição do setor. Esses segmentos superaram seus interesses diferenciados na exploração da audiência para buscarem lógicas de acomodação de interesses anti-téticos e divergentes. Mesmo tendo vários e diferentes interesses, o mercado e as elites políticas conformaram articulações mutuamente benéficas, com um padrão de negócios favorável aos dois setores (FOX; WAISBORD, 2002).

Os políticos locais também foram extremamente hábeis em ampliar a manipulação política e fragilizar a concorrência midiática através do uso sistemático do aparato das emissoras públicas, como as televisoras educativas, que foram sucateadas e/ou utilizadas como meros equipamentos de propaganda governista (INTERVOZES, 2009).

Para complementar, multiplicaram-se as concessões de canais religiosos, em que poderosas redes evangélicas ou católicas uniram o capital simbólico da propriedade dos meios com o econômico e o político - em que as bancadas de candidatos religiosos estão diretamente vinculadas às redes de comunicação (FIGUEREDO FILHO, 2008).

A massiva iniciação radiofônica, o fascínio da televisão e a privatização das telecomunicações, somados aos fenômenos da multiplicação das mídias comunitárias e da convergência digital, fazem parte de um *boom* midiático sem precedentes em uma região tradicionalmente isolada e baseada na cultura do silêncio e na precária infraestrutura comunicacional.

Essa acelerada invasão de inovações tecnológicas diminui as distâncias entre os centros de produção mercantil e as periferias, mas, por outro lado, fragiliza os modelos comunicativos tradicionais, criativos e solidários das populações subalternas. As comunidades tradicionais de indígenas, quilombolas e camponeses foram hábeis em gerar elementos narrativos muito específicos para preservarem suas identidades através de táticas de reconstrução discursiva. Com a modernidade, os novos modos de vida e o recente bombardeio das mídias eletrônicas estão sendo mais uma vez desafiados à sobrevivência de suas raízes e projetos.

O século XXI se instalou no semiárido como uma nova etapa do capitalismo mundial, a qual se assemelha à expansão do gado, adentrando cada vez mais em terras distantes na busca por novas fronteiras de mercados consumidores. Nesse cenário, a mídia parece desempenhar o papel das cercas que limitam o consumidor a seus discursos e estruturas; ou dos ferros, que marcam seus enredos, celebridades e tecnologias, como mitos tão poderosos e fascinantes quanto o boi no passado.

O SEMIÁRIDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS MÍDIAS COMUNITÁRIAS

A instalação de todo o projeto modernizador, incluindo a construção de uma nova hegemonia, não ocorreu sem ruídos. Ao contrário, as tensões e contradições dessa modernidade impositiva provocaram a emergência de movimentos sociais diferenciados das insurgências camponesas e religiosas do passado.

Eles foram responsáveis, nos anos 1990, pela apropriação e ressignificação do discurso do semiárido como contraposição à “indústria da seca” e ao projeto perverso de modernização autoritária. Entidades da sociedade civil organizada teceram, por mais de 30 anos, experiências produtivas e lutas alternativas ao coronelismo e às práticas tradicionais de dominação e exclusão no interior nordestino.

A busca por novos sentidos sociais e políticos exigiu dessas organizações a adoção de um conceito que rompesse minimamente com a noção de sertão autoritário e injusto. O termo técnico “semiárido” pareceu apontar na direção das inovações mais progressistas. Com ele, em sua versão contra-hegemônica, ganhou força a ideia de “convivência com o semiárido”, como paradigma alternativo. A proposta se baseava no respeito às condições ambientais da região, no manejo adequado do solo e da água, e no uso de plantas e animais adaptados às especificidades locais (ASSIS, 2009; BRASIL, 1999; SILVA, 2006; SILVA, 2003).

Essa concepção surgiu a partir das dissidências mais progressistas entre os técnicos da Embrapa e da Embrater, que, em 1982, elaboraram o documento “Convivência do homem com a seca”. Eles sugeriram a adoção de uma assistência técnica governamental voltada à convivência dos indivíduos com a natureza da região. A base da proposta era a segurança hídrica, que se resumia a captação e armazenamento da água em pequenas propriedades (GARCIA, 2013). A proposta era uma crítica direta ao modelo coronelista de exploração eleitoral dos carros-pipa e da apropriação das barragens. Essa compreensão da técnica agrícola como uma ação política mexia com as estruturas de poder de todo o sertão e pautou a ação dos emergentes movimentos sociais.

Diversas organizações eclodiam pelo semiárido como resposta aos conflitos acirrados pela modernização conservadora. Na redemocratização do país, elas se uniram para denunciar a manipulação política e assistencialista das obras emergenciais contra a seca. Em 1993, ocuparam a sede da Sudene, em Recife. Da iniciativa, surgiu o seminário “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro”. Na oportunidade, cerca de trezentas entidades iniciaram o Fórum Nordeste com a missão de articular a incipiente sociedade civil sertaneja, denunciar as “perversidades” do modelo economicista de desenvolvimento e propor políticas públicas voltadas à agricultura familiar (BRASIL, 1999).

Destaca-se que é a primeira vez em que a roça, entendida como base da agricultura familiar, aparece como preferência discursiva em um projeto político para o território. A mobilização foi considerada o primeiro ato público coordenado por diversas organizações com diretrizes diferenciadas para a região. Desse primeiro momento, foi criado um discurso comum com outras prioridades para o semiárido. A experiência serviu de referência e estímulo a diferentes iniciativas progressistas para a região (TEIXEIRA, 2002).

Em 1999, Recife sediou a III Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas (COP 3). Nessa etapa, um fórum paralelo da sociedade civil reuniu cerca de 700 organizações como igrejas, ONGs, movimento sindical de trabalhadores rurais e entidades ambientalistas. Desses debates, surgiu a “Declaração do SemiÁrido”, documento-base de criação da ASA, entidade que assumiu a liderança da proposta de convivência e de representação política das organizações (BRASIL, 1999).

Mas a criação da ASA não foi o começo dessa história. A constituição de uma entidade coletiva de organização social remete às origens dos variados grupos e entidades, como CEBs, ONGs, sindicatos, associações, cooperativas e movimentos de mulheres, entre tantos outros atores que a compõem. Eles emergiram no contraditório processo de modernização do campo gerado pela ditadura.

Desde esse período, a religiosidade sertaneja se tornou um refúgio para a organização popular, e a Igreja Católica se constituiu como um dos únicos espaços de organização e luta dos camponeses. Para entender essa virada religiosa, é necessário aprofundar a análise do cenário internacional. Nos anos 1960, a partir do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica mudou o eixo de sua política para a América Latina. O medo das revoluções comunistas e, em particular, da Revolução Cubana, incentivou o avanço da Ação Social Católica no Brasil e lançou as bases ideológicas de apoio a lutas sociais moderadas (NASCIMENTO, 1993).

Tendo como eixo a Teologia da Libertação, a Igreja passou a ser um agente ativo de mobilização progressista e de organização da sociedade civil, por meio das pastorais, das CEBs e de apoio financeiro. No sertão baiano, em particular, ganharam projeção as CEBs e pastorais, que uniram evangelização cristã com atuação política e organizativa de grupos sociais marginalizados (GONH, 2006).

A concessão do Golpe Militar a essa ação política da Igreja se explicou devido aos processos anteriores ao golpe, quando muitos grupos políticos disputaram a liderança dos movimentos sociais. A ação da Igreja Católica refletia a vitória dos grupos mais contidos e a opção política pela negociação, perante a confrontação de classe e sua ameaça revolucionária.

Nesse cenário, os bispos do Nordeste apoiaram a criação da Sudente e recomendaram a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, com receio da repercussão das Ligas Camponesas (NASCIMENTO, 1993). Estimulados pela filosofia da “opção pelos pobres”, muitos religiosos progressistas passaram a escolher distantes paróquias sertanejas para desenvolverem práticas libertárias.

O processo de renovação eclesial consolidou uma prática religiosa mais participativa dos fiéis na vida da Igreja e de suas comunidades, não apenas nas atividades, mas também na tomada de decisões, influenciando práticas de organização e de mobilização social. A combinação entre fé e esperança não era em si uma novidade na cultura popular latino-americana desde o passado colonial (GONH, 2006), mas essa perspectiva inovou ao estabelecer uma relação estreita entre fé e transformação social e política, e foi fundamental na constituição de novos sujeitos e discursos (BOFF et al., 1997).

A Teologia da Libertação se situou como um marco cultural, político, social e comunicacional que deu origem a atores sociopolíticos inéditos ao interior nordestino. De acordo com Nascimento (1993) todas as principais instituições que se tornaram envolvidas solidariamente com o movimento social campesino na Bahia foram criadas pela Igreja Católica. Da ação social da Igreja, nasceram organizações de apoio aos movimentos do campo, como a CPT, a Pastoral Rural, a Comissão de Justiça e Paz, a Cáritas, a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) e o Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), instituições que ofereceram apoio técnico e político às entidades de base, como associações e movimentos de mulheres e sindicatos, e ajudaram a institucionalizar organizações como o MOC, em 1967, e o Irpaa, na Bahia.

Elas se tornaram mobilizadoras de políticas públicas diferenciadas, mediadoras entre as populações rurais organizadas e a sociedade, e criadoras de equipamentos de comunicação e cultura inovadores, como cartilhas e rádios comunitárias. Eles estabeleceram vínculos sociais e políticos distintos aos meios de massa e se aproximaram do universo simbólico da cultura popular, como do teatro de mamulengos, das místicas e dos cantos de trabalho, e da valorização dos mestres tradicionais como lideranças culturais e políticas.

Nessa produção cultural não hegemônica, inseriram-se também as produções de contracultura e arte marginal. No sul cearense, as disputas entre as tradicionais elites do Crato e a crescente influência política e religiosa de Juazeiro do Norte permitiram emergir uma geração de artistas e intelectuais de vanguarda em torno do Instituto Cultural do Cariri. A instituição nasceu para valorizar a posição tradicional do Crato, mas nos anos 1970 acolheu a uma geração influenciada pelos valores das comunidades hippies (VIANA, 2011).

Associando o popular e o marginal, questionaram a memória folclórica como uma muralha conservadora e estabeleceram uma produção cultural de vanguarda, original, que se colocava fora dos padrões vigentes (MARQUES, 2004). Entre esses artistas, se destacou o cineasta Rosemberg Cariry e, posteriormente, a Fundação Casa Grande, uma ONG em Nova Olinda que atua com produção comunicativa com crianças e jovens desde os anos 2000.

Todo esse amplo conjunto de experiências contribuiu para iniciar processos e dinâmicas comunicacionais e culturais que romperam com as rígidas identidades tradicionais sertanejas. Ele instaurou e visibilizou não apenas novos atores, mas também novas práticas

sociais, políticas, culturais e comunicativas, que se colocaram como alternativas ao discurso homogêneo da globalização capitalista.

Entretanto, é importante destacar que a maior motivação dessa produção cultural diferenciada foi o acirramento da violência no campo e das péssimas condições de sobrevivência dos trabalhadores provocadas pela modernização agrícola autoritária (NASCIMENTO, 1993).

Essas vivências radicais provocaram diversas iniciativas e ações de comunicação, que extrapolavam a ideia tecnicista da imprensa e dos meios eletrônicos e questionavam diretamente o discurso hegemônico: na construção de um amplo repertório comunicativo alternativo, incluíram eventos presenciais (como reuniões, encontros e capacitações); na mobilização da opinião pública, abrindo brechas na mídia nacional e internacional; e na criação de seus próprios meios e discursos (GONH, 2006).

Nesse processo, destacam iniciativas de líderes como Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro, que desde os anos 1970 implantou mídias diferenciadas, como o boletim *Caminhando*, programas sindicais na Emissora Rural e a experiência dos comunicadores populares com a Pastoral da Juventude. Nesse projeto, incentivou a formação de jovens como jornalistas rurais, que, através de fitas cassetes, trocavam notícias de suas comunidades e pautavam os programas regionais oficiais de rádio da Igreja nas grandes emissoras.

Todas essas iniciativas representaram a introdução de novos elementos técnicos e discursivos em todo o sertão baiano. Como exemplo, a Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (Apeab) do município de Valente projetou os tapetes de sisal dos agricultores

familiares no mercado internacional, e, para isso, combinou inovadoras estratégias publicitárias com comunicação popular. Em 1993, já tinham criado uma das primeiras rádios comunitárias do semiárido e ousavam no uso de um *slogan* institucional “O Sertão tem tudo que a gente precisa. E se faltar, a gente inventa” (MOREIRA, 2007). Difundindo a ideia de um sertão viável, produtivo e organizado, o discurso e a experiência da Apaeb influenciaram na construção de outra imagem do semiárido.

Mas essa ousadia da Apaeb não se explica sem a aproximação de órgãos internacionais, como Unicef e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e estatais, como os Ministérios Público e do Trabalho nos anos 1990. A relação com esses atores permitiu que o movimento campesino incorporasse outras temáticas, como a questão do trabalho infantil. Fruto dos pactos internacionais assumidos e das exigências dos mercados externos, o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso incentivou as parcerias público-privadas para minimização de impactos sociais como o uso da mão de obra infantil nos campos de sisal e nas mineradoras (CAMPOS, 1999).

Entre as organizações envolvidas na criação de experiências piloto de combate ao trabalho infantil, teve destaque o MOC, situado em Feira de Santana. Criada por um ex-padre, a entidade foi a grande mobilizadora para a criação do Peti, em 1996. A experiência foi uma das primeiras políticas públicas intersetoriais no semiárido nordestino que se implantou minimizando a interferência dos antigos coronéis (RAMOS; NASCIMENTO, 2001).

Outra iniciativa do período foi a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab), criada em 1998 por diversas instituições,

universidades e organizações internacionais. Elas se articularam com a missão de denunciar o histórico e crônico problema da qualidade da educação na região, tanto em torno da qualidade do ensino público (infraestrutura, condições de funcionamento das escolas, qualidade da formação docente etc.) quanto da qualidade dos conteúdos com a reprodução de discursos que não se vinculavam à realidade local e ainda reproduziam estereótipos e os estigmas de inferiorização do modo de vida do campo e da realidade semiárida (REIS, 2009). A ideia era influenciar o recém-criado Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef) e a nova Lei de Diretrizes e Bases³⁷ (LDB), que direcionava recursos federais específicos para a educação nos municípios. Com o discurso da educação contextualizada, denunciavam a péssima qualidade das escolas do campo e propunham inovações pedagógicas baseadas no diálogo e na valorização da realidade da caatinga.

No norte de Minas Gerais, a Cáritas havia iniciado a construção experimental de cisternas de placas como uma alternativa de armazenamento de água potável para o consumo humano, em contraposição ao abastecimento clientelista dos carros-pipa. Durante a COP 3, a ASA lançou o projeto P1MC.

Dada a pressão e visibilidade conquistada pelos movimentos no evento, o Ministério do Meio Ambiente propôs um piloto para construção das primeiras mil cisternas. O ministro Sarney Filho destinou ao projeto R\$ 500 mil reais, valor que representava 0,025% do

³⁷ Emenda Constitucional 14/1996, que assegurava a universalização do ensino obrigatório pelos municípios e buscava a descentralização da gestão educacional, deixada a cargo dos estados e municípios – mas que no semiárido apareceu mesclada às práticas clientelistas.

investimento em ações emergenciais contra a seca em 1998 e 1999. A cifra era menos de 0,1% do que se considerava necessário para a construção de 1 milhão de cisternas à época. Mas, mesmo assim, a ASA aceitou o desafio de demonstrar sua capacidade de execução de cisternas em grande escala e de gestão de uma política pública articulada em todo o semiárido (SILVA, 2003).

O sucesso dessas primeiras iniciativas foi acompanhado de enorme visibilidade nacional e internacional, conquistadas através de ações coordenadas de comunicação institucional e de uma política de fomento a meios comunitários. No final dos anos 1990, essas organizações estabeleceram uma rede de comunicadores populares para uso da mídia como estratégia de luta. Nesse sentido, conquistaram espaço na mídia de massas através de um discurso propositivo e fomentaram a criação de rádios alternativas.

Foi nesse período que a região vivenciou o *boom* de emissoras comunitárias. Estimadas em mais de 20 mil em todo o país, nos anos 1990 as rádios comunitárias se transformaram em um problema político emergente. A ausência normativa no setor abriu precedente para que várias emissoras conquistassem autorizações na justiça, inclusive as que inicialmente operavam na clandestinidade – por exemplo, a emissora Umbuzeiro FM, do município de Pio IX (na divisa entre o Piauí e o Ceará, considerada uma das zonas com maior crise hídrica do semiárido), que conseguiu uma liminar judicial baseada no direito à comunicação das zonas onde não havia nenhum outro meio legalizado (BERTI, 2008).

Para frear esse movimento, em 1996, foram apresentados sete projetos de lei para regular a questão. No debate, ficou evidente a

diferença entre o projeto que pretendia reconhecer e promover a transmissão comunitária e o que se dirigia a conter o movimento e reafirmar o monopólio privado. A Lei 9.612/1998, aprovada por Fernando Henrique Cardoso, tentou vagamente conciliar os dois extremos: de um lado, reconheceu o serviço; de outro, estabeleceu critérios de funcionamento bastante restritivos (MORAES, 2009; PERUZZO, 2010; ROLIM, 2008).

Como estratégia de enfrentamento, as entidades sertanejas incorporaram a luta pela democratização dos meios como uma das bandeiras prioritárias para um sertão mais justo. Desse momento, se destacou a vinculação dessas entidades com organizações como a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), que lançou a campanha Reforma Agrária no Ar, comparando a questão do sinal radiofônico com a dívida histórica da propriedade da terra no país. No parlamento, políticos de esquerda, como Luiza Erundina (PDT), Edson Duarte (PV) e Walter Pinheiro (PT), apoiavam o tema na Câmara de Deputados e distribuíram publicações com orientações técnicas e políticas sobre o assunto.

Essa disputa pela regulação midiática era outra inovação, pois era a primeira vez em que a sociedade civil questionava o modelo elitista de definição das regras no setor, sempre restrito aos políticos e empresários do meio. Ela fazia parte de uma estratégia ainda mais ampla de inaugurar novas lógicas discursivas sobre o semiárido. A disputa pela hegemonia provocou rupturas simbólicas e políticas na identidade sertaneja e apostava na roça como espaço de relação harmoniosa dos homens e mulheres com a caatinga, em sua viabilidade, riqueza e beleza.

Todas essas inovações ajudam a entender o impacto desses movimentos na constituição de novos sujeitos sertanejos, com especial abertura de espaço para emergência das mulheres e da juventude como atores políticos. E esse novos sertões vão deixar de ser uma luta política marginal para assumir o protagonismo nas reconfigurações contemporâneas dos territórios semiáridos.

IMAGENS EM TRANSIÇÃO: SERTÕES EMERGENTES NO CINEMA

As imagens inovadoras e contraditórias desses semiáridos mais plurais e complexos vão aparecer e impactar nas vanguardas dos anos 1970. A arte, em suas variadas linguagens, começou a perceber esses novos sertões como espaços emergentes de novas narrativas.

Nesse cenário, irromperam perspectivas diferenciadas, como o artista plástico feirense Juraci Dórea. Em exposições a céu aberto, o artista recuperou o couro do boi como projeto de vanguarda e símbolo de um sertão mutante. Em enormes estruturas de madeira, o apresentou como protagonista de cenários efêmeros. Na busca por aproximar a arte do povo, instalou suas intervenções em espaços inusitados, como nas ruínas da antiga Canudos, que emergiu das águas na seca.

Como fruto desses novos olhares na literatura, *Essa terra* (2011), de Antônio Torres, foi um dos primeiros produtos culturais a refletir o “desencaixe” da juventude migrante. No livro, o jovem Nelo retornou de São Paulo para o Junco e foi recebido como herói pelo irmão. No entanto, a experiência na capital foi tão devastadora que Nelo se fechou em um beco sem saída: nem venceu na capital, nem se

regozijou com o regresso a um sertão falido. O texto fino e seco, também de poucas palavras, dá continuidade às vidas secas em tempos de migrações. Ele revelou o sertão dos bancos e dos conflitos, mas se manteve o discurso da falta de perspectivas, em que os indivíduos se sentem presos a uma terra em ruínas, cujo único alívio possível só poderia ser a morte.

Mas é no cinema de protesto dos anos 1960 e 1970 que as perspectivas emergentes sobre a modernização do sertão encontram seu principal enunciador. *O Cangaceiro* (1953), de Lima Barreto, inaugurou a imersão do sertão no roteiro cinematográfico das esquerdas do Brasil pré-ditadura (NEVES, 2013). Inspirada na história do Lampião, a obra se destacou internacionalmente, sendo inclusive premiada no Festival de Cannes.

Na mesma perspectiva de denúncia dos problemas sociais do país, *Vidas secas* (1963), dirigido por Nelson Pereira dos Santos e baseado no livro homônimo de Graciliano Ramos, se tornou uma das mais referenciadas obras do Cinema Novo.

Não por acaso, o sertão fez parte da escolha estético-ideológica da mais marcante escola do cinema nacional, que elegeu a crítica social como eixo comum dessa produção imagético-discursiva. Essa opção do Cinema Novo pelos “brasis profundos” se inseria no imaginário das esquerdas e estava mais preocupada com a experimentação estética e a denúncia dos problemas sociais que com o cinema industrial das pornochanchadas (BOMFIM, 2011). Todas essas obras serviram de marco na criação do Nordeste como Território da Revolta, mistificando a violência do cangaço ou a luta de Antônio Conselheiro (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Glauber Rocha, um dos mais destacados nomes do Cinema Novo, inaugurou os sertões como estética, transformando o sol escaldante das caatingas em iluminação natural nas filmagens – e uma solução inovadora na linguagem cinematográfica. No enredo de *Deus e o Diabo na terra do sol* (1965), o cineasta de Vitória da Conquista celebrou o jovem sertanejo e seus dilemas existenciais na tentativa de fugir do “dragão da maldade”, ora apresentado como seca, ora como o latifúndio, depois como religião, e por fim, no banditismo – mas sempre o monstro opressor. Sem alternativas, o destino final desse jovem é correr, sem rumo, até o litoral. Apesar de todas as inovações e perspectivas, mesmo nesse cine de contestação dos anos 1970, o sertão estava associado à miséria e à barbárie como se só houvesse saída na fuga desta realidade, reforçando as migrações ou o ideal do sertão que vira mar.

Na retomada democrática, o documentário *Cabra marcado para morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, inaugurou rupturas estéticas e políticas. Os sertões de Coutinho são um mosaico fragmentado de imagens, enredos e temporalidades distintas. Ele atravessou cenários e personagens para articular a violência dos coronéis com a violência da ditadura (HARRIS, 2008). A trama, que demorou quase 20 anos para ser contada,³⁸ destacou o protagonismo dos agricultores na memória do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira. Nesse documentário, o “cabra” é o sertanejo vítima da violência da modernização do campo. A militância cinematográfica independente e engajada ocupou um lugar de denúncia, organização popular e luta trabalhista.

³⁸ DOREA (2006).

A ficção de Fábio Barreto, *Luzia Homem* (1984), também apontou rupturas, desta vez colocando uma mulher como protagonista no universo sertanejo. O roteiro, acompanhando obras como *Grande Sertão Veredas*, masculinizou Luzia como a única tática das mulheres para fazer frente ao universo patriarcal de vaqueiros, coronéis e cangaceiros. Como em Glauber, a libertação deste cenário só foi possível no encontro da protagonista com o mar. Nesta última cena, Luzia mira o infinito oceano com os cabelos ao vento, e resgata sua feminilidade no uso de um vestido branco (SCARELI; CARVALHO; AZEVEDO, 2011).

A primeira animação nacional também teve o sertão como temática. *Boi Aruá* (1984), dirigido por Chico Liberato, inovou no uso de novas ferramentas tecnológicas e, através da história do vaqueiro Tibúrcio e do boi encantado, transpôs a estética sertaneja para o cinema de animação.

Nos anos 1990, com a onda da política neoliberal de financiamento da arte cinematográfica no país provocada pela política neoliberal da Lei Rouanet, o sertão ocupou as telas em outro tipo de renovação e rupturas do setor, muito mais vinculado ao discurso publicitário que às batalhas simbólicas. Na retomada do cinema comercial brasileiro, os sertões foram uma das temáticas mais abordadas.

Nessa exploração mercantil do imaginário sobre o sertão, se apresentaram os primeiros sinais de rupturas estéticas. As imagens tradicionais da literatura ou da pintura, que consideravam a paisagem sertaneja como feia e inóspita, foram reestilizadas. No cinema dos anos 1990, emergiu uma caatinga “cosmética”, como cenário deslumbrante e de personagens não tão rígidos.

Desse período, destaca-se *Central do Brasil* (1998), de Walter Salles, como principal marco da nova relação entre as indústrias culturais e o mercado, e também do início das descobertas desses sertões mais complexos e contraditórios. O filme representou a etapa no cinema nacional das políticas neoliberais de cultura, que em 1990 extinguiu a Embrafilme e estabeleceu a Lei do Audiovisual em 1993, que privilegiou o incentivo fiscal na produção cinematográfica. Essa política ficou marcada pela influência da publicidade e da fixação de padrões internacionais, capazes de inserir a produção nacional nos circuitos massivos de distribuição.

A obra narra a viagem da amargurada professora Dora (interpretada por Fernanda Montenegro) que viaja pelo interior do Nordeste para restaurar as raízes familiares de um garoto perdido na estação central do país. Nessa odisséia, ela passeia pelas representações tradicionais do sertão entendido por Oliveira (2000) como inferno, purgatório e paraíso. Nesse trajeto, Dora transmuta sua amargura perante os sertões, descobrindo afetividades improváveis.

A história é uma coprodução franco-brasileira financiada pelo Ministério da Cultura francês e trata dos sertões como uma metáfora, uma referência universal da busca humana por suas origens. O elo entre o sertão e o mundo é a trama do alemão Wim Wenders, autor do livro *Alice nas cidades*, que dá origem ao enredo. Walter Salles adaptou o roteiro internacional ao ambiente sertanejo, colocando o sertão como cenário de dramas globalizados.

Inspirado em modelos internacionais que têm foco na conquista de grandes bilheterias e premiações, o *Central do Brasil*, que propõe

uma reconexão do Brasil com suas origens, teve sua estreia na Suíça e em Festivais dos EUA e Berlim. Quando chegou às telas de cinema das capitais brasileiras, já era aclamado pela crítica internacional.³⁹

Em palavras da crítica cinematográfica do jornal inglês *The Guardian*,⁴⁰ o filme era surpreendente por ser feito por um documentarista brasileiro, com uma equipe que nunca tinha trabalhado no cinema e cujo destaque era um menino que nunca tinha ido a um cinema. E se o crítico soubesse da realidade das locações semiáridas, acrescentaria que o filme que conquistou o mundo retratava um cenário com raríssimas salas de exibição.

Não por acaso, o filme premiado⁴¹ e campeão de bilheterias⁴² tem uma inesperada viagem ao sertão como o pano de fundo para um resgate do Brasil que retorna às paisagens semiáridas. Essa escolha retrata um dos impactos do financiamento via leis de incentivo, que é a pressão dos anunciantes por audiências. Esse novo formato gerou a necessidade de atrair mais público às salas de cinema como um retorno publicitário à iniciativa privada que investiu, por meio de incentivos fiscais, na cultura nacional. *Central do Brasil* foi a ponte aos sertões originais que continuavam fascinando as classes médias intelectualizadas e o elo com a massa da população de migrantes das audiências potenciais.

³⁹ Elogiado pela crítica do *The Guardian*, *The New York Times*, entre outros, e indicado a várias premiações internacionais.

⁴⁰ *The Guardian*, 24 de agosto de 1998.

⁴¹ Duas indicações ao Oscar, incluindo a de melhor atriz. Vencedor do Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro, entre várias outras premiações.

⁴² 1.600 mil pessoas assistiram a obra nos cinemas, atingindo uma bilheteria de \$4.300 mil dólares, uma das maiores do país.

O discurso clássico dos sertões vai reaparecer em variadas obras desse período, primeiramente em formatos mais artísticos, como na repetição da parceria franco-brasileira de *Abril despedaçado* (2001), também dirigido por Walter Salles.

Mas é principalmente nos projetos vinculados à Globo Filmes que a visão do sertão tradicional aparece adaptada às novas linguagens do cinema mercantil nacional. O braço cinematográfico da Rede Globo iniciou seus trabalhos em 1998 com a coprodução *O auto da compadecida*, de Guel Arraes. O filme foi lançado em 2000 com a adaptação de uma minissérie de sucesso da televisão, que, por sua vez, era inspirada no texto teatral de Ariano Suassuna. Ela se estabelece em uma etapa do cinema com pouca experimentação e riscos, atendendo aos objetivos de exploração do negócio do audiovisual.

Para trazer o público aos cinemas, essa nova etapa do cinema nacional facilitou o acesso à linguagem cinematográfica através de narrativas mais próximas ao universo televisivo, como o uso de atores, planos e enredos já consagrados na TV e o privilégio de recursos publicitário (XAVIER, 2009).

A vantagem negocial da Globo Filmes, que acumulava estratégias de produção, distribuição e um sistema de publicidade de massas, impactou o setor, ampliando a participação do cinema nacional. O cinema brasileiro artesanal, que não passava de 5% no mercado das salas de exibição, em menos de 10 anos passou a ocupar mais de 20% do setor. Repetindo a fórmula de sucesso, a Globo Filmes continuou investindo na reprodução do sertão leve, poético e divertido em várias outras produções, como *Eu, tu, eles* (2000), *Lisbela e o prisioneiro* (2003), *O caminho das nuvens* (2003) e *A máquina* (2005).

Em *Eu, tu, eles* (2000), de Andrucha Waddington, as mulheres voltam ao papel de protagonistas com um discurso inovador, que permite perceber o início de rupturas e polissemias nos sertões para além das estéticas hegemônicas e interesses do mercado. O filme é baseado na história real de uma cearense trabalhadora rural sertaneja que vive com três maridos, sob o mesmo teto.

Em análise da obra, estão presentes as polissemias da vida dessa protagonista, que de um lado é saudada pelas feministas francesas do Festival de Cannes como uma heroína libertária; e, de outro, é apenas uma boia-fria sertaneja que articula um casamento inusitado como estratégia funcional para aliviar as péssimas condições de vida no campo (SPINI, 2013). Mas, independentemente dos sentidos da recepção, a questão é que as personagens da vida real e da ficção provocaram novos sentidos sobre as relações de gênero no semiárido nordestino. E não foi só nessa superprodução que as mulheres sertanejas foram retratadas de maneira diferenciada.

Em *Baile perfumado* (1996), dirigido por Lírío Ferreira e o pernambucano Paulo Caldas, as mulheres da trama, como Maria Bonita, aparecem transgressivas e renovadas. Essa releitura do cangaço representou uma ruptura com a imagem tradicional feminina de subserviência e passividade que preponderava nos textos cinematográficos (PAIVA, 2008). O destaque ao feminino dado na obra é o ponto de partida para a humanização do cangaço (SCARELLI; CARVALHO; AZEVEDO, 2011). Nos anos 2000, várias outras obras abordam novas perspectivas sobre as mulheres sertanejas, valorizando as personagens inovadoras, como em *A máquina* (2005), em que a protagonista apaixonada por cinema foge do casamento como

projeto de vida, anunciando novas perspectivas de gênero nos sertões. Em *O céu de Suely* (2006), a diretora Karim Aïnouz abre espaço para discutir mulheres sertanejas, que, provocadas por condições adversas, decidem sobre seu corpo e seus destinos contrariando os roteiros convencionais. Todos esses filmes fogem aos estereótipos sobre as representações sertanejas das mulheres, inovam discursivamente e apresentam novas formas de ser e estar no sertão.

No filme independente *Narradores de Javé* (2003), esses semiáridos polissêmicos e polifônicos aparecem em toda sua riqueza e estupor. Com direção de Eliane Caffé e subsídios da Petrobrás, o longa narra a história fictícia de Javé, um povoado do interior baiano condenado ao desaparecimento pela construção de uma hidrelétrica. Baseado em depoimentos e histórias reais, o filme destaca o papel da memória, da construção do discurso hegemônico e a riqueza da narração oral e trata do choque de projetos e visões sobre os territórios semiáridos ante as imposições do “progresso”.

A tentativa vã dos moradores de Javé parece uma metáfora apropriada para exprimir as lutas simbólicas dos movimentos sociais que emergiram pelo sertão reconstruindo novos significados para o semiárido instalado pela modernização hegemônica.

Outra novidade comum a essas produções são as imagens transgressoras das paisagens sertanejas. Em toda a filmografia destacada nesse aporte, as tomadas retratam um cenário semiárido deslumbrante, exuberante e rico. Ora prevalecendo a aridez das caatingas, como em *Abril despedaçado*, ora exibindo os rios caudalosos dos sertões verdejantes de *Baile perfumado*, o sertão chegou aos cinemas com uma beleza transbordante.

Essas obras mais contemporâneas, como *Abril despedaçado*, começaram também a retratar os sertões como lugar de juventudes em conflito, em que os jovens sertanejos buscam fugir de seus destinos, como o personagem marcado para morrer que vê o circo e a arte como possibilidade de fuga.

Em geral, elas também revelam um imaginário permeado de elementos do passado, seja no campo temático que privilegia enredos focados no coronelismo, nas migrações, na seca e no fanatismo religioso, seja no formato estético, que prioriza o rudimentar e a contraposição ao moderno.

Ivana Bentes (2007) tratou o fenômeno como cosmética da fome, o embelezamento de imagens e cenários negativos do contexto social brasileiro (XAVIER, 2009). Mas o que a crítica interpreta como um embelezamento mercantil também pode indicar a “redescoberta” das belezas sertanejas, já narradas pelos sertões da roça ou pela aposta da convivência com o semiárido dos movimentos sociais.

Para Lins (2009), a retomada do cinema brasileiro nos anos 1990 refletiu uma maior inserção de representações dos pobres nas telas, com grande destaque para os dramas da população dos sertões. De um lado, esse movimento indicou a necessidade de expansão e popularização do mercado cinematográfico. Embora essas representações sejam marcadas por clichês ou lugares-comuns e por “[...] pobres do sertão que não se encontram” (LINS, 2009, p. 100), elas aproximam universos e permitem a reflexão sobre a alteridade e a promoção da diversidade e pluralidade, sendo fundamentais para construir novos sentidos e imaginários sobre as questões sociais do país e sobre os sertões.

Essas rupturas e inovações simbólicas, imagéticas e mercantis do início dos anos 2000 são apenas uma ponta do *iceberg* de transformações que impactaram os semiáridos no novo milênio. A partir de 2003, outra etapa dessa história teve início.

A PARTILHA DO BOI: INOVAÇÕES DA ERA LULA NO SEMIÁRIDO

*Choveu que amarrotou.
Foi tanta água,
que meu boi nadou.*

Lira; Barros 2001.

Em 2011, em meio a um novo ciclo intensivo de estiagens, o noticiário trouxe o conceito de semiárido como território de possibilidades mas reeditou os discursos e imaginários do sertão da seca. Com o passar dos anos, as previsões foram piorando e a seca se prolongou até 2017 como uma das piores da história regional. Mas apesar da estética da miserabilidade, chão rachado e gado morto, uma mudança era evidente: não houve notícias de saques, nem imagens de crianças subnutridas, nem textos sobre mendicância nas estradas ou de migrações massivas de flagelados.

Essa ruptura não foi apenas discursiva. Ela reflete transformações econômicas e sociais que impactaram os índices de extrema pobreza da região. Esse outro semiárido emergiu a partir das gestões petistas nos anos 2000. Sem nenhuma dúvida, o declínio da histórica situação de miséria foi uma das mudanças mais relevantes que a Era Lula provocou no semiárido (ARAÚJO, 2015). Mas não foi a única.

Em pouco mais de uma década (2003-2016), a zona das secas e das desigualdades passou a apresentar indicadores econômicos superiores ao das regiões mais ricas do país. As principais cidades do interior nordestino elevaram sua densidade demográfica se assemelhando às paisagens dos grandes centros urbanos, e os excluídos movimentos sociais se estabeleceram como agentes políticos importantes na definição das regras do jogo. Na carona da onda lulista, se abriram brechas para a quebra da hegemonia das antigas elites, permitindo a emergência de novas lideranças regionais. Mas nem por isso o sertão virou um paraíso. O cenário esteve permeado de disputas e contradições, nas quais a relação entre política e semiárido ganhou contornos ainda mais ambíguos.

Desde que o PT assumiu a liderança política do país, o sertão esteve na linha de frente dos debates. As ações do governo que privilegiaram o semiárido foram o foco das análises sobre programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, em obras como a transposição do rio São Francisco, sobre as preferências políticas nas eleições presidenciais e até no argumento das pedaladas fiscais no *impeachment* da presidenta Dilma, que se referiam a manobras de financiamento da agricultura familiar. Em síntese, o semiárido esteve no centro das interpretações sobre o sucesso ou fracasso das gestões da esquerda no Brasil.

Alguns autores consideraram esse período um exemplo de social-democracia, que proporcionou maior distribuição de renda e participação social (REYGADAS, 2007; SADER, 2008); outros defenderam que foi implantado um desenho reformista, baseado apenas em mudanças “cosméticas” que reduziram a pobreza, mas mantiveram as desigualdades

estruturais (SINGER, 2012; NATANSON, 2009; TOURAINE, 2006). Para Boito Junior (2003), foi uma segunda fase do neoliberalismo, caracterizada pela integração dos interesses do capital nacional com os imperativos do mercado internacional e pelos pactos com as classes trabalhadoras para neutralizar os protestos.

Em certa medida, todas essas vertentes são possíveis de serem percebidas na realização do projeto petista no semiárido. Entretanto, nenhum desses autores se dedicou a compreender o impacto dessas interpretações na vida dos sertanejos. O desafio deste capítulo é apontar para esse ambiente de transições, destacando as principais alterações nas políticas culturais e de comunicação no período entre 2003-2016. A ideia é identificar as mudanças de contexto do semiárido a partir das contraditórias inovações advindas pelas gestões petistas dos últimos anos.

SEMIÁRIDO EM MUTAÇÃO

As análises sobre o impacto do PT no semiárido ainda são poucas e fragmentadas, e a carência de dados específicos sobre a região dificulta tal mapeamento. Mas a leitura de estudos macroestruturais sobre o Nordeste se constituem como a ponta de um fio condutor de um processo inédito.

Araújo (2015), em uma abordagem economicista, afirma que as gestões petistas impactaram, de uma forma sem precedentes, a história do desenvolvimento regional, com um aumento de circulação de capital e dinamização econômica. Para Favareto (2010), a principal alteração regional foi política, com a inovação institucional dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento, que,

com as inúmeras conferências de políticas públicas, estabeleceram novas dinâmicas de poder e participação social. Em Rêgo e Pinzani (2013), os impactos sociais não apenas diminuíram os índices de pobreza no sertão de Minas Gerais como incidiram em maior autonomia e cidadania dos beneficiários. Todas essas leituras apontam a efeitos muito amplos, que extrapolam áreas específicas.

Na economia, no período entre 2003 e 2010, a taxa de crescimento do Nordeste (5,4%) foi superior à média nacional (4,4%) e às taxas do Sudeste (4,5%) e do Sul (3,4%) (ARAÚJO, 2015). O grande destaque foi para o papel dos bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que passou da aplicação de R\$ 234 milhões, em 2003, para R\$ 2.389 bilhões em 2010 com projetos de hidrelétricas, plantas de energia eólica, instalação de fábricas de manufaturas etc. A produção agrícola (a preços de 2013) do semiárido, estimada em R\$ 2,78 bilhões em 2000, alcançou R\$ 9,32 bilhões, em 2010, com destaque para a fruticultura irrigada (GOMES, 2014).

Se observados em seu conjunto, as políticas públicas destinadas à lógica da convivência com o semiárido tiveram um *boom* sem precedentes na história do país. A diferença dos investimentos da ditadura ou do período neoliberal foi que a priorização do interior semiárido não se restringiu à economia. Foram criados mais de 20 programas e projetos⁴³ voltados diretamente para zonas com indica-

⁴³ Bolsa Família, Territórios da Cidadania, Luz para Todos, Programa Um Milhão de Cisternas, Uma Terra e Duas Águas, Minha Casa Minha Vida, Minha Casa Rural, Cultura Viva e Pontos de Cultura, Seguro Safra, Pronaf, Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Mais Educação, Brasil Quilombola, Mais Médicos, criação de universidades como Univasf e Universidade Federal do Cariri (UFC) e dos Institutos Federais de Educação (IFs), Plano Nacional de Banda Larga, Plano Nacional de Cultura.

dores sociais comprometidos, como o sertão nordestino e/ou grupos historicamente excluídos como quilombolas e indígenas.

Além desse conjunto de ações, foram implantadas iniciativas como Instituto Nacional do Semiárido (Insa), pela Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004. o Sistema Nacional de Gestão da Informação do Semiárido, o Centro de Documentação e Informação do Semiárido Brasileiro e a reformulação e o fortalecimento da Embrapa Semiárido, entre outras entidades públicas voltadas ao desenvolvimento de projetos e pesquisas científicas específicas para as zonas de caatinga. Todas essas medidas tiveram um impacto significativo mais amplo que somente a geração de renda e dinamização da economia.

Restringindo-se ao viés econômico, calcula-se que só o Bolsa Família, de 2004 a 2012, injetou R\$ 63,08 bilhões no Nordeste, gerando 807 mil ocupações. Nesses oito anos, o PIB da região foi superior em 0,5 ponto ao resto do país, com um crescimento médio de 3,2%, enquanto a média nacional foi de 2,85% (BARROS; ATHIAS, 2013). No semiárido, o programa de transferência de renda atendeu 3,4 milhões de famílias (MEDEIROS et al., 2012).

Também a partir da gestão de Lula, o semiárido despontou como novo polo de investimentos em áreas industriais, como mineração e energia eólica e nuclear. Nesse período, a Bahia ultrapassou os pedidos de exploração de Minas Gerais, passando a ocupar o primeiro posto do país com mais de 10 bilhões de recursos anunciados por empresas do setor.⁴⁴ Ferro, ouro, níquel, bauxita, ametista e os raríssimos rutilo e tálio são alguns dos minerais disputados no subsolo

⁴⁴ Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bahia-vira-novo-polo-de-mineracao-do-pais-imp-,73151>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

sertanejo, além do calcário e granito já anunciados como potencial de exploração no semiárido de Lula e Dilma.

Entre as novas empreitadas do governo de Dilma Rousseff, destaca-se o Projeto Pedra de Ferro em Caetité, explorada por uma mineradora do Cazaquistão com sede em Londres e produção estimada em mais de 20 milhões de toneladas por ano. Para escoamento, o governo iniciou as obras da ferrovia oeste-leste e do porto no litoral baiano. Ainda na mineração, foi intensificada a exploração de urânio iniciada com Fernando Henrique Cardoso com a abertura de novas minas no Ceará.

Essa ampliação estava relacionada com o começo dos estudos de viabilidade de duas usinas nucleares em Itacuruba, sertão de Pernambuco. Além das hidrelétricas, o semiárido de Lula incorporou discursos antagônicos de produção energética, que além da energia nuclear, incentivou a instalação de dez parques eólicos⁴⁵ na Bahia e no Ceará, inaugurou indústrias do setor de energia solar e financiou usinas de produção de biodiesel a partir do óleo de mamona em cidades como Iraquara, na Bahia. Nesse ambicioso projeto de autossuficiência energética, o semiárido aparece como potencial polo alternativo, atraindo megainvestidores internacionais.

O impacto econômico de todos esses investimentos foi a evolução do rendimento familiar nordestino, que teve uma taxa de crescimento de 5,6%, enquanto no Sudeste foi de apenas 3,9%. Na área social, a conjunção de todos esses fatores reverberou nos seculares índices de miserabilidade regional. Na educação, por exemplo, a taxa

⁴⁵ Na Bahia, estão os complexos de Brotas de Macaúbas, Morro do Chapéu, Pindaí, Várzea Nova, Ibotirama e Sento Sé.

de analfabetismo das pessoas com mais de dez anos, entre 2000 e 2010, caiu de 12,8% para 9,0% no Brasil. No Nordeste, essa queda foi de 24,6% para 17,6% (CEPLAN, 2009). Na mortalidade infantil, o índice em 2000 era de 29,7 para cada mil crianças nascidas. Na década seguinte, a taxa caiu para 15,6%, numa redução de 47,5% em todo o país. Só que no Nordeste, onde essas taxas sempre foram mais elevadas, o declínio foi ainda mais acentuado, chegando a 58,6% (BRASIL, 2010).

Essas reduções foram possíveis pelo sucesso das políticas de convivência com o semiárido, executadas em parceria com a sociedade civil organizada. Só a ASA construiu mais de 600 mil cisternas, beneficiando 3,5 milhões de pessoas (BROCHARDT, 2015).

Quando a agricultura familiar emergiu como a prioridade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o rural sertanejo passou a ocupar o centro de variadas políticas. Um dos exemplos dessa nova concepção foi o ambicioso Programa Territórios da Cidadania, iniciado em 2008, com o desafio de integrar as políticas ministeriais para superação da pobreza e criação de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável nas zonas com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Dos 120 territórios rurais identificados, 40% estavam localizados na Região Nordeste, com declarada prioridade para o semiárido. Em 2008, os investimentos regionais superaram os R\$ 9,3 bilhões, articulando recursos de 22 ministérios, além de governos estaduais, municipais e sociedade civil.

O impacto dessa nova lógica de planejamento inovou na priorização das zonas historicamente excluídas e de indicadores sociais

comprometidos como meta. Também agregou uma concepção discursiva de construção mais participativa ao planejamento, minimizando o olhar economicista das políticas de desenvolvimento regional. Os Territórios da Cidadania propuseram uma estrutura de gestão compartilhada, inclusive dos recursos e investimentos, e fomentaram a participação da sociedade civil organizada nas deliberações dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável. No semiárido, essa medida era uma tentativa de diluição do predomínio coronelista e clientelista nas prefeituras.

Em avaliação da capacidade desses conselhos territoriais na Bahia (MOREIRA; CARNEIRO, 2014), ou no Araripe em Pernambuco (GARCIA, 2013), todas as pesquisas apontam para mudanças na lógica de emancipação política e rupturas com o modelo tradicional.

Tanta novidade influenciou ainda nas dinâmicas político-partidárias, proporcionando que novas lideranças e inéditos governos de esquerda se implantassem no Nordeste. Em 2002, apenas o Piauí elegeu um governador petista. Em 2014, o mapa das eleições para governador no Nordeste, em plena crise do lulismo no país, apresentava seis governadores⁴⁶ de partidos de esquerda na região, mais a gestão de Minas Gerais, que também tem municípios no semiárido.

Esses novos cenários repercutiram até mesmo na demografia e estruturação urbana das cidades médias do semiárido, as quais tiveram o crescimento urbano mais acelerado do país nas últimas décadas (ARAÚJO, 2015). Em 2014, a população urbana na região ultrapassou os 60%. Muitas dessas cidades, que eram majoritariamente

⁴⁶ Flávio Dino (PCdoB) no Maranhão; Wellington Dias (PT) no Piauí; Camilo Santana (PT) no Ceará; Paulo Câmara (PSB) em Pernambuco; Ricardo Coutinho (PSB) na Paraíba; Rui Costa (PT) na Bahia e Fernando Pimentel (PT) em Minas Gerais.

rurais no século passado, entraram no novo milênio ultrapassando os 100 mil habitantes (INSA, 2017).

Com o aumento dos empregos formais, principalmente num crescente setor de serviços e de ocupações sazonais nas mineradoras e no *agrobusiness*, essas cidades protagonizaram os novos destinos de uma inédita migração reversa, em que polos regionais como Petrolina, Caruaru, Campina Grande, Crato ou Vitória da Conquista se converteram em centros de recepção de trabalhadores. Mas, além desses centros tradicionais, muitos outros núcleos urbanos no interior semiárido, como Irecê, Jacobina, Caetité ou Ruy Barbosa apresentaram um crescimento exponencial acelerado, ampliando significativamente a demografia regional. A matéria da *Folha de S. Paulo* “Procuram-se nordestinos”⁴⁷ trata da crise por mão de obra na grande São Paulo devido a essas novas dinâmicas migratórias e populacionais.

Muitas destas cidades receberam ainda o estímulo de interiorização das universidades federais, como a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e/ou institutos tecnológicos, como os Institutos Federais (IFs). Esses espaços educacionais diminuíram o hiato do ensino superior, anteriormente restrito às zonas litorâneas do Nordeste. Comparando a quantidade de universidades públicas abertas no país, o semiárido foi a região que mais se beneficiou da popularização do acesso à formação universitária nas últimas décadas.

Essa onda de progresso social e econômico baseado na redistribuição de renda, popularização do consumo e implantação de inovadoras políticas sociais reverberou até mesmo nos pequenos

⁴⁷ Artigo de Gilberto Dimenstein (2010) disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1909201025.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

núcleos urbanos. O relativo aumento do fluxo de capitais gerado por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, alimentou mercados locais mais dinâmicos, que estimularam pequenos e médios empresários a atuarem no comércio de bens de consumo e material de construção, farmácias e dinamização das feiras. Esses resultados não foram percebidos na mesma intensidade em comparação com outras regiões do país, nas quais predominava a pobreza urbana (RÊGO; PINZANI, 2013).

Mesmo análises mais críticas sobre o programa indicam que o Bolsa Família agenciou uma série de possibilidades políticas de cidadania (CASSARO FILHO, 2017) e provocou efeitos positivos no bem-estar dos municípios beneficiados (RIBEIRO, 2012). Ainda sobre as especificidades dos impactos das novas lógicas políticas no sertão de Minas Gerais, Rêgo e Pinzani (2013) perceberam que os programas de geração de renda não repercutiram apenas na melhoria econômica da camada mais pobre da população.

Segundo os autores, eles afetaram aspectos subjetivos da autoestima e da cidadania, mais precisamente as relações de gênero. As condicionalidades do Programa Bolsa Família⁴⁸ valorizavam o papel feminino como beneficiário. Ao privilegiar a mulher como gestora da renda familiar, essas iniciativas inverteram o lugar da mulher nas famílias sertanejas, elevando-as à condição de protagonistas e apontando consequências positivas na estrutura familiar patriarcal, na ampliação do horizonte educacional dos filhos e em uma maior inclusão cívica e política dos beneficiários.

⁴⁸ Como a matrícula e a frequência dos filhos na escola, comprovação do pré-natal e de adesão às campanhas de vacinação.

Essas questões de gênero, com aumento da autonomia e cidadania feminina, são citadas em avaliações de outros programas sociais que buscaram inserir e valorizar a vida produtiva e política das mulheres, principalmente no meio rural (BUTTO; DANTAS, 2011; COSTA, 2014). E ainda que haja posturas mais críticas que apontem para a manutenção da imagem feminina como provedora do lar, todas as avaliações encontradas refletem impactos positivos na condição de gênero no semiárido.

Análises menos entusiastas sobre o programa, como as leituras de Ribeiro (2012) e Cassaro Filho (2017), apontam que as afirmações identitárias das comunidades negras e indígenas no semiárido também foram dinamizadas a partir de medidas como o Decreto nº 4.887/2003,⁴⁹ de regularização de terras de “remanescentes” quilombolas. Destaca-se que a população de negros e pardos no Nordeste é considerada a maior do país, ultrapassando os 70% (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, o discurso de valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas foi um componente inovador e politicamente diferenciado na região nordestina e no semiárido. A adoção do termo “remanescentes” na política estatal foi resultado de lutas e influência dos movimentos negros locais. A não cristalização da noção de quilombolas como um elemento estático e preso ao passado é uma conquista dos movimentos sociais, de modo a atualizar o conceito para visões menos rígidas sobre o reconhecimento dessas identidades (ARRUTI, 2008).

⁴⁹ “Legislação referente à política pública de regularização de territórios quilombolas”, disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/Quilombolas/legislacao_quilombola_condensada.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

A medida destacou a institucionalização de novas relações de alteridade e reconhecimento dos povos indígenas e negros. Antes invisibilizados, essas populações emergiram no cenário político e cultural dos anos 2000. Instituições como a Fundação Palmares foram responsáveis pela ação de reconhecimento público da etnicidade quilombola emergente, apontando um relevante número desses “remanescentes” como novos sujeitos políticos nos sertões.

Todos esses sertões contemporâneos alteraram a paisagem, mudando inclusive a arquitetura regional. As antigas casas de fazenda em torno das quais surgiram muitos dos primeiros assentamentos urbanos ou as cidadezinhas nucleadas ao redor de Igrejas e praças públicas estão desaparecendo em detrimento do crescimento desses novos centros.

Tais espaços tendem a apresentar edifícios cada vez mais altos e contemporâneos, incorporando a ideia de que o nível de desenvolvimento da cidade está expresso no tamanho de suas avenidas, na quantidade de prédios e na localização de um *shopping center*.

As construções da emergente classe média revelam a influência da modernidade capitalista, optando por linhas retas, tons pastéis, vidros e muitos muros, características que tentam anular os vínculos com o passado e refletem os anseios de objetividade e neutralidade do mundo ocidental. Nos condomínios de luxo, fechados e cercados por cercas elétricas, surgem cidades privadas que imitam a arquitetura de centros internacionais como Miami.

Nas periferias desses centros, desapareceram as casas de taipa, e são emergentes as residências construídas em concreto, blocos pré-moldados e telhas de zinco. Nos espaços comuns, as nuvens de poeira de ruas sem calçamento ou esgoto se mesclam ao lixo e ao plástico.

Mesmo nos núcleos rurais, postes de eletrificação, antenas parabólicas e cisternas compõem novas paisagens periféricas que não retratam mais o sertão tradicionalmente. Esses novos cenários parecem se aproximar, arquitetonicamente, cada vez mais, da favela – e não da roça.

Outra característica comum é que a preponderância do projeto de modernização a qualquer custo não parece ter muitos melindres com a preservação da memória. Em função das lógicas de publicidade, os empreendimentos comerciais se instalam nos novos centros urbanos sem nenhuma preocupação com a preservação de fachadas centenárias. As casas de fazenda fundadoras de cidades como Feira de Santana e Juazeiro ou as estações de trem do início da modernização estão em visível decadência e abandono. Pior ainda é a situação dos sítios de pinturas rupestres e vestígios quilombolas situados no caminho dos megaprojetos.

Mas essa aparente desorganização paisagística dos novos sertões não é casual. Ela aponta para as contradições que acompanharam as inovações econômicas, sociais, políticas e culturais das gestões da esquerda no semiárido.

INOVAÇÕES NAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NO SEMIÁRIDO

A Era Lula também instaurou dinâmicas inovadoras nas políticas de comunicação e cultura no interior nordestino. Em sua primeira gestão, o governo petista fortaleceu o Ministério da Cultura,⁵⁰

⁵⁰ Decreto nº 4.805/2003 que estabeleceu a reestruturação do Ministério da Cultura, e o Decreto nº 6.835/2009 que vinculou a atuação do ministério às questões de reconhecimento e regularização fundiária quilombola.

convocou a I Conferência Nacional do setor (2004) e aprovou um Sistema Nacional de Cultura⁵¹ (SNC). Segundo o *site* “contas abertas”,⁵² entre 2002 e 2010 o orçamento da Cultura no país aumentou em 142%.

O SNC, entre suas inovações, incorporou três dimensões no planejamento da área cultural, que começou a ser pensada a partir do simbólico, da cidadania e da economia (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Enquanto a última dimensão mantinha a cultura atrelada à perspectiva do desenvolvimento, a qual já havia sido proposta desde os anos 1980, as dimensões cidadãs e simbólica inverteram a lógica dessas políticas. Elas tanto estenderam o conceito de cultura como estratégia de desenvolvimento social, além do econômico, quanto extrapolaram o limite das artes convencionais. Com o argumento de que a produção simbólica é inerente a todos os grupos humanos, introduziram a perspectiva da cultura como direito universal. Essas abordagens favoreceram a democratização da gestão e do acesso e o reconhecimento dos saberes e produções das comunidades tradicionais como bens da cultura.

No semiárido, o SNC inaugurou uma política cultural inédita que contemplava e valorizava as formas de produção dos grupos quilombolas e indígenas e dos mestres populares, e responsabilizava ao Estado pela criação de estratégias de democratização dos equipa-

⁵¹ A Emenda Cultural nº 48/2005 determinou a realização do Plano Nacional de Cultura (PNC).

⁵² Informação disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/2389>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

mentos de acesso, fruição e difusão cultural para fora dos grandes centros.

Um dos primeiros impactos dessas transformações foi o programa Cultura Viva. Através do fomento aos Pontos de Cultura, gerou estruturas de financiamento e fortalecimento técnico e institucional de grupos e iniciativas culturais da sociedade civil em zonas de vulnerabilidade social, com destaque para o semiárido (MATOS; RANGEL, 2014). Esses pontos de conexão cultural, dedicados à promoção tanto da memória da cultura popular quanto da produção tecnológica em linguagens como o audiovisual, contribuíram para popularização das políticas do setor e inversão da lógica verticalizada. As promessas de uma gestão mais horizontal permitiram a participação de povos historicamente excluídos como indígenas, negros, jovens e mulheres na definição de diretrizes, metas e ações por meio das Conferências de Cultura. Nesses espaços, se definiram as prioridades para o setor, a partir das demandas dos próprios atores.

Essas ações se articularam com variadas estratégias dos governos de esquerda do Nordeste, como o Ceará, que deslocou as inversões no turismo de Fortaleza para a valorização da diversidade regional. Entre 2003 e 2006, o governo lançou um Plano Estadual de Cultura que colocava como prioridade a circulação cultural do interior do estado, a qual era anteriormente restrita à capital (COSTA, 2007).

Uma das principais inovações foi a experimentação de uma gestão descentralizada e itinerante, que orientou a elaboração de planos municipais de cultura e a institucionalização de secretarias municipais. A partir dessas iniciativas, ganharam visibilidade (e financiamento) variados grupos emergentes e artistas independentes.

Outra inovação, em 2006, foi o Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional, com o objetivo de promover e valorizar a cultura regional dos quatro estados da bacia do rio Araripe. Era a primeira experiência de ação pública interestadual na área da cultura, integrando municípios da região do Cariri-Araripe, que envolve Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí (MATOS; RANGEL, 2014). Entre as prioridades, estavam os investimentos em infraestrutura cultural e uma gestão mais participativa, que envolvia representantes da sociedade civil, dos governos locais e vários ministérios (COSTA, 2013).

Na Bahia, a primeira gestão do petista Jaques Wagner (2006-2010) investiu na criação de uma Secretaria de Cultura (Secult) desvinculada do setor turístico. Sob a tutela de Márcio Meireles,⁵³ um dos expoentes do teatro baiano de vanguarda, o foco foi a descentralização dos recursos e da gestão cultural, anteriormente restritos a Salvador e a alguns poucos destinos turísticos, como Porto Seguro. Através da Coordenação de Desenvolvimento Territorial, a Secult vinculou o planejamento e distribuição de recursos e equipamentos culturais às definições retiradas de conferências culturais e dos recém-criados espaços de cogestão, como os Conselhos de Desenvolvimento Territorial.

O resultado foi a dinamização da atividade cultural, como reativação de antigos centros culturais; o fomento à criação de Pontos de Cultura via recursos do governo do estado; e o incentivo à discussão intensa de planos municipais de cultura, através dos agentes territoriais do setor.

⁵³ Nos anos 1970 e 1980, Márcio Meireles participou da criação do Teatro Vila Velha, da Companhia de Teatro dos Novos e Bando de Teatro Olodum, relacionando arte e expressões culturais de resistência ao modelo carlista.

Essa medida revelava um esforço do governo baiano de fixar o conceito dos Territórios de Identidade - Decreto nº 12.354/2010, que instituiu também o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter), como unidade de planejamento estadual. Eles foram concebidos a partir de uma noção de territorialidade fundamentada em critérios culturais de pertencimento, com base em elementos geográficos, sociais, econômicos e ambientais.

Mas, à medida que as alianças políticas do PT com os grupos conservadores em nível nacional e em nível local foram se intensificando, a atenção à questão foi reduzida. A partir da segunda gestão de Jaques Wagner (2010-2014), as identidades culturais dos sertões ainda estavam presentes na Secult, mas de maneira mais tímida e com forte tendência a uma postura mais conservadora e centralizada.

Essa perda de interesse do governo estadual na política de democratização cultural não foi restrita à Bahia. A partir de 2009, quando se iniciaram as articulações para a eleição de Dilma Rousseff, já foi possível perceber sinais de fragilidade da política cultural. Nesse mesmo ano, por exemplo, o Fórum de Secretários de Cultura do Nordeste pressionou a criação de um plano estratégico para região, e, entre as metas, estava a diminuição do enorme *deficit* de equipamentos, como cinemas e teatros, no interior semiárido. No entanto, a proposta técnica encomendada à Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan) nunca foi implementada (MATOS; RANGEL, 2014).

Mas, apesar dos esforços, no final de 2013, na III Conferência Nacional de Cultura, os delegados dos nove estados da região Nordeste ainda se perceberam com os mesmos problemas e aguardando soluções comuns (MATOS; RANGEL, 2014). A partir de então, se

registra um cansaço e uma fragmentação da sociedade civil no setor cultural, sendo a única novidade o Plano Nacional de Cultura (PNC), que estabeleceu metas até 2020.

A expectativa era de que essas metas produzissem um impacto direto na gestão, produção, fruição, difusão e acesso à cultura em todo o país, destacando-se a atenção aos municípios com as características do semiárido. Nesse sentido, as metas 3, 4 e 6⁵⁴ fazem referência direta à valorização, ao fomento e à salvaguarda das culturas tradicionais. Nesse sentido, mais da metade do plano estabeleceu indicadores⁵⁵ com impacto direto na produção cultural da região.

Mas se no final da Era Lula as políticas de democratização da cultura davam seus primeiros sinais de enfraquecimento, na área das políticas de comunicação esse debate sequer tomou fôlego. Um dos reflexos da timidez da gestão petista no enfrentamento aos conglomerados midiáticos é que as ações mais ousadas do período ficaram a cargo do Ministério da Cultura (MinC) e não do Ministério das Comunicações. Só o PNC estabeleceu várias metas que tocaram diretamente na questão midiática como uma realidade que afetava a produção e a circulação de bens culturais.⁵⁶

⁵⁴ A 3 estabelece o desafio de cartografar a diversidade das expressões culturais do país; a 4 se refere a uma política nacional de proteção e valorização das expressões culturais populares e tradicionais; a 6 propõe uma meta de 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos populares atendidos por ações de promoção da diversidade cultural.

⁵⁵ A respeito das metas de universalização do acesso à cultura, como fomento a criação, manutenção e qualificação de equipamentos culturais, incluindo as cidades com menos de dez mil habitantes.

⁵⁶ As metas 43, 44 e 45 ilustram a necessidade de ampliação do acesso às tecnologias do audiovisual e de maior participação na programação massiva da produção independente como estratégia de promoção da diversidade cultural.

A acanhada ação dos governos Lula e Dilma (2003-2016) nas políticas de comunicação é um dos indícios mais evidentes do projeto político de pactuação petista, produzido por meio de frágeis alianças conservadoras com as elites. Ele reflete as contradições do projeto neoliberal implantado, em detrimento das lutas históricas dos movimentos sociais sertanejos, como a democratização midiática. Ao contrário, as lutas no setor passaram da euforia à frustração.

Quando da vitória de Lula, a perseguição às rádios comunitárias no sertão nordestino cresceu assustadoramente como uma reação das antigas elites que temiam a chegada da onda progressista em seus currais midiáticos. Prisões de radialistas, lacres, fechamento de emissoras e constrangimento de lideranças viraram uma constante nas ações repressivas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da Polícia Federal e do Ecad, órgão responsável pela fiscalização de direitos autorais. As apreensões e lacres saltaram de 1.950 nos últimos anos de Fernando Henrique Cardoso para 2.759 nos primeiros momentos do governo Lula (BRAZ, 2010).

Em 2004, a primeira inovação regulatória do setor foi a aprovação da Lei nº 10.871/2004, que outorgou poder de polícia aos técnicos da Anatel (BRAZ, 2010). No mesmo ano, mais de cinco mil radialistas comunitários responderam criminalmente por terem atentado contra a segurança nacional.⁵⁷

Mas em vez das ocupações à sede da Anatel e dos protestos comuns nos anos de Fernando Henrique Cardoso, o movimento respondeu com participação em grupos de trabalho (2003 e 2005) que

⁵⁷ Permaneceu vigente o Código Brasileiro de Telecomunicações (CTB), de 1962, que pune como crime contra a segurança nacional a emissão de radiofrequência sem autorização.

o governo propôs para estudar a questão. A gestão de Luís Inácio diluiu a política de Comunicação em várias frentes, e as entidades do setor atuaram de maneira isolada e corporativa, disputando o posto de líder do movimento (PERUZZO, 2010; MOREIRA, 2011).

Instituições que historicamente atuavam como fomentadoras das lutas por democratização midiática no semiárido passaram a ter uma postura mais conservadora, priorizando outros projetos políticos. Por exemplo, a ASA, cujas entidades estiveram à frente das iniciativas de democratização dos meios, constituiu a assessoria de comunicação ASA-Com.

De 2003 a 2012, o setor investiu R\$ 2,36 milhões em documentários, programas de rádio e impressos, com uma produção comunicacional inédita ao semiárido dos movimentos sociais. No entanto, essas práticas obedeceram muito mais à lógica de publicidade institucional, como o Boletim Candeeiro, destinado aos beneficiários dos programas executados pela entidade, como o P1MC e o Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Essa intensidade de produção não se reverteu em mobilização política desses atores em suas lutas históricas no campo da comunicação, nem se expressou em reação perante o avanço da homogeneização neoliberal nas políticas de comunicação.

No semiárido, as rádios comunitárias se viram abandonadas e avançaram silenciosamente em suas crises e disputas internas. Muitas delas foram apropriadas ou cooptadas por líderes políticos e religiosos. Esse afastamento do projeto inicial de pluralização e radicalização democrática configurou um coronelismo eletrônico de novo tipo (LIMA; LOPES, 2007).

O alento ao movimento pela democratização dos meios no sertão veio em ações das gestões estaduais de esquerda que acompanharam a onda do PT no Nordeste. Em seus enfrentamentos aos coronéis políticos e midiáticos, esses novos governos ousaram também em suas políticas de comunicação.

O Piauí inaugurou a onda nordestina, elegendo Wellington Dias (PT) para fazer a “virada” com Lula em 2002. Sindicalista, o governador eleito tinha atuado como radialista comunitário. Na primeira gestão, Dias buscou manter-se próximo com o movimento de democratização dos meios no Estado. Seu primeiro desafio foi enfrentar a herança comunicacional do coronel Mão Santa (ex-governador Francisco de Assis Moraes), que estabeleceu décadas de censura e controle midiático.

Como primeira estratégia, criou uma inédita Secretaria de Comunicação Social que atuava além da assessoria de imprensa governamental. Em 2006, em seu segundo mandato, radicalizou, criando o setor de políticas públicas de comunicação. Entre 2006-2008 o órgão foi revolucionário no país, promovendo ações de valorização e fomento das rádios comunitárias, como capacitação técnica⁵⁸ dos radialistas comunitários; premiação e destaque público da produção do setor; e destinação de percentual de financiamento público das mídias comunitárias com as verbas de publicidade e propaganda do governo.

Em nível político, estimulou a criação da Associação de Rádios Comunitárias do Estado do Piauí (Arcepi), para articulação

⁵⁸ Por meio de parceria com a Universidade Estadual do Piauí, capacitaram mais de 200 radialistas comunitários, emitindo a certificação desses profissionais.

de mais de 200 emissoras afiliadas. A entidade atuava na assessoria técnica e representação política do movimento, tentando reverter a situação de exclusão comunicacional. Na época, o Piauí era o estado com o menor número de concessões de mídia comunitária do país (BERTI, 2009).

Enquanto isso, no cenário nacional, projetos mais amplos de reformas regulatórias no setor comunicacional, como a iniciativa da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) com o projeto de Lei do Conselho Federal de Jornalismo, tiveram uma reação empresarial tão forte que Lula abandonou o debate imediatamente, permitindo a extinção da obrigatoriedade do diploma (BRAZ, 2010), em um ascendente processo de desmobilização das bandeiras comunicativas no país.⁵⁹

Mas voltando aos sertões, a experiência do Piauí reverberou na Bahia, onde a força do coronelismo eletrônico acumulado pelos aliados de Antônio Carlos Magalhães avançava e dificultava a gestão local. Pressionado pela mídia carlista,⁶⁰ o governo convocou, à revelia do Governo Federal, a I Conferência de Comunicação da Bahia, em 2008. A iniciativa foi fortemente apoiada pelos movimentos de rádios comunitárias do interior semiárido. Na oportunidade, foram realizadas plenárias em oito cidades-polo do interior do estado (cinco no semiárido), que pautaram a necessidade de uma produção mais regionalizada e mais permeada pela diversidade étnica, geracional e de gênero.

⁵⁹ Outras diversas tentativas no setor foram frustradas, como a proposta de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), a Lei Geral de Comunicação de Massas (LGCEM). Somem-se a esses a mudança de posição do governo em torno ao tema da Televisão Digital, adontando o mesmo modelo defendido pela Rede Globo (BRAZ, 2010; BRITTOS et al., 2010; MORAES, 2009) e, por fim, a modificação no Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2009).

⁶⁰ Afiliados ao grupo do ex-senador Antônio Carlos Magalhães.

A ousadia baiana provocou reações em todo o país e reanimou o debate em torno da convocação da I Conferência de Comunicação pelo Governo Federal, em 2009. O evento ocorreu em tom de conciliação de interesses, produzindo mais de 600 propostas. Quase todas elas não tiveram nenhum encaminhamento posterior.

Na Bahia, o governador Jaques Wagner convocou o primeiro Conselho Estadual de Comunicação, mas sua gestão trouxe pouco impacto à proposta de regionalização da produção midiática. Em síntese, o Conselho de Comunicação se transformou em um aparato burocrático sem resultados práticos na democratização da mídia.

No Piauí, na continuidade de Wellington Dias (2014-2018), o setor de políticas de comunicação desapareceu sem deixar rastros. Em entrevista, o pesquisador Orlando Berti, especialista na área de rádios comunitárias, alertou para uma situação de retrocessos. O governo não apenas abandonou as políticas específicas do setor, como reverteu sua atenção à criação de seu próprio sistema estatal de comunicação através de meios públicos⁶¹ e onde as rádios comunitárias têm sua atuação cada vez mais isolada.

Mas, se na radiodifusão os avanços foram irrisórios com as gestões de esquerda, a Era Lula contribuiu definitivamente ao setor das telecomunicações neoliberal. Nesses anos de governo, o projeto de periferização da convergência digital no semiárido se realizou com uma força avassaladora.

Para fomentar o ingresso sertanejo no mundo digital, até 2012, o Governo Federal já tinha lançado 17 programas de fomento ao uso e democratização das tecnologias, como o Programa de Banda Larga

⁶¹ O Sistema Antares é composto de três TVs estatais e três canais de rádio.

nas Escolas, do Ministério da Educação, ou os Territórios Digitais do MDA, além de infocentros e Pontos de Cultura. Uma das iniciativas que tentava organizar tantas políticas na área foi o Plano Nacional de Banda Larga, que traçou metas de universalização do serviço com previsão de impactos ainda maiores de inserção tecnológica nas zonas rurais nordestinas até 2015.

Em convergência com a onda tecnológica, o Ceará foi mais uma vez pioneiro, criando a o Cinturão Digital. A iniciativa foi uma das primeiras do país em que governos estaduais estabeleceram metas de criação de redes de *backbones* de fibras ópticas, para uso próprio e das empresas de telecomunicações. Em 2016, o Ceará já tinha uma malha de 3.400 km de fibras ópticas custeadas pela gestão cearense, ofertando cobertura de banda larga para 116 de seus 184 municípios.⁶² O discurso oficial trazia objetivos de reduzir custos, melhorar a qualidade do serviço e favorecer o avanço das operadoras ao interior sertanejo (GOMES, 2009).

Com iniciativas como essas, o semiárido atingiu picos de investimentos em telecomunicações, com a digitalização dos sinais telefônicos e implantação de redes de dados de fibras ópticas. Tais iniciativas ampliaram a oferta de serviços de comunicação digital e universalização da telefonia, em um processo ainda inconcluso.

Mas, apesar de tanto fomento, em 2015 o Mapa da Inclusão Digital produzido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Telefônica ainda apontava a fragilidade do semiárido no setor e as enormes disparidades tecnológicas regionais. A maioria dos municípios

⁶² Informação disponível em: <<http://www.telesintese.com.br/ceara-vai-estender-cinturao-digital-para-mais-26-cidades/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

da região estava entre os de pior acesso do país, com uma média inferior a 20 computadores por cada 100 domicílios. Na zona rural, a situação era ainda mais dramática, pois se registravam dados quase nulos de conectividade.

Apesar do crescimento das tecnologias da informação no semiárido, os próprios projetos de desenvolvimento do setor alertavam que o custo dos serviços impactava demais no orçamento doméstico das famílias sertanejas. Outra dificuldade de expansão, segundo os empresários, era a falta de competências cognitivas ou “falta de proficiência tecnológica” gerada pelo analfabetismo funcional no uso dos equipamentos.

Não por acaso, a rede regional está entre a mais precária do país. Exemplo desse desprezo aos usuários sertanejos se apresentou no leilão do serviço 4G nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014: o semiárido foi rejeitado pelas operadoras, sendo incorporado ao pacote de concessão das zonas mais disputadas no Sul e Sudeste. O fato revela que, o avanço do capital digital entende a extensão do negócio ao semiárido como uma prioridade menor, periférica, sem previsão de lucros que justifiquem os investimentos necessários. A consequência dessa lógica é, portanto, a disponibilização de serviços com maior custo e menor qualidade que nos grandes centros, e a dependência do Estado para garantir condições mínimas de inclusão digital nessas periferias.

Ainda hoje é rara a conectividade 3G, mesmo nas cidades médias. As comunidades rurais mais isoladas, para conseguirem acesso ao mundo digital, têm criado estratégias de conexão, que vão desde a compra de antenas e a criação de pequenas empresas

locais fornecedoras de serviços de internet, até o compartilhamento e “roubo” de sinais de conexão.⁶³

Em que pese às dificuldades de infraestrutura, a inclusão digital tem sido um dos processos de transformação mais radical dos sertões contemporâneos. Esse aumento da demanda pode ser avaliado em estudos como o de Berti (2009), sobre a “twitosfera” piauiense. Em 2008, o pesquisador já apontava para a capacidade de influência das novas mídias na formação da opinião pública sertaneja, pois, mesmo onde o acesso era pequeno e restrito, estavam *on-line* formadores de opinião, como jornalistas e estudantes universitários, que disseminavam notícias digitais muito rapidamente. A novidade afetou as emissoras comunitárias, que descobriram na nova tecnologia uma estratégia para driblar os impedimentos legais através da emissão de programação virtual na rede (BERTI, 2009).

O acesso à internet se tornou um dos principais objetos de desejo da região, principalmente entre as populações mais jovens. Na tentativa de preparar as novas gerações para esse universo, foram criados programas como o Ensino Médio Inovador e o Mais Educação, em que o Ministério da Educação tenta levar para as escolas públicas o desafio da alfabetização digital. Em estudo sobre a eficácia desses programas nas escolas do semiárido, entretanto, Pedroza (2015) identificou a incapacidade dessas ações se efetivarem na realidade educacional de localidades rurais - ainda mais as periféricas - ou municípios como

⁶³ Uma cena comum nas comunidades rurais do semiárido é uma grande quantidade de jovens munidos de seus celulares nas imediações das residências que têm conexão. Nem sempre esse acesso é consentido pelo morador proprietário do sinal, sendo comuns os casos de extravio de senhas.

Juazeiro. Mas as contradições e limites das gestões petistas foram muito além das políticas de comunicação e cultura.

AS CONTRADIÇÕES DO SERTÃO DE LULA

O reconhecimento de todos os esforços e avanços da Era Lula não significa a vitória do projeto do “outro” semiárido dos movimentos sociais. Mesmo as análises mais otimistas, revelam que as gestões de esquerda foram marcadas mais por continuidades que por rupturas. Olhar para o sertão contemporâneo é perceber que as mudanças ainda estão no âmbito das aparências, e não das estruturas.

Mesmo com todas as conquistas da década, a maioria da população em situação de vulnerabilidade social do país está no semiárido. Todos os municípios da região ainda têm IDH inferior ao do Brasil (0,727) (MEDEIROS et al., 2012). Na comparação com outras regiões do país, ainda se mantém o grande hiato entre os indicadores sociais nordestinos e os das zonas mais ricas. Comparando o aumento da renda familiar do Nordeste com a média do Sudeste, as famílias nordestinas ainda recebem pouco mais da metade⁶⁴ (55%) do que se vivessem no Rio de Janeiro, Belo Horizonte ou São Paulo.

Na questão das terras, 89% dos 1,7 milhões de estabelecimentos agropecuários que movimentam a economia local são da agricultura familiar. No entanto, eles ocupam apenas 43% dos quase 50 milhões de hectares de terras produtivas (INSA, 2006). Todos esses dados refletem os limites dos avanços em um curto período de

⁶⁴ Segundo a Ceplan, no Nordeste as famílias recebem em média, R\$1.369,00. No Sudeste essa renda é superior a R\$ 2.400,00.

transformações sociais. E também que, na composição de alianças pe-
tistas, a priorização das questões sociais não foi tão prioridade assim...

Por exemplo, a observação do destino dos investimentos dos
bancos públicos detalha que a preferência dos investimentos no Nor-
deste foi dada aos projetos de industrialização no litoral, como refi-
narias, estaleiros, siderúrgicas, celulose, automotiva e petroquímica,
e não ao semiárido (ARAÚJO, 2015). Quando no sertão, estima-se
que as aplicações nos megaempreendimentos, como na transposição
do São Francisco, foram de magnitudes muito superiores às verbas
destinadas a projetos de convivência. As prioridades estiveram mais
afinadas com o agronegócio que com a agricultura familiar e a refor-
ma agrária, destacando-se a manutenção da velha estrutura fundiá-
ria oligárquica na região (ARAÚJO, 2015).

Esta avaliação pode ser ainda mais severa. Líderes de movi-
mentos sociais como a CPT afirmam que os projetos de irrigação e
desenvolvimento, concebidos e financiados com recursos públicos,
beneficiaram muito mais ao capital que aos tradicionais agricultores
familiares sertanejos, ampliando a concentração fundiária e provo-
cando destruição ambiental e cultural.

Retomando o caso dos conflitos em Salitre, que em 1984 foi
palco de uma “chacina”, fica evidente essa distorção. Em 2010, Lula
inaugurou uma nova etapa de irrigação no local, considerada a maior
obra de infraestrutura do seu governo para a região de Juazeiro.
O projeto distribuiu 255 pequenos lotes para agricultores familiares
e 66 lotes para médias empresas, mas apenas 11 moradores da região,
que lutaram durante anos pela elaboração do projeto, foram contem-
plados (SILVA, 2013).

A despeito do grande volume de capital gerado pelos novos empreendimentos, os impactos sociais, culturais e ambientais não foram compensados. Essa constatação não anula o reconhecimento dos avanços, mas evidencia que a inserção do sertão no projeto desenvolvimentista do capital está aprofundando problemas estruturais, especialmente as mudanças climáticas.

Uma das consequências do aumento da produção hidroagroindustrial no sertão, somada aos outros megaempreendimentos como mineração e eólicas, é o progressivo avanço do desmatamento das caatingas, com intensificação dos períodos cíclicos de seca e tendências à desertificação do semiárido. O semiárido brasileiro é a maior área suscetível à desertificação do país e considerada a maior do mundo ameaçada pelo problema (INSA, 2013).

Enquanto isso, ignorando a questão, o *agrobusiness* exhibe tecnologia de ponta na irrigação. Suas fazendas são vizinhas de enormes áreas de agricultura familiar tradicional, responsáveis pela produção de sequeiros. Essas “roças” são obviamente mais vulneráveis às alterações do clima e à especulação imobiliária, e, portanto, mais afetadas pela intensificação dos períodos de seca, pela incidência dos transgênicos e agrotóxicos, pelas variações do preço da produção e pelas novas lógicas de trabalho e circulação econômicas. Esse cenário incide diretamente na produção de alimentos básicos da dieta dos sertanejos.

No mundo do trabalho, o uso de tecnologias de ponta na agricultura concentra grande quantidade de mão de obra em ocupações sazonais, temporárias e de baixa remuneração, gerando impacto também nas dinâmicas de ocupação das comunidades e cidades do entorno. Em outras áreas produtivas, como na mine-

ração ou nas obras de instalação dos parques ou de transposição, também ocorrem processos similares. Grandes contingentes de trabalhadores são mobilizados para atuar temporariamente no entorno de comunidades tradicionais. Essa invasão massiva tende a deixar rastros irreversíveis.

O Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) denuncia que esses problemas extrapolam a questão ecológica. Segundo a organização, no caso da extração de urânio para produção de energia nuclear, por exemplo, os danos ambientais são irreversíveis, além de que são numerosas as doenças causadas na população local em consequência da contaminação radioativa. Há a suspeita, inclusive, da relação entre essa exploração descontrolada e o número de suicídios na região, devido às consequências psicológicas do trabalho nas minas, da perda das terras e do esfacelamento de laços sociais e comunitários.

A quebra dos vínculos sociais e com o trabalho rural também é outro efeito radical nas periferias sertanejas, sentida particularmente no processo de urbanização. Com crescimento desordenado, com forte tendência à “favelização”, se reeditam no cenário sertanejo problemas anteriormente vinculados às periferias dos grandes centros urbanos, como um crescente da violência e do tráfico de drogas.

Na celebrada área das inovações políticas, percebeu-se um ciclo de desmobilização de lutas históricas dos movimentos sociais – como a questão do acesso à terra – e a transformação destes em executores de políticas. Desde 2003, foram incorporadas ao quadro de políticas públicas governamentais muitas lideranças e propostas dos movimentos, que atuavam decisivamente na criação de soluções alternativas a problemas sociais antigos através do fortalecimento social e da gestão

compartilhada. Contudo, ao mesmo tempo que havia espaço para essa contribuição, principalmente na condução do programa Territórios da Cidadania, o governo avançava com alianças conservadoras com o agronegócio, mineradoras e operadoras de telecomunicações.

Coadunando com as críticas sobre o Bolsa Família, que acusaram o programa como reprodução de práticas clientelistas e coronelistas, Cassaro Filho (2017) identificou que o Programa não promoveu participação política dos beneficiários além das condicionalidades exigidas; e Ribeiro (2012) descreveu como esse programa impactou significativamente nas eleições do PT.

Na questão agrícola, como exemplo das ambiguidades, o governo manteve dois ministérios. O MDA se aproximou de lideranças rurais com ações de fomento à agricultura familiar e na gestão participativa nos territórios. Já o Ministério da Agricultura injetou bilhões no agronegócio do semiárido.

Dentro da estrutura do MDA, os conselhos territoriais de desenvolvimento, na prática, se dedicaram à gestão de recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e Infraestrutura. Assim, se transformaram em espaços artificiais de planejamento territorial, destinados mais à disputa dos recursos federais que ao estabelecimento de metas de longo prazo (MOREIRA; CARNEIRO, 2012). A exemplo, a análise de Garcia (2013) sobre o Fórum Territorial do Araripe (Fotear) apresenta uma instituição cuja participação da sociedade civil organizada não é espontânea, mas provocada em função das políticas governamentais (GARCIA, 2013).

Interpretando o fenômeno pelo olhar crítico de Boito Junior (2012), as gestões petistas cooptaram os movimentos rurais e anu-

laram os conflitos como parte do projeto de intensificação das reformas neoliberais. Como ilustra Garcia (2013) no caso do Fotear, as lideranças do Araripe sequer estavam habituadas à discussão regionalizada. No processo, abandonaram o debate de suas questões locais (comunitárias e municipais) para concentrar-se na disputa dos recursos públicos do território. Com o tempo, os conselhos tinham mais representação das prefeituras que dos movimentos sociais, as entidades da sociedade civil estavam desgastadas e fragmentadas, e lutas históricas, como os assentamentos e a reforma agrária, desapareceram da pauta.

A consequência dessa arquitetura institucional ambígua (quase esquizofrênica) foi a desarticulação das lutas em torno das políticas de comunicação e manutenção de um movimento apático, apesar da ausência de sinais de rupturas estruturais. A maioria das lideranças entrevistada parecia convencida de que as mudanças no discurso e na inclusão de algumas pautas dos movimentos sociais eram conquistas possíveis e positivas o suficiente para sustentar as alianças.

Esse retrato reflete que o governo Lula manteve e aprofundou as heranças de Fernando Henrique Cardoso. Os ajustes nas relações de classe foram fundamentais para controlar um movimento social que vinha dando sinais de acúmulo de forças e ameaçava romper a exclusividade privada em um setor estratégico, justo em um contexto de crise interna para as indústrias da área. Essa hegemonia regressiva⁶⁵ do neoliberalismo de Lula é uma chave de leitura importante para entender os mecanismos de atração e neutralização das lutas históricas dos movimentos sociais no semiárido.

⁶⁵ Boito Junior (2012).

Os vínculos estreitos com algumas pautas seletivas da região não impediram que Lula estabelecesse alianças com as antigas elites nordestinas. Em seu projeto de manutenção do poder no cenário nacional, o PT buscou reforçar sua base por meio de acordos com antigos inimigos históricos, como Antônio Carlos Magalhães na Bahia, Sarney no Maranhão, Ciro Gomes no Ceará e Renan Calheiros em Alagoas.

Essas alianças contraditórias provocaram disputas internas aos movimentos sociais, geradas por divergências na relação com o governo. Enquanto entidades como a CPT optaram por uma posição quase isolada de crítica aos emergentes conflitos sociais e ambientais gerados pelo pacto conservador petista, como a expansão das mineradoras e eólicas, outras entidades tradicionais, como o Irpaa e MOC, optaram por parcerias e cogestão governamental na execução de programas sociais, como o PIMC.

Todas essas contradições tiveram seu caso mais emblemático nas obras de Transposição do Rio São Francisco. Mesmo com todas as aproximações do PT do discurso da convivência com o semiárido, prevaleceu a ideia faraônica de combate à seca. A prioridade dos investimentos foi para grandes obras e empreiteiras, com forte tendência à manipulação política das condições climáticas.

As obras provocaram reações em diversos representantes de lideranças tradicionais. Dom Luiz Flávio Cappio, por exemplo, fez greve de fome: um jejum de 24 dias que recebeu grande visibilidade da mídia. Em um de seus discursos, o religioso, que era bispo da diocese de Barra, na Bahia, sentenciou: “Lula morreu. Estamos na gestão de Luís Inácio” (LACERDA, 2007). Com essa frase, Dom Luiz afirmava a existência dos dois projetos de poder: o dos movimentos

sociais, que gerou o Lula sindicalista, e o neoliberal de pactuação de classes, que foi liderado pelos governos petistas.

A implantação do projeto de Transposição do Rio São Francisco e de mais usinas hidrelétricas, como Pedra Branca e Riacho em Pernambuco, representou ainda a ampliação de conflitos com comunidades remanescentes de indígenas e quilombolas. Se por um lado havia uma série de políticas que celebravam esses povos tradicionais, como os títulos da Fundação Palmares, por outro, eles continuavam sendo as principais vítimas dos deslocamentos forçados pelos megaempreendimentos.

A origem sertaneja do ex-presidente que fugiu da seca para São Paulo pode ser um ponto de partida para compreender esse vínculo com o discurso hegemônico da seca, de que grandes obras de transposição seriam a principal alternativa para enfrentar o problema. Além dos interesses políticos e econômicos, a opção remete às questões simbólicas envolvidas entre os novos e os sertões residuais.

A ideia de entrar para a história como o presidente que acabou com a seca é uma das justificativas (além das alianças e orçamentos) para a grandiosidade do projeto de transposição do São Francisco, mesmo contrariando os movimentos sociais. Em tempos de semiáridos modernos e globalizados, prevaleceu a lógica de dominação do homem sobre a natureza. O presidente que derrotou a seca com um megaempreendimento deve ter soado muito mais atraente que a ideia de um presidente que se rendeu às caatingas.

No plano político, a presunção do projeto do ex-presidente que pensou subordinar as velhas oligarquias por meio de alianças parece ser outra fragilidade simbólica. Ao se apoiar no referencial

simbólico dos sertanejos, de uma ética patriarcal de acordos tácitos, Lula subestimou a força das dicotomias da luta de classe e foi surpreendido com a capacidade de rearticulação das elites contra o projeto nacional-popular do PT.

Por outro lado, no âmbito eleitoral, as eleições presidenciais de 2014 fixaram um mapa nacional dividido, onde o Nordeste se estabeleceu como reduto petista e o Sudeste com o projeto do PSDB. Essa reordenação geopolítica trouxe à tona todos os conflitos da regionalização do país. Mas os impactos dessa batalha não se restringiram ao campo político. Será que impactaram a mídia?

VELHO CHICO: IMPACTOS NA ESTRUTURA DE MEIOS?

Todas essas inovações e mutações no semiárido do novo milênio tiveram efeitos nas lógicas de comunicação e cultura. Mas em que medida essas novas configurações geraram mudanças nas estruturas midiáticas? As políticas do setor, engendradas pelas novas esquerdas, contribuiriam para democratizar a produção cultural e comunicativa? Para responder a essas questões, revisitamos os mapas e cartografias comunicativas, desde a Economia Política da Comunicação, para apontar os limites e contradições das políticas cultural e comunicacional da Era Lula na reorganização da propriedade dos meios no sertão.

A pesquisa foi gerada a partir de consultas aos dados da Anatel⁶⁶ sobre as outorgas às emissoras televisivas e de rádio presentes nos municípios do semiárido. Posteriormente, essas informações foram

⁶⁶ Informação disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>> e <<https://sistemas.anatel.gov.br/sis/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

comparadas com a percepção de atores dos movimentos de lutas pela democratização dos meios e especialistas na área. Desse cruzamento, foram elaborados quadros analíticos⁶⁷ sobre as estruturas comunicacionais do sertão nas primeiras duas décadas do século XXI. Em particular, o estudo se aprofundou nas emissoras de televisão. Essa escolha se deve tanto às dificuldades técnicas e metodológicas de verificação dos dados na web e nas mais de 1.400 emissoras radiofônicas catalogadas. Também se justifica pela percepção de que as propriedades televisivas tendem a projetar e/ou sintetizar as lógicas e estruturas dos outros meios. A primeira síntese dos dados obtidos é sobre os tipos de meios.

Grafico 1 - Quantidade de emissoras por tipos de meios



Fonte: Elaborado pelo autora a partir de dados da Anatel (BRASIL, 2017).

A leitura desses dados indica que o rádio ainda é o principal meio de comunicação do semiárido, pelo menos em termos quantitativos: são 1.427 emissoras de rádio espalhadas por 885 cidades contra apenas 30 emissoras e retransmissoras de TV, presentes em 13 municípios.⁶⁸

⁶⁷ Devido às dificuldades de coleta e sistematização de dados, os quadros apresentados não pretendem oferecer informação quantitativa precisa, mas refletir um conjunto substancial de informação que permite apontar inferências e aproximações da realidade com maior assertividade.

⁶⁸ Mas o caso das TVs pode ser interpretado de maneira ainda mais rigorosa. Tomando como fonte apenas os dados da Anatel, seriam apenas duas emissoras oficialmente registradas no sertão baiano. Todas as outras registradas neste estudo, a partir dos depoimentos dos atores e especialistas, figuram apenas como retransmissoras do sinal de empresas de Salvador.

A descentralização do rádio revela a sua capilaridade na produção midiática regionalizada. A localização geográfica das televisoras, contudo, se resume a poucas cidades, que coincidem com os polos econômicos da região. O destaque é para a capital do Piauí, Teresina, que lidera o *ranking* com 10 emissoras. Já nos semiáridos dos estados de Alagoas, Sergipe e Minas Gerais, não foi encontrada nenhuma estação televisiva oficial instalada.

No caso do rádio, que é uma tecnologia mais antiga e mais barata, há maior distribuição espacial com maior pulverização nas cidades menores. No entanto, segundo o mapeamento por emissoras legalmente registradas, identificou-se que dos 1.262 municípios do novo semiárido brasileiro, apenas 172 têm emissoras comerciais.⁶⁹ Nessa partilha pelos centros produtivos, destacam-se verdadeiros polos comunicacionais, como Picos, no Piauí, ou Juazeiro do Norte, no Ceará, que sozinhos detêm 14 e 7 emissoras instaladas, respectivamente.

Em um olhar mais amplo, essas zonas de concentração comunicacional refletem as escolhas das emissoras televisas de instalação. Como exemplo, no ranking das rádios, mais uma vez a capital Teresina lidera com 17 antenas radiofônicas. E ainda que não tenhamos sistematizados os dados da distribuição das antenas de transmissão de dados *web*, podemos intuir que sua distribuição segue o mesmo padrão.

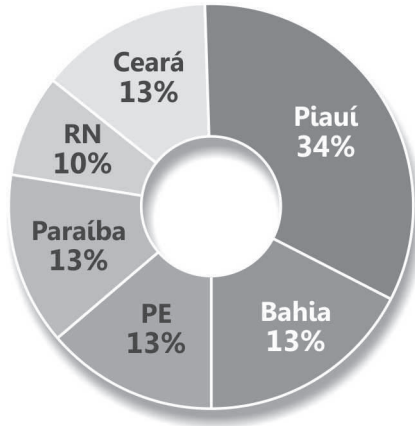
⁶⁹ É provável que esse número seja um pouco maior, devido às dificuldades de registro e catalogação de todas emissoras.

A ruptura dessa concentração territorial da mídia comercial é feita pelas emissoras comunitárias:⁷⁰ são 881 distribuídas por 733 municípios, e a maioria está instalada em localidades sem indicadores econômicos relevantes. Ainda que haja questionamentos sobre a qualidade da programação, sobre abusos políticos e religiosos, ou críticas à falta de gestão comunitária desses empreendimentos, é importante destacar que eles cumprem um papel fundamental de regionalização da informação, com um forte potencial de democratização geográfica dos meios. Essas emissoras, na maioria dos casos, são as únicas instaladas nos nichos e comunidades pouco disputados pela mídia tradicional.

Nesse sentido é interessante comparar a distribuição dos meios por estado:

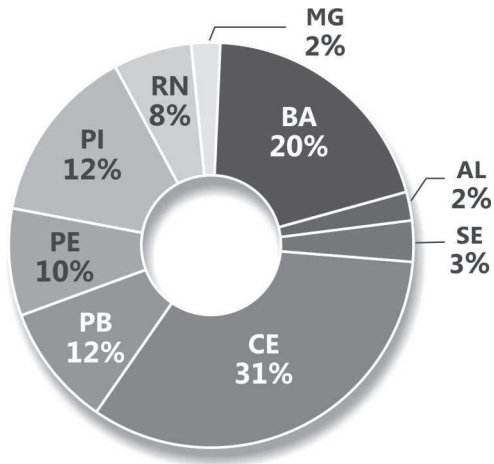
⁷⁰ Outra esclarecimento metodológica é que a classificação da finalidade e propriedade se baseou prioritariamente nos registros oficiais, ainda que se apresentem argumentos contraditórios, principalmente no caso de emissoras ditas educativas e comunitárias. Também se destaca a dificuldade de identificação da propriedade e da qualidade dos meios comunitários.

Gráfico 2 - Distribuição geográfica das emissoras de TV



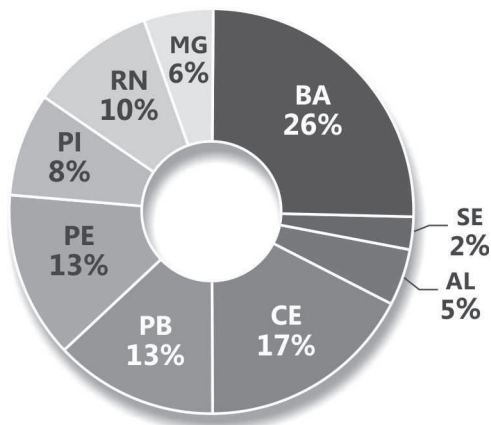
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da ANATEL (2017).

Gráfico 3 - Quantidade de emissoras de rádio



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Anatel (BRASIL, 2017).

Gráfico 4 - Distribuição geográfica das emissoras de Rádio Comunitária



Fonte: Elaborado pelo autora com base nos dados da ANATEL (2017).

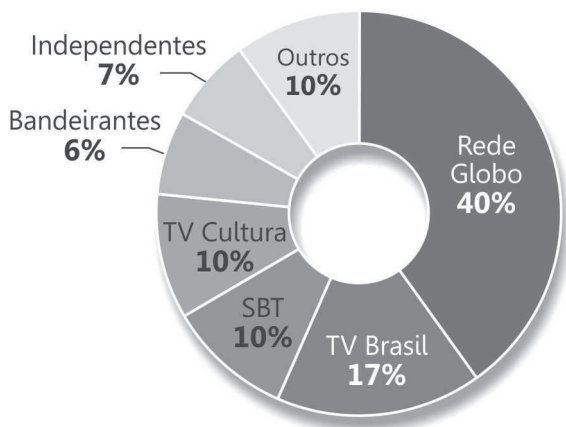
Ao comparar esse cenário, analisando por tipos de linguagens, observa-se o processo de concentração com as emissoras de TV, que têm seu maior percentual no estado do Piauí, em particular na capital Teresina (que concentra sete emissoras). Com as rádios, por outro lado, o estado já não tem tanto destaque assim. Apesar da liderança das emissoras televisivas (34%), não apresenta o mesmo quadro quando o assunto é o rádio comercial (12%), e o comunitário cai para apenas 8%, apesar de suas vastas dimensões. Já na Bahia as ordens parecem se inverter: a concentração televisiva na capital litorânea é de 17%, e o maior número de rádios comerciais (20%) e comunitárias (26%) pode ser uma resposta às suas largas distâncias. O Ceará se destaca como transmissor radiofônico comercial, e estados como Pernambuco e Paraíba se mantêm estáveis em todos os três itens analisados.

Outra leitura interessante é que as rádios comerciais já apresentam uma distribuição mais capilar, com presença em estados como Sergipe, Alagoas e Sertão de Minas Gerais, em detrimento de suas ausências no mapa das televisoras.

O resultado dessa distribuição geográfica da estrutura midiática é um sertão repartido entre zonas saturadas e zonas silenciadas. Nas saturadas, estão as maiores e melhores estruturas de transmissão e produção midiática da região, concentrando o maior número de mídias em espaços aparentemente polifônicas e/ou ruidosos pelo excesso de produção e antenas. Nas zonas silenciadas e/ou invisíveis, prevalecem os traços de uma cultura de isolamento e falta de visibilidade pública de suas questões e especificidades. No sertão, quanto mais distantes dos polos econômicos, mais afastado dos centros de distribuição e produção de informação e cultura. E apesar do número de emissoras (1.427) superar o de municípios (1.262) do semiárido, ainda há 377 cidades sem nenhuma antena regular de transmissão de rádio ou TV.

Mas a concentração das vozes no sertão não se restringe à distribuição geográfica da mídia comercial. Observando a questão da finalidade da exploração do espectro é evidente a superioridade do modelo de exploração comercial. Das 30 emissoras, 10 se declaram de uso público e 20 de uso privado. Mas a questão é mais complexa. O Gráfico 5 destaca a afiliação das emissoras televisivas instaladas no semiárido e revela os vínculos entre a produção midiática local e as estruturas nacionais.

Gráfico 5 - Afiliação de emissoras de TV



Fonte: Elaborado pelo autora com base em dados da Anatel (BRASIL, 2017).

Além da evidência da hegemonia dos conglomerados como Globo (40%), o quadro surpreende com avanços no número de meios independentes e/ou educativos. Essa novidade pode ser atribuída como resultado inovador das políticas culturais da esquerda que fomentou e fortaleceu, através da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), os canais afiliados à TV Brasil (17%) e à TV Cultura (10%). Mas esse avanço é apenas aparente.

Colocando uma lupa na estrutura desses meios independentes, como a TV Irecê, na Bahia, percebem-se as dificuldades e contradições dessas novas estruturas. No caso da Bahia, a TV Irecê é uma fundação de direito privado que se propõe educativa. Mas na prática, a iniciativa não tem sinal de TV aberta, a programação é irregular e/ou inexistente, suas transmissões acontecem prioritariamente pela

web e funciona com apoio de verbas do Governo da Bahia. Na cobertura de eventos regionais, como a Festa Literária promovida pela Uneb, é necessário pagar para produção de conteúdo, o que coloca em xeque a independência dessa informação. Na internet, sua página de Facebook não ultrapassa dois mil seguidores.⁷¹

Nos canais que se assumem como públicos e pertencem diretamente aos Governos e Assembleias, a relação entre público e privado é ainda mais tênue. Os canais da TV Alvorada e TV Assembleia do Piauí são exemplos desta confusão. Ambos têm um noticiário muito mais destinado à propaganda governista, o que as caracterizaria mais como meios estatais que públicos.

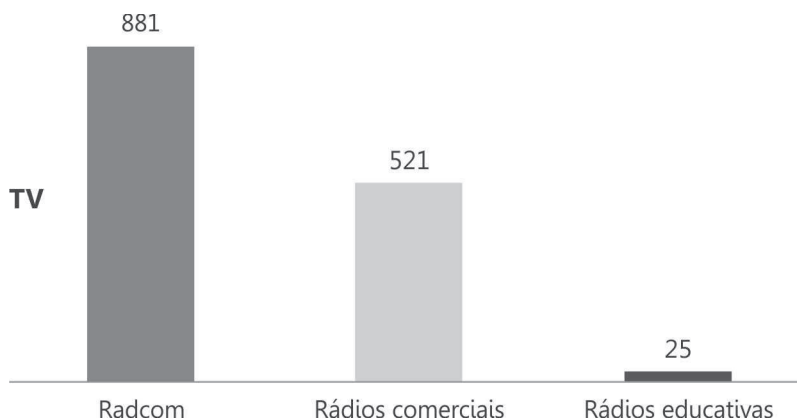
Neste sentido, a releitura do gráfico de Afiliação das emissoras de TV indica a apropriação do espaço público radioelétrico, apontando a cenários mais modernizados e complexos da concentração de propriedade (de terras e de meios) que historicamente caracterizou o interior do sertão. Este padrão se instalou inclusive nas gestões petistas, enfatizando que a inovação político-partidária nas estruturas de poder não alterou a lógica de uso político dos meios.

O grande destaque é, portanto, a hegemonia do interesse privado comercial como modelo de exploração do espectro sertanejo. Se analisássemos esse gráfico das afiliadas pelo puro critério do alcance dos sinais e/ou das audiências, a hegemonia dos meios privados seria ainda mais proeminente. A Globo não apenas detém 40% das afiliadas, como dita o padrão técnico-estético, define as lógicas discursivas e acumula a principal destinação das verbas publicitárias.

⁷¹ Dados de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tvirece>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

Se o assunto é a incidência das emissoras radiofônicas, distribuídas entre comerciais, comunitárias e educadoras, poderíamos supor que há um maior interesse pelos meios associativos e sem fins de lucro, como apontam os números do Gráfico 6:

Gráfico 6 - Incidência de emissoras de rádio



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No entanto, essa maior quantidade de meios comunitários não retrata a realidade. A legislação restritiva dessas mídias no Brasil se reflete em uma disputa desigual com as emissoras comerciais. As entidades privadas têm sinal de maior abrangência nos municípios, melhor qualidade sonora da transmissão, mais amplitude geográfica e potência de distribuição. As comerciais também concentram os recursos publicitários, se unem em redes de transmissão e, por consequência, são as líderes de audiência e normalmente estão blindadas politicamente por alianças com coronéis locais.

Outra questão é a de que a declaração de um meio como comunitário não significa necessariamente a opção, nem a prática, deste tipo de serviço. Segundo estudos na área, há uma tendência ao desenvolvimento de “coronelismo eletrônico de novo tipo”, com cooptação dessas mídias por líderes políticos e religiosos (LIMA; LOPES, 2009). Esse processo implica a dificuldade de fomentar a participação popular e de tratar temas de direitos humanos, e ainda o risco do abandono de temas progressistas perante os desafios de manutenção e audiência (MOREIRA, 2007). Muitas delas se tornaram apenas pequenas empresas do ramo das comunicações, ocupando os rincões aonde as comerciais tradicionais têm dificuldade de chegar.

No entanto, o número e abrangência geográfica dessas emissoras, ainda que com todas essas limitações, representam o principal “ruído” na lógica comercial e de apropriação midiática altamente concentrada. Muitas vezes, elas são o único meio em municípios como São Francisco de Assis do Piauí (a 500 quilômetros da capital, Teresina), que tem um dos piores IDH do país e é atendido apenas pela rádio comunitária Serra FM.

No sertão baiano, emissoras como a Curaçá FM, nas margens do rio São Francisco, ou a Santa Luz FM, no município de Santa Luz, são referências de mídias comunitárias plenas em seu exercício da cidadania comunicativa. A primeira é liderada por Delaides Rodrigues, 28 anos, negra e recém-formada em jornalismo pela Uneb. A segunda tem Edisvânio Nascimento como sua principal voz. Ele faz mestrado na área e se tornou símbolo do potencial dos meios comunitários na inclusão de pessoas com deficiência e das lutas pela democratização dos meios na Bahia. Essas duas experiências são

casos emblemáticos do uso das rádios como espaço de produção comunicacional crítica e diferenciada na região.

Esses casos também revelam a importância da inserção de cursos de ensino superior na área, como estratégia de qualificação crítica e de profissionais habilitados a atuar nessas dinâmicas regionalizadas. Até final dos anos 1990, apenas Campina Grande contava com uma formação em comunicação. Acompanhando o crescimento do setor e a abertura de universidades públicas pelas gestões petistas, desde então dez novos cursos de oferta gratuita foram criados no semiárido.⁷²

Tais iniciativas impactaram a formação de uma mão de obra especializada, necessária à ampliação das redes e infraestrutura de comunicação no interior nordestino. Muitas delas estabeleceram vínculos com os movimentos de comunicação comunitária, incorporando outras lógicas na grade curricular, como no caso da Uneb, no Campus de Juazeiro, que tem disciplinas específicas para as questões afro-indígenas e de mídias comunitárias.

No entanto, os avanços na reflexão sobre essas práticas comunicativas do semiárido ainda estão limitadas pelos abismos estruturais. Levantamento sobre a distribuição dos cursos de pós-graduação com

⁷² O primeiro curso de Comunicação Social do semiárido foi criado em 1973 pela Universidade do Estado da Paraíba (UEPB), em Campina Grande. Os outros cursos no interior do sertão só chegaram duas décadas depois. Em 1998, surgiram os cursos de Vitória da Conquista, na Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB). Em 2002, a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) criou, no campus de Mossoró, o Departamento de Comunicação Social, com habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Radialismo. No mesmo ano, a Uneb teve aprovado o curso de Jornalismo em Multimeios em Juazeiro, e, em 2004, o curso de Rádio e TV em Conceição do Coité. Em 2005, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) criou o Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes, com um curso de Comunicação Social no campus de Picos. Em 2010 foi criado o curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, no Campus de Cariri, da Universidade Federal do Ceará.

mestrado e doutorado em comunicação social no Brasil, revela a manutenção dos desequilíbrios regionais. Dos 45 programas existentes, somente sete (18%) estão no Nordeste. Destes, apenas um tem doutorado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da UFBA) e está localizado na capital litorânea (BRASIL, 2014).⁷³

A região ocupa o segundo lugar do país em número de cursos, mas consideradas a sua extensão geográfica e a densidade populacional, observa-se uma distribuição ainda mais desigual quando comparada ao sul do país, por exemplo. As pós-graduações nordestinas estão todas nas capitais, e a maioria tem conceito 3. Essa dificuldade de análise e produção diferenciada sobre a comunicação nos sertões se reflete na manutenção das estruturas e dos latifúndios midiáticos.

Quando o assunto é a propriedade dessas mídias, fica ainda mais evidente o quadro de apropriação restritiva e a formação de oligopólios que se replica no interior nordestino. Análise dos donos das emissoras televisivas indica que oito grupos políticos e/ou econômicos⁷⁴ controlam mais de 75% do espectro. Essa relação se estende à propriedade e/ou organização radiofônica. Apesar de terem um universo mais amplo de nomes na lista de proprietários, esses tendem a se vincular aos grupos que controlam as televisoras e/ou são meros representantes das famílias citadas (NASCIMENTO et al., 2011) .

A dupla sobredeterminação sertaneja, em que as estruturas locais tendem historicamente a ser definidas pelas elites nordestinas no litoral ou pelos interesses dos grupos nacionais, se vê também

⁷³ Dados disponíveis em: <<https://goo.gl/W4e3a3>>. Acesso em: 26 maio 2014.

⁷⁴ Família Magalhães na Bahia, Cavalcanti e Jereissatti no Ceará, grupos São Braz e HapVida em 4 estados, Camargo no Rio Grande do Norte e famílias Tajra e Sarney, no Piauí.

espelhada na estruturação da radiodifusão no sertão nordestino. As oligarquias litorâneas seguem sendo as principais referências na propriedade, na política e no discurso das emissoras do semiárido. Símbolo desta influência, no Ceará, são rádios e TVs com nome de “Verdes Mares” que emitem sinais no sertão do Cariri. Mas, além de apresentar características evidentes de coronelismo midiático no semiárido, a produção comunicativa tem forte direcionamento de conglomerados nacionais. Nesse cenário, prevalecem a Rede Globo, o SBT e a Record na definição das lógicas de programação.

Mas essa organização estrutural não é estática, nem alheia às novas configurações do capital em sua reestruturação provocada por fenômenos como a convergência digital. Nesse sentido, apresenta-se a TV Borborema, em Campina Grande, na Paraíba. Afiliada da extinta TV Tupi, a emissora pioneira no sertão foi criada em 1966 por Assis Chateaubriand. Até 2015 permaneceu como propriedade dos Diários Associados, associado ao SBT.

A necessidade de novos investimentos e modernização obrigou o grupo a se abrir ao capital aberto, permitindo seu controle acionário pelo Sistema Opinião de Comunicação. O novo grupo acionista pertence a Candido Pinheiro, da marca HapVida, que atuava tradicionalmente na área da saúde e vem expandindo seus negócios à comunicação. Atualmente, é dono de cinco emissoras de TV, quatro de rádio e um jornal, distribuídos no Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Alagoas. O Sistema de Opinião e Comunicação está se configurando como o maior *holding* de mídias do Nordeste.⁷⁵

⁷⁵ Ver mais em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2015/01/19/noticiasjornaleconomia,3379154/hapvida-controla-holding-no-nordeste.shtm>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

Ainda em Campina Grande, a TV Borborema faz concorrência direta à TV Paraíba, afiliada à Rede Globo e ligada ao Grupo São Braz. Essa empresa tem origem no agronegócio e se expandiu por várias áreas, principalmente na exploração de produtos de milho e café.

As negociações em torno dessas duas emissoras refletem a emergência de novos jogos de capital, em que o crescimento de empresas de outros segmentos nas últimas décadas, como a de planos de saúde ou do agronegócio, tem provocado a inserção de atores emergentes na lógica comunicacional. Eles tendem a inserir programações cada vez mais comerciais, voltadas à geração de lucro e afirmação da hegemonia mercantil, e não apenas a serviço das lógicas político-partidárias do antigo modelo coronelista.

Outra crescente regional que segue tendências nacionais é a interferência de grupos religiosos no setor. A TV Piauí e o canal RIT TV, pertencem ao missionário R.R Soares, da Igreja Mundial do Poder de Deus. Elas não têm programação local e se dedicam à reprodução de conteúdos.

Todas essas novas lógicas midiáticas revelam a influência dos cenários externos na regionalização midiática. Mas, além da incidência dos conteúdos importados, é interessante analisar a qualidade da produção midiática no semiárido. A seguir:

Conteúdos regionalizados

Os impactos dessas estruturas no conteúdo televisivo podem ser avaliados a partir do jornalismo regionalizado produzido nas emissoras do interior nordestino. Para isso, o foco de análise foi a

produção jornalística das retransmissoras afiliadas à Rede Globo, que são as principais produtoras de conteúdos televisionados nos territórios semiáridos.

A primeira constatação foi de que, além da posição de hegemonia, a produção de conteúdos regionalizados nas emissoras globais no semiárido é limitada e precária. As retransmissoras da Globo se situam nas médias cidades e têm uma participação na programação da emissora inferior a 4% do tempo de exibição diária.⁷⁶ Além do tempo reduzido, elas também têm defasada infraestrutura de produção e quase nenhuma autonomia produtiva.

Os noticiários locais obedecem aos padrões empresariais, se conformando em uma cópia estilística e discursiva do jornalismo produzido pela emissora no Sudeste. Os estúdios de gravação local remetem pouco à realidade em que se situam, repetindo estruturas futuristas e cores neutras. Nessa lógica de padronização estilística, preponderam o azul e o cinza, e o uso de materiais sintéticos que remetem à modernidade, como o vidro, e o uso de tecnologias, como telões de projeção, que pouco dialogam com as características regionais. Os apresentadores utilizam roupas, maquiagens, posturas e tom de voz que remetem ao padrão do Jornal Nacional. Em geral, não apresentam sotaque. E no conteúdo, refletem um tom conservador, que prioriza um noticiário aparentemente neutro, pouco contestador ou inovador.

⁷⁶ Em geral, as emissoras locais exibem três programas diários, de segunda a sexta, que somados ficam em torno de 1 hora e 10 minutos (30 minutos do jornal da manhã, 20 do noticiário vespertino e 20 do noturno). Esse tempo varia de acordo com a verba publicitária conquistada pela quantidade de cada retransmissora. Por exemplo, em Petrolina, o espaço do jornalismo local do meio-dia é quase 30 minutos maior que o de Juazeiro, pois a retransmissora divide o tempo com a reprodução de notícias de Salvador.

Na estrutura hierárquica da Rede, essas “afiliadas” (lembrando o antigo conceito de apadrinhamento político), fazem parte da periferia negocial da emissora. Tal colocação inferior se reflete nos momentos de produção jornalística gravada no sertão, mas que tenha interesse de exibição nacional. Se for uma matéria fruto de um acontecimento repentino, a exemplo de mais um episódio de seca ou a descoberta de uma jazida de pedras preciosas, a afiliada grava as imagens e faz as entrevistas com a voz do repórter em *off* (sem som). A reportagem vai ao ar na voz de um repórter nordestino já destacado dentro dos padrões globais, como o baiano José Raimundo ou o pernambucano Francisco José. Se a demanda for ainda mais especializada, como uma série ou uma edição do Globo Repórter, por exemplo, as equipes locais sequer são acionadas.

Essa situação revela uma estrutura de reprodução jornalística verticalizada, e aponta para uma organização do trabalho cultural no semiárido subordinado aos interesses e discursos estabelecidos por agentes externos. Isso traz implicações diretas na valorização simbólica e salarial dos trabalhadores culturais, como os jornalistas do semiárido. Entendidos como uma mão de obra menos qualificada, eles têm uma remuneração inferior aos padrões praticados nos grandes centros e condições de trabalho bastante vulneráveis e precarizadas.⁷⁷

Seria interessante a complementação dessa abordagem com a análise da qualidade dos conteúdos e discursos resultados desse tipo de produção. No entanto, esse desafio fugiu ao escopo deste livro, ficando a indagação para outra oportunidade.

⁷⁷ Dados obtidos a partir de entrevistas com jornalistas das TV Subaé, TV Grande Rio e TV São Francisco, e de debates com profissionais da área no Campus III da Uneb em Juazeiro e em várias edições do Intercom Nordeste.

Mas além da produção comercial, em que a análise da produção aponta para reproduções discursivas? Será que as políticas de esquerda trouxeram alguma novidade? Tentaremos ver esse cenário no audiovisual e no cinema independente.

As políticas do audiovisual e cinema

Na tentativa de compreensão sobre os impactos dos anos 2000 nas mídias independentes, foram analisados dados sobre o financiamento dos setores do cinema e do audiovisual na última década. A partir da leitura de iniciativas como o Observatório do Cinema e Audiovisual, o qual oferece um levantamento da quantidade de filmes produzidos no país entre 1995 e 2016,⁷⁸ foi possível mapear a produção do Nordeste em comparação com outras regiões brasileiras. Os dados encontrados foram aprofundados a partir de buscas e inferências mais específicas sobre a produção *sobre e/ou do sertão*.

Em 20 anos de produção cinematográfica no Brasil, o Nordeste vem crescendo no cenário nacional. Em 1995, época da retomada do cinema nacional, todas as 14 obras foram feitas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1996, o único filme produzido no Nordeste foi *Corisco & Dadá* (1996), de Rosemberg Cariry, do Ceará. Neste ano, ao lado do Espírito Santo, foi uma exceção fora do eixo Rio-São Paulo. Este centro de produção cinematográfica brasileiro permaneceu quase inalterado até meados dos anos 2000, quando começaram a aparecer algumas produções espalhadas pelo país.

⁷⁸ Lista de quantidade de filmes brasileiros lançados por UF de 1996 a 2016. Disponível em <<https://oca.ancine.gov.br/cinema>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

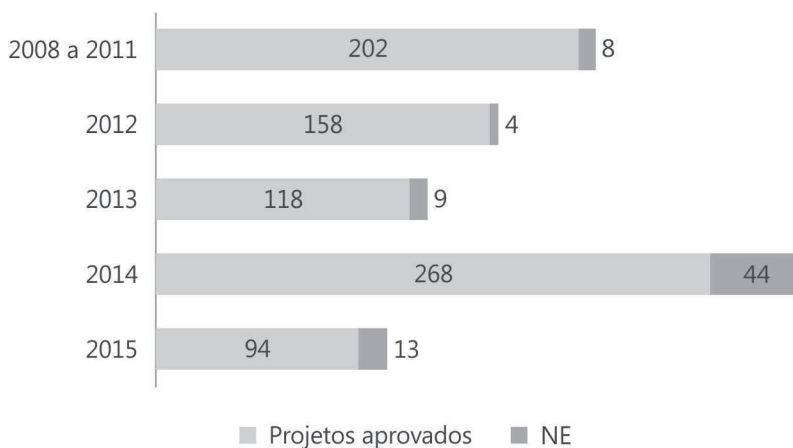
Nessa retomada, Rosemberg e a produção marginal do Cariri e se revelaram como uma referência. Nos anos 2000, o cineasta se destacou também pela constância de suas produções no sertão do Ceará. Sempre tematizando questões locais vinculadas à tradição sertaneja, assinou obras como *Siri-Ará* (2008), *Patativa do Assaré: Ave poesia* (2008) e *O auto de Lampião no além* (2011), todas apoiadas por financiamento público. Mas Rosemberg Cariry representa uma exceção num cenário de produções audiovisuais dominado pelo eixo Rio-São Paulo.

Seu trabalho justifica a liderança regional do Ceará, que nestes mais de 20 anos de retomadas ocupou o primeiro lugar com 18 filmes produzidos, seguido de Pernambuco (17) e Bahia (14). Em 2016, 13 estados já figuravam na lista de produtores. No ano de 2014, um dos auges dessas novas cartografias cinematográficas, dos 114 filmes nacionais, do Nordeste apenas Pernambuco, Bahia e Sergipe, figuram na lista com três, dois e um filmes, respectivamente.

Investigando os porquês dessa timidez nordestina no setor, identificou-se que os financiamentos do Fundo Setorial do Audiovisual da Ancine,⁷⁹ os quais representam o maior incentivo do setor no país, continuam altamente concentrados na região Sudeste. Em cálculo com a somatória dos projetos aprovados, pudemos obter o Gráfico 7:

⁷⁹ Refere-se aos projetos selecionados em chamadas públicas dos editais do Prodav e Prodecine, em todas as suas linhas de financiamento, cujos resultados estão disponíveis em: <<https://fsa.ancine.gov.br/resultados/projetos/projetos-selecionados>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

Gráfico 7 - Financiamento da Ancine Audiovisual



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Ancine (BRASIL, 2017).

O Nordeste ocupa muito pouco espaço nos resultados dos editais de financiamento do audiovisual. Além da quantidade inferior de projetos, observou-se que há ainda menos distribuição quando se analisa o volume de recursos destinados. Em anos como 2014, período de eleição presidencial, se atingiu o ápice dos financiamentos audiovisuais na região – mas a maioria (cerca de 80%) era de pequenos projetos de séries de ficção, animação e documentários.

Enquanto isso, as produções do Rio de Janeiro e São Paulo foram contempladas principalmente com projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro (Prodecine), que ultrapassaram as cifras de um milhão de reais. As iniciativas nordestinas tenderam a ser contempladas em linhas de financiamento do

Programa de Apoio ao Audiovisual Brasileiro (Prodav), que giram em torno dos 200.000,00.

Essas distorções se ampliaram ainda mais quando o foco foi o semiárido. De 2008 a 2010, das 98 iniciativas apoiadas, apenas cinco foram para estados nordestinos. Destas, apenas duas contemplaram as questões do semiárido e somente uma era de uma agência localizada no território sertanejo. Em 2014, das 44 produções nordestinas, apenas seis abordavam temáticas que se referiam ao sertão, e três eram de produtoras localizadas no território. Ou seja, dos 268 financiamentos da Ancine em 2014, ano de maior financiamento ao setor na década, os cineastas e produtores do semiárido ficaram com 1% do bolo. Destaca-se que, desde 2011, foi criada a Lei nº 12.485, que destinou 30% dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), para as regiões Conne (Centro-oeste, Norte e Nordeste), mas apenas em 2017 o Fundo firmou parceria com o BNB para financiamento do protocolo.⁸⁰

Ainda assim, com todas essas distorções, iniciativas como o Prodecine e o Prodav foram fundamentais para fomentar a profissionalização do setor e estimular iniciativas como *João Tenório, o burlador do sertão*, de Antonio Carvalho (PE), ou o documentário *O imaginário de Juraci Dórea no Sertão: Veredas*, de Tuna Espinheira (BA). Apesar de não ultrapassarem financiamentos de R\$100.000,00 abordam personagens e temáticas diferenciadas na paisagem sertaneja. Nesse universo da produção no sertão, surge em cena, novamente, Rosemberg Cariry, que, através da Cariri

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/ancine-assina-parceria-com-banco-do-nordeste-para-atuar-como-agente>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

Produções Artísticas, da Lume Produções e da Cariri Filmes,⁸¹ tem se destacado como uma das maiores e mais constantes contemplações do FSA no sertão.

Um dos exemplos de sucesso dessa virada promovida pelas políticas do audiovisual na produção nordestina é a comédia cearense *Cine Holliúdy* (2013), de Halder Gomes. O filme, que é uma versão de um curta premiado,⁸² foi vencedor do edital de longa metragens com baixo orçamento do MinC em 2009. A história trata da criatividade de um proprietário de cinema para se manter vivo com a popularização da televisão no interior do Ceará dos anos 1970. Foi visto por quase meio milhão de expectadores no cinema e faturou 4,9 milhões de reais.

Em termos de bilheterias, o maior sucesso dessa lista é *O Shaolin do sertão* (2016), de Halder Gomes, que custou pouco mais de um milhão de reais e levou mais de 610 mil pessoas às salas de cinema. A obra cearense ocupa a posição 402 no *ranking*⁸³ dos filmes de maior público. Mas é a única fora do eixo Rio-São Paulo a figurar entre os 498 filmes de maior bilheteria no cinema nacional de 1970 até 2016. Nesse inventário, outras produções abordam o sertão, como *O cangaceiro trapalhão* (1983), de Daniel Filho (29º lugar), e *Lisbela e o prisioneiro*, de Guel Arraes (46º lugar), mas ambas produzidas e pensadas fora do âmbito regional.

⁸¹ Ver mais em: <<http://caririfilmes.com.br/>>. Acesso em: 3 mar.2017.

⁸² *Cine Holiúdy: o astista contra o caba do mal*. O curta foi visto em 80 festivais de 20 países e ganhou 42 prêmios.

⁸³ Listagem de filmes brasileiros com mais de 500 mil espectadores (1970 a 2016). Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/2105_1.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

Nesse sentido, *Shaolin* parece romper a barreira da concentração industrial do audiovisual brasileiro. Em coprodução com a Globo Filmes, Paramount Pictures, Telecine e o FSA, a comédia faz uma adaptação dos filmes hollywoodianos de Kung Fu dos anos 1980 às paisagens sertanejas. Além do enredo comum aos roteiros massivos internacionais, a obra indica que a aliança entre produção e estética local foi associada aos padrões massivos e às lógicas industriais de distribuição do setor.

A distribuição regionalizada é inclusive um dos grandes problemas na fixação da produção no semiárido. Isso se reflete na precariedade do acesso ao cinema nos sertões conforme dados da Ancine.⁸⁴ Em 2010, Bahia e Piauí, junto com o Acre, eram as piores posições no *ranking* da quantidade de salas de cinema por habitante, com uma sala para mais de 150 mil pessoas. A média nacional é de 65 mil pessoas por sala.

Esse cenário segue uma tendência de concentração nacional em que apenas 383 dos 5.570 municípios do Brasil (6,9%) têm uma sala de projeção. Desses, 64,1% se concentram em cidades com mais de 500 mil habitantes. Sem registros específicos sobre o semiárido, não é difícil projetar que a região figura entre as mais afetadas pela falta de acesso ao cinema. Com dados de 2016, estima-se que a média no semiárido de acesso a uma sala de cinema é superior a 230 mil pessoas.

⁸⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/sao-paulo-abri-ga-13-das-salas-de-cinema-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 3 jun. 2018.;

Segundo registros da Ancine sobre a situação das salas de projeção no semiárido,⁸⁵ foram identificadas 103 distribuídas em 22 cidades de médio e pequeno porte regionais. Esses números já comemoram resultados de iniciativas como o programa de financiamento do BNDES para o setor. Dados do Anuário Cinematográfico⁸⁶ de 2017 indicam avanços também na abertura de salas de cinema no interior sertanejo. Apesar de o Sudeste seguir apresentando a maior taxa de crescimento (28,8%) na abertura e ampliação de salas de projeção, o Nordeste apresentou um índice de 27,2%.

Das 33 salas abertas em 2017 em território nordestino, 25 foram em cidades de pequeno e médio porte no semiárido, como Picos (PI) e Itabaiana (SE). No entanto, a maioria dessas salas (mais de 80%) está em mãos de grandes corporações privadas, principalmente multinacionais como Cinépolis, Oriente e Cinemark, o que limita a circulação e distribuição das produções locais ao modelo mercantil (BRASIL, 2017).

Todas essas leituras só apontam que a capacidade de produção autoral dos sertanejos no cinema e audiovisual, bem como o acesso da população local a um repertório cultural mais amplo, e a possibilidade de visualizarem seus dramas e anseios nas telonas, são um desafio bastante complexo na contemporaneidade. A produção de conteúdos regionalizados esbarra nas estruturas de produção de comunicação e cultura que se fixaram ao longo de décadas.

⁸⁵ Dados retirados da listagem de complexos de exibição por município e UF (2016). Disponível em: <<https://oca.ancine.gov.br/cinema>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

⁸⁶ Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_preliminar_2017_0.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

O sertão digital e as etapas de estruturação midiática

A avaliação desse conjunto de informações permite avançar na identificação de um momento de acomodação produtiva na estrutura de meios de comunicação, em que o sertão caminha para a digitalização. A esta nova etapa, caracterizada por inovações tecnológicas de convergência, maior infraestrutura de redes e banda larga e influência do capital midiático internacional, pode-se chamar de *Era Digital Sertaneja*.

Além da confluência entre as antigas mídias e a internet, da presença de redes sociais, do avanço de microblogs e portais de internet, ela é marcada pela reorganização dos antigos interesses a partir da incidência de atores emergentes, principalmente, na área negocial, marcados por novas lógicas do capital globalizado.

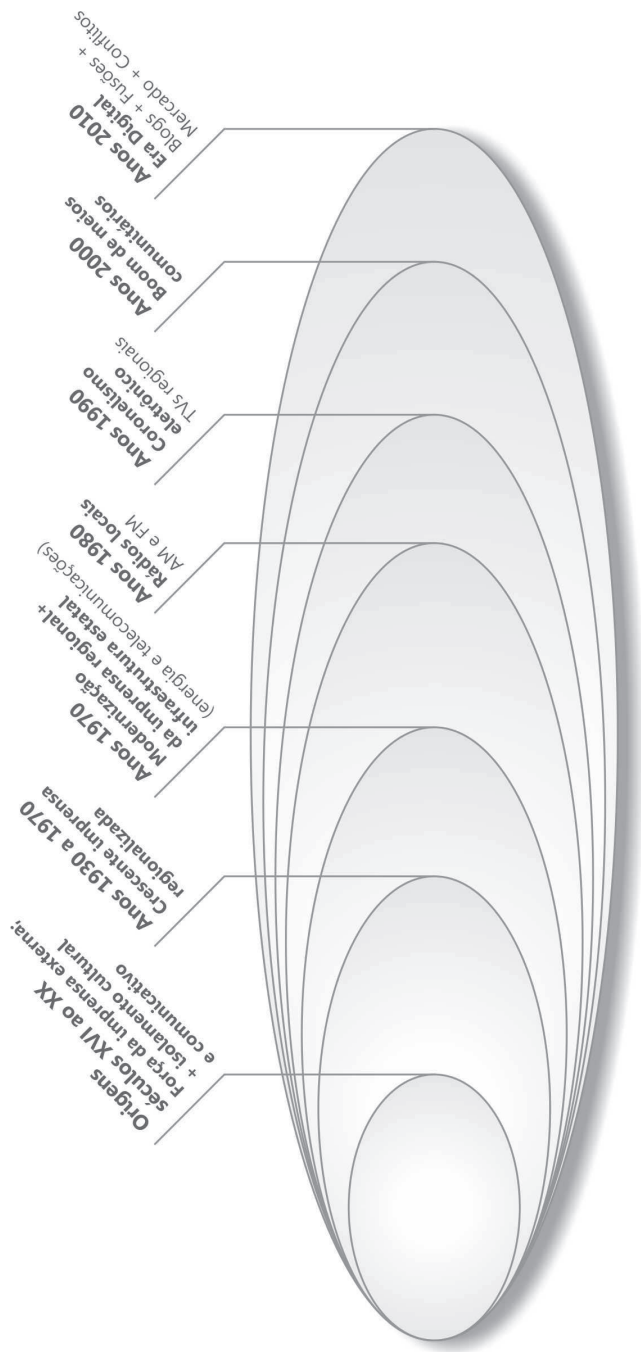
Em termos logísticos, essa etapa inaugura brechas e rupturas no modelo tradicional de comunicação do sertão, em que, por séculos prevaleceu a cultura do silêncio e o isolamento, em uma lógica verticalizada. A reorganização estrutural tem permitido maior número de meios e, até mesmo, sinais de maior horizontalidade e pluralidade, principalmente com a popularização das redes sociais. O *boom* de emissoras comunitárias também aponta a um cenário de ampliação e capilaridade midiática.

No entanto, a leitura mais aprofundada desses novos horizontes comunicacionais no sertão indica que o modelo digital não está dissociado dos antigos moldes estruturais do passado. A modernização da comunicação do semiárido, apesar de todos os avanços, ainda parece atrelada aos marcos hegemônicos de

dominação oligárquica e de subordinação cultural aos padrões externos.

A Figura 1, com a memória da estruturação midiática sertaneja, aponta que, ao longo da história, todas as inovações tecnológicas do setor foram estrategicamente apropriadas e acopladas dentro do modelo privado, patriarcal, autoritário e vertical de produção cultural construído na região.

Figura 1 - Quadro memória da estruturação midiática



Na origem da estruturação dos meios de comunicação de massa no sertão, a primeira etapa durou séculos de povoamento e estagnação econômica e midiática. Essas origens foram marcadas prioritariamente pelo isolamento cultural e comunicativo. Ainda que tenham sido registrados alguns jornais impressos na região, eles se destinavam a um restrito público letrado e tinham pouca influência. Esses pequenos jornais regionais eram pautados pelo controle patriarcal e oligárquico. Predominavam os impressos externos, definidos pelas lógicas do litoral nordestino e/ou do Sudeste do país.

No final do século XIX, iniciou-se uma etapa de produção mais regionalizada de notícias, provocada principalmente pelas classes médias emergentes que por décadas iniciaram uma produção mais constante, mas ainda sem grande incidência massiva.

Foi só na década de 1970 do século XX que apareceram no cenário um mercado consumidor informacional e forças econômicas que financiaram a modernização tecnológica com a imprensa *off-set* e a instalação das primeiras emissoras AM. O rádio se converteu no principal instrumento do período, com concessões restritas a aliados políticos da ditadura. Eles instalando uma etapa pautada em meios eletrônicos, mas sem que a alteração das mídias interferisse nas estruturas de poder. Essa lógica se expandiu e intensificou na etapa seguinte, com as emissoras de TV regionalizadas, que ampliaram a concentração da propriedade, da distribuição de sinais e de conteúdos, configurando o coronelismo eletrônico.

O fenômeno do *boom* das rádios comunitárias no início dos anos 2000 parecia indicar uma nova etapa de avanços na democra-

tização e pluralidade de vozes. Mas se encontra fragilizado, com várias dessas emissoras cooptadas por projetos políticos e/ou religiosos conservadores.

Assim, ainda que o novo século pareça indicar maior comunicação no sertão, permeando-o de possibilidades e tendências inovadoras, é preciso ter cautela na celebração dos avanços da internet e da massificação da convergência digital. A única certeza nesse novo cenário é de que a combinação entre tantos interesses tem apresentando sinais de crise nos modelos tradicionais.

As contradições entre os interesses políticos locais e os do mercado se revelam em casos como da manipulação dos painéis eletrônicos do Senado nos anos 2000. Enquanto o país assistiu, pelo *Jornal Nacional*, aos conflitos estudantis contra o senador Antônio Carlos Magalhães na TV afiliada da Bahia, nenhuma nota foi emitida sobre o fato. Essas disputas interessam particularmente ao estudo da estrutura comunicativa do semiárido por revelar a quebra das lógicas lineares e convencionais do coronelismo.

Nos anos 2000, elas passam pela constituição de novos mecanismos de hegemonia provocados pelas reacomodações da convergência digital. Economicamente, essas mudanças interferem na organização de setores historicamente distintos, como a radio-difusão, as telecomunicações e a informática, instaurando novos modelos de exploração, regulação e gestão. O fenômeno aponta a fusões, concentração e predomínio de grandes conglomerados informacionais globais (BRITTOS, 2008; BRITTOS; BOLAÑO, 2005; MASTRINI; BECERRA, 2009; CUILENBURG; MCQUAIL, 2003).

No Nordeste, para enfrentar esse acirramento da concorrência,⁸⁷ as empresas familiares tendem a gerar dívidas para modernização de seus negócios. Elas estão gradualmente se transformando em empresas de capital aberto, nas quais predominam lógicas cada vez mais mercantis (BARROS, 2009; VASCONCELOS, 2010). Nesta nova fase, se aposta num progressivo afastamento do jornalismo com objetivo político, para aproximar-se de programações com caráter mais comercial (MELO; MELO, 2013). É interessante ainda observar a ascendência de grupos econômico-midiáticos, muitas vezes vinculados ao agronegócio e aos valores do antigo sertão do boi. E, nesse cenário, a presença cada vez mais intensiva de grandes marcas das telecomunicações vem associada a alianças e pacotes de programação estabelecidos dentro das antigas lógicas.

As inovações tecnológicas dessa etapa de digitalização comunicacional parecem mais atreladas às correlações de forças entre o coronelismo eletrônico e o modelo neoliberal, que à abertura de horizontes comunicativos mais amplos. E ainda que se creditem avanços, permanece a dívida histórica com a democratização dos meios, em especial no que se refere ao reconhecimento dos meios e atores subalternos do semiárido.

A tradição midiática que se estabeleceu no semiárido obedeceu a padrões históricos, os quais aprofundaram os mecanismos de dominação e controle cultural, por meio da propriedade midiática.

⁸⁷ Prova dessa crise interna é o racha da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que reunia desde 1962 a maior parte dos radiodifusores do país, mas que passou por uma cisão no início de 2005 devido à centralização e perpetuação das decisões nas mãos da Rede Globo. Com isso foi criada a Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), que é liderada pelas redes Bandeirantes, SBT, Record e Rede TV! (FADUL, 2005).

As mídias eletrônicas tiraram o sertão do isolamento secular e promoveram a profissionalizada da produção artesanal dos impressos do início do século XX. Elas popularizam ferramentas, mas permitiram a instalação de uma indústria cultural conservadora, de exploração comercial, de propriedade concentrada e familiar, vinculada a interesses políticos.

Em síntese, as inovações comunicativas que inundaram o sertão no final do século XX não inauguraram uma situação de diálogo. E agora, na nova onda da convergência digital, percebem-se movimentos de concentração e mercantilização do setor, e transformação dos currais em zona *wi-fi*.

A questão que emerge desses cenários é se essa multiplicação de tecnologias e mídias permitirá a emergência de novos atores, dinâmicas e discursos mais plurais e democráticos. Sinais dessa crise já podem ser percebidos nas polissemias sobre o próprio conceito de semiárido, evidenciando a emergência de outras lógicas de apropriação e construção de sentidos para tanta modernidade.

Além das batalhas da propriedade midiática, a construção dos signos e imagem legítimos sobre o sertão vão ganhando novos corpos e contornos, como nos revelam os debates em torno da identidade do próprio Lula.

LULA E AS IDENTIDADES NORDESTINAS

A presidência e a notoriedade internacional alcançada pelo pernambucano de Garanhuns produziu uma inversão simbólica nas identidades nordestinas. A participação de representantes do Nordeste na política nacional não foi em si uma novidade, mas, em geral, esses sertanejos notórios estavam estreitamente vinculados

aos grupos e discursos hegemônicos. A trajetória do ex-presidente, operário nordestino e sindicalista em São Paulo, mudava essa configuração tradicional, aproximando o líder político da identidade dos sertanejos migrantes.

Essa condição identitária de sertanejo do ex-presidente foi marcada pelos preconceitos e sentimentos xenofóbicos em relação aos nordestinos em São Paulo. Desde o início das migrações, eles eram pasteurizados e inferiorizados como “cabeça-chata” ou “baianada”. Penna (1992) analisou as veiculações da imprensa na época da eleição de Luíza Erundina para a prefeitura da capital paulista e revela a presença desses estereótipos na política paulistana nos anos 1990. Ela aponta como a vitória da paraibana representou um “escândalo” nacional, em que a inferiorização da candidata lhe atribuía traços das relações de dominação entre as classes dominantes do Sudeste (centro) e as periferias (norte e nordeste). Para quem considera essas questões ultrapassadas, ainda é possível perceber os traços do discurso excludente na relação das autoridades do interior paulista no tratamento com migrantes nordestinos. Eles são os *outsiders*, classificados como sujeitos e incivilizados (VASCONCELOS; NUNES; SILVA, 2011).

Com a vitória de Lula em 2002, a participação dos nordestinos nas eleições de Dilma (2010 e 2014) e os debates em torno de uma nova candidatura de Lula para 2018, o Brasil viveu uma onda de retomada e/ou publicização desses ódios históricos. Eles estão muito além de divergências partidárias e apontam a permanência desse sentimento de superioridade regional historicamente estabelecido. Na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), especializada em crimes de xenofobia, a intolerância aos nordestinos

é uma crescente nos últimos anos. Em 2015, negros e nordestinos eram as principais vítimas de preconceitos em São Paulo,⁸⁸ uma capital construída por sertanejos.

Na internet, as críticas ao ex-presidente e aos seus eleitores do Norte e Nordeste não pouparam ofensas a sua condição sertaneja. Nas redes sociais, se multiplicaram injúrias que atribuíam a Lula características como “preguiçoso vagabundo”, “ladrão burro, pobre e sujo”, “cachaceiro” e “analfabeto”,⁸⁹ todas associadas à condição de nordestino. Os programas de geração de renda do PT foram interpretados como práticas coronelistas, como na afirmação “nordestinos, voltem para os seus currais”.⁹⁰

O caso mais visível dessa xenofobia foi de uma jovem que postou o viral “mate um nordestino afogado”. Mesmo punido judicialmente, o crime visibilizou uma série de manifestações de ódio contra as identidades nordestinas na internet, resgatando memórias históricas de um regionalismo aparentemente ultrapassado (OLIVEIRA, 2011).

Mas se, por um lado, os ódios contra a sertanidade afloraram na Era Lula, por outro, a imagem de homem vitorioso e influente do ex-presidente também impactou a autoestima dos nordestinos. Além da vinculação inédita com os grupos excluídos, Lula conquistou grande reconhecimento internacional, como em 2009, quando foi eleito o “Homem do Ano” pelo jornal francês *Le Monde*.

⁸⁸ Dados disponíveis em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/02/24/negros-e-nordestinos-sao-principais-vitimas-de-discriminacao-em-sp.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

⁸⁹ Termos pejorativos utilizados contra o ex-presidente nos comentários das redes sociais sobre sua gestão e as investigações de corrupção.

⁹⁰ Chamada do blog O Antagonista, disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/os-bois-voltaram-para-o-curral/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

No mesmo ano, foi também indicado pela revista *Forbes* como um dos 33 líderes mais poderosos do mundo. E para a *Financial Times* foi uma das 50 pessoas que “mudaram a década”. Além da liderança internacional, os títulos conquistados por Lula destacavam seus programas de geração de renda e a diminuição dos índices de miséria que atingiram diretamente o sertão.

A relação entre melhoria da renda e maior autonomia e cidadania dos beneficiários já foi apontada nas análises do Bolsa Família no semiárido, mas pouco se tem discutido o impacto da trajetória de Lula em sua identificação simbólica com os sertanejos, fenômeno que pode ser uma das explicações para o sucesso de popularidade do ex-presidente, mesmo em tempos de escândalos e condenações na Lava-jato.

A identidade sertaneja de Luís Inácio foi bastante utilizada como recurso positivo nas campanhas presidenciais, que o apontavam como o “diferente”.⁹¹ E essa relação com a diferença tinha um vínculo muito estreito com sua condição de sertanejo e migrante, que extrapolou a fronteira da invisibilidade, da miséria e do fracasso.

No filme *Lula, o filho do Brasil* (2009) essa linha da memória e das raízes que identificam o ex-presidente com a maioria da população brasileira é a tônica da superprodução, considerada na época o longa-metragem mais caro⁹² do cinema nacional. Dirigido por Fábio Barreto, o filme é acusado de romantizar a Luís Inácio Lula da Silva

⁹¹ Em análise das reportagens sobre o ex-presidente em 2004, Martins Ferreira (2004) identificou que o diferente do presidente era uma referência à sua identidade de operário, sindicalista e nordestino.

⁹² O orçamento da obra foi de mais de R\$ 17 milhões, captados junto a empreiteiras como a Odebrecht, Camargo Corrêa e OAS.

exatamente por destacar essa origem pobre e sertaneja de Lula em cenas que remetem ao início da vida no Nordeste. Lançado em um ano eleitoral, esse discurso serviu como construção e fixação da imagem de Lula em torno de um sujeito social que refletiu identidades políticas muito mais amplas.

Essa identificação entre Lula e o sertão apareceu em variados momentos, como quando o presidente vestiu trajes de vaqueiro em cerimônias oficiais no Palácio do Planalto, ou quando exibia chapéu de couro nas caravanas pelo Nordeste. Lula chegou à presidência com a promessa de um sertanejo, migrante, operário, semianalfabeto, que inverteu as regras do jogo e chegou ao poder. Mas enquanto no cinema se valorizava essa identidade que rompia com as hierarquias rígidas do sertão coronelista, na vida real o rumo tomado era muito mais próximo ao modelo tradicional de poder. Seja nas suas escolhas pela transposição do São Francisco ou pelas alianças com as elites, o Lula sertanejo foi se aproximando mais do “sertão do boi”, como nas transações em torno da transposição, da ascensão da JBS, entre outros; e se afastando do “sertão da roça”. Foi só em 2017, em vista da necessidade de reconstrução do projeto político-popular do PT, que o imaginário dos camponeses voltou a fazer parte do repertório lulista.

Todas essas questões remetem à dimensão dos impactos políticos e culturais dessas transformações nas identidades sertanejas tradicionais. Novos jogos de poder, discursos e estratégias de definição da cultura estão se rearticulando nesse momento, e são necessárias novas formas de ler esses processos dialéticos de produção e interpretação cultural nos sertões do século XXI.

Apesar de todas as inovações das últimas décadas, os sertões permanecem. Transmutados, recriados, renovados. E vide os últimos acontecimentos do país, o boi não está morto. Seus líderes políticos percebem esses bois ressurgidos e os levam até as últimas consequências. Boiadas e currais seguem sendo as metáforas manipuladas discursivamente, a depender da conveniência.

Quando pesquisas eleitorais apontaram a vitória de Lula em 2018, *blogs* anunciaram: “Os bois voltaram para o curral. O Nordeste ainda é o curral eleitoral de Lula”.⁹³ Após a condenação de Lula, o seu discurso foi “Uma sociedade sem sonho, sem esperança e sem direitos não é uma sociedade, é uma boiada. E nós não somos gado”.⁹⁴

Esses exemplos de referências ao imaginário ganadeiro na batalha da internet indicam que a construção de novas hegemonias virtuais no Brasil contemporâneo passa pela memória histórica dos antigos sertões do boi. De um lado, Lula associando as lutas e direitos promovidos pelas políticas sociais do PT aos sonhos e esperanças de transformação de uma sociedade que historicamente considerou a população mais pobre como “boiada”. Do outro, um dos muitos *blogs* que tentam analisar o cenário da liderança do petista nas intenções de voto, mesmo após a condenação no judiciário, a partir da ideia de que a provável vitória de Lula em 2018 seria fruto da manutenção da

⁹³ Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/os-bois-voltaram-para-o-curral/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

⁹⁴ Discurso disponível na íntegra em: <<http://www.quimicosabc.org.br/noticias/lula-quem-esta-no-banco-dos-reus-sou-eu-mas-o-condenado-foi-o-povo-brasileiro-2641/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

lógica de “currais eleitorais” em que a única explicação da preferência é a manipulação política.

A questão é que o PT não foi o grande libertador do sertão das antigas práticas coronelistas, porque em grande medida as inovações políticas e econômicas foram acompanhadas e/ou apropriadas pelos antigos formatos. Mas também a opção de voto sertanejo em Lula e/ou no PT não se explica só pela manipulação coronelista. As identidades e desejos dos sertanejos contemporâneos são muito mais complexos que essas aproximações superficiais.

O próximo capítulo tenta dar conta de apresentar um pouco desses novos cenários.

O BOI NEON E O BOI ROUBADO: IDENTIDADES E PRODUÇÃO CULTURAL NOS SERTÕES DO SÉCULO XXI

*Não deixem que suas matrizes,
que suas raízes morram por falta de irrigação. [...] Nordeste agarrar a cultura que te veste..*

Valle, et al., 2016.

O livro *Ausência e Presença em Gameleira do Assuruá* (2004), do fotógrafo Bené Fonteles, conta a história dos bancos de couro espalhados pela comunidade de Gameleira do Assuruá, no sertão da Bahia. Nas centenas de fotografias da obra, estão sempre vazios os banquinhos presentes nas portas das casas de taipa ou na frente dos quintais de cercas de vara. As imagens nos chamam atenção para as migrações, que deixavam a comunidade abandonada aos bancos vazios.

A metáfora das lentes de Fonteles parece traduzir as ausências e presenças nos novos sertões em mutação. Revisitando os sertões contemporâneos, até os bancos estão desaparecendo das portas das casas de reboco. Em seu lugar, fachadas com grades, muros de concreto e antenas de comunicação cada vez mais sofisticadas. As marcas dos novos tempos se manifestam em mudanças de hábitos, como a substituição da rapadura por enlatados e refrigerantes. As mulheres também

já não vestem chita, nem só levam latas d'água na cabeça. E os jovens buscam outras fontes de renda que não a roça. Nesses novos cenários, faz-se necessário aguçar o olhar para perceber outros ângulos e descobrir significados para as novas formas de ocupar o batente.

Como os bancos de Fonteles, é urgente captar os signos dessas existências permeadas de dicotomias. Entre passado/futuro, tradição/modernidade, presenças/ausências, sujeito/estrutura emergem novos sertões polissêmicos e plurais. Neles, ora ressuscitam o boi e o sertão guardião das tradições, ora irrompem as marcas da transformação e da modernidade periférica, enterrando os modos de vida que já não existem mais.

Na literatura, autores como Ângela Gutiérrez e Ronaldo Correia de Brito apresentam personagens com novas representações de gênero, enredos polifônicos e cenários globalizados permeados por fantasmas do passado e tragédias contemporâneas.

No cinema, *Que horas ela volta* (2015), de Anna Muylaert, aborda os conflitos geracionais e de classe que a chegada desses novos sertões produzem nas rotinas e contextos das elites paulistanas. *Cinema, aspirinas e urubus* (2005), de Marcelo Gomes, e *O céu de Suely* (2006), de Karim Aïnouz, são outros exemplos dessas novas produções que se marcam nas estéticas e enredos diferenciados sobre os sertões contemporâneos. No primeiro, os personagens Johann e Ranulpho, um alemão e um sertanejo, revelam as identidades construídas em diálogo e põem a alteridade no centro do debate de um Brasil em mutação (BARBOSA, 2016). Já Suely, no segundo, destrói as representações femininas e as reapropriações do corpo e do espaço dessas novas juventudes sertanejas (SCARELI; CARVALHO; AZEVEDO, 2011).

Mas é o longa-metragem *Boi neon* (2015), de Gabriel Mascaro, que destaco como lentes poderosas para captar as sutis novidades desses novos mundos sertanejos. Nos sertões tradicionais, o simples fato de sonhar já é revolucionário. E Iremar, interpretado por Juliano Cazarré, é um vaqueiro que alimenta o desejo ainda menos convencional de ser estilista no Polo de Confecções do Agreste. A premiada obra, fruto de uma produção independente em parceria com o Canal Brasil, retrata esses novos sertões mais coloridos e flexíveis.

Nos novos sertões, os bois do passado não morreram. Eles coexistem com identidades não tão rígidas e sentidos transmutados. Mas enquanto o *Boi neon* fala dos novos projetos humanos e desafios individualizados, o *Boi Roubado*, na região sisaleira da Bahia, fala das lutas e memórias coletivas.

O *Boi Roubado* é uma manifestação cultural tradicional, em que cantos de trabalho relembram a agricultores familiares a necessidade de continuar celebrando a roça e a colheita coletiva, a rebeldia de repartir o pouco e a alegria de fazer um sertão produtivo. Longe do glamour dos cinemas, esses campesinos tentam manter a tradição através da gravação de vídeos disponibilizados no *YouTube*.⁹⁵

Em comum, o *Boi neon* e o *Boi Roubado* falam dos bois e origens do passado. Mas ambos atualizam o cenário desses novos sertões, modernizados e híbridos. Retomando a ideia de Jung (1964) sobre inconscientes coletivos e os debates mais recentes da psicologia da cultura, a presença do boi em tantos enredos contemporâneos não é aleatória. Com novos usos e roupagens, os

⁹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5MeaJtivQYk>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

símbolos culturais arquétipos como o boi remetem aos sentidos mais profundos de significação da vida. Os bois do presente refletem a memória ancestral reinventada e a necessidade, consciente ou não, de manifestar o longo processo de estruturação dessas identidades em tempos de crise.

Este capítulo se dedica a analisar esses novos cenários culturais do semiárido, tentando despir os sertões de amarras pré-estabelecidas e extrair, dos sentidos e signos dos bois cotidianos da atualidade, as marcas mais profundas dos antigos modelos e das inovações estruturais.

Ele se estrutura a partir da apresentação de um mapa de produção cultural, o qual conduz aos circuitos de distribuição dos conteúdos simbólicos e à análise das políticas inovadoras no setor. Essa abordagem mais ampla sobre os vetores da cadeia produtiva dos bens simbólicos é a porta de entrada para o mundo da recepção, da representação e dos sentidos, observados na análise de produtos, e também por meio de coleta de depoimentos e experiências de estudo de caso em comunidades sertanejas nos anos 2000.

Como na fotografia de Bené, a tentativa é fazer um recorte de tempo, espaço e temática em um esforço de captar fragmentos de um mundo em ebulição para apreender sua essência. Mas como todo retrato, este é tão somente “um” dos possíveis focos sobre os sertões inovadores.

PRODUÇÃO CULTURAL NOS SERTÕES

Neste livro se destaca a produção cultural como espaço privilegiado de articulação e definição dos sentidos sobre os sertões

contemporâneos. A análise de mais de 200 produtos e iniciativas resultou em um mapa de experiências contemporâneas de produção cultural do semiárido. O primeiro recorte metodológico das obras selecionadas foi a mediação e/ou uso das novas tecnologias da informação.⁹⁶

Em termos de atores, as iniciativas aqui analisadas são resultado da ação prática de uma ampla gama de agentes culturais que estão tecendo o complexo semiárido dos anos 2000. Verificou-se que eles utilizam distintas linguagens (audiovisual, literatura, teatro, música, dança etc.), estratégias de veiculação (televisão, rádio, *web*) e variadas estruturas de distribuição (*web*, agências de produção, redes de cantadores populares, redes de cirqueiros etc.), mas este estudo optou por não utilizar essas classificações mais clássicas.

Ante tanta diversidade produtiva, buscou-se gerar um mecanismo de sistematização e categorização mais amplo e dinâmico, capaz de criar uma tipologia comum para entender essa enorme variedade de formatos e experiências.

No entanto, a primeira dificuldade de interpretar esse panorama regional, dentro das lógicas globais de periferação do capital, foi a multiplicidade e complexidade de experiências muito diversas. As primeiras leituras sobre essas novas produções, no geral, identificavam que todas as inovações culturais e comunicativas eram classificadas como hibridismo cultural. Seja pela inserção de instrumentos musicais no forró, na leitura da mercantilização das estéticas e festas populares, seja pela maior participação cidadã dos “invisíveis”,

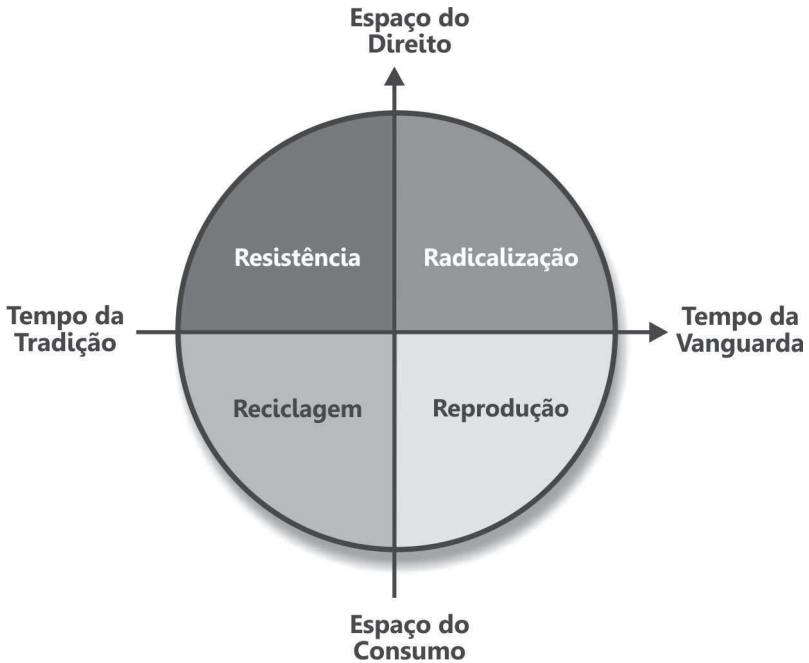
⁹⁶ Não me refiro aqui às que criaram estratégias e lógicas de não uso da tecnologia, e várias outras que podem estar fora desse conjunto de experiências observadas.

todas essas novas lógicas de produção cultural tendem a ser lidas como traços de mestiçagem ou hibridismo cultural.

Na tentativa de superar essa generalização, foi criado um mapa de identificação dos produtos simbólicos desses sertões contemporâneos baseada no tempo e no espaço de produção. Essa classificação tinha como meta estabelecer diferenças entre inovações mercantis de iniciativas de valorização dos saberes populares, por exemplo. A ideia era tanto separar a ação da(s) indústria(s) cultural(s), com suas múltiplas estruturas de criação e reprodução simbólica, quanto enfatizar as “outras” táticas produtivas no setor.

Esse mapa divide as experiências a partir da noção de tempo definida pelos agentes que a realizam e pelo projeto de espaço sertanejo que inspira suas iniciativas. Nesse sentido, tempo e espaço são categorias fluídas, mais vinculadas à percepção dos sujeitos que a dimensões geográficas e cronológicas.

Figura 2 - Mapa da produção cultural



Fonte: Elaborado pela autora em 2017.

No mapa, a linha horizontal se refere à concepção do tempo e indica se o produto cultural está mais vinculado à tradição (hemisfério esquerdo) ou às vanguardas (hemisfério direito). Estar à esquerda significa explorar os argumentos e estéticas da memória e do passado como recurso discursivo. Se uma obra ou produto está mais aberto à experimentação e inovação, disposto a rupturas, ele se inclina ao lado direito do globo.

Na linha vertical está classificada a forma como esses atores se encaixam no espaço da modernidade, entendida como os projetos de mundo que a disputam. Nessa linha estão os valores e o projeto de mundo que inspiram os produtores, e se plasam em seu produto cultural.

Na parte inferior do círculo, está o projeto do consumo e da propriedade privada, mais vinculado aos ideais mercantis e conservadores do *status quo*. Na área superior do círculo, aparecem os produtos culturais que têm um discurso mais próximo a projetos libertários de promoção de direitos individuais e coletivos. Quanto mais vínculos um produto estabelece com os códigos das produções hegemônicas, como o estímulo ao consumo e defesa dos latifúndios ou a reprodução de valores patriarcais e machistas, mais esse produto estará localizado na parte baixa do mapa. E se esse produto expressa compromisso com valores de defesa de direitos sociais e humanos e promoção da diversidade, mais ele se eleva no mapa.

Da associação entre essas duas linhas, a temporal e a espacial, foram construídos os quadrantes da radicalização (cinza escuro), da reprodução (branco), da reciclagem (cinza claro) e da resistência (preto). Como a apresentação dos produtos que compõem cada um desses quadrantes é a parte mais interessante dessa abordagem dinâmica, vamos às expressões e produções culturais contemporâneas do semiárido.

Radicalização

O primeiro quadrante é o de *radicalização cultural* e representa as produções midiaticizadas voltadas a rupturas estéticas, discursivas e políticas. Em geral, refletem tentativas de exploração de

novas linguagens, de experimentação e mistura de ritmos, formatos e tradições. Buscam composição com elementos inovadores, com sentidos mais cosmopolitas. Não se vinculam estritamente às lógicas mercantis, mas também não se afastam dela. Não têm pudores com a quebra de tradições, nem vínculos estreitos com uma comunidade ou grupo específico.

São produtos de sertanejos que se consideram cidadãos do mundo. Seu compromisso é com a arte que representam e tendem a se aproximar de valores libertários a partir de ideais vinculados aos direitos culturais, como a dimensão da diversidade e da pluralidade. Essas expressões tratam de um sertão em mutação, permeado de rupturas discursivas e estéticas. Os vínculos com o território não se estabelecem pelas identidades tradicionais, mas pela identificação com alguns elementos reconstituídos e/ou ressignificados.

Talvez a música seja o produto que melhor contribui ao entendimento dessa categoria. Como fio condutor inicial, se apresenta o sertão desencantado de Tom Zé. O cantor e compositor da Tropicália nascido em Irará, região de Feira de Santana na Bahia, emergiu no período dos grandes festivais dos anos 1970. Na época, ele ganhou o Festival da TV Record com “São, São Paulo, meu amor”, rompendo com o sertão da saudade ao declarar o fascínio do migrante sertanejo com o novo mundo. Mas apesar do sucesso inicial, passou anos esquecido.

O Tom Zé que se insere neste estudo foi “redescoberto” nos anos 2000 pelo músico americano David Byrne. Depois de turnês pelos EUA e Europa, foi aclamado pela imprensa nacional como “O gênio de Irará” (SANTOS, 2007). A obra do cantor é marcada pela experimentação pouco convencional de ritmos brasileiros,

como o samba e forró, com novas lógicas, instrumentos e estéticas. Suas letras são crônicas do cotidiano, lembrando os cordéis e repentistas, mas que não se referem à natureza da caatinga. Seus temas são urbanos, com referências satirizadas da lógica do consumo. Na letra de “Menina Jesus”, ele radicaliza a relação com o sertão: “Porque, pra plantar feijão, eu não volto mais pra lá. Eu quero é ser Cinderela, cantar na televisão [...]”.

O trecho em destaque fala dos sonhos de celebridade, do fascínio dos meios de comunicação e da rejeição à roça. Ao afirmar “Só volto pra *lá* quando puder comprar uns óculos escuros” e “só volto *lá* a passeio”, ele remete a um sertão distante, repleto de rupturas entre os migrantes e as origens sertanejas. Nesse novo mundo, a aldeia é global. Isso se reflete na relação do cantor com Irará, pois apesar de ser original do lugar, como revela a pesquisa de Santos (2007), o cantor é desconhecido no município.⁹⁷

Mas também nessa categoria de radicalização é possível situar os que foram desterrados com a diáspora e hoje cantam a necessidade de assumir suas raízes e culturas nordestinas, como o *RAPadura Xique-Chico*. O *rapper* mescla versos, rimas e *samplers* da cena *hip-hop* com emboladas, maracatus e temáticas da migração sertaneja. Em 2007 foi vencedor do prêmio Hutúz, e em 2016 gravou o *single* “Reza Vela/ Norte-Nordeste veste” com o grupo O Rappa.⁹⁸

⁹⁷ A partir de questionários e entrevistas com jovens da única escola de ensino médio do município, Santos identificou que nenhum deles conhecia um álbum do artista, e sequer sabiam de que movimento cultural ele fez parte. Para muitos, o cantor já teria até falecido, revelando sua distância em relação a obra do Tom Zé. A última apresentação do artista em Irará foi em 1991.

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JR8Cl7hRn8M>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Em suas letras e em seu estilo, o músico cearense criado nas periferias de Brasília clama aos nordestinos e seus descendentes por uma produção estética, artística e midiática própria que se orgulhe da identidade sertaneja. Ele critica o afastamento da juventude da diáspora dos elementos culturais tradicionais do sertão, como nos versos destacados a seguir:

Se assumam: são clandestinos! Se negam, não nordestinos.

Vergonha do que são, produção sem expressão própria.

Se afastem da criação. Morrerão, porque são cópias.

Não vejo cabra da peste só carioca e paulista

Só freestyleiro em nordeste não querem ser repentistas.

Rejeitam xilogravura, o cordel que é literatura.

Quem não tem cultura jamais vai saber o que é rapadura. (VALLE et al, 2016).

No entanto, apesar dessa referência explícita de retomada da identidade nordestina, presente nos elementos culturais da xilogravura, do repente e do cabra da peste, Rapadura não apela à tradição nos moldes convencionais. Ele desconstrói os ritmos e símbolos sertanejos a partir da diáspora. Surgem então estéticas, discursos e rítmicas mestiças, abertas a inovações e permeadas de transgressões. O nordestino reivindicado por Rapadura recupera as conexões com suas raízes, mas estando fora de sua terra original, se permite reinventar e reconstruir em novos suportes e modelos.

O grupo P1 Rappers, com canções como Soul Nordeste (2015), segue a tendência de RAPdura de mesclar a indignação

sertaneja com os *samplers* e as batidas *rappers*. Eles revelam a emergência de uma cena musical sertaneja muito diferenciada das emboladas e do forró tradicional.

Variadas bandas musicais surgiram no início dos anos 2000, como a pernambucana Cordel do Fogo Encantado (1999) e o Movimento Cabaçal no Ceará (2001). Esses grupos experimentaram inovações sonoras, provocando reações da crítica e do público, e entusiasmaram análises teóricas que trataram de classificar esses “hibridismos” como música regional desterritorializada (PANTOJA, 2012), música de raiz reinventada (LIMA, 2005), folk pop (COSTA, 2007) ou música pós-moderna (JAHN, 2011).

O Movimento Cabaçal tratava de dar visibilidade às bandas subalternas das políticas culturais tradicionais do estado do Ceará, nas quais predominava o forró. Assim, reunia as bandas Dona Zefinha (Itapipoca), Dr. Raiz (Juazeiro do Norte), SoulZé e Jumentaparrida (Fortaleza), que em comum ensaiavam a valorização do “folk” nordestino do pífano e da zabumba, atualizado a letras mais contemporâneas e estilos da cultura *pop rock* (COSTA, 2007).

O Cordel do Fogo Encantado surgiu em Arcoverde, cidade com 70 mil habitantes na fronteira com a Paraíba, a 250 quilômetros de Recife. Vindos do teatro, os músicos investiram no uso reestilizado de referências tradicionais sertanejas, como os tambores da umbanda e o lirismo dos cordelistas, incorporando performances cênicas, ritmos e instrumentos eletrônicos estilizados, como o uso de *samplers* e guitarras elétricas. Em seu conjunto, incorporaram elementos característicos da pós-modernidade, como hibridismo,⁹⁹ pa-

⁹⁹ Mescla de várias influências e ritmos diversos.

limpsesto,¹⁰⁰ pastiche¹⁰¹ e bricolagem¹⁰² (JAHN, 2011). Como produto comprometido com a experimentação, após um período de sucesso, os integrantes da banda anunciaram o fim do Cordel, em pleno período de ascensão mercantil.

Em comum, esses grupos revelam criatividade e experimentação na construção de uma linguagem própria e estilizada. Radicalizaram porque, por um lado, valorizavam a diversidade cultural sertaneja, a partir de elementos étnicos negros e indígenas. Por outro, inseriram novas tendências e linguagens às estéticas e temáticas tradicionais.

Assim como o Cordel ou Movimento Cabaçal, centenas de grupos reinventores do sertão estão surgindo pela região. Tanto esses grupos quanto a emergente cena hip-hop anunciam os questionamentos e elaborações da juventude sobre esses novos sertões. Essas inovações não se restringem ao cenário musical, atuando também em outras linguagens, como o cinema experimental, a arte ambientalista do Vale do Capão ou os coletivos de mídia que imprimem novas lógicas em produtos como a revista *Gambiarra* de Vitória da Conquista.

Eles exploram temáticas diferenciadas, como as questões ecológicas, de gênero ou raciais, e tendem a se fixar como movimentos mais cosmopolitas. Dessas misturas experimentais, se revelam produtos culturais inovadores, ousados e performáticos como retratos de um sertão-mundo.

¹⁰⁰ Reescritura a partir de letras/literaturas originais do sertão.

¹⁰¹ Releitura e reinterpretação de uma obra literária e/ou popular, imitando seu estilo.

¹⁰² Junção de vários elementos díspares formando um todo novo e congruente.

Essas produções independentes acabam se vinculando a programas e políticas governamentais de fomento como estratégia de financiamento, a exemplo de *Brincante* (2014), documentário de Walter Carvalho, realizado com financiamento da Petrobrás e do Canal Brasil, exibido pela rede pública de televisão. O filme retrata, de maneira pouco convencional, a vida do multiartista pernambucano Antônio Nóbrega.

Utilizando a dança e o teatro de bonecos, esse documentário poético, lírico e lúdico reinventa as narrativas cinematográficas e o imaginário cultural sertanejo em sua relação com a metrópole paulistana. Assim como em *Brincante*, o protagonista é a produção individual do reconhecido artista, o modelo de vanguarda nos sertões destaca essas contribuições pessoais, em detrimento de regionalismos e sentidos coletivos.

Em síntese, a produção cultural de *radicalização* dos sertões contemporâneos está preocupada com o futuro e com a arte, com a inovação e a reconstrução das identidades. A ousadia, a experimentação e o diálogo com tendências cosmopolitas são prioridade no processo de construção e elaboração de sentidos e símbolos desta categoria. Mas essas bricolagens e reinvenções não abrem mão de elementos da territorialidade sertaneja. Ainda que despido de seus elementos mais dogmáticos, o sertão reaparece reinventado, reestilizado, problematizado.

Como ousados fragmentos da glocalização, o sertão dessa produção radical aparece como uma linha tênue de identificação. O território é o elo entre a arte cosmopolita e o local onde ela se manifesta e se produz. Não por acaso, esses produtores tratam sempre

de resgatar/ressignificar sotaques, símbolos e pertencas sertanejas como diferencial e destaque em suas obras.

Reprodução

O quadrante branco, situado no canto inferior direito do mapa, se refere aos produtos culturais mais próximos da lógica de consumo e interesses mercantis. Eles também estão associados à linha de vanguarda (lado direito), buscando projetos diferenciados esteticamente e que representem os ideais da modernidade no sertão. A diferença é que estão comprometidos com as inovações estéticas e discursivas da produção industrial e massiva da cultura. Eles tratam de adaptar os conteúdos e sentidos dos sertões originais às novas lógicas de comercialização e consumo. São produtos culturais com rentabilidade econômica, regidos prioritariamente pela lógica mercantil.

Seus agentes de produção representam marcas e corporações privadas, em que a tônica dos conteúdos é a cópia do modelo hegemônico do capital. Seus produtos tendem a reestilizar os signos do sertão dentro dos valores e padrões mercantis ocidentais, destacando o individualismo e o estímulo ao consumo. Seus novos formatos tendem à homogeneização massiva. Priorizam uma estética padronizada, adequada aos modelos dos grandes centros culturais, em especial o norte-americano e/ou Rio-São Paulo.

A produção mercantil da cultura semiárida nos meios massivos tende a atualizar a região a partir de antigas fórmulas de sucesso, como na novela *Cordel encantado* (2011), que tem no cenário sertanejo tradicional a paisagem ideal para seu conto medieval reeditado. Outras

obras hegemônicas tratam de incorporar temáticas mais contemporâneas, como a série *Amores roubados* (2015), o filme *Reza a lenda* (2016) ou a novela *Velho Chico* (2016), todos produtos da marca Globo.

Nessas três superproduções, os sertões aparecem reestilizados, emergindo sinais da modernização do semiárido, como as vinícolas do agronegócio, os cangaceiros motorizados ou os conflitos agrários. Também se destaca a presença de atores nordestinos,¹⁰³ e a gravação de cenas na realidade das caatingas em vez do estúdio, dando sotaques e texturas mais verídicas às tramas.

Mas seus enredos estão pautados por elementos conservadores, como as relações patriarcais e machistas, o messianismo ou o coronelismo ou a associação do sertão à ideia de homens e mulheres fortes e sofridos. Esse discurso tende a reproduzir modelos e estereótipos, revelando que a capacidade de inovação dessas obras é limitada. De uma maneira geral, elas reforçam padrões estéticos que colocam o papel de galãs e mocinhas além dos atores sertanejos, adequando os ideais de beleza e heroísmo no sertão aos padrões estéticos externos.

Na música, a indústria fonográfica soube sempre se apropriar de conteúdos, artistas e conceitos dos sertões tradicionais em suas lógicas de expansão de mercados e audiências. Em 2017 o principal representante desse formato era o forró estilizado de Wesley Safadão.

¹⁰³ A emissora anunciou com destaque que uma das inovações das tramas de *Amores roubados* e depois de *Velho Chico* foi a imersão da equipe nos cenários sertanejos, destacando que várias cenas foram gravadas em locais nordestinos, e que cerca de 60 a 70% do elenco era formado por atores da região.

O cantor e empresário cearense começou a carreira em 2003 como líder da banda de forró eletrônico Garota Safada, no Ceará. Apesar de apelarem a uma origem na capital Fortaleza, o grupo se estabeleceu circulando principalmente pelas cidades sertanejas e passou a ganhar projeção nacional a partir de 2007. É interessante observar que, paulatinamente, o cantor foi adaptando seu estilo aos padrões mercantis, à medida que conquistava mais público e sucesso.

Em 2015, Wesley, que se declarava um cantor de forró, assinou contrato com uma gravadora multinacional, lançou o seu primeiro álbum solo e reformulou o visual pessoal e a estética dos shows, associando sua marca com outros artistas famosos agenciados pela mesma companhia. Desde então, seus hits “sertanejo” passaram a figurar constantemente na lista das canções mais tocadas do país. Em 2017, com um DVD gravado em Miami, se lançou a uma carreira internacional e se tornou o cantor com o cachê mais caro do Brasil.

As letras de seus sucessos giram em torno de temáticas sobre o sofrimento afetivo e as estratégias de superação dessas relações mal resolvidas. Quase sempre a solução é o consumo de bens, álcool e outras mulheres. Em termos rítmicos, as inovações do forró eletrônico de Wesley remetem pouco ao estilo original, com introdução de variados instrumentos, como baterias e guitarras, que o aproximam cada vez mais da cultura pop industrializada. O ritmo acelerado atualiza o passo dos sertanejos mecanizados que já não se identificam com o tempo das enxadas.

Esse padrão estético e discursivo reforçam o modelo de consumo e a cultura do prazer imediato prometido pelos ideais do capitalismo

contemporâneo. E seu sucesso nas paradas de sucesso de todo o país, revelam a capilaridade do estilo como produto mercantil.

A fórmula de Safadão inspira carreiras emergentes, como a do engenheiro agrícola Mano Walter, que conta com mais de 120 milhões de visualizações na internet. Com canções gravadas por Aviões do Forró e Wesley, afirma um estilo sertanejo mais rústico, próximo das origens vaqueiras, como nos versos “Deixar de ser peão, meu violão, não deixo, não”, em que afirma preferir boiadas a companhia amorosa. Mas sua vaquejada, além das letras, em nada lembra a realidade do sertão seco e miserável.

No clipe de “Não deixo, não”,¹⁰⁴ a paisagem é verde e farta, são reproduzidos elementos de ostentação, como relógios de ouro e carros importados. O ritmo, as danças e o corpo do cantor revelam um vaqueiro mais solto, muito menos rígido nas cadeiras e na ética. Na parceria “O que houve?”, com Marília Mendonça,¹⁰⁵ maior sucesso do artista, fica evidente uma letra romântica, com estrutura de palco, ritmos e vestuário mais próximos às fórmulas mercantis dos *cowboys* norte-americanos, que à afirmação da identidade vaqueira a qual o cantor tanto apela.

A versão feminina desse modelo é Taty Vaqueira. Com aboios reestilizados, sem os grandes cachês dos ídolos anteriores, e longe da estrutura massiva, a cantora exhibe decotes e consumo de álcool em excesso. Em muitos de seus *posters*, vídeos e anúncios, aparece

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=htrlDVrF4vw>>. Acesso em: 20 nov. 2018

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HJqrbPC6bXM>>. Acesso em: 20 nov. 2018

despejando uma garrafa de cachaça na boca. Interessante que o destaque da foto é a marca da bebida, e não a cantora.¹⁰⁶

Esse desenho se repete nas festas juninas transformadas em megaeventos. Apesar da origem na tradição da roça, elas se afastam cada vez mais do tempo passado, para se fixar como objeto da atenção mercadológica. A pasteurização dos eventos tradicionais se espalha como fórmula de sucesso em todo o semiárido. Ela é sustentada por verbas publicitárias, principalmente das marcas de cerveja, e de patrocínio governamental. Em eventos de cidades de médio porte, como o São João de Senhor do Bonfim ou o São João de Irecê, predominam festas privadas que repetem atrações das capitais, com nomes fortes na indústria nacional, como Anitta ou Ivete Sangalo.

Em cidades menores, como Seabra e Piatã, empresários locais têm se articulado com o poder público para garantir eventos similares na tentativa de movimentar o comércio local. Todas essas experiências privilegiam o cenário cultural do consumo, com artistas que repetem as fórmulas de sucesso, com som alto, álcool e ostentação de bens e mulheres.

Em análise sobre a Festa de Campina Grande, na Paraíba, apresentada como “o maior São João do mundo”, Morigi (2005) identificou a ação da indústria cultural na reconstrução identitária do festejo típico dos nordestinos. As marcas dos patrocinadores ocupam lugares cada vez mais de destaque. E apesar dos festejos evocarem o passado, ocorre um hibridismo cultural que desloca o foco das celebrações para as lógicas e interesses midiáticos e mercantis.

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4K-Z3n6mkkI>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Em uma análise mais comportamental, o sucesso de público dessas iniciativas remete a fragmentos de um sertão que necessita oferecer compensações psicossociais no mundo contemporâneo. Esses produtos parecem oferecer *sentido* a vidas cada vez mais desorientadas individualmente, socialmente fragmentadas e em nítida fragilidade moral e ética.

Em síntese, a principal característica desse conjunto de produtos culturais é a reprodução mercantil. Eles reforçam a repetição de identidades, a homogeneização do sertão e a fixação de padrões e estereótipos definidos em função de interesses externos. Mesmo quando da inovação em linguagens e formatos, eles destacam o consumo como prioridade e a cópia de modelos hegemônicos.

Reciclagem

Os produtos indicados nesse quadrante tendem a reproduzir uma visão de mundo mais consumista (parte inferior), utilizando a tecnologia da informação como ferramenta de inserção mercantil e/ou apropriação individual do poder econômico. A sua localização no lado esquerdo a situa no tempo da tradição, priorizando a evocação ao passado como memória e justificativa da condição hegemônica.

De uma maneira geral, os produtos reciclados se referem às tentativas contemporâneas de reinstauração dos sentidos do latifúndio agrário e do coronelismo patriarcal, agindo como atualização dos discursos e interesses das velhas elites. Ainda que priorizando os interesses individuais, tende a aparecer nessa categoria a evocação da ética comunitária, apelando para a moral, a fé e a família.

Em 2017, uma polêmica envolvendo a cantora Elba Ramalho nos festejos juninos ilustra essa reivindicação da tradição como marca e diferencial nas disputas pelos “sertões”. Na abertura do São João de Campina Grande, a intérprete questionou a hegemonia dos cantores “sertanejos” do Sudeste e a falta de mais representantes do forró tradicional na programação de um dos principais eventos juninos do país. Mesmo sendo ícone da indústria cultural, fruto de atualizações estilísticas do forró,¹⁰⁷ Elba evocou as raízes sertanejas como simulacro para a defesa do setor que representa na disputa por mercados. Mas o comentário da artista provocou debates em torno da tradição nordestina.

Esse apelo à tradição como reciclagem e adaptação de antigos modelos e formatos é mais evidente no campo da política, como revelaram as eleições a prefeito em 2016. Durante a campanha, em vários municípios do interior nordestino, foi visível a reapropriação da cultura tradicional como elemento de distinção política. Muitos candidatos associaram suas imagens com mitos e personagens do sertão residual, como vaqueiros e cangaceiros, apelando a elementos que fugiam do debate político racionalizado.

Em Palmeiras, na Chapada Diamantina da Bahia, acompanhei o caso de uma dessas inovações conservadoras. Na oportunidade, o candidato, que se elegeu prefeito, foi apresentado como “O Vaqueiro”. Filho de latifundiários locais, era vereador há quatro mandatos e herdeiro político dos antigos coronéis. Apesar dessa linhagem tradicional, ele se apresentou como candidato da oposição e “a novidade” na disputa. Em seus comícios, uma “onda azul” era convocada pelo som do berrante. Os eleitores o acompanhavam em uma vaquejada, seguida por carros

¹⁰⁷ Pedroza (2001).

de som que reproduziam “os paredões” com *jingles* e músicas da “pisa-dinha” de Tommy Quarentada.¹⁰⁸ Esse estilo musical frenético retomava a marcha dos aboios mesclada com instrumentos eletrônicos. A letra repetia, infinitas vezes, gritos eufóricos de “perdeuuuuuu”.

Nos comícios, em caminhada pelas ruas da cidade, “o vaqueiro” era saudado por uma multidão inebriada, que ostentava botas e chapéus de couro como símbolo da adesão ao suposto projeto de renovação política no município. A partir de relatos e fotos nas redes sociais, constatou-se que cenas similares ocorreram em variados cenários sertanejos. A mesma música foi reproduzida como um hit da campanha eleitoral entre inúmeros candidatos em todo o interior nordestino, independente de filiação partidária.

O antigo personagem do vaqueiro aparece aqui como um renovado produto cultural, que no jogo eleitoral reciclou a imagem do boi e dos coronéis, possibilitando a permanência das estruturas fundiárias e políticas que seguem sustentando as oligarquias falidas do sertão.

Mas para não restringir essa ressignificação política dos símbolos conservadores ao interior nordestino, percebe-se que novos sentidos reacionários estão sendo dados ao chapéu do cangaceiro no nível nacional. Pelos sertões do Piauí se reproduz um adesivo tematizando a candidatura do Deputado Bolsonaro, da extrema-direita, nas eleições de 2018.

Com um chapéu de couro que lembra o lendário cangaceiro Lampião, e os dedos apontados à frente, a imagem reconstrói o

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=03w7B0ASRaM>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

personagem do justiceiro do sertão. Esse apelo se completa com a reprodução de parte da bandeira nacional, com ênfase no *slogan* Ordem e Progresso, incorporado ao nome do deputado. Bolsonaro foi condenado criminalmente por racismo e é conhecido por suas apologias à violência e à xenofobia.

O adesivo é comum em carros de luxo, principalmente Hilux, as quais assimilaram os significados da ostentação de poder e dinheiro, outrora representados pelo boi. Esses veículos revelam não apenas a adesão pessoal do proprietário ao projeto conservador e reacionário de Bolsonaro, mas ilustram como os signos da nordestinidade estão sendo atualizados a partir da reciclagem dos ideais de poder e barbárie dos novos coronéis.

É interessante como estes líderes políticos recuperam e restauram a figura do cangaceiro e/ou do vaqueiro como mitos heroicos remissivos de um passado em mutação. Em um cenário de crise, os antigos heróis reaparecem como defensores de valores e modelos de vida questionados pelo processo de transição da modernidade.

Mas nem sempre essa produção conservadora-tradicional tem origem nas elites. Soró Silva,¹⁰⁹ líder de sucesso com a música “Eu tô comprando é boi” também se reproduz no som dos porta-malas dos carros em centenas de comunidades nordestinas. Em sua página nas redes sociais, ele se apresenta com chapéu estilo *cowboy*, usa jeans e empunha um microfone como um cantor pop dos anos 1980. Acompanham sua imagem de sucesso, os *slogans* “O *swing* da pisada” e “Deus é fiel”. O primeiro reflete o estilo musical da pisadinha, que se espalha como novo ritmo dos vaqueiros

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.sorosilva.com.br/2017/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

contemporâneos. O segundo, é uma declaração da opção religiosa do músico, repetindo um dos emblemas das igrejas neopentecostais que se espalham pelo sertão.

Mas ao contrário do que a imagem parece indicar, Soró não é descendente de fazendeiros. Foi criado na zona rural de Vitória da Conquista e é ex-tratorista. Migrante na periferia de São Paulo, trabalhou como garçom e iniciou sua carreira de cantor nos barzinhos paulistanos voltados aos sertanejos na capital. Desde então, já produziu dois CDs e um DVD, todos pela Califórnia Produções, uma empresa familiar com sede em São Paulo, mas que vende shows por todo Nordeste, interior paulista, Goiás e Tocantins, todos destinos de migrantes sertanejos.

Na composição “Eu tô comprando é boi”, Soró aparece como exemplo do individualismo moderno, o “EU” que compra. Esse indivíduo é o centro de uma letra que associa o poder econômico e ganadeiro. Ele mescla os signos das oligarquias do boi e do capital e expressa os ideais e desejos de inserção nesse universo de ostentação e poder.

Como Soró, muitos outros artistas tentam a ascensão mercantil utilizando a tradição do sertão como referência para uma produção mais adaptada aos padrões contemporâneos. Nessas produções, apesar da roupagem tecnológica, ainda predominam os códigos do sertão original como estética e discurso. O produto musical de Soró Silva, apesar de ser uma realização desde as classes subalternas, se pretende uma forma de apropriação e inserção no modelo capitalista a partir de valores conservadores, que evocam o tempo da tradição ganadeira e da religiosidade evangélica como repertório.

Esses modelos conservadores não estão restritos a antigas mídias e formatos, como o rádio, nem a um público de idade mais avançada. Na área das mídias e redes sociais, podemos identificar como parte desta categoria da *Reciclagem* os inúmeros grupos de *WhatsApp* ou *blogs* e *sites* de notícias, que se alastram pelos municípios e comunidades como promessa de troca de informação. Eles tendem a incorporar termos em inglês, como *News*, mas a análise do conteúdo desses pequenos meios alerta para a reprodução, nas redes tecnológicas, de modelos e práticas reacionárias, mesmo entre o público mais jovem. Esses grupos tendem a repetir antigas disputas políticas locais ou a disseminação de posturas patriarcais e machistas, como quando culpabilizou mulheres vítimas de abuso sexual¹¹⁰ ou quando do clamor público pela ação repressora da polícia em casos de banalização da violência.¹¹¹

Para finalizar os exemplos desta categoria que se insere no tempo da tradição e no espaço do consumo, não poderia faltar a questão da religiosidade. No sertão tradicional a fé era um elemento determinante da estrutura social e cultural, e ela se renova como no caso do turismo religioso em Juazeiro do Norte, no Ceará.

A indústria da fé que se estabeleceu no sertão do Cariri tem como origem a polêmica obra do padre Cícero Romão Batista (1844-1934), que em Tabuleiro Grande, atual Juazeiro do Norte, protagonizou o “milagre” (1889) que transformou hóstia em sangue. O mito

¹¹⁰ Como no caso de adolescentes estupradas pela banda New Hit em Ruy Barbosa, em que vários grupos sociais culpabilizaram as vítimas pelo crime.

¹¹¹ Em vários episódios de assaltos a bancos pelo sertão baiano, grupos de *WhatsApp* e *blogs* cobram do Estado maior policiamento e saúdam a ação de grupos de extermínio.

foi narrado por jornalistas e cordelistas e se popularizou, gerando um clima de instabilidade. Por vários anos, a Igreja Católica reprimiu o fenômeno, excomungando o sacerdote e realizando uma rígida censura ideológica sobre o assunto. Ainda assim, a euforia espiritual que seguiu o fenômeno, atraiu uma multidão de romeiros, que fomentaram o crescimento e o comércio local.

Ao longo do século XX, o turismo religioso na região cresceu e se tornou “a Meca” da religiosidade popular nordestina e um dos principais vetores do crescimento econômico da região de Juazeiro do Norte. A grandiosidade da imagem do padre Cícero no monte local, o complexo logístico de atenção aos romeiros e a quantidade de brindes e *souvenirs* com referências ao “santo” revelam as mudanças simbólicas que a fé produziu no último século. Juazeiro do Norte se converteu em um dos principais destinos do turismo religioso do país. Na internet, dezenas de vídeos e *blog* tratam de virtualizar a devoção, como na página *web*¹¹² ou na rádio Pe. Cícero, que se dedicam a estimular o culto ao beato.

No entanto, o reconhecimento público e a mercantilização da fé popular em formatos mais contemporâneos e midiaticizados não desvinculam essa manifestação cultural do tempo da tradição, nem do espaço do consumo conservador. A lógica de recriação cultural do Padre Cícero, e de tantos outros templos de religiosidade popular no sertão, trata mais da reorganização estética e comercial dos antigos padrões da religiosidade e do mito frente às inovações do capital.

¹¹² Disponível em: <<http://hortodopadrecicero.net.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Resistência

Identificada no canto superior esquerdo do mapa, o setor da *Resistência* cultural (preto) utiliza o recurso da memória e do tempo passado como tática de luta, e o espaço dos direitos progressistas como elementos de uma produção cultural militante. Neste grupo se aglutinam diversos movimentos culturais que têm como elemento articulador a posição subalterna¹¹³ e a contra-hegemonia na pauta da sua criação simbólica.

Essa condição dinâmica, construída a partir das relações de poder, permite reunir, na mesma categoria, tanto as expressões culturais territorializadas por comunidades¹¹⁴ temáticas (como grupos de quebra-coco, coletivo de mulheres, indígenas etc.) quanto as produções que tradicionalmente se articulam pelo pertencimento a uma área geográfica específica (como associação comunitária de Mulugú do Morro). A categoria da resistência identifica assim a produção cultural alternativa de diferentes origens e segmentos, reunidas pela posição subalterna e contra-hegemônica.

Quanto mais próxima essa produção se situar junto a linha vertical do lado *direito*, mais ela se refere à causa ou projeto de mundo, como iniciativas de organização não governamentais por direitos humanos, de ativistas ambientais por direitos ecológicos ou comunidades homoafetivas que discutem questões de gênero e sexualidade como direitos. Quanto mais próxima da linha horizontal, a produção cultural da resistência reivindica a *tradição*, usando principalmente

¹¹³ Laclau (2006).

¹¹⁴ Bauman (2003).

a disputa pela construção da memória histórica subalterna, e o argumento da identidade de “raiz”. Nesse caso, tendem a refletir manifestações culturais populares seculares, que em geral apelam às lutas e ao passado dos grupos excluídos.

Em comum, elas expressam lógicas alternativas de produção cultural, priorizam o discurso “popular” e desenvolvem uma estética mais rústica, menos associada aos padrões de consumo.

No espaço do direito, elas evocam os aportes simbólicos vinculados às lutas por afirmação e reconhecimento dos grupos minoritários, como indígenas, quilombolas, mulheres, trabalhadores rurais, entre outros. Politicamente, essas produções tentam valorizar o popular e a tradição como reivindicação libertária de acesso aos direitos públicos coletivos. Essas vinculações apontam para uma produção cultural que se relaciona com a terra, a roça e a natureza, e com os valores das utopias, como solidariedade e respeito à diversidade.

Como no item anterior (reciclagem) vimos um exemplo da tradição da religiosidade ressignificada pela lógica do capital no caso das romarias em Juazeiro do Norte. Tomemos agora a questão da fé, desde a perspectiva da resistência, para entender essa relação entre tradição e direitos. O caso do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto também tem sua origem com Padre Cícero, que apoiou e defendeu a criação de uma comunidade messiânica no sertão do Crato nos anos 1930. Sob os cuidados do beato José Lourenço, o Caldeirão dos Jesuítas acolheu centenas de flagelados em um sistema comunitário de produção, que contrastava com os grandes latifúndios. Em 1937, acusados de comunismo, o sítio foi invadido

pelo Exército, os moradores massacrados e os corpos desaparecidos.

Nos anos 2000, organizações de direitos humanos realizaram uma campanha pública para pressionar a justiça brasileira a julgar e punir os culpados. Descendentes de sobreviventes do massacre reconstruíram a vila e a vida campesina no povoado do Caldeirão e reivindicam a posse oficial da terra. Em uma ação pública, levaram a matança para a Organização de Estados Americanos (OEA) como crime de lesa-humanidade.

No nível cultural, o documentário *Caldeirão*¹¹⁵ (1986), de Rosemberg Cariry, resgatou essa memória, e na internet vários outros vídeos tentam atualizar o tema.¹¹⁶ Uma romaria religiosa¹¹⁷ foi retomada como marco da memória comunitária de fé e experiência de luta. A Cia do Tijolo, um dos mais inovadores grupos de teatro independente do país e que tem como fonte a poética nordestina, encenou o conflito tentando dar visibilidade ao “morticínio que o Brasil não viu”. Na pauta, artistas e ativistas querem reescrever a história do Ceará e incluir o episódio como forma de reconhecimento público das atrocidades do Estado brasileiro.

Assim como o genocídio do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, os conflitos religiosos de Pau de Colher (Casa Nova) e de Canudos na Bahia remetem a essa religiosidade e misticismo

¹¹⁵ Documentário completo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o9OEb94tvy4>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

¹¹⁶ Vide mais nos documentários da TV Assembleia do Ceará (2012) <https://www.youtube.com/watch?v=Z2DVrL_dEcl>, ou o programa do radialista Almeida Júnior <<https://www.youtube.com/watch?v=z5s-o3iX6tQ>>.

¹¹⁷ Registro da romaria no programa da TV Ceará/ Globo <<https://www.youtube.com/watch?v=jYZGFpRxLQw>>.

popular. Eles sobrevivem como prática cultural de resistência e transformação social do sertão. São fruto da ação de extermínio do Estado, e a principal ação cultural é a reconstrução da memória. Nesse sentido, reivindicam e atualizam o passado a partir de valores como justiça e igualdade. Eles destacam a questão do campo e produzem uma fé que foge aos padrões institucionais e comerciais.

A religiosidade evocada pela renovação cultural dessas experiências de resistência se aproxima mais às lutas e experiências do sertão como promessa messiânica de libertação e de construção de valores comunitários das CEBs, que do discurso da resignação da igreja tradicional. Portanto reivindicam a memória e a fé como parte dos direitos coletivos, e não com as promessas de cura, prosperidade ou proteção divina de forma individualizada.

Outra característica forte dessa fé da resistência é a relação com o território. Caldeirão ou Canudos fazem parte de uma história geograficamente localizada, e as quais se enraizaram a partir da sua relação com a natureza e o sertão da roça. Por isso, refletem a retomada da tradição e da memória desde a perspectiva das lutas políticas pela posse da terra. Ou seja, se por um lado reivindicam o poder da palavra e do discurso como estratégia de luta pela memória, também vinculam estas disputas simbólicas com questões concretas, como os conflitos agrários.

Esses produtos de grupos minoritários entendem que um dos primeiros lugares de produção cultural das resistências se dá na palavra, mas o reconhecimento discursivo não é o objetivo final das lutas de muitos desses movimentos, como indígenas e quilombolas. Eles reivindicam memórias tradicionais como reconstrução de sentidos e

discursos que legitimem a posse de seus territórios, ou mudanças na estrutura fundiária, no reconhecimento de terras e direitos, ou na lógica de distribuição de renda.

No passado, quando do uso da catequese como instrumento de “civilização” dos povos originais ou da definição do português como idioma nacional; indígenas e escravos africanos tiveram suas línguas e identidades religiosas proibidas como parte do projeto de homogeneização e dominação desses povos como mão de obra necessária ao modelo econômico. A afirmação da hegemonia de dominação colonizadora, e posteriormente, a necessidade de criação de uma identidade nacional se impôs por meio da eliminação da diversidade, e suas práticas culturais foram sistematicamente avaliadas como pobres, inferiores, atrasadas e negadoras da modernidade. Na contemporaneidade, a produção cultural dos que se reconhecem como herdeiros dessas matrizes reivindicam o reconhecimento público de suas tradições. E essa luta pela visibilidade simbólica passa também pela retomada de direitos culturais, sociais, políticos e econômicos dos despojados.

Não se trata apenas de preservar manifestações, mas de resgatar as histórias silenciadas. Os sentidos e as palavras dessas produções tentam reconstruir e afirmar mundos que teimaram em não desaparecer por completo. Dizer a existência dessas manifestações e heranças é, em si mesmo, um ato de resistência. Retomar termos, cantos, lendas, rezas e práticas dessas matrizes ancestrais faz parte do processo de visibilização das *culturas das sombras*. Elas são as memórias ocultas dos povos massacrados e tratam da necessidade de cura coletiva que precisa trazer para a cena pública os fantasmas dos

massacres e violências que originaram os sertões. Mas esses traumas ainda permanecem. Eles estão presentes nos preconceitos e estruturas, e se reproduzem na distribuição desigual de poderes, de terras, de políticas e nas estruturas de comunicação e cultura. Talvez por isso a produção cultural desse setor seja, em sua maioria, marginal.

Exemplificamos essa posição com as produções indígenas, que, após décadas de invisibilidade,¹¹⁸ reiniciaram nos anos 1980 suas lutas por reconhecimento e retomadas de terras (BEZERRA, 2012). Nos anos 2000, muitas tribos passaram a utilizar a produção audiovisual, de rádio e internet como forma de visibilidade étnica. Essas produções revelam a incorporação de recursos tecnológicos como parte de um processo de reelaboração simbólica, em que tradições se reinventam como estratégia de mobilização política.

Um dos materiais que exemplificam a tentativa de dar voz aos povos indígenas do semiárido é a produção da Articulação de Povos Indígenas (Apoime). Eles mantêm páginas na internet e canais no *YouTube* com produção de vídeos artesanais¹¹⁹ para denunciar tanto a histórica vitimização dos povos indígenas quanto a gravidade das questões ambientais amplificadas na modernidade. Desterritorializados e quase exterminados pela ocupação portuguesa, foram expulsos de suas terras com a construção das barragens no século XX, e colocam o temor de mais um deslocamento forçado com a possibilidade das usinas nucleares em Itacuruba (PE). Outras experiências, como o Cine Curumim e o projeto Espalhaasemente.org

¹¹⁸ Muitas destas comunidades foram dadas como extintas, e agora reivindicam, entre outras lutas, o reconhecimento de sua própria existência.

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yMncsJd_EK8>. Acesso em: 3 out. 2017.

em Caetité, a rádio Kiriri FM em Banzaê, ou a página *web* <http://www.mulheresindigenas.org> tratam do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como estratégia de produção independente na valorização de suas causas.

Os povos negros também tentam aliar as novas ferramentas tecnológicas e suas expressões seculares de cultura para dar visibilidade a suas lutas. Em Caetité, a comunidade quilombola de Pau Ferro tenta resistir aos conflitos gerados pelos projetos de mineração em suas terras. Nas lutas por visibilidade, conquistaram o reconhecimento quilombola e, desde então, produzem vídeos caseiros que disponibilizam na internet sobre seu centenário terno de reis.¹²⁰ Ainda sobre o tema, o Governo Temer retirou a questão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que vinculava o reconhecimento identitário com a regulamentação fundiária, e o passou para o Ministério da Educação. Dessa perspectiva mais conservadora, a luta pela identidade quilombola perdeu a sua ação concreta que incidia sobre os conflitos agrários para ser reduzida a um debate de expressão artístico-cultural.

Em Sento Sé e Casa Nova, comunidades de fundo de pasto tentam evitar a expulsão de suas terras em conflitos com mineradoras e complexos eólicos. Para isso, usam recursos midiáticos que apelam para o argumento da ocupação secular do território e valorização dos modos de vida rurais. Como estratégia inovadora de visibilidade pública, produziram o documentário *Areia Grande: resistir para existir*.¹²¹

¹²⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2WsWW4e4WaQ>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

¹²¹ Documentário produzido em 2011 pelos trabalhadores de Areia Grande com apoio da ONG alemã Horizont 3000 e CPT.

Nele, usam chapéu e gibão de couro e apelam ao passado e ao discurso das comunidades tradicionais para provar a legitimidade de sua resistência no interior da caatinga.

Os recursos da memória e de visibilidade pública do conflito são uma tática de busca por legitimidade. Mas, nos restringindo à análise dos produtos culturais da resistência, se do ponto de vista político o tema é provocante, do ponto de vista técnico esses materiais revelam a precariedade das condições de produção subalterna.

Com pouca infraestrutura (muitas imagens parecem ser captadas por celular), tendem a reproduzir uma baixa qualidade de som e imagem. Esses produtos têm pouca preocupação estética e domínio técnico da linguagem, e exibem um nível doméstico de produção. Tendem a ser rústicos, em que a prioridade é a denúncia e não a ferramenta, ignorando a premissa teórica de McLuhan de que o meio é a mensagem.

Essas produções passam a ser mais elaboradas quando se associam a outros agentes, como organizações não governamentais, ou entidades públicas mais próximas a essas causas, como universidades ou TVs públicas. O documentário *Quilombos* (2014), produzido pela TVE, ou a série *Índios do Brasil*, da TV Cultura, são exemplos de materiais com qualidade diferenciada. No entanto, nestas iniciativas, em sua maioria, as comunidades não são os autores e editores do discurso produzido sobre sua realidade.

Este é o caso do documentário *ConViver*, dirigido por Bruno Xavier, Roger Pires e Yargo Gurjão, e lançado pela ASA em 2017.¹²²

¹²² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FnrHrCh4sJI>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

A produção aborda o sucesso do Programa Um Milhão de Cisternas como estratégia de combate à pobreza e convivência com o semiárido. Mas os agricultores, diferente das iniciativas de resistência apontadas anteriormente, ocupam o lugar de protagonistas, mas não de diretores ou roteiristas. Eles ilustram o material de autoria de uma organização representativa. Essa diferença se percebe pelo discurso do documentário, que funciona mais como um instrumento de divulgação, que de protesto e reivindicação.

Em 2014, a ASA juntamente com a ANA investiu em uma estratégia de visibilidade mais próxima aos trabalhadores, organizando um megaevento político, com mais de mil agricultores acampados na Univasf para discutir os conflitos e a promoção da agricultura agroecológica. Indígenas, negros, mulheres, cordelistas, repentistas e tantas outras representações se articularam em torno de chapéus de palha como novo signo identitário de reconhecimento do trabalho no campo como elemento comum.

O chapéu de palha, item da vestimenta dos peões, se tornou um signo da roça. Ele simbolizava a vida dura e miserável que acompanhava o trabalho dos lavradores sertanejos, sendo associado à pobreza, servidão e analfabetismo. Quando eleito símbolo da marcha no encontro de agroecologia no nordeste, realizou-se uma mutação/ressignificação simbólica do chapéu de palha como produto cultural associado à emancipação política dos povos do campo, e valorização da roça.

Os mais de mil chapéus de palha realizaram a articulação simbólica de causas tão díspares e marcharam sobre a ponte Juazeiro/Petrolina clamando por visibilidade pública e ressignificando o material dos trabalhadores subalternos. Esse cuidado estético teve

origem na estrutura de produção montada para o evento, que reuniu mais de 20 profissionais de comunicação, entre jornalistas, relações públicas, publicitários, e 42 comunicadores populares vindos dos muitos sertões.

Entre voluntários e técnicos contratados por entidades, como ASA e Greenpeace, eles planejaram o uso do chapéu como parte de uma estratégia de comunicação capaz de vencer as barreiras da concentração da propriedade midiática e irromper a cena pública. Com os chapéus, valorizaram os produtos culturais da roça, suas manifestações culturais e artísticas, mas também denunciaram os conflitos no campo.

Essa sofisticação da produção cultural representa uma tendência de profissionalização do setor comunicacional dentro das organizações de militância. O perigo é que essa comunicação mais qualificada priorize as questões institucionais, em detrimento das causas que lhe deram origem, como reflete a própria Brochardt (2015), que coordenou a ação de comunicação no evento referido, mas que avaliou sua experiência na ASA-Com, a assessoria de comunicação da ASA do ponto de vista teórico.

Essas entidades afirmam um discurso que defende a participação dos agricultores na definição das políticas públicas. Mas os camponeses sequer são mencionados como público-alvo nos documentos de diretrizes da sua política de comunicação. A produção também prioriza os materiais impressos, como o “Candeeiro”, numa produção cultural que os agricultores “são exímios na comunicação oral, porém, limitados na leitura e na escrita” (BROCHARDT, 2015, p. 13).

A dificuldade de conciliar a profissionalização das experiências de comunicação com as lutas dos movimentos populares parece ser minimizada por iniciativas como a da Fundação Casa Grande, no sertão do Cariri, no Ceará, que apostam na formação técnica e política de crianças, adolescentes e jovens na área da comunicação. Em um trabalho de autogestão, os meninos e meninas apresentam uma produção cultural intensa e sofisticada, sem perder a militância. No *YouTube*, eles mantêm a TV Casa Grande, no qual exibem sistematicamente o resultado de diversos trabalhos criativos que pautam os conflitos e problemas de sua própria comunidade. Mais familiarizados com a linguagem audiovisual e sonora que as antigas lideranças, a meninada protagoniza novas estratégias de resgatar a memória e visibilizar as lutas do povo Cariri no sertão cearense. Ainda que mais tecnicamente sofisticados, as visualizações da produção na internet (as mais populares atingiram cerca de 15 mil reproduções) estão bem longe dos milhões de seguidores de artistas massivos.

Outra experiência que busca articular as manifestações populares “de raiz” dos povos tradicionais com a juventude é a *Rede Ser-Tão Brasil* liderada pelo Centro de Referência Integral dos Adolescentes (Cria), uma ONG de Salvador com um histórico de trabalho de arte e educação. A instituição, desde o início dos anos 2000, investiu na integração cultural de jovens da periferia da capital, com a periferia sertaneja, formando uma rede de arte-educadores e jovens envolvidos em atividades culturais emancipatórias. Em 2011 eles realizaram o VII Encontro Ser-Tão Brasil: Semeando os Saberes e Fazeres do Nosso Povo!, uma iniciativa de intercâmbio no município de Boa

Vista do Tupim com o objetivo de conectar as juventudes, a arte e as novas tecnologias, com os saberes e lutas dos povos tradicionais do sertão, e influenciar política públicas. Na programação, a iniciativa buscou um reconhecimento das expressões e artes indígenas, africanas e ciganas; da cultura da infância e do papel dos mestres e mestras populares na formação das novas gerações.

Influenciando a gestão pública municipal, criaram uma “cordelteca”, uma biblioteca de literatura de cordel com perspectivas de integrar a escola pública com os saberes da cultura e da arte popular, aprovaram um plano municipal de cultura para Boa Vista do Tupim, e realizaram uma Conferência Livre de Cultura preparando a sociedade civil para a IV Conferência Estadual de Cultura, que foi realizada em Vitória da Conquista. No entanto, depois de 2011, a crise de financiamento que se abateu sobre as ONGs do país, e o declínio das discussões culturais no Governo Dilma e na política baiana apontaram para a diminuição da força desta experiência.

Essa característica da inconstância, da pouca visibilidade e da fragilidade orçamentária é uma das características das iniciativas de produção cultural da resistência. Fora do eixo hegemônico, essas redes são mais vulneráveis às crises, refletindo em uma existência mais curta ou sazonal, ficando a mercê do entusiasmo e do recurso de lideranças e entidades, como o Encontro de Reiseiros da Chapada Diamantina, que depois de duas edições foi extinto.

Um exemplo de resistência é a Cantoria de São Gabriel, região de Irecê na Bahia. Em quase 30 anos de existência, a iniciativa é o marco no fomento das cantorias dos sertões a partir da evocação estilística da prosa e poesia sertaneja tradicional. Nascida da

cultura popular, nos últimos anos contou com financiamento de órgãos como a Petrobrás e Secretarias de Cultura, chegando a atrair artistas consagrados como Xangai, e batendo recordes de público. Em 2017, diante da crise econômica e política, foi ameaçada de não se realizar. A cantoria, que sempre aconteceu em junho, teve sua 26ª edição no final de dezembro, sem grandes artistas de nome nacional e voltando a privilegiar exclusivamente poetas e cantadores locais. Na tentativa de mobilização do público para a realização fora de época, foram criados eventos e páginas de *Facebook*, com cerca de 1,7 mil seguidores. Mas esteve longe de ocupar os noticiários e agendas culturais massivos.

O que em comum estas experiências da cultura da resistência revelam é o impacto da concentração da propriedade midiática na produção cultural dos sertões contemporâneos.

Nesse mapa predominam as produções hegemônicas, situadas na parte inferior, revelando a força do boi e da Hilux como novos signos de poder simbólico, econômico e político. Ao se afastar da estética do consumo e da tradição oligárquica, as manifestações de resistência e a da radicalização se constituem como as mais frágeis, precárias e invisíveis neste universo de produção cultural.

Como a agenda cultural das classes subalternas passa pelo enfrentamento aos grupos hegemônicos, eles tendem a estar em situação desprivilegiada perante os meios de comunicação, por isso, têm forte tendência a se aproximar da defesa da democratização dos meios como parte das ações políticas de reconhecimento das minorias. Nesse universo, a democratização dos meios se apresenta como a ruptura histórica que não se realizou no semiárido e que

continua produzindo impactos, cada vez maiores, na constituição das identidades contemporâneas.

RAIZ DE VENTO: OS SERTÕES DAS JUVENTUDES

Compreender as lógicas de consumo e os sentidos da recepção dessa intensa e plural produção cultural é um desafio latente. Em 2012, ao participar da festa de vaquejada de Uauá, observei um dos episódios mais evidentes das rupturas culturais em torno dos sertões contemporâneos. Um pai tentava convencer o filho de 15 anos a vestir o gibão de couro para o desfile. Era a tradição familiar repetida há mais de três gerações. Mas o jovem se recusou veementemente e foi para a festa de moto e boné.

Desde então, junto com jovens investigadores sertanejos, temos realizado rodas de conversa e entrevistas com a juventude. A iniciativa faz parte de uma pesquisa de ação-participação independente¹²³ sobre juventude¹²⁴ e comunidades rurais dos sertões da Bahia realizada há mais de cinco anos. Com este trabalho, se esperava entender os sentidos das escolhas de consumo dos produtos culturais da nova geração de sertanejos. Através de metodologias de educomunicação, esse público foi provocado a responder basicamente três perguntas: Quais os seus sonhos? Seus medos? E o que mais o identifica com o lugar em que nasceu?

As respostas são pistas e pontos de partida para entender o universo identitário desta nova geração de sertanejos. De uma ma-

¹²³ Com o apoio da CPT, Uneb, Escolas Família Agrícola e alunos voluntários.

¹²⁴ Juventude entendida menos como uma faixa etária, e mais como uma condição social, de reconhecimento de uma etapa da vida entendida entre a infância e o mundo adulto.

neira geral, podemos afirmar: os jovens sonham com bens de consumo e inclusão social. Não temem a pobreza, nem a miséria de antigamente, pois seus medos são a violência e a falta de emprego na região. Não têm muita identificação com a roça, com as tradições ou com o sertão do passado. Os laços familiares e celebrações culturais comunitárias são o principal fio de identificação com essas terras.

Nessa trajetória de montar os perfis, encontramos muitos personagens que ajudam a identificar esses novos atores sertanejos. Igor, de 14 anos, é de uma comunidade de pescadores em Muquém de São Francisco. O sonho da sua vida é correr vaquejada. Ele exhibe todos os adereços estéticos para concorrer ao troféu na pista recém-inaugurada nas vizinhanças, mas lhe falta o cavalo – um animal de competição equivalente a R\$ 70 mil. Como sua família é beneficiária do Bolsa família, ele sabe da inacessibilidade desse sonho. Seu maior medo é a vergonha de não poder ajudar a sustentar sua família. E a vaquejada é o que o une ao mundo sertanejo.

Na comunidade de Volta Grande, em Tapiramutá, os rapazes também ostentam motos com a descarga quebrada, para fazer um ruído poderoso e remeter a veículos com mais cilindradas. Em suas exposições públicas, eles não escondem a falta de documentação do veículo, nem demonstram algum constrangimento ético com a possibilidade de sua motoca ser um produto roubado, ou fruto de algum empréstimo consignado que endividou os aposentados da família. Segundo Marcos, de 21 anos, a moto é necessária para “causar” e ser visto. As meninas concordam que a técnica funciona: *“Ninguém quer namorar um pelado que anda a pé”* (Mile, 17 anos, informação verbal).

Em um desses eventos, a contradição entre os tempos e os projetos de mundo ficou evidente quando da escolha do repertório musical da abertura da formação de jovens de escolas famílias agrícolas. Um dos técnicos da CPT, considerado um dos líderes “das antigas”, pegou o violão e entoou o clássico “Só deixo o meu Cariri, no último pau de arara”. Sozinho, ele cantarolava os versos que diziam “enquanto a minha vaquinha tiver o couro e osso”... O silêncio na sala era constrangedor. Os jovens olhavam para as janelas, como que procurando brechas para sair do espaço. De repente, o violão foi interrompido por um celular que vibrou ao som do “Lepo, lepo”. Imediatamente, todos cantaram o hit entusiasticamente. Instantes mais tarde, o grupo revelou que gostava muito mais do mundo do Psirico que do sertão seco e sofrido da roça de Domingos.

Nos anos 1970, Durhan (1973) já previa que uma das consequências da transição para o capitalismo agrário, pautada na revolução tecnológica e que inclui a inserção no mundo da energia elétrica e da televisão, mudaria a forma dos campesinos se relacionarem com a natureza e impactaria na perda progressiva dos rituais e tradições.

Mas para a Pastoral da Terra, um dos principais impactos do novo milênio foi a desmobilização política nas comunidades rurais do semiárido. Em observação na comunidade do Salitre, Silva (2013) constatou que os grupos de jovens, que outrora protagonizaram a luta popular, agora sequer se interessam pelos novos conflitos da comunidade.

A preferência pelo “Lepo lepo” revela uma opção de consumo pela produção cultural massiva. Ela demonstra o poder das mídias de massas, sua capilaridade, e influência entre os segmentos mais jovens.

Mas não é só isso. Indagados sobre por que se identificam mais com essa canção que com o clássico dos anos 1970, os jovens vão descobrindo que as mudanças no ritmo e nas letras, estão também associadas a rupturas com os ciclos e ritmos do trabalho na terra, que marcavam o tempo do xote e baião. As novas canções, aceleradas e animadas pela crônica do cotidiano contemporâneo, são a expressão da adesão a uma cultura do consumo, da ostentação e do prazer.

Retomando o argumento original do sertão do boi, esses jovens encontraram nos novos estilos musicais e nos bens de consumo, uma forma de superação das precárias e sofridas condições cotidianas de existência que permaneceu na pobreza herdada do passado. A valorização da sexualidade, tema sempre presente nos novos hits, parece apontar o prazer, o álcool e o sexo como um lugar de conforto em meio a estruturas excludentes. Na impossibilidade de exercer outros domínios, o sexo continua assumindo o lugar privilegiado do exercício de poder masculino, como nos “cabras-machos” do passado.

Ao expor essa hipótese a jovens de Piatã, o grupo de meninas complementou a abordagem. Fãs de fenômenos do “sertanejo universitário” de Maiara, Maraisa e Marília Mendonça, produzido nas periferias de Goiás, elas contam que se identificam com estas canções porque elas refletem mulheres “diferentes”, que estão emancipando o papel feminino. O repertório dessas artistas fala de relações amorosas mais líquidas e de comportamentos femininos pouco convencionais, como a traição e o alcoolismo. Nessas novas afirmações de gênero, a mulher é convocada a reproduzir os padrões e valores do cabra-macho. Elas rompem com o lugar de trabalhadoras, recatadas e do lar que foi imposto historicamente às mulheres sertanejas.

A ruptura com o modo de vida das “mulheres de antigamente”, vai além da busca de novas identidades. Ela é a expressão do desejo de novas relações de gênero, menos rígidas e opressoras, e de melhores condições objetivas de existência, como fica evidente no depoimento de Bia (19 anos), que assume publicamente sua homossexualidade: *“Quem disse que eu tenho de carregar lata d’água na cabeça e passar o dia lavando e cozinhando pra marido? Eu quero é beijar na boca e ser feliz”* (informação verbal 2013).

Júlia, da comunidade quilombola do Remanso, é mãe de quatro filhos e sonha com esta emancipação para ajudar a libertar seus filhos. Os mais velhos (de 6 e 9 anos) são constantemente vítimas de preconceito pela decisão de exibirem cabelos black: *“Até a avó dos meninos vive mandando cortar os cabelos. Na escola, a professora diz que é para evitar piolhos. Mas é uma escolha deles”* (Júlia, 23, informação verbal 2014). Questionada se a origem desta decisão é uma tomada de consciência da condição quilombola, a mãe fica insegura: *“Acho que é mais porque eles veem um monte de artista usando essas novas modas na televisão e querem usar também”*. Júlia usa um *me-gahair* bem liso e tem vergonha de dizer que pratica o jarê.¹²⁵

Na comunidade indígena Payayá, em Utinga, Binho adora exibir seus ornamentos identitários como forma de expressar sua conexão com o passado e sua preocupação com o futuro.

Não quero que meu povo desapareça. O mundo acha que a gente não existe, mas a gente tá aqui e agora eu quero mostrar isso pra todo mundo. Meus colares, minha pintura é pra lembrar disso toda hora (Binho, 17 anos, informação verbal 2016).

¹²⁵ Expressão da religiosidade africana típica das comunidades quilombolas da Chapada Diamantina.

Essa visão mais ampla surgiu dos projetos de resgate identitário e dos viveiros de mudas apoiados pela ONG Conservação Internacional. Desde 2012, a comunidade vem tentando sair do anonimato e se destacar nas lutas indígenas na Chapada Diamantina.

Linda (23 anos, informação verbal 2016), da comunidade quilombola da Cutia, também entende que seu cabelo *black* é uma forma de militância com as questões raciais. Sua visão é engajada no movimento negro e estudantil, fazendo parte de uma exceção entre os jovens investigados. Linda faz faculdade de comunicação, trabalha com projetos de pesquisa sobre a identidade negra e integra diversos movimentos universitários, como o Levante Popular da Juventude, uma iniciativa de retomada dos projetos de esquerda que vem crescendo nas universidades do sertão.

Assim como Linda, Preto faz parte das ações do Levante Popular da Juventude e participa dos debates sobre novas definições de gênero no semiárido. Há dois anos ele assumiu sua homoafetividade nas redes sociais, mas quando retorna para a comunidade de Cisterna, município de Souto Soares, onde passa os finais de semana com os pais, ele nega sua orientação sexual: *“Juro pra mãe e pras beatas amigas dela, de pé junto, que sou cabra-macho”* (Preto, 21 anos, informação verbal 2017). O receio é de que a fluidez da sua masculinidade não seja bem acolhida na comunidade real de origem, perspectiva bem diferenciada do mundo virtual no qual transita.

Em comum, meninas e meninos afirmam que vivem em um mundo contraditório, em que *“a pessoa pode estar mal, mas tem de parecer que está feliz, ou parecer que está podendo”* (Júlia, 23 anos, informação verbal 2014). Esses jovens tendem a expor sua alegria instan-

tânea ao colocar músicas, nos carros, em alto volume, reproduzindo e exibindo sua felicidade por meio de mecanismos violentos de difusão. Rai, uma jovem do bairro José e Maria, em Petrolina revela:

Essa música alta me incomoda, parece que querem estuprar os meus ouvidos. Eu não quero escutar, mas eu sou obrigada. E quando eu vejo, já tô cantando e dançando igual (28 anos, informação verbal 2014).

Essas novas sociabilidades, da festa e do som alto, em que a música grita, são parte da permanência de uma cultura do silêncio. Quando em tentativas de prosas e rodas de conversa para além de temas do cotidiano, esses mesmos jovens se revelaram mudos. Uma das perguntas persistentes na pesquisa-ação era a respeito dos sonhos e projetos de vida. As respostas eram reveladoras da falta de palavras e de perspectivas de futuro. Menos de 20% dos garotos e garotas entrevistados diziam ter planos de fazer uma universidade ou de empreender alguma ação diferenciada em suas comunidades. A maioria não sabe o que fazer da vida, além de “curtir”.

Retomando a história dos sonhos de campeão de vaquejada de Igor, de Muquém do São Francisco, ele diz que queria a vitória para ser famoso, ter uma Hilux e virar o rei da mulherada. Mas quando perguntado como pretendia conseguir tudo isso, a resposta foi seca: “*vou correr com um cavalo bom quando eu roubar um banco*” (Igor, 14 anos, informação verbal 2016).

Outra questão que chamou atenção foi a recusa afetiva desses jovens das ocupações rurais. Mesmo nas Escolas Família Agrícola (EFAs), que têm um projeto pedagógico de valorização das atividades da roça, pouquíssimos dos jovens entrevistados projetavam

seu futuro no trabalho campesino. A vida no campo estava mais associada às imagens de atraso e fracasso, que aos ideais de pertencimento e admiração. Ao contrário, essa opção lhes parecia humilhante e um retrocesso. A falta de vínculos com a propriedade rural e o modelo de vida de seus pais e avós é o elemento por trás da recusa do chapéu de vaqueiro e das tradições culturais dos jovens com quem conversamos. A perda de importância das referências “de raiz” com o lugar que viviam era a explicação para a rejeição de costumes e tradições.

Essa atitude de negação do rural, segundo Silva (2013), é um dos impactos sociais da mecanização do trabalho agrícola.

Quem possui entre 15 e 29 anos, idade ora considerada limite para definir esta fase, não conheceu o Salitre do rio perene, da abundância de peixes, da agricultura orgânica e de subsistência, da riqueza cultural expressa em suas manifestações populares espontâneas. (SILVA, 2013, p. 49).

O não conhecer essas formas de vida do passado estabelece uma relação de afastamento cognitivo, afetivo e cultural que se manifesta na negação do chapéu e da roça. Os signos das tradições “não fazem sentido” para esses jovens.

Sem vinculação com as raízes culturais e afetivas, eles estão mais suscetíveis às crises e inseguranças típicas da idade, como a necessidade de se firmar socialmente e o desejo de acompanhar as novidades da época. Com o predomínio de uma produção cultural massiva e conservadora, esses jovens, consomem prioritariamente um projeto de mundo que defende o acesso a bens como solução e dissimulação dos conflitos (pessoais e coletivos).

Conscientes de sua condição inferiorizada de sertanejos, muitos se recusavam a migrar por não querer ocupar postos de trabalho inferiorizados longe de casa. *“Eu prefiro ficar aqui. Aqui eu pago de patrão, sou motoboy, faço uns bicos. Deus me livre de ir pra São Paulo ou pra Goiás ser escravo na fazenda dos outros”*, diz Silas (27 anos, informação verbal 2016), da comunidade de Barro Vermelho. Em uma reflexão ainda mais forte sobre a condição desses migrantes nos núcleos urbanos, Amália (26 anos, informação verbal 2016), que é do Salitre e foi viver no bairro Dom José Rodrigues, em Juazeiro, desabafa: *“a gente vive na cidade, mas é como se a gente tivesse condenado a ser da roça”*, diz.

Essa percepção de sua posição subalterna, em vez de ser canalizada em ações de luta e transformação pelos movimentos sociais, tende a ser sufocada pela obrigação da felicidade aparente, sustentada pela produção cultural da reprodução do consumo. Muitos desses jovens expressam, com vergonha, um sentimento comum de frustração perante a tomada de consciência da sua condição de excluídos. Têm sido constantes os relatos de depressão, consumo de tranquilizantes e entorpecentes, a imprudência mortal no controle das motocicletas e os casos de suicídio ou mutilação entre jovens em várias comunidades.

Em depoimento, a representante da CPT em Juazeiro, Marina Rocha, com mais de 30 anos de experiência na formação de lideranças rurais, reconhece a inabilidade de sua entidade em lidar com esse público e revela em tom desesperado:

Eles são muito diferentes dos agricultores com quem a gente costumava trabalhar. Não conseguimos entender o que eles querem e eles

parecem cada vez mais distantes (Marina Rocha, líder da CPT em Juazeiro, 2013, informação verbal).

Sem vínculos com o trabalho no campo, a tendência é que estes jovens articulem suas identidades além das estreitas definições de classe e da “roça”, como o faziam as lideranças campesinas no passado.

Na comunidade de Areia Grande, onde a grilagem das terras ameaça os moradores de expulsão, nem a ordem de despejo judicial conseguiu mobilizar os mais jovens.

É como se não fosse um problema deles. Dizem que não querem ir embora, mas não se mexem. Alguns até comemoram a chegada das eólicas e das mineradoras, dizendo que pode vir junto com um emprego, um amor, uma novidade. Sei lá o que mais...

(João, 30 anos, informação verbal 2013).

A questão é que a juventude se revela como a presença no sertão de um novo segmento populacional, antes invisibilizado. Eles refletem um aumento relevante da quantidade de jovens no sertão, que antes não eram percebidos por causa da mortalidade infantil elevada, pelas migrações massivas e pela adultilização precoce. Mas essa geração de jovens sertanejos, nascidos e criados no sertão, possibilitada pelos programas de transferência de renda e mudanças econômicas, não foi acompanhada de políticas públicas para o setor.

Nas comunidades rurais, são raras as atividades educacionais e culturais de suporte e apoio a esse segmento, seja pelas políticas, públicas, pela sociedade, seja pelas organizações da sociedade civil. Em geral, eles precisam estudar nos núcleos urbanos das cidades mais próximas e enfrentar os estigmas da identidade “da roça”

(VASCONCELOS, 2012). Se no passado se falava do sertão como um espaço-problema, nos tempos do semiárido das possibilidades se coloca agora a questão da juventude como geração-problema.

Os antigos códigos da violência no sertão, nesse contexto, ganham novos significados, reorganizando a opressão patriarcal em torno de um crescente tráfico de drogas, respondido com truculência policial. Na comunidade do Salitre em Juazeiro, lideranças fizeram uma denúncia contra as agressões da Corporação aos jovens locais no Ministério Público. O resultado foi mais ameaças e uma campanha reacionária na imprensa, reiterando o sertão como um lugar violento, abandonado à ação dos “justiceiros” como Lampião. Nesse cenário, a juventude é percebida como criminosa potencial, provocadora da desordem e sobre a qual recai a principal política juvenil no sertão: a repressão. Segundo o Mapa da Violência,¹²⁶ são eles as maiores vítimas de assassinatos. E é crescente o número de crimes violentos em cidades do interior sertanejo.¹²⁷

A falta de perspectivas juvenis também parece ser um terreno fértil onde se multiplica a experiência das novas religiosidades no sertão, seja ela evangélica protestante, ou da renovação carismática católica. Com um discurso que associa a fé com a prosperidade, essas novas experiências religiosas se apresentam como uma alternativa de ação cultural juvenil mais próxima aos ideais do capitalismo contemporâneo. E diferentemente da fé politizada que as CEBs

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

¹²⁷ A exemplo, o Mapa da violência 2012 colocou alguns dos municípios do semiárido em posição de elevada taxa de homicídios no país, principalmente de jovens negros. Por exemplo, Juazeiro ocupa o 80º lugar e Petrolina o 73º entre o número de mortes violentas por cada mil habitantes.

estruturaram em torno da prática religiosa dos anos 1970-80, ou do misticismo mágico da religiosidade popular tradicional, essa nova fé rearticula os interesses juvenis para cada vez mais longe das memórias históricas, e das lutas coletivas (SILVA, 2013).

Sem um projeto político que organize a experiência e dê sentido às vivências cotidianas, esses jovens parecem cada vez mais perdidos, isolados, cobrados e responsabilizados pelos mais velhos pelo aumento da sensação de desilusão e insegurança com o futuro. Esse despreparo da sociedade do sertão em se relacionar com o segmento juvenil não é sinal apenas dos conflitos geracionais comuns aos grupos sociais. Ele revela uma culpabilização dos mais novos pelos problemas gerados pela inclusão periférica do sertão no modo de produção globalizada. Nas tensões sobre a juventude estão expressas as contradições da assimilação de um modelo produtivo determinado externamente, que está aprofundando as estruturas perversas da dominação simbólica e política do território semiárido.

Em torno da população juvenil, nascida e imersa no século XXI, estão os conflitos e contradições dos muitos projetos de sertão do futuro. Apesar de se situar na mais baixa faixa de renda *per capita*¹²⁸ do país, essa população é alvo cotidiano da publicidade que tenta capilarizar o capitalismo globalizado nas periferias. Esses jovens passam, em média, oito horas por dia expostos aos meios de comunicação massivos e dos equipamentos virtuais¹²⁹ que têm como foco o projeto de consumo.

¹²⁸ Segundo pesquisa realizada pelo Ipea para a Secretaria Nacional do Juventude (2013), 51% dos jovens entrevistados na amostragem revelaram ter renda mensal domiciliar de até R\$ 290,00.

¹²⁹ Cerca de 90% dos jovens usam a televisão aberta como meio de informação, e 35% já apontavam a internet. Secretaria Nacional de Juventude (2013).

Nesse processo, a juventude sertaneja é o reflexo de novas relações culturais, sociais, políticas e econômicas, em que o trabalho na terra não cumpre mais a função de articulação dos sentidos da experiência cotidiana. Os jovens sertanejos do novo milênio permanecem no sertão. Mas sem as raízes que outrora foram a base da existência dos vaqueiros, lavradores e lavadeiras, e a motivação das manifestações como o Boi Roubado, os Reisados ou as festas de São Gonçalo. A ética do trabalho e a cultura da roça que outrora se configuraram como elementos centrais na estrutura sociocultural dos semiáridos, foram substituídos pela ética do consumo e a cultura do prazer.

Nessa inversão cultural, pautada por uma mediação comunicacional tecnológica de propriedade concentrada nas mãos de elites políticas e econômicas, o boi ressurge como signo hegemônico. Os novos códigos de poder transmutam o ideal do boi na potência de uma Hilux ou num chapéu de *cowboy*.

Quando este sertão tenta romper com o boi, se produz uma carência simbólica, ou um vazio de sentidos, pois não criaram referências locais autônomas o suficiente para sustentar o cotidiano contraditório em que vivem. A tendência é a cópia de padrões e estilos externamente determinados, como o boné, através do qual os jovens tentam afirmar uma identidade mais próxima aos códigos simbólicos da modernidade e do mundo globalizado.

Eles querem se inserir nos novos modelos e padrões apresentados como referência ética e estética pela publicidade. A tendência desses jovens é assimilar parte desses referenciais e construir comportamentos mais compatíveis com o mundo que tomam como modelo.

Nesses novos modelos, as novas tecnologias, principalmente os celulares, têm papel de destaque. Mesmo nas comunidades sem energia elétrica e sem sinal de telefonia, como na Areia Grande, em Casa Nova, aparelhos sofisticados desfilam entre a moçada, ainda que seja apenas para escutar música. Quando perguntados sobre os problemas que afetam suas comunidades rurais, a falta de acesso à energia elétrica e/ou à internet era uma questão muito mais incômoda que a falta de água ou de acesso à terra, como se a inclusão tecnológica fosse um passaporte para outra realidade materialmente distinta.

É justamente desse potencial das novas tecnologias junto aos segmentos juvenis que vêm os sinais de alento mais significativos. Quase todas as experiências de superação dos dilemas e conflitos da juventude nos sertões contemporâneos hoje passam pelo uso inovador das tecnologias da informação. Os projetos da Fundação Casa Grande em Nova Olinda (CE), a rede de comunicadores populares da ASA, as formações em educomunicação da CPT em escolas família agrícola, as rádios comunitárias de Curaçá e Santa Luz, ou a Rede Ser-Tão Brasil na Bahia, são prova de que é possível aliar os recursos tecnológicos da modernidade com a valorização da vida do campo, e promover uma inclusão transformadora desta juventude sertaneja.

Em 2002, coordenei um projeto de formação de lideranças juvenis da zona rural da região sisaleira a partir da produção de mídias comunitárias. Ao analisar a experiência em minha dissertação de mestrado, apresentei Nayara, de Retirolândia. Vinculada ao sindicato de trabalhadores rurais, era uma jovem tímida e insegura que descobriu na rádio comunitária uma estratégia poderosa de dar voz ao movimento de mulheres rurais. Anos mais tarde, reencontrei

Nayara, jornalista e vereadora ativa, que vem liderando projetos de capacitação de outras dezenas de jovens comunicadores rurais e dando visibilidade às identidades rurais sisaleiras.

Mas Nayara não é um caso único, em minhas andanças pelo sertão é sempre um prazer abraçar muitos desses jovens com quem compartilhei momentos de formação. A cada reencontro, me orgulho ao identificar novos e entusiasmados colegas de profissão, participando de redes e liderando entidades relevantes no semiárido, ou coordenando experiências de formação de outros grupos juvenis. Em cada um deles redescubro o papel das novas mídias como mediadoras de um sertão de esperanças.

BREVES CONCLUSÕES OU SERTÕES INCERTOS

*Futuca a tuia, pega o catadô.
Vamos plantar feijão no pó.*

Mello, 1989.

Na tessitura deste livro, descobri que na minha raiz genealógica tem uma antepassada, uma tataratataravó a quem os antigos chamavam de “Véa Coló”, uma índia pega no mato que vivia amarrada ao pé da cozinha. O nome dessa vó (Colo) tão distante é também a origem latina das palavras Cultura e Colônia (BOSI, 1992). E também do colo que nos nina.

Na primeira acepção do termo, colono é o que cultiva, o que produz as culturas de milho, de gado, de gentes. Dessa mesma raiz etimológica, se produziu o vocábulo da colonização, fenômeno ao qual este livro se dedica a entender. E ainda o conceito de cultura restrito aos bens e produtos das indústrias criativas, que tratamos aqui de interpretar e desconstruir. Mas nesse processo, também identifiquei que o mesmo *colo* que oprime, pode também ser o canal do útero, o lugar do gestar. Ou ainda o alento, o afeto e o acalentar.

A apresentação dessa enorme variação linguística que tangencia o nome da minha ancestral é uma tentativa de repensar o lugar

das palavras e dos sentidos como centro dos debates contemporâneos. Foi deste colo original, da brutalidade do processo colonizador, que parimos os modelos culturais que afetam os novos sertões. Não por acaso, dediquei estas linhas ao passado e às minhas raízes, na pessoa da vovó Nair, uma agricultora que sonhava aprender a ler. Morreu analfabeta, proibida primeiro pelo pai, depois pelo marido, de desvendar o mundo das letras.

Quando no caruru do doutorado no povoado da Estação, seu Cosme e Damião questionaram se eu era doutora que sabia fazer partos. Naquele dia fiquei sem resposta. Hoje, enquanto finalizo estas linhas, tenho a certeza de que estou parindo palavras, que fazem parte do longo e doloroso processo de reconexão e de sanção das tantas dores que afetam a alma e o caminhar dos antigos e dos novos sertanejos. Quando escrevo essas linhas, tenho o poder de transcender nas letras, os sonhos que Vovó Nair não pode realizar, ou os dramas da colonização que a Vêa Coló pensou enterrados com ela.

Mas como justificar uma publicação que se supõem científica, apelando aos encantados da família? Para atestar a credibilidade deste livro, troco o nome do santo e afirmo que em verdade, o desafio desta tessitura era responder a Jesús Martín-Barbero. Em *Ofício de Cartógrafo* (2004), o filósofo interpelou aos estudiosos da comunicação e da cultura na América Latina a produzir mapas noturnos que ajudem a orientar os movimentos em um mundo obscuro, em que as geografias e os sentidos estabelecidos estão em um instável processo de mutação.

Assim, mapear os sertões contemporâneos e mutantes se configura como um desejo de tecer horizontes para além da hegemonia do

mercado, permitindo o surgimento e o entendimento de novas linguagens, sensibilidades e saberes. Mas, ao contrário de anunciar o fim dos sertões e sua substituição por territórios semiáridos, este livro entende que, desde as margens e periferias da inserção periférica na globalização capitalista, estão surgindo novos signos de “sertanidade”.

Este trabalho se apresenta como uma tentativa de cartografar os sinais desses novos mundos, a partir dos interstícios e das rotas paradoxais de entrada e saída nos sertões contemporâneos, pautadas por uma modernização incompleta, em que antigas ausências e emergentes presenças se inter cruzam. Nesse cenário, os sertões e suas fronteiras estão deslocados. Eles transcendem do imaginário tradicional sobre a região, em que uma modernidade desviada parece inverter as lógicas e os sentidos sobre o pensar, o ser e estar nestes territórios.

Enquanto os mapas do passado designavam os sertões mais pelas ausências, como o vazio da ocupação portuguesa, da falta do progresso e da democracia, ou pela seca e pela fome; os novos mapas e discursos parecem apontar a uma territorialidade semiárida povoada de novidades e perspectivas que tendem a virar o mundo, literalmente, de cabeça para baixo. Até mesmo nos debates da decolonização, no cenário brasileiro, o sertão não é uma epistemologia do sul *stricto sensu*, porque provoca que no Brasil o sudeste é que ocupa o lugar das metrópoles.

Esses novos mapas semiáridos são pautados por presenças emergentes, como as mulheres, negros e indígenas, e por inovações como a modernização tecnológica, ou pela urbanização e industrialização recente. Se os mapas do passado eram construídos a partir dos recursos e sentidos dominantes, definidos externamente, como a

cartografia europeia ou a escrita letrada e pela utilização de recursos híbridos; as novas rotas mesclam digitalização com raízes culturais, e projetos hegemônicos se cruzam com vozes antagônicas. Desse emaranhado, emergem discursos polissêmicos, polifônicos e destituídos de formas pré-estabelecidas, se situando nas zonas de fronteira, como o corpo, o “não dito” e as entrelinhas.

Nesse sentido, o semiárido é uma noção incompleta, em que o *semi* aponta tanto para uma realidade que *não é* (não é completamente árida, mas também não é úmida), como para um *porvir* a ser. A condição semiárida se refere mais a um estado, uma situação de transição ou passagem, às zonas de fronteira, a um estágio que ainda não se fez definitivo. A questão que se coloca é: que projetos e rumos se apontam neste vir a ser, ainda em disputa, nos semiáridos contemporâneos?

Entendendo o poder da palavra e da enunciação como uma questão de poder, esta trama se dedicou a perceber como as novas nomenclaturas, seus discursos, produtos e sentidos expressam interesses e correlações de forças entre atores muito diferentes. A ideia desta cartografia das presenças dos novos sertões é identificar a pluralidade de vozes, e também as assimetrias de poder em que as estruturas de produção de significados remetem a apropriação da palavra, dos códigos legítimos, e das lógicas de dominação hegemônica.

A revisão dos mapas históricos nos mostra que as disputas pela identidade sertaneja estão longe de ser uma discussão abstrata ou meramente simbólica. Elas emergem de lutas concretas e têm consequências muito fortes no mundo da vida. Por exemplo, a associação portuguesa do conceito de sertão como vazio, criou uma cartografia

e um discurso que legitimou a subjugação das populações indígenas originárias no sertão dos séculos XVII e XVIII.

Ao longo da história, o sertão da seca e da miséria, e a *questão nordeste* como território problema se construiu a partir de uma profunda relação entre a produção discursiva na literatura e na imprensa, com as políticas de comunicação e cultura, e os interesses políticos e econômicos dos grupos hegemônicos. Das tessituras do passado, se fixaram conceitos, modos de vida e estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas tão profundas quanto poderosas.

No presente, a evocação de novos termos para dizer o interior nordestino não é aleatória. A ideia de *semiárido* reflete a necessidade de designação dos fenômenos emergentes provocados pela modernização contemporânea, que aponta os sertões como território de possibilidades. Mas será que o semiárido tem força para romper com as lógicas e poderes de outrora?

As possibilidades deste semiárido não estão definidas, elas são ainda um *vir a ser*. O próprio nome semiárido é ainda um termo permeado de disputas em torno da substituição ou continuidade das antigas estruturas e estigmas. Ora ele serve para designação da modernização tecnológica e autoritária do capital, ora ele representa as rupturas e evocações de utopia dos povos historicamente excluídos. Neste jogo em torno dos sentidos do semiárido está o desafio de romper com as matrizes estruturais do passado e a necessidade de apontar horizontes mais amplos de futuro.

A escolha do título *Sertões contemporâneos* aponta ao entendimento de que muitas inovações foram incorporadas nas últimas décadas, mas não mudaram tanto a ponto de trocar de nome. Essas

alterações aconteceram principalmente no que se refere às tecnologias da informação, e na adoção de identidades mais fluidas e plurais. Mas essas novidades não foram capazes de superar, muito menos de romper, com as matrizes estruturais que lhe deram origem. Ao anunciar sertões contemporâneos, este livro também evoca que a imagem ancestral e mítica do boi, como encarnação do poder colonizador do latifúndio patriarcal, não está morta.

Retomando Albuquerque Júnior, 2001, estes novos sertões (ou semiáridos) são também uma invenção. A questão que aqui se interpela é: Quem inventa? Para que servem os novos discursos e símbolos? Esta trama ofereceu um passeio histórico pela construção das políticas culturais, bem como pelos atores e interesses envolvidos nas disputas em torno das narrativas sobre o sertão velho e os novos, nas quais se vislumbrou um boi mítico ainda vivo nas práticas de apropriação dos signos e sentidos tradicionais da produção simbólica do presente por parte dos antigos urubus.

Ao contrário do que previu o modernismo de Mário de Andrade, o boi e as raízes da ocupação sertaneja não se abateram com a modernização e mecanização do campo, nem com a fascinação tecnológica, nem com as promessas de democracia social da Era Lula. As identidades tradicionais, geradas em torno da família patriarcal, da religiosidade e da violência contra indígenas, negros e brancos pobres, talvez estejam menos rígidas. Mas a apropriação fundiária e os instrumentos de dominação simbólica estão cada vez mais sofisticados e permeados pela lógica de produção globalizada.

Nas rotas da história, se apresentou que a apropriação da palavra escrita na literatura e na imprensa que definiu os sertões do

boi e da seca, foi sendo progressivamente readequada às lentes do cinema, à indústria fonográfica e à estruturação da radiodifusão. As diferentes etapas de inovações tecnológicas foram acompanhadas de políticas culturais que ajudaram a fixar estruturas de comunicação e cultura em torno dos antigos interesses oligárquicos.

A capacidade de estas elites interferirem na definição do discurso e das “regras do jogo” foi parte importante na legitimação, sustentação e expansão do poder simbólico aos campos político e econômico. Os novos conglomerados midiáticos que se fixaram no interior nordestino retratam o passado de alianças entre práticas coronelistas e latifundiárias em torno de novos modelos de apropriação dos meios de comunicação e cultura, que sequer as gestões mais progressistas foram capazes de alterar.

O atual mapa dos meios de comunicação e as novas identidades culturais nos sertões do novo milênio são resultado dessas transformações históricas, que ao longo de toda a ocupação do interior nordestino mesclaram rupturas e continuidades como estratégias de manutenção das lógicas de dominação elitistas que remetem às origens do sertão do boi. Com a Era Lula, o século XXI parecia inaugurar um novo ciclo de redistribuição de recursos e de poder, repleto de possibilidades de inserção dos territórios semiáridos em uma etapa de produção cultural permeada por conquistas econômicas, sociais e identitárias das populações historicamente excluídas e marginalizadas.

No entanto, a correlação de forças que privilegiou a pactuação de interesses e o atual cenário de retrocessos políticos apontam para resultados que mantêm as desigualdades estruturais e camuflam as

condições de marginalização por meio de uma aparente e parcial inclusão tecnológica.

As supostas gestões progressistas do início do milênio não foram suficientes para reverter as leis de comunicação que sustentaram o modelo de concessões concentrado nas mãos das elites oligárquicas, nem foram capazes de ampliar o acesso dos grupos não hegemônicos à propriedade midiática. Ao contrário, o avanço da digitalização tecnológica tem ampliado as dinâmicas de concentração e a criação de oligopólios internacionais que aliam interesses dos antigos coronéis regionais, com as lógicas de dominação econômica e simbólica dos conglomerados nacionais e estrangeiros.

O maior acesso às mídias digitais e a ampliação das redes e estruturas de conexão nos sertões nordestinos refletem a expansão do capital em busca de novos mercados consumidores, mas também a manutenção das estruturas de regulação e distribuição midiática.

A mudança de orientação política mais conservadora no país anuncia um cenário temeroso de retrocessos¹³⁰ na política cultural, os quais podem afetar reversivamente nas recentes, e ainda tímidas, conquista de direitos culturais dos grupos nordestinos emergentes, principalmente indígenas e quilombolas.

Mas esse processo não acontece sem lutas ou disputas. Entendendo o poder da palavra e da cultura como estruturas de significação e transformação do real, uma das preocupações que se refletiram nesta obra foi a de cartografar os sertões para além do boi

¹³⁰ As recentes medidas voltadas ao semiárido refletem a definição de prioridades com amplo potencial de conflitos, como a destinação de 26 bilhões de reais em investimentos em 500 empresas estratégicas nos setores da geração, transmissão e distribuição de energia e a indústria de defesa.

e das estruturas de massificação e mutismo. Por isso, uma atenção especial foi dedicada à identificação das presenças subalternas dos sertões da roça, das produções culturais populares e dos movimentos sociais, e dos sentidos às novas imersões e inversões simbólicas dos sertanejos. A ideia era dar visibilidade e trazer à tona as lutas pela memória e pelo simbólico dos grupos que historicamente sobreviveram como “culturas das sombras”.

O desafio desta escolha epistêmica foi fazer da teoria uma decisão também política. Ao repovoar os sertões e seus imaginários com uma leitura crítica e complexa das dinâmicas subalternas, espera-se destacar as divergências e disputas simbólicas em torno das estruturas econômicas, políticas e culturais.

Registra-se, assim, que a cada novo invento midiático, ou a cada definição política contrária, coube aos sertanejos se reinventar e se adaptar por meio de sua criativa cultura popular e práticas alternativas de comunicação comunitária. Foi assim que transformaram as imposições da cultura ganadeira, nos folguedos de bumba meu boi ou na celebração do Boi Roubado, e fizeram da vida na roça o seu principal equipamento de produção cultural dos sertões no passado.

O problema é que a digitalização tecnológica atinge o cerne da vida na roça, pois faz parte de um processo de desconexão do homem com a natureza. Provocada pelo avanço do capitalismo periférico, não está mudando apenas as ferramentas de mediação cultural. Além do aprendizado das novas tecnologias da informação, e da superação das brechas de conexão, os novos sertanejos precisam se ressignificar para se inserir em um novo mundo, no qual a vida na roça tradicional perdeu a força de produção e sentido para as

gerações do século XXI. Neste mundo digitalizado, também o poder assume vertentes virtuais. Esses cenários complexos apontam para a interferência cada vez maior do capital internacional e das novas lógicas de produção midiaticizada e globalizadas, recondicionadas aos antigos interesses dos coronéis.

É desde as periferias que os novos sertanejos estão se inserindo no capitalismo midiático e se apropriando das novas mídias como estratégia de inclusão neste novo cenário. Desde as margens, se faz necessário romper distâncias e assimetrias cada vez maiores, e ao mesmo tempo, sentidas como próximas em função da condição de virtualidade e falsa-presença, dadas pelas mediações tecnológicas.

Dessas paradoxais relações de aproximação e afastamento, surgem os sertões como espaço de fuga, ressignificação e mestiçagens, lugar de inusitadas manifestações que mesclam memórias e reminiscências com novas roupagens, como Iremar, o vaqueiro estilista do *Boi neon*.

Os novos sujeitos que surgem desse mundo desconexo estão inseridos em estruturas industrializadas que estabelecem uma conectividade parcial, limitada, pois integra mundos diferentes a partir de discursos homogeneizados e estereotipados. Ao mesmo tempo, provocam o desencontro entre uma memória afetiva que recorda a vida rural sertaneja que se choca com as imagens massificadas de prestígio do urbano.

Nos sertões contemporâneos, os jovens representam essa nova geração de sujeitos que almejam a inclusão nesta anunciada modernidade, através de bens e signos. Mas essa inclusão parcial é constituída em condições de desencaixe e de polissemias. A diversidade

de sentidos das produções culturais dos sertões contemporâneos revelam as tendências de radicalização, reprodução, reciclagem e resistência entre tempos e espaços muito diferentes de se movimentar nos sertões.

Mas apesar de toda essa pluralidade, prevalecem os produtos e discursos que privilegiam o consumo e a repetição dos antigos padrões. Os sertões das vanguardas criativas, ou da memória de comunidades tradicionais são o elo mais frágil desta colcha de retalhos. É fundamental destacar que essas produções não hegemônicas foram as grandes responsáveis pela riqueza e colorido da cultura popular sertaneja no passado. Pensar em políticas e práticas que preservem e fomentem essas ações de contracultura, parece ser fundamental para que os sertões continuem sendo um berço de produção simbólica que ajuda o Brasil a se entender e a se manifestar no mundo.

Por tudo isso, não se pode falar do semiárido como projeto transformador sem discutir a democratização do acesso, da produção, da difusão e da gestão da comunicação e da cultura, as quais foram ensaiadas pelas gestões petistas, mas que fracassaram no desafio de incorporar seus avanços como conquistas históricas.

A roça e as identidades culturais e afetivas geradas a partir das brechas deixadas pelo latifúndio continuam como um terreno marginal. Nem as inovações produtivas e políticas possibilitadas pelos programas compensatórios da última década foram suficientes para lhe conferir um lugar menos vulnerável à homogeneização capitalista.

A consequência é que o sistema de comunicação da maioria dos sertanejos, construído há séculos com base no uso e distribuição

da terra, do trabalho e de relações de poder, foi alterado, mas sem afetar suas estruturas.

A passagem para a modernidade parece reeditar a ideia de sertão como deserto, necessário à expansão capitalista, ignorando os saberes e fazeres das comunidades tradicionais para implantar suas inovações produtivas e culturais. A radicalidade dessas rupturas exigem a reafirmação e recriação da roça e da vida no campo a partir de outros termos, como a inserção do campo no mundo digital e da incorporação de sentidos e práticas da modernidade (acesso à energia elétrica, água encanada etc.), como condição para sua existência.

Neste cenário, as novas mídias, a partir de infraestruturas precarizadas, contribuem para produção de identidades sertanejas cada vez mais dissociadas das raízes e memórias históricas da população subalterna, assim como o fizeram a imprensa e a literatura na fixação de um sertão diferente do sentido pela cultura oral dos camponeses.

As escolhas culturais das juventudes sertanejas refletem identidades mais flexíveis e mutantes. Esses jovens tendem a produzir e consumir padrões estéticos e discursivos cada vez mais distantes do passado, desvinculados das lutas e matrizes tradicionais; mas sem estabelecer horizontes mais amplos, nem projetos de futuro próprio, autônomo e diferenciado das lógicas de dominação e exclusão que lhe deram origem. Os jovens sertanejos vivem em um mundo onde mudou tudo, para permanecer o mesmo.

As novas realidades, percebidas pelo olhar dos mais jovens, falam de inovações tecnológicas, de novos desenhos produtivos, das

lógicas de consumo. Mas não trataram de inversões na pirâmide social, nem de alterações significativas nas estruturas de poder, muito menos na distribuição do capital ou do latifúndio.

Esse sertão não consegue nem se conectar com o passado, nem se permite realizar as rupturas das vanguardas. Os sertanejos desta zona de fronteira, estabelecida em um mundo em transição, se inserem nas lógicas inovadoras da globalização, sem romper com as matrizes estruturais.

Como referência nesse cenário contraditório, o campo da cultura e a mediação tecnológica se apresentam como tentativas de encontrar um ponto de equilíbrio entre as perdas do passado e os desejos inatingíveis de futuro. E em torno deste poder simbólico estão as tensas disputas de interesses políticos e econômicos dos novos e antigos atores, como as velhas elites oligárquicas, os conglomerados internacionais e os insurgentes movimentos sociais.

Nestas trilhas enviesadas, a definição das rotas como sertão ou semiárido ainda são incertas. No horizonte próximo, retrocessos políticos e nuvens pesadas indicam mais turbulências e tempestades. No mapa dos ventos, a globalização continua anunciando alterações e tensões em torno das identidades sertanejas.

Mas nos sertões, as tormentas trazem consigo promessas de renovação. A ideia deste livro era adivinhar nesses novos ares, os cheiros de terra molhada e florida que acompanham os tempos de plantio e de esperança. Estes novos ventos fazem parte dos interstícios que colocam a educação, a comunicação e a cultura como espaço de luta, de visibilidade dos problemas e de vislumbres de alternativas de transformação, em que a democratização do saber, das mídias

e das estruturas de produção simbólica interpelam a pensar novas práticas e processos culturais.

Neste sentido, os novos mapas dos sertões – para tempos de tempestades – convocam a estabelecer novas rotas de pensamento, que desde o pensar decolonialista, contextualizado com os saberes e problemas sertanejos, ajudem a construir tessituras que subvertam mapas e discursos, autores e narrativas.

A proposta é ressignificar as relações de alteridade, e inverter as distâncias e as lógicas de afastamentos entre os sertões e o mundo, entre a roça e a cidade, entre o nordeste e o sudeste. Os sertões do passado, estabelecidos como lugar de exclusão, misérias e violências pode ser também o sertão da festa, da alegria de viver, da fartura da roça. Os semiáridos da modernização autoritária também podem ser os semiáridos progressistas e democráticos, plenos de direitos das utopias dos movimentos sociais. O sertão é um retrato possível de Brasil, assim como o Brasil retrata muito do sertão.

Essa pluralidade semântica aponta para a noção de que os sentidos das palavras e das existências fazem parte dessas dinâmicas transcendentais, que extrapolam os signos e as coisas, e habitam a ação histórica dos homens e mulheres que fazem as palavras e o mundo.

Pensar o semiárido como território de afetos e de lutas coletivas torna o labor desta escrita, nestas noites geladas, menos duro. A crítica que permeia estas linhas é apenas o mecanismo de vinculação entre os dramas, dores, saberes e sabores que marcaram a minha existência como sertaneja. Em Jung (1964), a tomada de consciência do sonho e dos sentidos é um caminho de sanção dos males do espírito. Entender a construção deste livro desde o lugar de

mulher, sertaneja, sem-terra e descendente de analfabetos, de índias violentadas, negros escravizados e judeus fugidos, faz da apropriação da palavra um instrumento de compreensão, libertação e cura, que extrapola o pessoal e o familiar. Estendo e entendo a construção destas memórias e afetos como parte de um doloroso processo de cura destas terras e de sua gente.

Por isso este livro é mais que uma narrativa. É a manifestação de um sonho, de um desejo de entendimento e sanação das novas e reabertas feridas, de reencontro com a ancestralidade sertaneja, e de busca de caminhos alternativos para a superação do mal-estar das novas gerações.

Em Eagleton (2005), a cultura que nasceu do cultivo da terra tem a possibilidade de se tornar espaço privilegiado da criação humana em busca de transformação, realização e liberdade. Ao perceber as estruturas e modos de vida que cultivaram os sertanejos do passado, talvez as gerações do novo milênio se permitam reinventar-se como sujeitos produtores de novos códigos e sertões mais floridos e fartos de esperanças. Compartilhando o sonho de que as palavras têm poder de gerar outras realidades e mundos mais justos e fraternos, celebremos o nascimento desses novos sertões!

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, maio/ago. 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. (Coord.) et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília, DF: Unesco, 1998.

ABREU, José Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1988.

ABRIL despedaçado. Direção: Walter Salles. Rio de Janeiro: Vídeo Filmes, 2001. (105 min).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Gestão ou Gestação Pública da Cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 61-86. (Coleção CULT).

ALENCAR, José. *O sertanejo*. Fortaleza: Verde Mares, 1998.

ALVES, Lourdes Kaminski. *Os narradores das vidas secas: da construção do texto a constituição do sujeito*. São Paulo: Scortecci, 2007.

AMORES roubados. Criação: George Moura. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2014. (Série).

ANDRADE, Mario. *Macunaíma, um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1978.

ANDRADE, Mario. *As melodias do boi e outras peças*. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

ANDRADE, Mario. *Danças dramáticas do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1959. Tomo I.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. Trad. Nathalie Bressiani. *Cadernos de Filosofia Alemã: crítica e modernidade*, São Paulo, n. 17, p. 81-112, jan./jun. 2011.

AQUINO, Ruth de. O preconceito das Mayaras. *Época*, São Paulo, p. 138, 8 nov. 2010.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. 2001. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Cultura popular brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORY, Mary (Org.). *Revisão do Paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 45-91.

ARAÚJO, Tânia Barcelar. *Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas*. Brasília, DF: BNDES, 2015. Disponível em: <<http://www.afbnb.com.br/arquivos/File/apoio2%2047%20rcr.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

ARRUDA, João. *Canudos: messianismo e conflito social*. Fortaleza: UFC; Secult, 1993.

ARRUDA, Lucas. *O Cancioneiro de Elomar: uma identidade sonora do sertão e suas performances*. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, out. 1997.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Edufba, 2008.

ASSIS, Thiago Rodrigues de Paula. *Sociedade civil, Estado e políticas públicas: reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) no Estado de Minas Gerais*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

O AUTO da compadecida. Direção: Guel Arraes. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2000. (104 min).

AVRITZER, Leonardo. *Las instituciones participativas en el Brasil democrático*. Jalapa: Universidad Veracruzana, 2010.

BAILE perfumado. Direção: Paulo Caldas; Lírio Ferreira. São Paulo: Buena Vista Home Entertainment, 1996. (93 min).

BARBALHO, Alexandre. Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 165-7, jan./jun. 2004.

BARBOSA, Marta E. J. Imprensa e fotografia: imagens de pobreza no Ceará entre final do século XIX e início do século XX. *Projeto História*, São Paulo, v. 24, p. 421- 430, 2002.

BARBOSA, Afonso Manoel da Silva. Alteridade em movimento no filme Cinema, Aspirinas e Urubus, de Marcelo Gomes. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 19-26, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/102786/109077>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BARBOZA, Pedro. Sertões, fatos, imagens, representações: espaços e identidades em tempos de globalização. *Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 96-116, jul. 2014.

BARROS, Alexandre; ATHIAS, Diloá. Salário mínimo, Bolsa Família e desempenho relativo recente da economia do Nordeste. *Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 1, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572013000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BARROS, Rosário. *Das relações políticas à racionalização das indústrias culturais: a trajetória do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. *Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de medios en la América Latina del siglo XXI*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

BELTRÃO, Luiz. *Comunicação e folclore: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressões de ideias*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: teoria e metodologia*. São Bernardo do Campo: Umesp, 2004.

O BEM-AMADO. Criação: Dias Gomes. Rio de Janeiro: TV Globo, 1976.

BENTES, Ivana. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 242-55, jul./dez. 2007.

BERTI, Orlando. A desterritorialização da comunicação comunitária pela internet e suas novas interfaces no radialismo comunitário do Piauí. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2008.

BERTI, Orlando. A história do Twitter no Piauí. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2009, Fortaleza. *Anais...* Porto Alegre: Alcar, 2009.

BEZERRA, Jocasta. Comunicação e ações políticas de minorias. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 2., 2012, Teresina. *Anais...* Teresina: UFPI, 2012.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BOFF, Clodovis et al. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

BOI aruá. Direção: Chico Liberato. Rio de Janeiro: Embrafilmes, 1984. (59 min).

BOI neon. Direção: Gabriel Mascaro. Rio de Janeiro: Imovision, 2015. (101 min).

BOITO JUNIOR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 17, p. 9-35, 2003.

BOITO JUNIOR, Armando; GALVÃO, Andreia. *Política e classe sociais no Brasil dos anos 2000*, São Paulo: Alameda 2012.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* São Paulo: Paulus, 2007.

BOMFIM, Júlio César Borges. *Vidas Secas, do livro ao filme: estudo sobre o processo de adaptação*. 2011. 226 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BORBA, Francisco. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: T.A. Queirzo, 1979.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *El baile de los solteros*. Barcelona: Anagrama, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações. *Sistema de Controle de Radiodifusão*. Brasília, DF: Anatel, 2017.

BRASIL. Fundo Setorial do Audiovisual. *Resultados dos projetos selecionados 2010-2015*. Brasília, DF: Ancine, 2016a. <<https://fsa.ancine.gov.br/resultados/projetos/projetos-selecionados>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

BRASIL. Fundo Setorial do Audiovisual. *Listagem de complexos de exibição por municípios e UF*. Brasília, DF: Ancine, 2016b. Disponível em: <<https://fsa.ancine.gov.br/resultados/projetos/projetos-selecionados>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000*. 2000. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>

home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: pirâmide etária*. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BRASIL. *Tradições populares da pecuária nordestina*: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço Informação Agrícola, 1965.

BRASIL. Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro. *Número de Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no Semiárido*. Brasília, DF: INSA, 2012. Disponível em: <[http://sigsab.insa.gov.br/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/N%C3%BAmero%20de%20fam%C3%ADlias%20beneficiadas%20pelo%20Programa%20bolsa%20Fam%C3%ADlia_S%C3%ADntese%20\(2012\).pdf](http://sigsab.insa.gov.br/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/N%C3%BAmero%20de%20fam%C3%ADlias%20beneficiadas%20pelo%20Programa%20bolsa%20Fam%C3%ADlia_S%C3%ADntese%20(2012).pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e pesquisas: informações demográfica e socioeconômica, n. 28).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Brasília, DF: IBGE, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000*. Brasília, DF: IBGE, 2000.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Desenvolvimento territorial na Bahia – caderno informativo: conceitos e metodologias*. Salvador: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Territórios rurais*. Brasília, DF: Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2005b. v. 1.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Declaração do semi-árido*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1999.

BRASIL. Observatório do Cinema e audiovisual. Informe preliminar das salas de cinema. Brasília, DF: Ancine, 2017. Disponível em: <<https://oca.ancine.gov.br/cinema>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Agenda Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros*. Brasília, DF: SNJ, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Capes. *Resultado de avaliação trienal 2013*. Brasília, DF: MEC; Capes, 2014. Disponível em: <<http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/resultados>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRAZ, Rodrigo. *Estado e comunicação: uma análise dos modos de regulação da radiodifusão no Brasil e na Venezuela*. 2010. 214 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

BRINCANTE. Direção: Walter Carvalho. São Paulo: Espaço Filmes, 2014. (92 min).

BRITTOS, Valério Cruz. *Economia política da comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

BRITTOS, Valério Cruz; ROCHA, Bruno Lima; NAZÁRIO, Paola Madeira. Tomando posição: uma análise da I Conferência Nacional de Comunicação. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS)*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 45-54, nov. 2010.

BROCHARDT, Viviane. Comunicação popular no Semiárido: a experiência da ASA. In: INTERCOM, 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2015.

BULTEAU, Veronique. *Para uma antropologia do Sertão: ecologia e sociologia do cotidiano*. Petrolina: Edupe, 2016.

BURSTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília, DF: MDA, 2011.

CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Gaumont do Brasil, 1984. (119 min).

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2010.

CALASANS, José. *A Guerra de Canudos na poesia popular*. Salvador: UFBA, 1989.

CALAZANS, Rejane. Ambivalências: O Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 75-80, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a06v2264.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

O CAMINHO das nuvens. Direção: Vicente Amorim. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2003. (85 min).

CAMPOS, Judas Tadeu de. Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 589-606, maio/ago. 2007.

CAMPOS, José Nilson. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 82, out./dez. 2014.

CAMPOS, Marta Silva (Org.). *Trabalho infantil, desafio à sociedade: avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no período de 1996-97*. São Paulo: IEE/PUC; Brasília, DF: SEAS/MPAS, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isonete (Orgs.). *Conflitos no campo 2011*. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo->

brasil-publicacao/292-conflitos-no-campo-brasil-2011-nova-versao?option=com_jdownloads>. Acesso em: 2 jul. 2017.

CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César. *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 77-101.

CARDOSO, Heloisa. Narradores de Javé: histórias, imagens, percepções. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 5, n. 2, 2008. Não paginado.

CARVALHO, Flávia. *O Dicionário do Folclore Brasileiro: um estudo de caso da etnoterminologia e tradução etnográfica*. 2013. 252 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

CARVALHO, Inaiá. *O Nordeste e o discurso autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. Texas: Hucitec, 1987.

CARVALHO, Inaiá. (Org.). *PETI: trajetória e beneficiários no estado da Bahia*. Salvador: UFBA, 2003. (Série Estudos e Pesquisas).

CARVALHO, Gilmar de. *Publicidade em cordel: o mote do consumo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *A vaquejada nordestina e sua origem*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969a.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2002.

CASSARO FILHO, Eugenio Benedictus. *Programa Bolsa Família para além da renda e dos indicadores: a pobreza em perspectiva*.

2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2017.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome - O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAVALCANTI, Josefa; GAMA DA SILVA, Pedro Carlos; MOTA, Dalva Maria da. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 247-263.

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles. Rio de Janeiro: Vídeo Filmes, 1998. (115 min).

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS. *Desafios à convivência com a seca*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

CEPLAN. *Cultura e desenvolvimento do Nordeste: plano estratégico para o período 2010-2020*. Recife: Ceplan, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

O CÉU de Suely. Direção: Karim Aïnouz. Rio de Janeiro: Videofilmes, 2006. (90 min).

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CINE Holliúdy. Direção: Halder Gomes. Rio de Janeiro: Downtown Filmes, 2012. (91 min).

CINEMA, aspirinas e urubus. Direção: Marcelo Gomes. Rio de Janeiro: Imovision, 2005. (99 min).

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. Cangaço e cangaceiros: histórias e imagens fotográficas do tempo de Lampião. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 4, n. 4, p. 1-18, 2007.

CLIFE P1 Rappers: Soul nordestino. 1'19". *RTV Caatinga Univasp*. YouTube. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7HLAqNL6eaM>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

CONCEIÇÃO, Francisco; FERREIRA, Camila. *Propriedade cruzada: distribuição de concessões de rádio e televisão, formação de grupos de mídia e (re)estruturação de espaços públicos*. São Luís: UFMA, 2011.

CORDEIRO, Rosineide L. M. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco*. 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CORDEL encantado. Criação: Duca Rachid; Thelma Guedes; Thereza Falcão. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2011.

CORISCO & Dadá. Direção: Rosemberg Cariry. Rio de Janeiro: RioFilmes, 1996. (112 min).

CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire; Cortez, 1998.

COSTA, Federico Lustosa da. Cultura, território e desenvolvimento: a bacia cultural como conceito e estratégia. In: COSTA, Frederico Lustosa da (Org.). *Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França*. Salvador: Edufba, 2013. p. 159-194.

COSTA, Jane Meire. As políticas culturais do Ceará e sua relação com o movimento cabaçal. In: ENCONTRO DE ESTUDOS

MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador.
Anais... Salvador: III Enecult, 2007.

COSTA, Liduina Farias Almeida da. *O sertão não virou mar: Nordeste, globalização e imagem da nova elite pública cearense.* São Paulo: Annablume, 2005.

COSTA, Michele. *Assessoria da Casa de Mulheres do Nordeste: reconfigurando as relações de gênero com as agricultoras no Sertão do Pajeú.* 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

COSTA, Silvio; BRENER, Jayme. Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. *Comunicação & Política*, Brasília, DE, v. 4, n. 2, p. 29-53, 1997.

CRUZ, Henrique Dias da. *Os morros cariocas no novo regime: notas de reportagem.* Rio de Janeiro: S/E, 1941.

CUILENBURG, JanVany; MCQUAIL, Denis. Media Policy Paradigm Shifts: Towards a New Communications Policy Paradigm. *European Journal of Communication*, Newcastle, v. 18, n. 2, p. 181-207, 2003.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: a campanha de Canudos.* São Paulo: Martin Claret, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras; Fapesp; SMC, 1992.

CUNHA, Rodrigo. Anotações sobre a história da televisão no Ceará (décadas de 1970 e 1980). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2009, Fortaleza. *Anais...* Porto Alegre: Alcar, 2009.

DEUS e o diabo na terra do Sol. Direção: Glauber Rocha. São Paulo: Versátil Home Video, 1964. 2 DVDs (125 min).

DINIZ, Natália. *Um sertão entre tantos outros*. São Paulo: Versal, 2015.

DOREA, Joana de Conti. *Cabra Marcado para Morrer, de Eduardo Coutinho*: histórias, olhares e leituras sobre um documentário brasileiro. 2006. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

DURHAN, E.R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.

AS ELEIÇÕES e o preconceito contra o Nordeste. *Carta Capital*, 3 nov. 2010. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/as-eleicoes-e-o-preconceito-contra-o-nordeste>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ELOMAR. *Das barrancas do rio Gavião*. São Paulo: Fontana, 1973. 1 disco sonoro.

EMPRESA BRASILEIRA DE AGROPECUÁRIA; EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO

RURAL. *Semi-árido brasileiro*: proposta de implantação de sistemas de exploração de propriedades agrícolas para assegurar a convivência do homem com a seca. Brasília, DF: Embrapa; Embrater, 1982.

EU, tu, eles. Direção: Andrucha Waddington. Rio de Janeiro: Columbia Pictures do Brasil, 2000. (104 min).

FADUL, Ana Maria; REBOUÇAS, Edgar. Por uma perspectiva metodológica para os estudos dos sistemas e grupos de mídia: o caso do Nordeste brasileiro como referência. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 5., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/Pj14WC>>. Acesso em: 26 maio 2018.

FALS BORDA, Orlando. *La investigación-acción participativa: política y epistemología*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010. p. 205-225.

FALS BORDA, Orlando. La investigación-acción en convergencias disciplinarias. *Lasaforum*, v. 38, n. 4, p. 17-22, 2007.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FAVARETO, Arilson. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil*: avanços e desafios. Brasília, DF: IICA, 2010.

FERNANDES, Natalia Aparecida Morato. A política cultural à época da ditadura militar. *Revista Contemporânea*, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 173-192, 2013.

FERREIRA, Ângela; DANTAS, George; SIMONINI, Yuri. Cartografia do (de)sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação – séculos XIX e XX. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. *Anais...* Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

FIGUEREDO FILHO, Valdemar. *Os três poderes das redes de comunicação evangélica: simbólico, econômico e político*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FONTELES, Bene. *Ausências e presenças em Gameleira do Assuruá*. São Paulo: Movimento Artistas pela Natureza, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. 4. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FOX, Elisabeth; WAISBORD, Silvio. *Latin politics, global media*. Austin: University of Texas Press, 2002.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Fundo de Cultura, 2006.
- GARCIA, Ines. *Convivência com o semiárido e organização da sociedade civil no sertão do Araripe (PE)*. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.
- GIDDENS, Antony. *Central problems in social theory: Action, structure, and contradiction in social analysis*. Los Angeles, CA: University of California Press, 1979.
- GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOMES, Fernando de Carvalho. Infraestrutura de comunicação para a governança e o desenvolvimento: o Cinturão Digital do Ceará. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2., 2009, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Consad, 2009.
- GOMES, G. M. *Macroeconomia do Nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus*

determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional. Brasília, DF: IICA, 2014.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 69-81, 2011.

GONH, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GONZAGA, Luís; TEIXEIRA, Humberto. Asa Branca. Intérprete: Luiz Gonzaga. In: LUIZ GONZAGA. *Vou pra roça*. São Paulo: RCA Victor, 1947.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUEDES, Nathassia. Religiosidade feminina e sociedade patriarcal no romance nordestino. *Prolíngua*, João Pessoa, v. 2, n. 2, jul./dez. 2008.

GUERRA, Sérgio. *Universos em confronto: Canudos versus Belo Monte*. Salvador: Uneb, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARRIS, Hugo. *Cabra marcado para morrer: mosaico de fragmentos no documentário de Eduardo Coutinho*. São Paulo: PUC, 2008.

HOEFLE, Scott William. Igreja, catolicismo popular e religião alternativa no sertão nordestino. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 26, n. 1/2, p. 24-47, 1995.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *O dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Positivo, 2010.

HOUAISS, Antônio (Org.). *Dicionário Houaiss conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. *Estabelecimentos agropecuários do semiárido brasileiro*. Campina Grande, 2006. Disponível em: <[http://sigsab.insa.gov.br/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20do%20Semi%C3%A1rido_S%C3%ADntese%20\(2006\).pdf](http://sigsab.insa.gov.br/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20do%20Semi%C3%A1rido_S%C3%ADntese%20(2006).pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. *População do semiárido estimada para 2014*. Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://sigsab.insa.gov.br/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20Semi%C3%A1rido%20Estimada%20para%202014_S%C3%ADntese.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018. INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. *Sistema de monitoramento de núcleos de desertificação do semiárido brasileiro – SIMSAB*. Plano de Trabalho. Campina Grande, 2013.

INTERVOZES. *Sistemas públicos de comunicação no mundo*. São Paulo: Paulus; Intervezes, 2009.

JAHN, Lívia. Cordel do Fogo Encantado: o resgate da tradição na pós-modernidade. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 43, p. 21-32, dez. 2011.

JAMBEIRO, Othon et al. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: Edufba, 2004.

JAMBEIRO, Othon; FERREIRA, Fabio. Compreendendo as indústrias criativas de mídia: contribuições da economia política da comunicação. *Comunicação Midiática*, Bauru, v. 7, n. 3, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/dTpuVg>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

JERÔNIMO, o herói do sertão. Criação: Moysés Weltman. Rio de Janeiro: TV TUPI, 1972.

JERÔNIMO, o herói do sertão. Criação: Moysés Weltman. Rio de Janeiro: SBT, 1984.

JUNG, Cari Gustav. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1964.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma de cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LACERDA, Angela. Lula morreu. Estamos no governo de Inácio da Silva. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 23 dez. 2007. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-morreu-estamos-no-governo-inacio-da-silva,100435>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITÃO, Juliana Andrade. Imagem jornalística e representações sociais: a imagem dos Sertões. *ComSertões*, Juazeiro, ano 1, n. 1, jul./dez. 2013.

LIMA, Ana Paula Campos. *Sertão alumiado pelo fogo do Cordel Encantado*. Recife: Conteúdo Criativo, 2005.

LIMA, Maria Érica de Oliveira. *Neo-coronelismo na mídia nordestina*. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999.

LIMA, Venício Artur de; LOPES, Cristiano. *Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)*. São Paulo: Projor, 2007.

LINS, Paula Diniz. *O pobre em cena: representações no cinema brasileiro contemporâneo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

LIRA; José Paes da; BARROS, Clayton. Chover. Intérprete: Cordel do Fogo Encantado. In: CORDEL DO FOGO ENCANTADO. *Cordel do fogo encantado*. Recife, 2001.

LISBELA e o prisioneiro. Direção: Guel Arraes. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2003. (106 min).

LOBO, Júlio César. Paraíbas e Baianos: análise de representações de migrantes nordestinos em filmes de ficção ambientados nas metrópoles. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4., 2004, Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2004.

LULA, o filho do Brasil. Direção: Fábio Barreto. Rio de Janeiro: Downtown Filmes, 2009. (130 min).

LUZIA homem. Direção: Fábio Barreto. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1984. (104 min).

MACHADO, Sonia. *Janelas para a História: defendendo e preservando a memória arquitetônica da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife: Fundaj, 2009.

MALVEZZI, R. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília, DF: Confea, 2007.

MAMEDE, Maria Amélia B. *A construção do Nordeste pela mídia*. Fortaleza: Secult, 1996.

A MÁQUINA. Direção: João Falcão. Rio de Janeiro: Globo Filmes; Miravista Pictures; Buena Vista Internacional, 2005. (90 minutos).

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-8, 2009.

MARQUES, Roberto. *Contracultura, tradição e oralidade: (re) inventando o sertão nordestino na década de 70*. São Paulo: Annablume, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Trad. Fidelina Gonzáles. São Paulo: Loyola, 2004. (Coleção Comunicação Contemporânea, 3).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MARTINS FERREIRA, Dina Maria. Presidente Lula e a produção de identidade. *Estudos Linguísticos XXXIII*, p. 1133-1138, 2004.

- MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. *Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de medios en la América Latina del siglo XXI*. Buenos Aires: La Crujía, 2009.
- MATOS, Fernanda; RANGEL, Vânia. Planos regionais de cultura no Nordeste. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 1, n. 7, p. 67-84, 2014.
- MEDEIROS, Salomão et al. *Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2012.
- MELLO, Figueira Elomar. Arrumação. Intérprete: Elomar. In: ELOMAR. *Elomar em concerto*. Rio de Janeiro: Kuarup, 1989.
- MELLO, Frederico. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2011.
- MELO, Ciema. *Projeto Nordeste Emergentes* (Proposta preliminar 1). Recife: Museu do Homem do Nordeste; Fundação Joaquim Nabuco, 2011.
- MELO, José Marques de. *Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MELO, José Marques de; MELO, Patrícia Bandeira de (Orgs.). *Economia política da comunicação: vanguardismo nordestino*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2013.
- MELO NETO, João Cabral. *Morte e vida severina*. São Paulo: Alfaguara, 2016.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

MORAES, Antônio Carlos R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antônio Carlos R. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, n. 4-5, p. 11-23, 2003.

MORAES, Dênis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado e o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.

MOREIRA, Gislene. *Cultura, comunicação e participação: um olhar sobre as inter-relações entre cultura, política e desenvolvimento no sistema de comunicação do Território do Sisal*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MOREIRA, Gislene. *Las Hormigas de Macondo: Contrahegemonía y políticas de comunicación comunitaria en Argentina, Brasil y Venezuela*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ciudad de México, 2011.

MOREIRA, Gislene; CARNEIRO, Eliana. *La dinámica participativa en el semiárido brasileño: el caso del Territorio del Sisal en la Era Lula*. In: Zaremberg, Gisela (coord.). *Redes y Jerarquias: participación, representación y gobernaza local en América Latina*. México: Flasco México e International Development Research Center, 2012.

MORIGI, Valdir Jose. Mídia, identidade cultural nordestina. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 1-13, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/4192/4902>>. Acesso em: 27 maio 2018.

MOSCO, Vincent. *The political economy of communication*. London: Sage, 1996.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliana Caffé. Rio de Janeiro: Rio Filmes, 2003. (100 min).

NASCIMENTO, Anamaria Melo do et al. Mídia e poder: os veículos midiáticos pernambucanos, seus donos e caminhos para a democratização da comunicação no estado. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 13., 2011, Maceió. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2011.

NASCIMENTO, Antônio Dias. *Peasant Social Movements and Rural Workers Trade Union in Bahia (1972-1990)*. 1993. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Liverpool, Liverpool, 1993.

NASCIMENTO, Antônio Dias (Coord.). *Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia – Memória, Conjuntura e Perspectivas*. Relatório de Pesquisa. Salvador: MOC, 2005.

NATANSON, José. *La nueva izquierda: triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

NEVES, Anderson Rodrigues. *Entre o western e o nordestern: os possíveis diálogos de Lima Barreto e Glauber Rocha no cinema cangaço (O cangaceiro – 1953, Deus e o diabo na terra do sol – 1964 e O dragão da maldade contra o santo guerreiro – 1969)*. 2013. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16447>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

NEVES, Erivaldo Fagundes (org). *Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e*

Diversidade Cultural. Salvador: Arcádia, 2011. NEVES, Frederico de Castro. Seca, Estado e Controle Social: as políticas públicas de combate às secas no Ceará. In: BRAGA, Elza Maria Franco (Org.). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Edições UFC, 2003.

NOVAIS, Suzimar. *As mulheres sertanejas: política e economia no sertão da ressaca*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do Nordeste*. In: ATLAS das Terras Indígenas/Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional/UFRJ, 1994. p. V-VIII.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*. In: _____ Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 69-91.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Mate um nordestino afogado. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 11, n. 2, p. 361-376, maio/ago. 2011.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PÁDUA, Vilano Maria de. *Mario de Andrade e a estética do bumba meu boi*. 2010. 318 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PAIVA, Carla. Mulheres-macho ou sensuais? Apontamentos sobre a representação das mulheres nordestinas no cinema brasileiro da década de 1980. *C&S – São Bernardo do Campo*, v. 34, n. 2, p. 261-281, jan./jun. 2013.

PAIVA, Carla. Do local ao global, imagens do Nordeste na idade média. Uma antropológica da ficcionalidade brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. *Anais...* 2006. São Paulo: Intercom, 2006.

PAIVA, Carla; SANTOS, Dalila. Três sertões e um herói: análise dos signos de nordestinidade presentes no filme *Baile Perfumado* (1996). In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 10., 2008, São Luís. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2008.

PAIVA, Cláudio Cardoso. *Roque Santeiro, uma alegoria do Brasil*. João Pessoa: UFPB, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-roque-santeiro.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.

PANTOJA, Ana Claudia. O desenraizamento em Canto dos Emigrantes: subversões do Cordel do Fogo Encantado. *Boitatá*, Londrina, n. 13, p. 150-162, jan./jul. 2012.

PEDROZA, Ciro. Mastruz com Leite for all: folkcomunicação ou uma nova indústria no Nordeste brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2001.

PEDROZA, Paulo. Comunicação e educação: um mapeamento das ações educacionais na Rede Pública de Ensino de Juazeiro. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 17., 2015, Natal. *Anais...* Natal: Intercom, 2015.

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Sívio (Org.). *A questão nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 55-70.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. O lugar da comunicação comunitária nas políticas de comunicação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 17., 2008, São Paulo. *Anais...* Rio de Janeiro: Compós, 2008.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. Rádios comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 19., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Compós, 2010.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

PIERANTI, Octavio Penna. *Políticas públicas para radiodifusão e imprensa: ação e omissão do Estado no Brasil pós-1964*. 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Suvalle, 1972.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito*. São Paulo: Editora 34, 2004.

QUE horas ela volta? Direção: Anna Muylaert. 2015. Rio de Janeiro: Pandora Filmes, 2015. (114 min).

QUEIROZ, Washigton. Bahia e vaqueiros: um débito. *Faced*, Salvador, n. 17, p. 71-84, jan./jun. 2010.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 193-238.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, set./dez. 2005.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 10. ed. São Paulo: Record, 2006.
- RAMOS, Alba Regina Neves; NASCIMENTO, Antonio Dias. *Características culturais*. Resgatando a infância: a trajetória do PETI na Bahia. Salvador: MOC; OIT; Unicef, 2001.
- RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa, 2008.
- RÊGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp, 2013.
- REIS, Edmerson Santos. *A contextualização dos conhecimentos e saberes escolares nos processo de reorientação curricular das escolas do campo*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- REYGADAS, Luis. Entre el asistencialismo revolucionario y la socialdemocracia moderna: las políticas sociales de los gobiernos de izquierda en América Latina. In: COLOQUIO LEFT TURNS IN LATIN AMERICA, 2007, Vancouver. *Paper...* Vancouver: University of British Columbia; Simon Fraser University, 2007.
- REZA a lenda. Direção: Homero Olivetto. Rio de Janeiro: Globo Filmes; Imagem Filmes, 2016. (87 min).

RIBEIRO, Danielle Reis de Souza. *Três ensaios sobre o Programa Bolsa Família: impacto nas eleições, bem-estar e pobreza*. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Ester. *Desordem e retrocesso: os discursos científicos e cientificistas acerca da Guerra de Canudos na imprensa*. 2015. 351 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROLIM, Renata. *Rádio, movimentos sociais e direito à comunicação*. Recife: Oito de março, 2008.

ROQUE Santero. Criação: Dias Gomes; Aguinaldo Silva. Rio de Janeiro: TV Globo, 1985.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

SÁ; GUARABYRA. Sobradinho. Sá e Guarabyra. Intérprete: In: SÁ E GUARABYRA. *Pirão de Peixe com Pimenta*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1977.

SADER, Emir. *Posneoliberalismo em América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2008.

SAFFIOTTI, Heleith. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTANA, Jorge José. *A televisão pernambucana por quem a viu nascer*. Recife: Editora do autor, 2007.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. *O mandonismo mágico do Sertão: corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais (1856-1931)*. 2013. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/X5w8jL>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

SANTOS, Andréa C. *Travessias comunicacionais de um tipógrafo-jornalista: José Diamantino de Assis e as tessituras do moderno*. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Laisa; ALVES, Gabriela. Mulher, imagem e representação em “O Céu de Suely”. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 20., 2015, Uberlândia. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-1694-1.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SANTOS, Marcos Roberto. Tom Zé: um tropicalista e sua aldeia. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: III Enecult, 2007.

SCARELI, Giovana; CARVALHO, Iza; AZEVEDO, Renata. A mulher nordestina nos filmes O Céu de Suely, Baile Perfumado

e Luzia Homem. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011.

SCHISTEK, Haroldo. *Formação histórico-geográfico do semi-árido brasileiro*. 2013. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/histsemi-arido10-09.mini.pdf>>. Acesso em: 8 abril 2013.

SILVA, Edson; SANTOS, Carlos; OLIVEIRA, Edivania (Orgs.). *História ambiental: recursos naturais e povos tradicionais do semiárido*. Curitiba: Apris, 2017.

SILVA, Érica Daiane da Costa. *A Comunicação e as lutas pela água no Vale do Salitre*. 2010. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2010.

SILVA, Érica. *Da passadeira ao canal de concreto: a agricultura e as mudanças no modo de vida da população do Vale do Salitre*. Petrolina: UPE, 2013.

SILVA, Flávio José; ARRUDA, Rinaldo. Os povos indígenas do semiárido nordestino e a luta em defesa do rio São Francisco. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindoia. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2012.

SILVA, Moacir M. F. A propósito da palavra ‘sertão’. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 90, p. 637-644, set. 1950.

SILVA, Reginaldo. *Histórias do circo e do teatro no semiárido brasileiro e suas implicações na educação*. Salvador: UFBA, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/uSrFt9>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SILVA, Roberto. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan./dez. 2003.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SILVA, Ruanna Gonçalves. Música e construções de identidade no mundo do forró pé-de-serra. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 5., 2015. *Anais...* Maceió: Ufal, 2015.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barba Christine Nentwig. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 195.

SPINI, Ana Paula. Eu, tu, eles, nós e o outro. *Revista Gênero*, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/367/276>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.

TAVARES, Priscila Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-35, 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global*. São Paulo: Cortez; Recife: Equipe; Salvador: UFBA, 2002.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

TOURAINÉ, A. Entre Bachelet y Morales: ¿existe una izquierda en América Latina? *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 205, p. 46-57, 2006.

TORRES, Antônio. *Essa Terra*. São Paulo: Record, 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

TROTTA, Felipe. O forró eletrônico no nordeste: um estudo de caso. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 20, p. 102-116, jan./jun. 2009.

UNESCO. *Políticas de/para/com juventudes*. Brasília, DF, 2004.

UNICEF. *Crianças e adolescentes no semiárido brasileiro*. 2003. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10346.htm>. Acesso em: 27 maio 2018.

VALLE, Xandão et al. Norte-Nordeste me veste. Intérprete: RAPdura Xique-Chico. In: O RAPPÁ. *Acústico Oficina Francisco Brennand*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 2016.

VANDRÉ, Geraldo; BARROS, Théó de. Disparada. Intérprete: Geraldo Vandré. In: GERALDO VANDRÉ. *5 anos de canção*. [Joinville]: Som Maior, 1966.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. *Ser-tão baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade Baiana*. Salvador: Edufba, 2012.

VASCONCELOS, Cristiane Cândida de Oliveira; NUNES, Danielle Milenne Príncipe; SILVA, Marcelo Saturnino da. Percepção do preconceito entre os migrantes nordestinos no estado de São Paulo. *Saúde Coletiva em Debate*, Serra Talhada, v. 1, n. 1, p. 54-69, out. 2011.

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. *Coronelismo eletrônico ou indústria cultural?: uma análise das empresas de radiodifusão do deputado federal Inocêncio Oliveira*. 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *É um romance minha vida: D. Farailda, uma casamenteira no sertão baiano*. Salvador: Edufba, 2017.

VELHO Chico. Criação: Benedito Ruy Barbosa; Bruno Luperi. Rio de Janeiro: TV Globo, 2016.

VIANA, José Italo Bezerra. *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade*. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

VIEIRA, Sulamita. *O sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural*. São Paulo: Annablume, 2000.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VILELLA, Jorge. *Ordem pública e segurança individual: política e polícia no sertão de Pernambuco*. São Carlos: Edufscar, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes, 2011.

XAVIER, Cíntia. Características do cinema nacional a partir dos anos 90. *Revista Universitária do Audiovisual*, São Carlos, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/J3BXEK>>. Acesso em: 27 maio 2018.

ZAIDAN FILHO, Michel. *O fim do Nordeste e outros mitos*. São Paulo: Cortez, 2001.

Formato: 150 mm x 210 mm
Fonte: Minion Pro, 11; Gisha, 14, 12 e 11
Papel miolo: Alcalino 75 g/m²
Papel capa: Cartão Supremo, 300 g/m²
Impressão: EDUFBA
Capa e Acabamento: I. Bigraf
Tiragem: 400 exemplares

Gislene Moreira

Neta de agricultores sem-terra e analfabetos, nasceu em Mundo Novo, no estado da Bahia, sonhando com um sertão renovado em justiça e igualdade. Há mais de 20 anos atua em movimentos sociais em pautas relacionadas à comunicação, à juventude e à participação popular no semiárido e na América Latina. Essas experiências alimentaram sua tese de doutorado *Las Hormigas de Macondo*, que em 2011 foi premiada como um dos dez melhores trabalhos do ano pela Alas/Clacso. É doutora em Ciências Sociais e Política pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso/México), mestre em Cultura e Sociedade e especialista em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), atua como professora adjunta no Campus XXIII de Seabra e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos em Juazeiro da Bahia. Atualmente vive na Chapada Diamantina, onde se dedica a aprender sobre as interfaces entre cultura e crise ambiental.

A obra *Sertões Contemporâneos* é mais do que bem vinda e preenche uma lacuna. Ela ajuda a entender a cultura, os meios de comunicação, a política e a economia dos novos semiáridos. Traz conhecimentos capazes de descortinar a realidade dos sertanejos e, talvez, mudar o modo como eles veem a si mesmos e o mundo no qual vivem.

Cicilia Peruzzo



<https://portal.uneb.br/eduneb>

ISBN 978 85 232 1774 7



9 788523 217747

ISBN 978 85 7887 355 4



9 788578 873554